

# Seres mediativos

Coordenação: Caroline Luvizotto e Claudia Assis



# Seres mediáticos

Caroline Luvizotto  
Cláudia Assis  
(Coordinadoras)

## **Ria Editorial - Comitê Científico**

Abel Suing (Universidad Técnica Particular de Loja - UTPL, Equador)  
Adriana Pierre Coca (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)  
Alfredo Caminos (Universidad Nacional de Córdoba - UNC, Argentina)  
Alice Fátima Martins (Universidade Federal de Goiás - UFG, Brasil)  
Ana Paula Goulart de Andrade (Eco-UFRJ/PPGMC-UFF /Facha/Unilasalle, Brasil)  
Ana Sede o (Universidad de Málaga, Espanha)  
Andrea Versuti (Universidade de Brasília - UnB, Brasil)  
Caroline Kraus Luvizotto (Universidade Estadual Paulista - UNESP, Brasil)  
Claudia Ardini (Universidade Nacional de Córdoba, Argentina)  
Cláudia Assis (Universidade Federal do Amapá, Brasil)  
Daniela Fantoni Alvares (Universidade dos Açores, Portugal)  
Denis Ren  (Universidade Estadual Paulista - UNESP, Brasil)  
Diana Rivera (Universidad Técnica Particular de Loja, Equador)  
Diego Bonilla (California State University – Sacramento, EUA)  
Dora Santos Silva (Universidade Nova de Lisboa, Portugal)  
Dorival Campos Rossi (Universidade Estadual Paulista - UNESP, Brasil)  
Dorothea Souza Bastos (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil)  
Fabiana Q Piccinin (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil)  
Fátima Lopes Cardoso (Instituto Politécnico de Lisboa, Portugal)  
Fernanda Bonacho (Instituto Politécnico de Lisboa, Portugal)  
Fernando Gutiérrez (ITESM, México)  
Fernando Irigaray (Universidad Nacional de Rosario, Argentina)  
Gloria Olivia Rodríguez Garay (Universidad A. de Ciudad Juárez - UACJ, México)  
Inmaculada Gordillo (Universidade de Sevilha, Espanha)  
Jacqueline Oyarce (Universidade Nacional Mayor de San Marcos, Peru)  
Jefferson Barcellos (Centro Universitário Barão de Mauá, Brasil)  
Jer nimo Rivera (Universidad La Sabana, Colômbia)  
Jesús Flores (Universidad Complutense de Madrid, Espanha)  
João Pedro Albino (Universidade Estadual Paulista - UNESP, Brasil)  
Jorge Alberto Hidalgo Toledo (Universidad An huac M xicovM xico)  
José Carlos Marques (Universidade Estadual Paulista – UNESP)  
Kruzkaya Ordóñez (Universidad Técnica Particular de Loja - UTPL, Equador)  
Lance Strate (Fordham University, EUA)  
Liliane de Lucena Ito (Universidade Estadual Paulista – UNESP, Brasil)  
Lionel Brossi (Universidad de Chile, Chile)  
Lorenzo Vilches (Universidade Aut noma de Barcelona, Espanha)  
Lucilene Gonzales (Universidade Estadual Paulista – UNESP, Brasil)  
Marco Lopez (Pontificia Universidad Católica del Ecuador, Equador)  
Margarida Almeida (Universidade de Aveiro, Portugal)  
Maria C. Esperidião (GENEM -Grupo de Nova Ecologia dos Meios, Brasil)  
Maria Cristina Gobbi (Universidade Estadual Paulista – UNESP, Brasil)  
María Jesús Ruíz (Universidade de Málaga, Espanha)

Matheus Tagé (Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, Brasil)  
Octavio Islas (Universidad de Los Hemisferios, Equador)  
Oksana Tymoshchuk (Universidade de Aveiro, Portugal)  
Osvando de Moraes (Universidad Estadual Paulista – UNESP, Brasil)  
Pâmela Pinto (Fiocruz, Brasil)  
Paul Levinson (Fordham University, EUA)  
Pere Freixa (Universidad Pompeu Fabra, Espanha)  
Piero Dominici (University of Perugia, Itália)  
Ramaris Albert (Universidad de Puerto Rico, Porto Rico)  
Raquel Longhi (Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Brasil)  
Roberto Igarza (Universidad Nacional de Rosario - UNR, Argentina)  
Rosa Maria Araújo Simões (Universidade Estadual Paulista – UNESP, Brasil)  
Sandra Ruiz (Universidad Santo Tomás - UST, Colômbia)  
Sergio Gadini (Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Brasil)  
Suely Maciel (Universidade Estadual Paulista - UNESP, Brasil)  
Tamara Guaraldo (Universidade Estadual Paulista - UNESP, Brasil)  
Teresa Piñeiro Otero (Universidade da Coruña, Espanha)  
Valquiria A. Passos Kneipp (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil)  
Vicente Gosciola (Universidade Anhembi Morumbi, Brasil)  
Xabier Martínez-Rolán (Universidade de Vigo, Espanha)

## FICHA TÉCNICA

Copyright 2023 ©Autoras e autores. Todos os direitos reservados

Foto de capa: ©Michele - stock.adobe.com (arquivo nº 564355424)

Design da capa: ©Denis Renó

Diagramação: *Luciana Renó*

ISBN 978-989-8971-91-3

Título: Seres mediativos

Coordenadoras: Caroline Luvizotto e Claudia Assis

1.a edição, 2023.



Esta obra tem licença Creative Commons *Attribution-NonCommercial-NoDerivatives*. Você tem o direito de compartilhar, copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato sempre que seja feito o reconhecimento de seus autores, não utilizá-la para fins comerciais e não modificar a obra de nenhuma forma.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

©Ria Editorial

**RIA**  
Editorial

riaeditora@gmail.com  
<http://www.riaeditorial.com>

ESSA OBRA FOI AVALIADA INTERNAMENTE E  
EXTERNAMENTE POR PARECERISTAS

Todos os textos foram avaliados e seleccionados pelos organizadores da obra. Os comentários dos organizadores foram enviados aos autores, que, mediante a aprovação, receberam tempo hábil para eventuais correcções.

O livro foi posteriormente avaliado e aprovado pelo avaliador externo Dra. Andrea Versuti (Universidade de Brasília - UnB), que informou parecer positivo à publicação da seguinte forma:

O livro Seres mediados traz enquanto reflexão central a constituição e consolidação de espaços qualificados de reflexão crítica e produção do conhecimento por sujeitos imersos na cultura digital, com seus múltiplos agenciamentos éticos, estéticos, poéticos e políticos. Aponta, por meio de reflexões teóricas e estudos de caso, caminhos possíveis para compreendermos algumas das diferentes manifestações de protagonismo, ativismo e resistência existentes no contexto atual, em diálogo com a perspectiva da ecologia dos meios.

O parecer foi enviado previamente ao lançamento.

## **Autoras e autores**

Alan Tomaz de Andrade

Antônio Luiz Ferreira Sousa Filho

Carla Negrim Fernandes de Paiva

Caroline Kraus Luvizotto

Cássia Amélia Gomes

Cintia Barudi Lopes

Claritza Arlenet Peña Zerpa

Claudia Cecilia Flores Pérez

Cristóvão Domingos de Almeida

Deborah Luisa Vieira dos Santos

Francisco Arrais Nascimento

Giovanna Tito de Fuccio

Guilherme Ferreira de Oliveira

Ingrid Gomes Bassi

Isadora da Silva Prestes

Karine Tavares Nunes

Kárita Emanuelle Ribeiro Sena

Leila Maria Gumushian Felipini

Luís Guilherme Costa Berti

Luiza Campos Mendonça

Mariana Alarcon Datrino

Mariana Marcela de Fátima Moraes

Mayra Regina Coimbra

Mixzaida Yelitza Peña Zerpa

Nelson Russo de Moraes

Onan Ferreira

Osvando José de Moraes

Paulo Henrique Caetano

Paulo Henrique Ferreira Nascimento

Raíssa Pimentel

Suely Maciel

Suzana Ataíde

Tainah Schuindt Ferrari Veras

Thiago Luiz dos Santos

Vicente Gosciola

Vivianne Lindsay Cardoso

Wellington de Oliveira Pereira



# SUMÁRIO

Apresentação.....	14
-------------------	----

## PARTE 1 - AÇÕES

Universidades por la tierra y ciudadanía verde.....	17
---	----

*Claritza Arlenet Peña Zerpa*

*Mixzaida Yelitza Peña Zerpa*

Vidas Femininas Mideiatizadas: manifestação da cidadania ou espetáculo colonial?.....	38
--	----

*Isadora da Silva Prestes*

*Cássia Amélia Gomes*

*Luiza Campos Mendonça*

Desafios para consolidação da população negra como seres media: perspectivas contemporâneas da inserção da negritude nos ambientes midiáticos por intermediação da tecnologia.....	63
--	----

*Alan Tomaz de Andrade*

*Osvando José de Moraes*

La implementación de políticas de comunicación digital desde la ciudadanía, ante la violencia directa y la indolencia del sistema.....	81
<i>Claudia Cecilia Flores Pérez</i>	
Interação política e tecnologia social: vieses para as conquistas cidadãs.....	105
<i>Paulo Henrique Ferreira Nascimento</i>	
<i>Osvando José de Moraes</i>	
As ações políticas de bolsonaro para minar a força da cultura brasileira no audiovisual.....	123
<i>Vivianne Lindsay Cardoso</i>	
Sociedade narrativa audiovisual: por uma teoria de seu narrativismo, colaborativismo e ativismo.....	140
<i>Vicente Gosciola</i>	
Decolonialidade e Empoderamento: vivência arquetípica do sagrado feminino.....	166
<i>Cássia Amélia Gomes</i>	
<i>Luís Guilherme Costa Berti</i>	
<i>Nelson Russo de Moraes</i>	
O resgate dos direitos humanos instituintes dos sujeitos de direito como alternativa ao simulacro de democracia criado pelos seres media no Brasil.....	186
<i>Thiago Luiz dos Santos</i>	
<i>Cintia Barudi Lopes</i>	

## PARTE 2 - DELIMITAÇÕES

Cobertura jornalística sobre o genocídio indígena Yanomami pela Agência de Notícias Digitais “Amazônia Real”.....	232
<i>Ingrid Gomes Bassi</i>	
<i>Antônio Luiz Ferreira Sousa Filho</i>	
Diversidade e mobilização: posicionamento no site institucional do movimento de mulheres camponesas.....	255
<i>Mariana Alarcon Datrino</i>	
<i>Carla Negrin Fernandes de Paiva</i>	
<i>Isadora da Silva Prestes</i>	
“Minha história eu mesma requadro”. Auto-representação na biografia em quadrinhos de Marielle Franco.....	276
<i>Suzana Ataíde</i>	
Fala.Br: interfaces entre comunicação pública, tecnologia e inovação.....	294
<i>Kárita Emanuelle Ribeiro Sena</i>	
<i>Tainah Schuindt Ferrari Veras</i>	
A voz negra no jornalismo: profissionais negros como protagonistas da história.....	313
<i>Giovanna Tito de Fuccio</i>	
<i>Mayra Regina Coimbra</i>	
Visita guiada com audiodescrição em uma fábrica: o caso da Ambev Agudos.....	334
<i>Guilherme Ferreira de Oliveira</i>	
<i>Leila Maria Gumushian Filipini</i>	
<i>Suely Maciel</i>	

Comunicação e refúgio: TikTok enquanto plataforma de informação sobre a guerra da Ucrânia.....	351
<i>Mariana Marcela de Fátima Moraes</i>	
<i>Cristóvão Domingos de Almeida</i>	
Movimentos sociais de identidade: Greenpeace Brasil e o movimento ambientalista.....	375
<i>Karine Nunes</i>	
<i>Onan Ferreira</i>	
<i>Raíssa Pimentel</i>	
Infodemia socioambiental sobre a Amazônia nas eleições do Brasil.....	403
<i>Karine Tavares Nunes</i>	
<i>Francisco Arrais Nascimento</i>	
<i>Caroline Kraus Luvizotto</i>	
A contra-hegemonia sem terra na disputa territorial: politização e luta discursiva sobre a fome no site do MST.....	421
<i>Wellington de Oliveira Pereira</i>	
<i>Paulo Henrique Caetano</i>	
<i>Deborah Luisa Vieira dos Santos</i>	
<i>Índice Remissivo</i> .....	451

# **SERES MEDIATIVOS**

## APRESENTAÇÃO

No ano de 2004, quando começávamos a conviver com a chamada web 3.0 e os cidadãos ganharam a possibilidade de interagir ativamente com os espaços virtuais, Dan Gillmor publicou a obra “We the media”. Eram novos tempos, com a consolidação da blogosfera e o início dos espaços *social media*, traduzida para o português e o espanhol como redes sociais (ou redes sociales). Através destes espaços, a sociedade ganhou algo que considerávamos fundamental para o seu desenvolvimento: o poder da palavra. Com base nisso, Gillmor defendeu que éramos “seres mídia”, ou seja, tínhamos o desejo de protagonizar os processos comunicacionais e, diversas vezes, até tentávamos ocupar missões importantes, como as do Jornalismo.

Praticamente duas décadas se passaram, e neste tempo muito se transformou. A sociedade perdeu a referência da mídia e de seu papel no desenvolvimento social e na construção da cidadania e da democracia. Com a perda da referência, valores importantes passaram a ser questionados, dentre eles o da notícia e, conseqüentemente, o da verdade. Surgiram, então, as popularmente chamadas *fake news*. Neste aspecto, até mesmo o termo é um erro, e foi consolidado pelo excesso de circulação dele próprio pelos seres midiáticos. Alguns teóricos defendem que o termo deveria ser definido como *fake information*, ou, em sua tradução literal, informação falsa. De fato, *fake news* (ou notícia falsa) é a menos apropriada. Afinal, se é falsa, então ela não é notícia.

Mas a participação da sociedade na construção de processos midiáticos não se limita à notícia e ao Jornalismo. Ela também passeia

pelo mundo das artes, valorizando ou desaprovando as manifestações. Isso também ocorre na educação, e na deseducação, e acaba até mesmo por questionar até mesmo o papel dos profissionais da educação. E assim vai, pela publicidade, pela construção da cidadania e, claro, na tecnologia.

Com base nisso, realizamos a sexta edição do Congresso Internacional Media Ecology and Image Studies, que teve como tema “A Consolidação dos Seres Media”. Nele, foram aprovados resumos expandidos de 11 nacionalidades e, com base nestas propostas (apresentadas e publicadas nas memórias do evento), organizamos, com a Ria Editorial, 10 livros com textos inéditos. O momento marca uma nova etapa do MEISTUDIES, que em sua sétima edição virá com novidades resultantes da sua consolidação como um evento científico internacional de alta relevância, que tem como missão a disseminação do conhecimento e a construção de redes acadêmicas.

É importante ressaltar que nem todos os resumos expandidos tiveram a publicação de textos completos em capítulos. Todos eles foram reavaliados por pares antes de sua publicação. De igual maneira, algumas ordenações sofreram alterações através de um processo de curadoria temática. Com isso, as obras tiveram ampliação em sua qualidade e em sua proposta cognitiva. Os livros são de livre acesso para leitura e download e têm como proposta uma reflexão, com base em conceitos teóricos e resultados científicos, sobre os seres mídia e o seu papel em diversas searas da sociedade contemporânea. Boa leitura.

*Andrea Versuti  
Denis Renó  
Diana Rivera  
Vicente Gosciola  
Diretores Acadêmicos*

## **PARTE 1 - AÇÕES**



# UNIVERSIDADES POR LA TIERRA Y CIUDADANÍA VERDE

*Claritza Arlenet Peña Zerpa<sup>1</sup>*  
*Mixzaida Yelitza Peña Zerpa<sup>2</sup>*

Ante los desafíos ambientales, la formación de ciudadanos constituye una importante línea de acción en las universidades. Ello supone esfuerzos en cátedras, así como proyectos institucionales de alcance local y nacional. A primera vista, resulta una ruta esperanzadora para la convivencia respetuosa en las sociedades y el ejercicio de los derechos humanos.

Si bien, en la séptima meta del ODS número cuatro se reitera la necesidad de ofrecer conocimientos teóricos y prácticos al estudiantado para el desarrollo sostenible ¿en qué medida ello contribuye a la formación de una ciudadanía verde?

- 
1. Doctora en Ciencias de la Educación. Universidad Católica Andrés Bello-Centro de Investigación, Innovación y Desarrollo Académico (UCAB-CIIDEA).  
[cpenazer@ucab.edu.ve](mailto:cpenazer@ucab.edu.ve)
  2. Doctora en Gerencia. Fundación FAMICINE.  
[mixzaidap@gmail.com](mailto:mixzaidap@gmail.com)

La ciudadanía verde permanece anidada a un proyecto de globalización y valores diferenciadores, distanciados de intereses particulares y en una constante búsqueda por la justicia social (Galanes, s.f.). Ello implica convertirse y alinearse a la búsqueda del bien de cada uno de los seres vivos en una convivencia armónica. En consecuencia, desde las funciones de la universidad, profesores y estudiantes actúan y aportan.

### **Ciudadanía verde y currículo universitario**

Cuatro términos aparecen entre el tejido conceptual relativo al ejercicio de una ciudadanía con impacto en lo ambiental. Cada uno con significaciones y exponentes, quienes parecieran incidir en el compromiso entre los seres humanos y no humanos dentro de una convivencia armónica. Ciudadanía ecológica, ciudadanía medioambiental, ciudadanía terrenal y ciudadanía verde<sup>3</sup> aunque resulten comunes en documentos académicos y eventos promovidos por organizaciones privadas, suelen ser concebidos de manera diferente. Al menos los dos últimos coinciden en la idea de la tierra como hogar compartido donde sus miembros no siempre son reconocidos por la ausencia de vínculos amorosos.

Así pues, en la ciudadanía ecológica según Valencia (2009) conjuga la conciencia ambiental, prácticas, hábitos y una ética del cuidado enmarcada en cuatro dimensiones: derechos, responsabilidades, participación e identidad. Dentro de esta lógica, la narrativa preponderante se concentra en el antropocentrismo en lugar de las ontologías relacionales. A primera vista y, tomando en cuenta la importancia del

---

3. Este concepto devela la vinculación de la persona con su entorno. Es asumido por el BID y asociado a la apuesta por el desarrollo de conocimientos y habilidades en la población escolar.

ejercicio de acciones individuales (de incidencia extendida), el actor clave es el ciudadano. Esto significa que su acción no se ve limitada ante la ausencia de voluntad de otros y, aunque reconozca a los seres no humanos, representa sus voces además de protegerlos y defenderlos (Vives, 2013). Estas posturas se soportan en racionalidades humanas, las cuales están fundadas en conocimientos, prácticas así como sistemas normativos y éticos. Tal como se ve, el diálogo entre las tres sostiene y afianza la idea de sostenibilidad en cualquier ámbito (llámese educativo, por ejemplo).

En Educación Superior no resulta novedoso hablar de modelos formativos basados en competencias para la sostenibilidad. De hecho, se cuenta con propuestas (desde hace más de una década) aplicables a espacios formales y no formales orientadas en tres direcciones: las competencias como centro, la acción como foco y la fusión realidad-identidad. La primera rescata el carácter transversal y la definición de competencias básicas y profesionales (Aznar & Ull, 2009). Adicionalmente, la segunda a partir de buenas prácticas (en cátedras relacionadas con la Educación Ambiental) refuerzan el cambio de conductas (Solano et al., 2020). Finalmente, la tercera recoge las dimensiones de la sustentabilidad y la cosmovisión de pueblos en los programas de Educación ambiental (Mina, 2018).

Vale destacar que el tránsito entre la noción de ciudadanía ecológica y el currículo universitario es traducido también desde los contenidos programáticos de las ofertas formativas. Especialmente en el marco de los ODS, las universidades han incorporado a sus funciones algunos aspectos desde el sentido de obligatoriedad ante la crisis ecológica. Se trata pues de responder ante retos de una ciudadanía a través de

los medios disponibles y las misiones institucionales. Probablemente, la respuesta más común se concentre en los programas académicos con sus niveles de impacto (organizacional, comunitario y profesional) también, los proyectos de extensión social, así como las producciones investigativas.

Los centros educativos promueven el desarrollo de la conciencia ambiental de estudiantes y profesores cuando su centro de interés también reside en la protección y cuidado del ambiente (Matos, 2022). Esta premisa corresponde a una acción de orden global con prácticas diferenciadas. Pero, más allá de esto, las universidades buscan formar ciudadanos verdes a partir de: la gestión curricular, el personal profesoral formado y la complementariedad de las funciones universitarias.

En orden a las ideas anteriores, ¿cuál ciudadano está presente en los currículos universitarios según las narrativas verdes?

### **Narrativas verdes presentes en el currículo universitario**

A través de la relación entre seres vivientes es posible comprender los marcos de acción orquestados por las universidades. En tal sentido, corresponde identificar las narrativas para la formación de la ciudadanía. Se inicia entonces con las más conocidas en el imaginario social hasta aquellas vinculadas con activismos (en el seno de las organizaciones educativas), tal como se resume en la Tabla 1.

Cabe destacar que la confluencia de actores en una comunidad de aprendizaje representa un terreno fértil para la formación y fortalecimiento de voces activistas. Específicamente en Latinoamérica, no sólo se observa la defensa de los derechos ambientales, la libertad de expresión y la valoración de los pueblos originarios.

Puesto que es deseable contar con generaciones de activistas ambientales, las universidades trabajan por la construcción de una mejor ciudadanía. Precisamente, la ciudadanía verde se ha incorporado como un lineamiento clave a la luz de los objetivos del milenio y, posteriormente, la agenda 2030. En este sentido, las carreras universitarias, los planes de estudio y los programas académicos orientan acciones a partir de perfiles formativos.

**Tabla 1**

*Narrativas en la formación y sus manifestaciones curriculares*

<b>Narrativas verdes</b>	<b>Característica</b>	<b>Manifestaciones en el currículo universitario</b>	<b>Tipo de Participación</b>
<b>Causales</b>	Señala el agente e indica los daños (efectos).	Desarrollo de proyectos ambientales. Análisis jurídicos. Ejercicios de Aprendizaje basado en problemas.	Participación comunitaria.
<b>Performativa</b>	Enunciado y acción unidos en campañas de “limpieza” y “reciclaje”.	Talleres pedagógicos. Propuestas de cursos de extensión.	Participación comunitaria. Participación social.
<b>Científica</b>	Desde las bases científicas explica los fenómenos.	Estudios ambientales. Investigaciones.	Participación pública.
<b>Preventiva</b>	Reconoce los problemas y busca mitigarlos.	Estudio de casos. Propuestas de intervención social.	Participación comunitaria.

<b>Descriptiva</b>	Señala las características de los fenómenos y problemas.	Investigaciones documentales. Ensayos académicos.	Participación privada.
<b>Prescriptiva</b>	Establece medidas, patrones y normas para la ciudadanía.	Cursos en espacios escolares y no escolares. Elaboración de guías y manuales.	Participación social.
<b>De denuncia</b>	Supone una crítica y la espera de una nueva acción.	Análisis de políticas ambientales. Estudio de casos. Consultoría jurídica. Formulación de políticas.	Participación política.
<b>Persuasiva</b>	Busca el cambio de comportamientos a través de la formación, comunicación y conocimiento del marco jurídico.	Proyectos ambientales. Elaboración de guiones de radio y podcast. Creación de documentales ambientales. Ensayos académicos.	Participación privada. Participación pública.
<b>De apoyo</b>	Crea alianzas con empresas o instituciones (pública o privada)	Proyectos ambientales, control y seguimiento de parámetros de calidad ambiental	Participación pública o privada

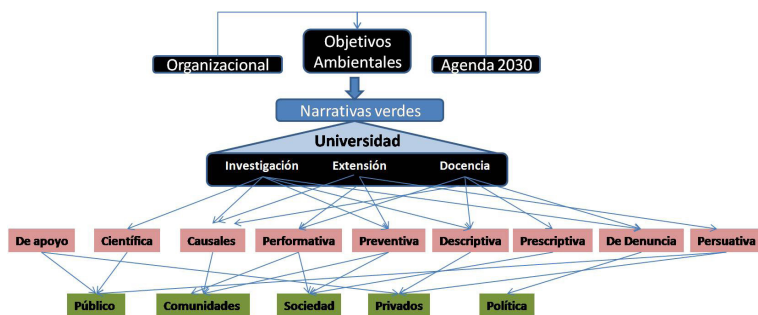
Elaboración propia.

Las narrativas anteriores coexisten y se entremezclan en el marco de la gestión de contenidos en el aula, el rol docente (asociado

con la transformación y mejora de los otros) y la pertinencia de las producciones académicas para la solución de problemas ambientales de comunidades. En consecuencia, la participación pública se dirige al cambio, sale del confort para situarse en lugares donde el encuentro con el otro es lo común. Ello ubica a sus actores en nuevas dinámicas para el intercambio y la comunicación, al tiempo que replantea sentidos educativos en localidades y territorios (Ver Figura 1).

**Figura 1**

*Narrativas e interacciones*



Elaboración propia.

## Ciudadanía verde y comunicación en campus universitarios

Cada campus universitario cuenta con un modelo de comunicación organizacional el cual configura la forma como se muestran las acciones en torno al ambiente. Algunos campus mantienen altos niveles de interacciones externas con comunidades, sector público, sector privado y ONG. Otros (dentro de la formalidad) muestran el desarrollo de proyectos ambientales e intervenciones educativas (Ver Figura 2).

Por lo general, los focos de atención en materia ambiental son diferentes. Mientras algunos destacan modelos formativos (asociados a la ciudadanía verde), otros se muestran en webs y redes institucionales a partir de productos académicos de estudiantes en formación. Fuera de la tarea de marketing, también se suma el reconocimiento de actividades de extensión universitaria, dirigidas al empoderamiento de comunidades locales a través de diagnósticos, implantación y evaluación de proyectos ambientales.

Las imágenes y los textos compartidos suelen estar enmarcados en lo positivo (agradable, compartible y consumible), especialmente lo digital está vinculado al presente, tal como señala Han (2015). Así, por ejemplo, puede observarse propuestas estudiantiles en materia ambiental y compartidas de manera rápida a una comunidad de usuarios. Aquello que se muestra, recoge la promesa institucional, la cual resuena entre esfuerzos y aprendizajes.

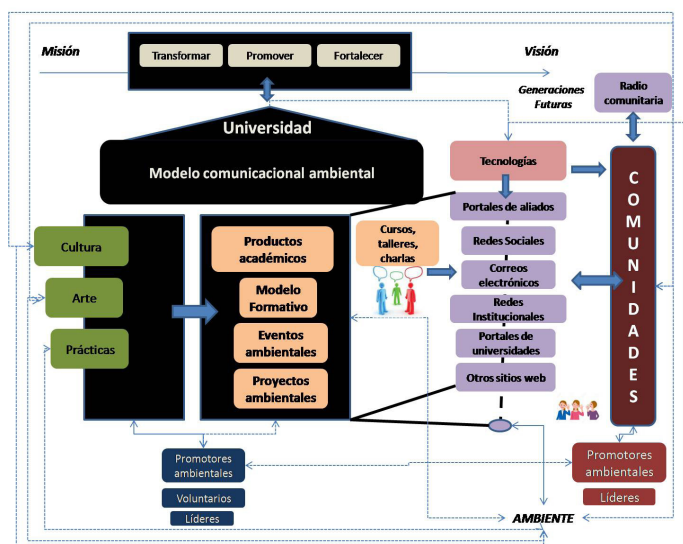
Llama la atención que de diecisiete proyectos mexicanos de la convocatoria 2023 de Escuelas y universidades por la tierra (concentrados en nueve estados: Puebla, Querétano, Estado de México, Oaxaca, Hidalgo, Colima, Veracruz, Chiapas y Durango), sólo dos difunden sus trabajos por medio de las redes sociales virtuales. Aún cuando es baja esta cifra pareciera tener sentido en medio de las acciones desarrolladas. Por un lado, denota la exposición de manera pública al trabajo realizado con comunidades locales (movidas por intereses). Segundo, requiere del consentimiento de dichos actores para formar parte de aquel entramado de interacciones y tercero es necesario identificarse con una cultura aprendida y practicada.



De acuerdo a lo anterior, el sentido de estar en las redes sociales virtuales no es una decisión individual ni institucional. Es mucho más. Equivale al respeto a la integridad de las personas con quienes se establecen relaciones en la formación profesional.

**Figura 2**

*Modelo comunicacional identificado en la muestra*



Elaboración propia.

## Promover la formación en la localidad

La promoción de la cultura ambiental requiere de interacciones comunicativas entre actores locales, adicionalmente implica una tarea formativa de reconocimiento a las buenas prácticas. Se trata pues de fortalecer la fusión entre conocimientos y saberes por medio del aprendizaje contextualizado e intervenciones educativas.

Así como estudiantes de las carreras de Ingeniería en Innovación Agrícola Sustentable e Ingeniería Forestal del Instituto Tecnológico Superior de la Sierra Norte de Puebla, unieron esfuerzos para el desarrollo de cursos de capacitación sobre el cuidado del ambiente, gracias al apoyo de los promotores ambientales (miembros de la universidad y la comunidad). Dichas alianzas no sólo corresponden al ODS 17, también representan el énfasis de la extensión académica con actores prioritarios: sectores sociales y la universidad. De este modo, la participación estudiantil permite no sólo la transferencia de aprendizajes sino dar sentido a lo estudiado a partir de la creación de una comunidad mayor de aprendices interesados en cambiar actitudes y conductas.

### **Promover la transferencia tecnológica a las localidades**

La construcción de nuevas infraestructuras ambientales comprende la apropiación tecnológica con el fin de aportar soluciones a problemáticas ambientales (detectadas a nivel local). Implica además la alfabetización a generaciones jóvenes y adultas como garantía de uso y permanencia en el tiempo.

Llama la atención que las instituciones educativas no busquen apoyo financiero de entes del Estado o sectores productivos. A partir de la autogestión desarrollan las propuestas (orientadas al área de la salud) y dirigidas a poblaciones vulnerables.

Un breve inventario en tecnologías señala la atención a los recursos hídricos y cultivos locales en zonas rurales. Sin duda, un desafío no sólo para urbanistas y gobiernos locales, también para instituciones de educación superior. Éstas últimas a través del desarrollo e investigación pueden impactar significativamente.

Entre las propuestas identificadas para el concurso se señalan: a) farmacia viviente o áreas de plantas medicinales al alcance de toda la comunidad (Instituto Tecnológico Superior de la Sierra Norte de Puebla), b) invernaderos en función del Agua-Energía-Alimento (Universidad Autónoma de Querétaro, Campus Amazcala), c) establecimiento de un sistema de captación de aguas de lluvia, d) recirculación de agua residual de riego protegido y e) tratamiento biológico de aguas residuales para la producción de cultivos comerciales y de autoconsumo. Las tres últimas estaban contempladas en el proyecto ambiental de la Universidad Autónoma de Querétaro Campus Amealco cuyo objetivo era realizar las transferencias tecnológicas en la región.

Igualmente, dentro del marco de la transferencia tecnológica, cinco instituciones muestran la calidad e innovación de sus productos por medio de eco tecnologías: a) bioconstrucción con ecoladrillos (elaborados a base de residuos sólidos urbanos por el Instituto Tecnológico Superior de la Sierra Norte de Puebla y Universidad Pablo Guardado Chávez), b) paneles fotovoltaicos en lugares de alta demanda de energía (Universidad Autónoma de Querétaro, Campus Amazcala), c) sistema agro acuícola para el manejo de residuos orgánicos dentro del comedor solidario del Campus Conca (Universidad Autónoma de Querétaro), d) construcción de baldosas fabricadas con materiales reciclables, polietileno y PET (Unidad de Estudios Superiores Jiquipilco),

y e) tecnología innovadora para la potabilización del agua basada en ondas de alta frecuencia (ISU Universidad -Instituto Suizo)<sup>4</sup>.

Las tecnologías no sólo se orientan a disminuir la cantidad de residuos sólidos sino generar nuevos espacios para servicios a terceros (otras universidades y comunidades locales). De modo que la convivencia pacífica y constructiva con otros es una de las competencias ciudadanas que deben desarrollar los estudiantes junto a las comunidades (Chávez & Norzagaray, 2021).

### **Fortalecer prácticas culturales ambientales**

La formación está relacionada con la creatividad cuando se le asocia al arte, tal como los indican Hidalgo-Gómez et al. (2022). Siendo así, se trata de un acto humano el cual libera al sujeto cuando disfruta de lo aprendido y se cuenta con la voluntad de saber. A esta condición, es notable la influencia de la universidad no sólo en el estudiantado sino en el diálogo con las comunidades. Por ejemplo, la Universidad Tecnológica de la Sierra Sur de Oaxaca incorporó el teatro ambiental, el cine ambiental, los festivales por la tierra, las ecoferias y otros eventos especiales. Una muestra de opciones para divertirse, aprender y compartir. Implica una participación entusiasta a partir de ofertas de interés para pequeñas y grandes generaciones.

Por otra parte, la eco fotografía digital, fue promocionada por la Universidad Tecnológica de Izúcar de Matamoros- UTIM, a través

---

4. Vale señalar que el último proyecto ambiental brinda a la población de escasos recursos un sistema de potabilización de agua eficaz, sencillo, de fácil acceso y de bajo costo. Además, permite a la universidad patentar el modelo tecnológico T'asdehe para su protección comercial en el mercado. En consecuencia, el reto es encontrar poblaciones rurales que permitan realizar las pruebas de campo.

de las redes sociales. Como se advierte, los espacios para las prácticas culturales están claramente definidos e identificados para aprovecharlos al máximo. Sin embargo, en materia de promoción cultural ambiental, las expresiones del arte son escasas. No todas las universidades sensibilizan a los miembros del campus universitario ante las problemáticas existentes relacionadas con el planeta a través de este medio y sus formas (López et al. 2019).

Probablemente la separación entre arte y ciencia sea responsable de estas diferencias. Aun cuando las carreras profesionales estén vinculadas con ingeniería esto debe traducirse como la posibilidad de generar opciones para todos los niveles formativos. Una forma de llegar a cualquier grupo y de movilizar intereses es a través del arte. A partir de la necesidad de traducir y acercar es posible contar con experiencias de murales y mosaicos elaborados con residuos plásticos, tal como lo lideró la Unidad de Estudios Superiores Jiquipilco conjuntamente con la participación de la comunidad.

En síntesis, la fusión ciencia-tecnología-arte implica abrirse a descubrimientos, lecturas e interpretaciones. No supone nada inmutable y gracias a ello permite preguntar, explorar y contemplar una obra. Tres momentos diferentes y entremezclados. Aunque las universidades con carreras tecnológicas parecieran asociar el arte a lugares. Uno de los desafíos está en integrar a las actividades de extensión, docencia e investigación. Pero, lo más común dentro de las prácticas culturales ambientales, es la búsqueda de la regeneración de los bosques y selvas (Berrio & Ponare, 2017), al tiempo de fomentar el valor y respeto por la vida de otras especies. Está alineada a los perfiles profesionales de las carreras. De manera que la producción de árboles forestales y plantas

medicinales (Instituto Tecnológico Superior de la Sierra Norte de Puebla), así como la reforestación y rescate de árboles en peligro (Universidad Mexiquense del Bicentenario -Unidad de Estudios Superiores Chalco) se enmarcan dentro de formas de lucha contra la desertificación, la degradación de las tierras y la pérdida de biodiversidad biológica.

Vale destacar que la reconstrucción o rescate de áreas, tales como huertos escolares, no son una idea del pasado, tal como lo ejemplifican la Universidad Mexiquense del Bicentenario- Unidad de Estudios Superiores Chalco, Universidad de Colima, Instituto Tecnológico Superior de Huichapan y la Universidad para el Bienestar Benito Juárez; las cuales representan según García & Hurtado (2023), una transformación desde la cultura ambiental. Se busca la preservación de los saberes ancestrales y espacios para la acción colectiva frente a la responsabilidad ambiental dentro de las comunidades.

## **Impulsar la industrialización**

El Instituto Tecnológico Superior de Acatlán de Osorio, a través de *ejotes*<sup>5</sup> y *nopales*<sup>6</sup> se aplican procesos de escabeche y salmuera. Ello representa el impulso por la industrialización de frutas y hortalizas para autoconsumo y ventas. Dichas prácticas permiten disponer de métodos y nuevos productos alimentarios ecológicamente sustentables. Por tanto, se piensa en el consumo saludable, bienestar y calidad de vida a través de la integración de los actores (comunidad, universidad e industria) la con el mínimo impacto ambiental en la industrialización.

---

5. Conocido como judía verde, se trata de vainas verdes aplanadas y alargadas.

6. Árbol cuyas hojas son comestibles y tienen forma plana cubierta de espinas.

Ciertamente, la universidad asiste a las comunidades en la toma de decisiones, una vez diseñado, implementado y evaluado un plan o programa de sustentabilidad de los alimentos. Adicionalmente, actualiza conocimientos de logística implementada en: materia prima, producción del alimento, industrialización, gestión, comercialización y economía circular. Sin embargo, este no es todo el alcance. También, asesora en nuevas tecnologías de alimentos (nanotecnología, fermentación, inteligencia artificial, automatización y digitalización) y ofrece formación alimentaria. Respecto a ésta última, cabe considerar la disponibilidad alimentaria local, tal como lo recomienda (Orozco-Cirilo et al.2008).

### **¿Difusión o divulgación ambiental?**

Las universidades apuestan en difundir contenidos ambientales a través de la comunicación cara a cara o digital. Respecto a ésta última, pareciera ser de provecho tanto para las comunidades universitarias y locales el uso del correo electrónico, plataformas o redes sociales virtuales. Especialmente Facebook goza de aceptación de usuarios jóvenes y de otras generaciones según Pérez et al. (2021).

La Facultad de Pedagogía de la Universidad de Colima es un caso de especial interés gracias a la competencia ciudadana declarada en su página oficial la cual alude la valoración de las decisiones y compromisos adquiridos de cada una de las partes involucradas (llámese comunidad y universidad) en aras de alcanzar el bien común.

Desafortunadamente, la difusión ocupa un lugar central en el desarrollo de proyectos ambientales, quedando de forma periférica la divulgación. Entonces, se invierten más esfuerzos y recursos en llegar a otro público sin tener en cuenta que la fuga de conocimientos tiene

lugar. Ello impacta la posible transferencia al presentarse como una acción más de carácter intermitente la cual es mostrada sin mayor impacto y seguimiento.

## **Aproximación al modelo de ciudadanía verde**

La universidad es responsable de transformar la sociedad. Dentro de esta lógica, se encarga de formar a los estudiantes en ciudadanos integrales, conscientes de las problemáticas ambientales. Ello implica la responsabilidad dentro de la misma formación profesional de atender las necesidades de las comunidades a partir de propuestas, diagnósticos, proyectos e investigaciones con el fin de responder, orientar y resolver. Por tanto, se puede decir que el campus sustentable es un fenómeno que nace a partir de las necesidades sociales y se manifiesta en un conjunto de interacciones impulsadas desde una comunidad global con objetivos y estrategias (llámese Agenda 2030). En orden a los lineamientos de dicha agenda, se dirigen esfuerzos y acciones no sólo a nivel institucional sino dentro de requerimientos regionales (Latinoamérica y El Caribe).

Dentro de la educación formal los programas académicos contienen competencias generales y profesionales para desarrollar en el estudiantado y profesorado. Una de ellas guarda relación con la formación ciudadana y su impacto positivo en el ambiente a partir de las funciones: docencia, investigación y extensión.

Por otra parte, las organizaciones universitarias implementan políticas claras (en materia ambiental) también reflejadas en la misión, visión y objetivos organizacionales enmarcadas en el bien común y generación de oportunidades entre los actores quienes viven la sustentabilidad como forma de trabajo (prácticas) y un modo de vida.

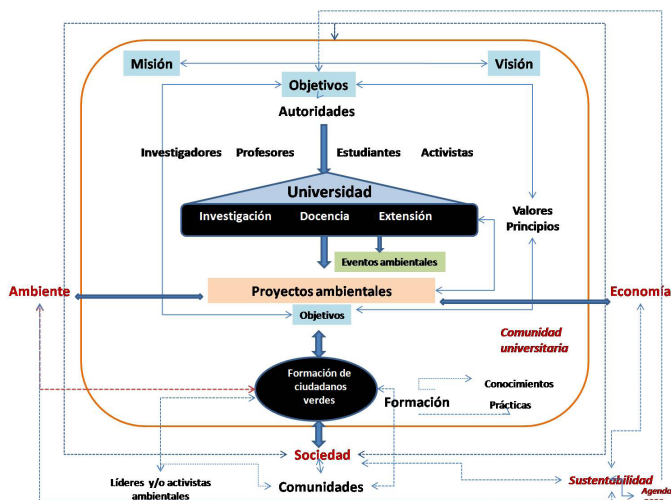


Vale destacar, que se garantiza la formación de una ciudadanía verde (dentro y fuera del campus universitario) al promover en las comunidades: a) el acceso a la capacitación (a través de la extensión interna o externa), b) inclusión en las actividades del voluntariado universitario, c) integración en los espacios culturales-ambientales, d) la divulgación a través de redes sociales virtuales, plataformas y medios alternativos de conferencias, la cual es una herramienta clave para acercar a los contextos (Pérez et al., 2021) y e) el aprendizaje permanente en materia de ODS, tal como lo señala la UNESCO (s.f.).

En la Figura 3 se presenta una aproximación al modelo de ciudadanía verde a partir de las tres funciones de la universidad.

**Figura 3**

*Modelo de ciudadanía verde*



Elaborado por las autoras.

## **A modo de conclusión**

Los proyectos ambientales revisados por las autoras en Universidades por la tierra se enfocan bajo una cultura ambiental orientada a crear y desarrollar: a) conciencia y sensibilidad, b) conocimientos, c) actitudes, d) motivación, e) habilidades para resolver retos ambientales, y f) participación. Aun cuando, se formulan bajo la misión y visión de la universidad, algunos son desarrollados con un eje fundamental de gestión (agua, energía eléctrica, áreas verdes, residuos y otros) con la finalidad de mitigar un tipo de impacto ambiental negativo. En otros proyectos, la gestión es más integral al abarcar un conjunto de actividades y procesos que involucran más variables y apuntan al concepto de sustentabilidad de un campus universitario.

La formación para la ciudadanía verde pareciera estar restringida a cátedras e investigaciones en áreas tecnológicas o de ingeniería, pero no se observa como un eje transversal en cada uno de los semestres y carreras profesionales. Si bien es cierto que con esto se busca la integración de un mayor número de personas, sectores y comunidad; también es importante revisar los currículos universitarios en materia de competencias (vinculados con la actuación en el medio). Entonces, no se trata de reformular con narrativas de cuidado sino de persuasión y apoyo.

Por otra parte, un aspecto de importancia en la ciudadanía verde es la vinculación directa con los contextos y las posibles intervenciones en aras de solucionar problemáticas ambientales.

Finalmente, sin la comunicación efectiva en todas las áreas de la universidad (docente, administrativa y estudiantil) no es posible una unión de esfuerzos para impactar de manera significativa el entorno y

mucho menos pensar en mayores alcances. Si no se cuenta en primera instancia con los actores internos, difícilmente es posible afrontar los desafíos de comunidades con la escasa participación de líderes y voluntarios universitarios.

## Referencias

Aznar, P., & Ull, M. (2009). La formación de competencias básicas para el desarrollo sostenible: el papel de la Universidad. *Revista de Educación*, 219-237. <https://sede.educacion.gob.es/publiventa/la-formacion-de-competencias-basicas-para-el-desarrollo-sostenible-el-papel-de-la-universidad/desarrollo-sostenible-educacion/23296>

Berrio, A., & Ponare, V. (2017). *Propuesta curricular intercultural: Saberes Ancestrales*. Universidad Pontificia Bolivariana. <http://hdl.handle.net/20.500.11912/3340>

Chávez, D., & Norzagaray, C. (2021). Construyendo ciudadanía en la universidad: Una propuesta para la convivencia y resolución de conflictos. *Revista Vértice Universitario*, 23(92). <https://doi.org/10.36792/rvu.v92i92.39>

Han, C. (2015). *La salvación de lo bello*. Herder.

Galanes, L. (s.f.). *Ciudadanía Verde: sociedad de consumo, ecología...* <http://www.uhu.es/e6/descargas/curso%20escenarios%20riesgo%202005/ciudadania%20verd%20luis%20galanes.pdf>

García, Y., & Hurtado, B. (2023). La huerta escolar como estrategia pedagógica para el fortalecimiento de la cultura ambiental en los estudiantes de grado quinto de básica primaria. *Ciencia Latina*

*Revista Científica Multidisciplinar*, 6(6), 11705-11729. <https://ciencialatina.org/index.php/cienciala/article/view/4223>

Hidalgo-Gómez, A., Delgado-Espinosa, M. M., & Villarreal-Reyes, Y. (2022). Las estrategias de intervención comunitaria, vía para la preservación del medio ambiente. *Revista Sociedad & Tecnología*, 5(S2), 390-401. <https://doi.org/10.51247/st.v5iS2.277>

López, C., Salgado, I., & Díaz, Y. (2019). Arte por el medio ambiente: Proyecciones desde la gestión del Movimiento de Artistas Aficionados de la Educación Superior. *Revista Iberoamericana Ambiente & Sustentabilidad*, 2(3 Edición especial), 125-134. <https://doi.org/10.46380/rias.v2i3.60>

Matos, B. (2022). La influencia de la educación ambiental en la percepción del desarrollo sostenible en docentes y estudiantes de secundaria. Un estudio de casos. *Revista Kawsaypacha: Sociedad Y Medio Ambiente*, (10). <https://doi.org/10.18800/kawsaypacha.202202.007>

Mina, J. (2018). *Modelo de Educación para la sostenibilidad en la UPEC, Carchi Ecuador a partir de su comunidad de aprendizaje*. [Tesis doctoral, UCAB]. <http://biblioteca2.ucab.edu.ve/anexos/biblioteca/marc/texto/AAT5831.pdf>

Orozco-Cirilo, S., Jiménez-Sánchez, L., Estrella-Chulím, N., Ramírez-Valverde, B., Peña-Olvera, B. V., Ramos Sánchez, A. & Morales-Guerra, M. (2008). Escuelas de Campo y disponibilidad alimentaria en una región indígena de México. *Estudios Sociales. Revista de Alimentación Contemporánea y Desarrollo Regional*, 16(32), 208-226. <https://www.scielo.org.mx/pdf/estsoc/v16n32/v16n32a7.pdf>

Pérez , D., Bosque, R., & Tornés, E. (2021). Educación ambiental mediante tecnologías de la información y la comunicación en San Vicente, El Salvador. *Revista Iberoamericana Ambiente & Sustentabilidad*, 4, 1-14. <https://doi.org/10.46380/rias.vol4.e056>

Solano, C., Barrera, R., & Pérez, M. (2020). *Educación ambiental basada en competencias: un entorno universitario*. [Conferencia]. V Congreso internacional virtual sobre La Educación en el Siglo XXI. Hidalgo, México. <https://www.eumed.net/actas/20/educacion/19-educacion-ambiental-basada-en-competencias-entorno-universitario.pdf>

UNESCO (s.f.). *The SET4HEI certification*. <https://set4hei.org/certification/>

Valencia, A. (2009). El reto de la ciudadanía ante la crisis ecológica. *Papeles. De relaciones ecosociales y cambio global*, (105), 25-27. [https://www.fuhem.es/media/cdv/file/biblioteca/PDF%20Papeles/105/reto\\_de\\_la\\_ciudadania.pdf](https://www.fuhem.es/media/cdv/file/biblioteca/PDF%20Papeles/105/reto_de_la_ciudadania.pdf)

Vives, J. (2013). El ciudadano ecológico: reflexiones sobre algunos contextos sociales y elementos consmovisionales. *Sociología y Tecnociencia. Revista digital de Sociología del sistema tecnocientífico*, 3(1), 83-104. <https://uvadoc.uva.es/handle/10324/9307>

# **VIDAS FEMININAS MEDIATIZADAS: MANIFESTAÇÃO DA CIDADANIA OU ESPETÁCULO COLONIAL?**

*Isadora da Silva Prestes<sup>1</sup>  
Cássia Amélia Gomes<sup>2</sup>  
Luiza Campos Mendonça<sup>3</sup>*

A cidadania traz em seu bojo o poder da dialética, funcionando como alicerce para a inserção dos atores sociais em seu lugar de direito, por meio de reivindicações, fazendo-se valer seus direitos e deveres. A cidadania é construída por meio de um processo, um vir a ser, resultado da construção social. De acordo com Teixeira e Sousa (2016) diz respeito aos direitos e deveres das pessoas, baseados em cinco pilares

- 
1. Mestranda em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista - UNESP.  
[isadora.prestes@unesp.br](mailto:isadora.prestes@unesp.br)
  2. Doutoranda em Ciências/Agronegócio e Desenvolvimento (FCE/UNESP), Brasil.  
[cassia.amelia@unesp.br](mailto:cassia.amelia@unesp.br)
  3. Mestranda em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista - UNESP.  
[luiza.c.mendonca@unesp.br](mailto:luiza.c.mendonca@unesp.br)

- jurídico, político, social, cultural e econômico. Assim, o tornar-se cidadão contribui para o desenvolvimento da noção de pertencimento, da participação popular e agente de mudança do entorno (Teixeira & Sousa, 2016). Contudo, o processo de construção da cidadania feminina requer, além de tudo, o rompimento com a epistemologia colonial e patriarcal.

Isso porque, ainda nos dias atuais é possível verificar a valorização do masculino, por meio do patriarcado e do sexismo, do controle sobre a sexualidade feminina, designando às mulheres o papel do matrimônio, da vida doméstica e da maternidade. Desta feita, o controle colonial e patriarcal vem estabelecer à mulher um lugar de subalternidade, fazendo-se um abismo entre feminino e masculino quanto às oportunidades para o exercício do poder, contribuindo para o silenciamento (do feminino) em relação às violências sofridas diariamente (Teixeira & Sousa, 2016).

A violência imposta pelos princípios da colonialidade se caracteriza por ser física e simbólica, silenciando, invisibilizando pessoas, culturas, gêneros e raças. Deste modo, a decolonialidade vem reescrever epistemologias, quebrando as amarras da estrutura hegemônica colonial, configurando-se como resistência, voz, ressignificação identitária, emancipação e empoderamento para o feminino (Magalhães & Marcondes, 2022).

Além disso, muitos movimentos sociais têm se preocupado com questões que buscam garantir direitos civis básicos para todos, independente de gênero, raça, etnia, orientação sexual, deficiência, entre outras questões que ainda hoje, impedem grupos de exercer sua cidadania de forma plena e igualitária, ao passo que grupos majoritários têm usufruído de privilégios em detrimento das minorias. Considerando esse contexto,

os movimentos sociais têm desempenhado um papel significativo na luta desses grupos pela reivindicação dos direitos civis básicos - político, econômico, social, os quais ainda perpassam por questões desiguais. Podemos mencionar, por exemplo, o movimento feminista, o movimento LGBTQIAPN+, o movimento negro, dentre outros, que abraçam causas interseccionais em sua batalha pela igualdade de direitos.

O movimento feminista, por exemplo, tem levantado muitas bandeiras, e pautas interseccionais acerca de gênero, raça, classe e outras diferentes relações de poder. Como afirma Colins e Bilge (2021 p. 53), há “um amplo sentido de usos de estruturas interseccionais para estudar uma variedade de fenômenos sociais”, mostrando que existem frentes que atravessam marcas e momentos, os quais estão intimamente ligados.

Nesse sentido, visando alcançar a equidade de gênero, combater a opressão e a discriminação baseada no sexo, pautas levantadas pelo movimento feminista se voltam para a igualdade de direitos entre homens e mulheres, o fim da opressão e da violência de gênero, a representação e participação na esfera pública, a desconstrução dos estereótipos de gênero impostos socialmente, oferecendo formas mais amplas e abrangentes do significado de “ser homem” ou “ser mulher”, uma vez que historicamente, enraizado nas estruturas sociais, tem-se que “ser homem é negar todas as características femininas, assim como ser mulher é também negar as características masculinas” (Nepddm, 2016 p. 08), no entanto, tais características não são únicas e universais. Além disso, o movimento também se preocupa com os direitos das mulheres em decidir sobre seus próprios corpos, lutando também pela autonomia reprodutiva, a qual visa oferecer acesso seguro e legal ao



aborto, contracepção e serviços de saúde reprodutiva, bastante debatidos na atualidade.

Recentemente, a organização dos movimentos passou a ser horizontalizada graças à *internet*, uma vez que “as redes sociais digitais oferecem a possibilidade de deliberar sobre e coordenar as ações de forma amplamente desimpedida” (Castells, 2013 pp. 18-19). Além disso, suas pautas se tornaram mais conhecidas, pois as redes sociais garantem uma maior visibilidade e até mesmo aderência de pessoas que não as conheciam, fazendo com que a participação ativa no movimento também se amplie.

As redes sociais se configuram como ambientes online destinados à publicação de conteúdos sobre sua rotina e dia a dia, no entanto, existe uma grande pressão estética dentro dessas plataformas, onde muitos usuários divulgam corpos padronizados e estereotipados que simbolizam o “modelo ideal” de beleza predominante. Nesse meio, o que se aflora é “a necessidade de mostrar ao outro fragmentos (critérios selecionados) do que somos através de representações” (Carneiro & Oliveira 2013 p. 12), sendo este fenômeno facilitado pelas redes sociais, onde o mediador da informação está intrinsecamente ligado ao eu (Carneiro & Oliveira, 2013).

Filtros e ferramentas de edição de imagem também é sucesso em aplicativos de redes sociais e garantem que os usuários se aproximem do padrão estético. Contudo, essas ferramentas podem criar uma ilusão de perfeição e distorcer a percepção da realidade, levando a comparações prejudiciais e aumentando a pressão estética. Em uma matéria publicada nos sites Terra e Estadão, foi divulgada uma pesquisa realizada em 2021 pela Sociedade Internacional de Cirurgia Plástica

Estética e pela Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, que revelou mais de 1,4 milhão de procedimentos estéticos realizados no Brasil. A matéria também incluiu entrevistas com pessoas que optaram por esses procedimentos e com profissionais da área da saúde, como psicólogos e cirurgiões plásticos, que apontaram a influência das redes sociais e da pandemia, período com muitas reuniões online, como fatores para o aumento da busca por procedimentos estéticos.

Nas redes sociais, as pessoas compartilham momentos felizes, deixando de lado suas angústias, incertezas e desejos, o que cria a ilusão de que suas vidas online estão constantemente preenchidas com alegria e satisfação, garantindo maior aceitação social nas plataformas. Essa tendência pode ser atribuída a vários fatores, como o desejo de impressionar os outros, construir uma imagem idealizada na *internet* e evitar mostrar vulnerabilidades, porém muitas pessoas não se sentem representadas por essa realidade. Como resultado, aqueles que não se encaixam nos padrões pré-definidos pelas plataformas podem sofrer problemas sérios, como baixa autoestima, insatisfação com seus corpos e até mesmo desenvolver transtornos alimentares e problemas de saúde mental devido à pressão exercida pelas redes. Essa situação se tornou ainda mais intensa com a ascensão dos influenciadores digitais, que compartilham suas vidas e rotinas de forma idealizada, contribuindo para a perpetuação desses estereótipos, ao passo que a sociedade tem percebido a forte exposição da mídia para este ideário, gerando assim, “uma compulsão a buscar uma anatomia ideal” (Damasceno et al, 2006, p. 82).

Ao compreender como a abordagem midiaticizada afeta o feminino na atualidade e contribui para a cidadania, pretende-se, com o estudo,

compreender o papel dos usuários e influenciadores nas mídias sociais buscando a transformação social e a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

## **Movimentos sociais e movimento feminista**

Existem muitas definições para movimentos sociais. Neste trabalho, será abordada a definição proposta por Maria da Glória Gohn que os conceituam como “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas da população se organizar e expressar suas demandas” (Gohn, 2011, p. 335). Nesse ínterim, movimentos sociais são mobilizações coletivas organizadas por grupos sociais em prol de uma causa ou objetivo comum. Muitas vezes, eles surgem em resposta a situações de desigualdade ou de demandas sociais não atendidas, sejam elas de cunho político, econômico, social, entre outros, reivindicando por mudanças e garantindo os direitos da coletividade.

Como vimos, os movimentos sociais são respostas à desigualdade social, política e econômica que emergiram ao longo da história. Com o advento do sistema capitalista e a consequente centralização do poder e da riqueza nas mãos de uma pequena elite, os movimentos sociais tiveram grande efervescência na luta pelos direitos dos trabalhadores. Assim, podemos dizer que os movimentos sociais guiaram-se “pelos interesses antagônicos entre a burguesia e os trabalhadores” (Gohn, 1997 p. 151). Com o passar do tempo, outras pautas passaram a ser levantadas pela sociedade civil, visando a luta por direitos e cidadania, para além da dicotomia entre patrão e empregado. Assim, Melucci (1989) afirma a necessidade de acompanhar a complexidade do capitalismo entendendo também seus aspectos interacionais, simbólicos e de identidade.

O desenvolvimento capitalista não pode mais ser assegurado pelo simples controle da força de trabalho e pela transformação dos recursos naturais para o mercado. Ele requer uma intervenção crescente nas relações sociais, nos sistemas simbólicos, na identidade individual e nas necessidades. (Melucci, 1989, p.10)

Nesse sentido, os movimentos sociais passaram a discutir outros temas como gênero, raça, etnia, orientação sexual, religião, deficiência, entre outros. Com caráter mais identitário, esses movimentos buscam combater a discriminação, o preconceito e a desigualdade enfrentados por esses grupos, bem como promover a causa, garantindo-lhe visibilidade e participação, reivindicando direitos, reconhecimento e inclusão social.

Os conflitos sociais saem do tradicional sistema econômico-industrial para as áreas culturais: eles afetam a identidade pessoal, o tempo e o espaço na vida cotidiana, a motivação e os padrões culturais da ação individual. (Melucci, 1989, p. 10)

Como exemplo de movimento social, podemos citar o movimento feminista caracterizado por suas lutas contra a violência de gênero e pela igualdade de direitos pelas mulheres em diferentes esferas. Como afirma Garcia (2011, p.13), o movimento feminista pode ser definido como:

A tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, da opressão, dominação e exploração de que foram e são objeto por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as move em busca da liberdade de seu sexo e de todas as transformações da sociedade que sejam necessárias para este fim.

O movimento feminista é definido como uma ação política, teórica e prática que busca alcançar a igualdade de gênero e combater a

opressão, discriminação e violência baseadas no gênero (Garcia, 2011). Embora seja frequentemente associado a um fenômeno contemporâneo, o movimento feminista tem suas raízes no final do século XIX e está intrinsecamente ligado à Revolução Francesa. Estudiosos da área dividem o movimento feminista em quatro ondas, que não seguem uma linha temporal linear, mas fazem parte de um complexo processo histórico-social marcado por momentos significativos que podem ser considerados como partes de um sistema mais amplo (Zirbel, 2021).

Na primeira onda as mulheres lutavam pelo sufrágio e isonomia. No entanto, as mudanças político-sociais que estavam ocorrendo na Europa estabeleciam sociedades denominadas democráticas que beneficiavam apenas homens brancos e proprietários de terra. Esses grupos “estabeleceram regras dos mais variados setores sociais e negaram a todas as mulheres a possibilidade de tomar decisões em qualquer âmbito da vida social e, conseqüentemente, sobre suas próprias vidas” (Zirbel, 2021 pp. 12 – 13). A partir daí, surge a primeira onda do feminismo. Nela, as mulheres buscavam, em sua maioria, a autodeterminação sexual, melhores condições de trabalho, acesso à educação formal, reforma do direito matrimonial, unindo-se também em torno da luta pelo sufrágio, buscando acessar direitos civis básicos. Com o poder do voto e o acesso aos lugares de decisão política “seria possível alterar as leis e instituições que as exploravam e oprimiam como mulheres e como trabalhadoras” (Zirbel, 2021, p. 15).

Na segunda onda, milhares de mulheres assumiram os postos de trabalho considerados masculinos enquanto os homens lutavam nas guerras mundiais. Nesta onda, a maternidade ocupou lugar central de discussão e luta feminina. As mulheres lutavam por questões como o direito ao aborto,

direitos reprodutivos, sexuais além de outros temas como igualdade salarial, combate à violência de gênero e a opressão patriarcal. Mas, só “em 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos reconheceu a igualdade entre os sexos, assim como a igualdade entre os cônjuges. Todavia, campanhas foram realizadas para convencer as mulheres a retomarem suas posições de esposas submissas e ‘do lar’” (Zirbel, 2021, p. 15).

Em 1960, as mulheres conquistam o direito pelos seus corpos com o lançamento da primeira pílula anticoncepcional. Com isso, foi aberto um novo caminho para as mulheres. Elas podiam escolher quando ter filhos e assim havia a possibilidade de se dedicar ao mercado de trabalho. “Nos anos 1960, pela primeira vez, as mulheres falam abertamente sobre as relações de poder entre homens e mulheres” (Luz & Fraga, 2016, pp. 2-3).

Na terceira onda, as lutas são mais diversas em termos de raça, etnia, orientação sexual e classe social. As feministas da terceira onda lutam por questões como a igualdade no acesso à saúde e à educação, direitos LGBTQIAPN+, questões ambientais, justiça racial, além de continuarem a lutar por questões relacionadas ao corpo e à sexualidade feminina.

Questões que eram pensadas em pequenos grupos [...] entraram na pauta de variados grupos feministas. As ferramentas teóricas possibilitaram um aprofundamento da análise das variadas e simultâneas formas de opressão vivenciadas por uma mesma mulher, assim como da questão das diferenças e da diversidade internas ao movimento feminista. (Zirbel, 2021, p. 22)

A quarta onda, por fim, é vivida na contemporaneidade, e se caracteriza principalmente pela sua articulação no meio online. Perez e Ricoldi (2019) afirmam que a quarta onda se destaca pela

presença dos meios de comunicação digitais; a adoção de diversas clivagens sociais atreladas ao gênero na luta feminista, ou a disseminação da ideia de um feminismo interseccional e a organização em forma de coletivos. (p. 08)

Como vimos, os meios de interação digital têm avançado e mudado a forma como nos comunicamos e interagimos. Isso se dá também no âmbito dos movimentos sociais. Muitos movimentos se organizam de forma mais horizontal nas redes, criam grupos, canais de comunicação, levantam *hashtags* e garantem maior visibilidade para suas pautas por meio da *internet*. Nesse sentido, muitos movimentos que levantam pautas locais podem acabar se tornando conhecidos globalmente através do meio online. Castells (2013) afirma que:

Os movimentos são simultaneamente locais e globais. Começam em contextos específicos, por motivos próprios, constituem suas próprias redes e constroem seu espaço público ao ocupar o espaço urbano e se conectar as redes de internet. Mas também são globais, pois estão conectados com o mundo inteiro. (Castells, 2013, p. 130)

Nesse sentido, temos acesso a milhares de informações, locais, regionais, nacionais e internacionais de mobilizações e movimentos sociais realizados ou divulgados na *internet*, principalmente através das plataformas de interação social como *Instagram*, *Facebook*, *Twitter*, *Tik Tok* e *YouTube*. Isso também acontece com o movimento feminista. O movimento está presente nos canais de comunicação digitais e, além disso, muitos coletivos e ativistas do movimento divulgam conteúdos

sobre as correntes feministas<sup>4</sup> buscando desmistificá-las em meio a tantas informações verídicas ou não sobre o assunto, garantindo também a luta e a participação feminina em prol de seus direitos.

## **Cidadania e participação social**

Na atualidade, mesmo com os avanços em termos de inovação e tecnologia, ainda é possível constatar o predomínio de uma sociedade colonial, a qual entende com naturalidade o domínio de determinados grupos sociais, invisibilizando outros. Além disso, a restrição ao acesso a bens e serviços, à participação no espaço político, a oportunidades de trabalho, estudo, impossibilitando a participação na sociedade. Assim, é possível compreender como minoria os grupos sociais que estão pouco ou nada presentes em espaços de poder e privilégios, privados de participar do processo de construção da cidadania e com isso, de gozar de seus direitos, de desenvolver a noção de pertencimento, de exercer seu papel como agente transformador do entorno (Torquato, 2021).

Ainda que oficialmente, conforme a Constituição, os direitos e deveres de homens e mulheres sejam iguais, na prática o patriarcado ainda impera, impondo barreiras políticas, econômicas e culturais, o que dificulta a discussão e a mudança a respeito das questões de gênero (Teixeira & Sousa, 2016). Pureza (2018) se ancora em Reardon (1995) para levantar questões relacionadas ao patriarcado. Para os autores, o

---

4. Cabe destacar a existência de diversas correntes feministas as quais são fortemente interseccionadas pelo gênero, orientação sexual, raça, classe, religião, profissão, de ideais, entre outros. Mulheres negras, pardas, brancas, indígenas, com deficiência, cis ou transexuais, heterossexuais, LBQPN+, liberais, conservadoras, radicais, entre outras, possuem experiências não homogêneas entre si, nesse sentido, diferentes feminismos surgiram para abordar tais complexidades interseccionais.



patriarcado pode ser descrito como um “sistema de guerra”, caracterizado como uma estrutura social competitiva fundamentada em princípios autoritários. Esse sistema pressupõe a existência de desigualdade de valor entre seres humanos, é mantido por meio da coerção e institucionaliza a dominação masculina dentro de estruturas hierárquicas, sendo legitimado pela cultura. É por isso que, o tornar-se cidadã para a mulher não ocorre por direito, mas exige constantes lutas e mobilizações.

No decorrer dos séculos XVIII e XIX, as mulheres ingressam no espaço público em campanhas abolicionistas, revolucionárias e emancipatórias, visando interesses da coletividade. Assim, o movimento feminista se fez presente em diferentes mobilizações, trazendo à tona a luta pela emancipação feminina (Magnoli & Barbosa 2011). No século XX, os movimentos liderados por mulheres lutavam pela inserção destas na educação, mercado de trabalho e voto (Prá, 2013).

Nomeadamente, desde a luta pelo direito de voto, as mulheres seguem partilhando experiências de mobilização nacional, regional e internacional. Por estes caminhos, elas ampliam seus espaços de participação e qualificam os conteúdos da agenda pública com o debate sobre a democracia paritária. Afinal, na medida em que elas questionam os déficits da cidadania política feminina ou os princípios da democracia contemporânea, deixam em aberto um amplo campo de ação política e uma extensa pauta de pesquisa. (Prá, 2013, p. 32)

De acordo com Gohn (2019) o século XX se estabelece como um marco para a mulher em termos de lutas pela igualdade e participação na sociedade. Participação esta, que tem como intuito a construção de uma nova realidade social. Deste modo, a participação da mulher na

sociedade tem sido fundamental para explicar processos de inclusão, contra as injustiças, desigualdade e pelo reconhecimento de direitos.

Na modernidade o conceito de cidadania é pautado sob a vertente de que, é considerado cidadão o sujeito que apresenta garantias de participação - através da ação social alcança os seus direitos. “A livre escolha preside os demais tão logo a capacidade de escolher seja criada” (Marshall, 1967, p. 60). Isso quer dizer que, a cidadania se desenvolve no seio das sociedades e deveria versar a respeito dos direitos e deveres dos atores sociais, garantindo uma organização social mais igualitária (Carvalho, 2002). Contudo, o sistema colonial e patriarcal contribui para a defasagem de igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Corroborando com o olhar feminista e a perspectiva de gênero, é preciso a reflexão a respeito da construção da cidadania feminina, haja vista as limitações e barreiras impostas pelo patriarcado. A reflexão contempla a democratização dos direitos das mulheres, com vistas à conscientização da sua condição, ressignificação identitária e emancipação. Deste modo, o que se almeja com o desenvolvimento da cidadania é garantir que a sociedade se alicerce em princípios mais igualitários e com equidade, contribuindo para a implantação de políticas públicas que oportunizem a inserção da mulher em seu lugar de direito (Teixeira & Sousa, 2016).

Na modernidade, a cidadania se desdobra como uma estratégia para a transformação social, alicerçada na resistência, lutas e mobilizações. Assim, a mediatização vem contribuir para que a mulher, até então marginalizada em seus deveres, invisibilizada e privada de gozar de seus direitos, possa socializar, pautar e reivindicar (Teixeira & Sousa, 2016).

A tomada de consciência da mulher a respeito da sua condição se faz urgente, de modo que os prejuízos, exclusões e limitações que lhes são impostos sejam percebidos como violências, rompendo o ciclo de opressão e sujeição. Tal dinâmica se faz relevante, pois as amarras da colonialidade que permeia a sociedade contribuem para que o próprio oprimido se torne adepto/defensor de um sistema que favorece o opressor. Segundo Lima e Gontijo (2012), “a eliminação do androcentrismo exige a reestruturação das relações de reconhecimento, por meio da desinstitucionalização de padrões valorativos sexistas e sua substituição por outros que expressem respeito igual pelas mulheres” (p. 223).

O feminismo decolonial caminha no sentido da superação da dualidade, das dicotomias, das relações político-sociais desiguais, tendo a cidadania como sustentáculo, visto que se baseia na autonomia, na emancipação, na superação da opressão, que a divisão do trabalho não seja pautada pelo sexo/gênero, que os direitos sejam ampliados e assegurados e que as mulheres possam ser livres para fazer escolhas (Magalhães & Marcondes, 2022). Portanto, a cidadania feminista traz à tona a voz calada pelo patriarcado, se constituindo como um grito de denúncia.

### **Mediatização do feminino**

A mediatização se configura como um processo de intersecção entre a mídia e diversos campos sociais, que vem gerando a dependência cada vez mais acentuada da sociedade (Hjarvard, 2014), cujos atores sociais utilizam os recursos em benefício próprio, conforme suas demandas. “As instituições são ferramentas de criação de sentido, bússolas normativas e *scripts* mentais para a ação, mas não são instruções

completas que determinam a criação de sentido e a ação de uma forma automática e uniforme” (Hjarvard, 2014 p. 28). Isso quer dizer que tal processo ocorre de forma bilateral, ou seja, não se trata somente da presença da mídia na sociedade, mas da interação e construção de sentido pelos usuários.

É possível inferir que estamos vivendo a “sociedade do espetáculo”, para a qual se torna vital o ato de se expor, de se mostrar, de ser visto. Diante disso, se faz relevante a compreensão de que as redes sociais têm contribuído para a eclosão da necessidade de se expor, de mostrar uma vida de perfeição e felicidade para a sociedade, porém, muitas vezes como uma estratégia de compensação.

A presença da mídiatização na rotina das pessoas vem se estabelecendo como um paradoxo, a qual proporciona um espaço de liberdade e expressão, mas também de aprisionamento, visto as exigências impostas ao corpo feminino. A mídiatização do feminino impõe a mulher o rigor de padrões a serem seguidos para se sentir aceita e parte do clã. Assim, o estudo vem mostrar quão controversa ainda é a mídiatização do feminino, haja vista as sujeições sofridas para alcançar um padrão inalcançável imposto pelas mídias sociais e que refletem na linguagem corporal (Baitello, 2005).

A sociedade constrói padrões de beleza alicerçados nas mídias sociais, impondo às mulheres a adequação, como é o caso do mito da eterna juventude, no qual o corpo precisa ser jovem, definido e firme (Lipovetsky & Serroy, 2015). Nas redes sociais é possível notar que boa parte dos conteúdos expostos se resume à beleza, dietas, corpos esculturais, viagens e *status* social. Contudo, o que vemos nos tempos atuais são mulheres, em sua maioria, insatisfeitas com a própria imagem,

buscando de forma incessante um corpo e uma aparência ideal, conforme o que é mostrado em redes sociais por influenciadoras digitais.

A globalização e a pulverização das mídias sociais trazem novas formas de organização social, visto que a estética passou a ser objeto de consumo (Lipovetsky & Serroy, 2015). Em um contexto onde impera a aceitação social e o pertencimento tem papel de destaque, a aparência se apresenta como vital, ficando evidente a homogeneização e padronização, por meio das quais, muitas mulheres “adquirem” lábios, rostos, dentes, corpos, formas de pensar, comportamentos idênticos (Fonseca, 2019). “O consumo é um investimento em tudo que serve para o valor social e a autoestima do indivíduo” (Bauman, 2008, p. 76).

A beleza da mulher sempre esteve vinculada a padrões estabelecidos pela sociedade, sofrendo alterações, reformulações e rupturas ao longo dos tempos. Na atualidade as mídias sociais tomaram o controle no que diz respeito ao padrão de beleza feminino – uso de maquiagens, tinturas de cabelo, procedimentos estéticos na face e no corpo, bronzeamento artificial, etc. (Fonseca, 2020). Todavia, vem surgindo um movimento de contracultura, que na contramão da proposta atual visa segmentar, incluir diferenças, personalizar, focar na diversidade (Fonseca, 2020).

Atualmente, vem despontando a tendência para a quebra de paradigmas, em decorrência de movimentos que surgiram nas próprias redes sociais digitais por influenciadores de nichos - a moda *plus size*; o cabelo grisalho, por meio do movimento Revolução Grisalha, liderado por mulheres que estão adotando os cabelos brancos e grisalhos (Aires & Lopes, 2022); e a valorização dos cabelos crespos em detrimento dos alisamentos (Fonseca, 2020).

Para Tonidandel et al. (2019) a mídia se configura como espaço de representação social, que pode reproduzir e reforçar o sexismo e estereótipos de gênero, como é o caso dos comerciais de cervejas brasileiras, na grande maioria, direcionados ao público masculino, os quais cultuavam a hiperssexualização das mulheres. Porém, a publicidade vem lançando um novo olhar para a linguagem e os modelos, representando uma transformação social, a qual decorrente de movimentos midiáticos, criando espaço para que as pessoas possam se expressar reivindicar, criticar, ressignificar e ser agente de mudança do seu entorno.

De acordo com Fialho e Miranda (2021) o movimento feminista no Brasil vem sendo uma liderança no movimento de contracultura, lutando contra opressões e sujeições que ocorrem de forma oculta às mulheres; fruto, em especial, do patriarcado. Portanto, o cenário contemporâneo traz uma nova condição para a mulher, mediada pela construção da aparência, surgindo, por meio dos movimentos de contracultura, novas linguagens e narrativas (Stecanela, 2009).

## **Metodologia**

O presente estudo mostra o quão relevante é o conhecimento dos impactos da midiaticização para a mulher na atualidade, uma vez que as exigências sociais podem oprimir e sujeitar a mulher na busca por padrões estabelecidos pelo colonial. Diante disso, vem discorrer acerca das contradições da midiaticização de vidas femininas, sua influência na formação da cidadania na atualidade, bem como a sujeição a padrões coloniais.

Para alcançar os objetivos e chegar aos resultados, utilizou-se como estratégia metodológica a pesquisa bibliográfica, pois de acordo

com Minayo (2010) traz a oportunidade de análise para ações com base em uma realidade plural, como também o vasto acesso a fenômenos, sendo possível estabelecer relações entre estes e a realidade social (Gil, 2010).

Foi realizada pesquisa nas bases de dados SciELO e PePSIC, repositórios online de teses e dissertações e em livros a respeito da midiaticização da mulher na atualidade, formação da cidadania da mulher, padrões coloniais estabelecidos pela mídia.

## **Resultados e Discussões**

Na atualidade, as tecnologias de informação e comunicação trazem para a mulher a oportunidade de inclusão social ao proporcionar espaços de reivindicação. Assim, a *internet* tem se mostrado uma ferramenta que oportuniza a resistência, a emancipação e o empoderamento, proporcionando visibilidade e estratégias para a construção da cidadania. (Teixeira & Sousa, 2016).

É possível perceber que a mulher integra as minorias sociais, compreendidas como grupos que estão pouco ou nada presentes em espaços de poder e privilégios, impedidos de participar do processo de construção da cidadania e com isso, de gozar de seus direitos, de desenvolver a noção de pertencimento e de exercer seu papel como agente de transformação (Torquato, 2021). Além disso, muitas mulheres se encontram atreladas a valores impostos pela sociedade, os quais limitam a sua liberdade, dificultando a vivência conforme sua essência, exigindo a adequação conforme ideais de beleza inalcançáveis e padrões de comportamento.

Gohn (2019) mostra que o século XX vem se estabelecer como um marco para a mulher em termos de lutas pela igualdade e participação na sociedade, com vistas à construção de uma nova realidade social, através do movimento feminista, que por meio de diferentes mobilizações trouxe à tona a luta pela emancipação (Magnoli & Barbosa, 2011). Isso mostra que, as lutas travadas pelas mulheres contra o patriarcado e os princípios coloniais surtiram efeito, visto a conquista por direitos, como o voto, a inserção no mercado de trabalho, mas ainda longe da igualdade de direitos.

A midiáticação do feminino traz em si a oportunidade de expressão, de posicionamento e de lutar por seu lugar de direito, porém, apresenta uma face que exige a adequação ao padrão imposto, podendo levar a mulher ao adoecimento físico e/ou psicológico, visto os procedimentos estéticos, cirurgias plástica, dietas e a criação de um *falso-Self* para exteriorizar sua pseudo perfeição. Tal processo ocorre em decorrência da interação dos sujeitos e em suas trocas reconstruem suas identidades, muitas vezes, de forma copiosa a um padrão, se despersonalizando.

A construção da identidade e da subjetividade está cada vez mais atrelada à visibilidade, a midiáticação e a estetização. Isso porque se atribui valor à imagem, impondo ao sujeito a necessidade de se mostrar para se sentir visto. De acordo com Dramali (2022) a midiáticação vem se configurando como prática social, trazendo a visibilidade como exigência para a legitimidade e reconhecimento, gerando a “desapropriação de si”, a “extimidade” como forma de validação pelo outro e a ostentação sobre o consumo.

A mídia e a tecnologia promovem estratégias de relações, integrando aquilo que a pessoa (re)produz, fazendo parte da sua representação



social. O cenário atual impõe apropriação, imitação, cópia de padrões, haja vista a necessidade de aceitação social, sendo os perfis com maior número de inscritos e seguidores os que ditam as regras, qual aparência se deve ter, qual procedimento estético aderir, o que vestir, comer, consumir. Não somos livres para ter o corpo que temos ou queremos, mas o que é ditado pela mídia.

Portanto, o estudo vem mostrar que o processo de construção da cidadania requer liberdade e ressignificação identitária, de modo que a mulher possa ser fiel a sua essência, sem necessitar aderir às exigências sociais, a se submeter a procedimentos estéticos e cirúrgicos para se enquadrar em um padrão, sem precisar adoecer física e/ou mentalmente para alcançar um ideal inalcançável.

## **Conclusão**

A contemporaneidade traz com as tecnologias de informação e comunicação a oportunidade de dar voz à mulher. A *internet* tem se configurado como uma ferramenta que oportuniza a resistência, a emancipação e o empoderamento a grupos antes marginalizados, proporcionando visibilidade e estratégias para a construção da cidadania. Assim, a midiaticização vem oportunizar espaços políticos e sociais para a inserção da mulher como cidadã de direitos (Teixeira & Sousa, 2016). Contudo, é preciso a reflexão a respeito do papel das redes sociais, visto a ambivalência que as mesmas trazem em si, pois ao mesmo tempo em que pode contribuir para elevar a autoestima, pode também para o sentimento de menos-valia, em decorrência de comparações, de padrões de beleza inalcançáveis.

Assim, a midiaticização vem contribuir para que a mulher, até então marginalizada e privada de gozar de seus direitos possa socializar, pautar e reivindicar (Teixeira & Sousa, 2016), Contudo, ainda controversa, pois ao mesmo tempo em que as mídias digitais oportunizam voz a mulher, impõem padrões a serem seguidos. Mulheres se veem obrigadas a aderir a procedimentos estéticos, a se submeter a cirurgias plásticas, consumir determinadas marcas para se encaixar, se sentir inserida em um padrão construído socialmente - são fortemente estimulados pelas mídias, onde influenciadores digitais ditam regras e impõe padrões de beleza.

## Referências

- Aires, B., & Lopes, A. (2022). Revolução grisalha: libertação e midiaticização. *Revista Mídia & Cotidiano*, 17(1), 135-159. <https://doi.org/10.22409/rmc.v17i1.53714>
- Baitello, Jr. N. (2005). *A era da iconografia. Ensaios de comunicação e Cultura*. Hancker Editores.
- Bauman, Z. (2008). *Vida para Consumo*. Zahar.
- Carneiro, J., & Oliveira, W. G. de. (2013). *As redes sociais como um espaço de representação do “eu”*. Uma análise do Instagram no Facebook [Trabalho apresentado]. IV Pró-Pesq PP. Encontro de Pesquisadores em Publicidade e Propaganda. E-book IV, p. 1842 – 1855.
- Carvalho, J. M. (2002). *A Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Civilização Brasileira.

Castells, M. (2013). *Redes de Indignação e Esperança. Movimentos sociais na era da Internet*. Zahar.

Collins, H. P. & Bilge, S. (2021). *Interseccionalidade*. Boitempo.

Damasceno, O. V., Vianna, V. R. A., Vianna, J. M., Lacio, M., Lima, J. R. P., & Novaes, J. S. (2008). Imagem corporal e corpo ideal. *Revista brasileira de ciência e movimento*, 14(2), 81-94.

Dramali, B. L. (2022). Empreendendo o Projeto Gravidez: gestação (ou gestão) de uma nova vida? *Desidades*, 10(33), 43-58. <https://desidades.ufrj.br/artigo/empreendendo-o-projeto-gravidez-gestacao-ou-gestao-de-uma-nova-vida/>

Fialho, C., & Miranda, T. (2021). *Grisalhas: identidade e liberdade feminina*. Barn Editorial.

Fonseca, M. de S. G. (2020). *Influenciadoras Digitais de Moda e Beleza no Instagram: estratégias comunicacionais, institucionalidades e consumo midiaticado do público feminino* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte,].

Garcia, C. C. (2011). *Breve história do feminismo*. Claridade.

Gil, A. C. (2010). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. Atlas.

Gohn, M. da. (1997). *Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e Contemporâneos*. Edições Loyola.

- Gohn, M. da. (2011). Movimentos Sociais na Contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, 16(47) 333-359.
- Gohn, M. da. (2019). Teorias Sobre a Participação Social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais. *Caderno CrH*, 32(85) 63-81.
- Hjarvard, S. (2014). Mídia-tização: conceituando a mudança social e cultural. *MATRIZES*, 8(1).
- Leles, F. R. C. I. (2019). *Internalização, pressão estética e estereótipos nas mídias digitais: uma abordagem historiográfica (2008 - 2019)*. [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Uberlândia].
- Lima, A. M. D., & Gontijo, F. S. (2012). Questão Social como Problema de Justiça: notas fraserianas. In A. J. Lima, M. D. M. Ferreira, & M. R. Viana (Orgs.), *Políticas Públicas e Cidadania: temas em debate*. EDUPFI.
- Lipovetsky, G., & Serroy, J. (2015). *A Estetização do Mundo: viver na era do capitalismo artista*. Companhia das Letras.
- Luz, S. da. A., & Fraga de. C. L. (2020). Os comerciais da Barbie e a formação do imaginário da mulher. *Revista Temática*, 16(2) 47-63.
- Magalhães, N. L. B., & Marcondes, O. M. (2022). Refletindo sobre feminismo em perspectiva decolonial. *Revista Cactácea*, 02(06) 64-75.

- Magnoli, D., & Barbosa, E. S. (2011). *Liberdade versus Igualdade: o mundo em desordem (1914-1945)*. Record.
- Marshall, T. H. (1967). *Cidadania e classe social. Cidadania, classe social e status*. Zahar.
- Melucci, A. (1989). Um objetivo para os movimentos sociais? *Revista Lua Nova*, 17, 49-66.
- Minayo, M. C. de S. (Org.). (2010). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Vozes.
- Nepddm, Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. (2016) *Vamos falar sobre masculinidades?* Cartilha de masculinidades.
- Prá, J. R. (2013). Cidadania de Gênero, Democracia Paritária e Inclusão Política das Mulheres. *Gênero na Amazônia*, 15-35.
- Perez, C. O & Ricoldi, M. A. (2019). *A Quarta Onda Feminista: Interseccional, Digital e Coletiva*. [Trabalho apresentado] X Congresso Latino-americano de Ciência Política (ALACIP), Monterrey, México.
- Pinto, C. J. R. (2010). Feminismo, História e Poder. *Revista de Sociologia e Política*, 18(36), 15-23.
- Pureza, J. M. (2018). O desafio crítico dos estudos para a paz. *Organicom*, 15(28), 74-89. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-2593.organicom.2018.150549>

Reardon, B. (1995) *Sexism and the war system*. Teachers College Press.

Stecanela, N. (2009). O cotidiano como fonte de pesquisa nas ciências sociais. *Conjectura*, 14(1), 63-75.

Teixeira, T. H. S., & Sousa, S. L. B. C. de. (2022). OCUPANDO ESPAÇOS: a busca pela cidadania feminina nos dispositivos midiáticos da internet. *Cambiassu: Estudos em Comunicação*, 335-348.

Tonidandel, R., Vouguinha, M., & Almeida, A. L. de C. (2019). Representações do Gênero Feminino: o (re)posicionamento da skol na campanha “repôster”. *Comunicologia*, 12(1), 129-147. <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RCEUCB/article/view/10408>

Torquato, C. (2021). Minorias, lugar de fala e direito à comunicação na mídia: entre o ativismo pela cidadania e a mercadorização de pautas sociais. *Intexto*, (52), 104996. <https://doi.org/10.19132/1807-8583202152.104996>

Zirbel, I. (2021). Ondas do Feminismo. Blog de ciências da Universidade Estadual de Campinas. *Mulheres na Filosofia*, 07(02), 10-31.

# DESAFIOS PARA CONSOLIDAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA COMO SERES MEDIA: PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS DA INSERÇÃO DA NEGRITUDE NOS AMBIENTES MIDIÁTICOS POR INTERMEDIÇÃO DA TECNOLOGIA

*Alan Tomaz de Andrade<sup>1</sup>  
Osvando José de Moraes<sup>2</sup>*

Delimitar o que é o ser, se consolida como uma das principais tarefas da filosofia e das ciências sociais no campo do conhecimento científico. Até o presente momento, não existe um conceito fechado para este questionamento, porém, avançamos no levantamento de algumas reflexões que podem ser guias na construção de novas epistemologias.

- 
1. Mestre em Mídia e Tecnologia.  
Doutorando em Mídia e Tecnologia pela FAAC UNESP  
[alan.tomaz@unesp.br](mailto:alan.tomaz@unesp.br)
  2. Pós Doutor em Teorias da Comunicação e Hermenêutica.  
Professor da FAAC UNESP  
[osvando.j.morais@unesp.br](mailto:osvando.j.morais@unesp.br)

Se existe grande dificuldade de chegar nesse conceito e na mesma proporção, diversas vertentes teóricas discutindo esse assunto, quando nos deparamos com o conceito de seres media, o debate fica ainda mais tencionado.

Considerando o avanço dos aparatos tecnológicos e uma de suas principais manifestações, que é a instantaneidade, adicionando a reflexão de que o ambiente midiático está cada vez mais incorporando ferramentas tecnológicas, fica o questionamento de quais mudanças sociais foram operacionalizadas no ser humano moderno e em que momento essas alterações comportamentais se diferenciam das concepções iniciais do que é o ser.

Na mesma proporção de complexidade, considerando os marcadores de desigualdades e violências contra grupos minorizados no Brasil, que no caso deste estudo, é a população negra, o debate sobre a definição do ser e a composição dos seres media, torna-se ainda mais difícil, uma vez que o processo de escravização trouxe como principal característica a retirada da humanidade desses corpos, e considerando que para existir um ser media, primeiramente é necessário se consolidar um ser, qual é o lugar do negro dentro deste debate.

Em um primeiro momento, torna-se necessário compreender que o capitalismo financeiro, foi responsável pela criação da fabulação de que vivemos na era do progresso e desenvolvimento das sociedades contemporâneas por conta das ferramentas tecnológicas e midiáticas. Contudo, torna-se necessário questionar quais são as perversidades, fabulações e possibilidades (Santos, 1994) que estão envolvidas nesta ideação, quando vivemos em uma realidade que é marcada pela violência sistêmica.



A partir desta reflexão, delimitam-se as pessoas, processos e plataformas investigadas neste estudo, onde ‘pessoas’ serão representadas pela população negra brasileira, ‘processos’ pelos desafios da consolidação dessa população enquanto seres media e ‘plataformas’ os ambientes midiáticos com intermediação das tecnologias.

O presente estudo, que teve apoio da CAPES, apresenta como problema de pesquisa, as formas como o colonialismo midiático e tecnológico brasileiro interferem no processo de reconhecimento da população negra enquanto *seres media* e contribui na manutenção de violências.

A hipótese elaborada, parte da reflexão de que o racismo estrutural brasileiro, sempre garantiu para população branca, o controle de espaços de poder, sendo a mídia e a tecnologia, os lócus de maior atenção na contemporaneidade. Esta relação desigual, que é histórica, é responsável por contribuir com o processo de silenciamento de vozes negras e criação de discursos preconceituosos que desconsideram a existência de corpos negros enquanto seres humanos e consequentemente, como *seres media*.

Apresentamos como tese, que a população negra brasileira, historicamente encontrou dificuldades no estabelecimento da sua condição de ser humano e enfrenta o mesmo desafio para seu pleno desenvolvimento no ambiente midiático e tecnológico.

O estudo tem como justificativa a necessidade de um aprofundamento nos estudos sobre a gênese das desigualdades sociais brasileira com a população negra e como esse fenômeno contribui no aprofundamento das violências. O artigo será construído por meio de pesquisa exploratória, considerando autoras e autores no campo da

história e das teorias da comunicação e tecnologias. Passará por uma revisão bibliográfica, contemplando literaturas atuais sobre o tema, incorporando uma categorização de dados.

Seu objetivo geral, é apresentar que não existe uma efetiva consideração da população negra enquanto *seres media*, uma vez que ainda constatamos dificuldades na consolidação da humanidade desses sujeitos na própria estrutura da sociedade. Já os objetivos específicos, irão relacionar as violências do processo de colonização do território brasileiro, com o colonialismo identificado na mídia e na tecnologia e como eles intensificam as violências contra população negra brasileira, ainda conceituando de que forma esse processo de colonialismo midiático e tecnológico ajudam a criar espaços de valorização do discurso único e intoxicação social contra populações subalternizadas, que no caso deste artigo, é a população negra.

Ao final, espera-se que essas contribuições históricas e filosóficas sejam capazes de desvendar esses processos violentos, contribuindo como fundamentação para pensar em políticas públicas e mobilização social para que a população negra brasileira tenha condições de assumir um papel de protagonismo dentro dos aparatos midiáticos e tecnológicos, fazendo com que também se insiram nesta perspectiva de seres media.

### **Reflexões conceituais a respeito da origem do ser, dos seres media e suas contradições no reconhecimento da população negra**

Tanto a filosofia, quanto as ciências sociais, são áreas de estudo que se encarregam de compreender o sentido da existência humana, com o objetivo de conhecer a ancestralidade e traçar novas perspectivas de futuro. Compreendemos que antes de dissertar sobre o que são os

seres media e quais grupos não conseguem se enquadrar neste conceito, primeiramente precisamos desenvolver uma delimitação do que é o próprio ser. Neste estudo, utilizaremos as ferramentas desenvolvidas por Bombassaro & Paviani (2004) para compreender o seu sentido.

Os autores apresentam duas maneiras de refletir sobre a semântica do termo ‘ser’, é por meio delas que será desenvolvido o estágio inicial de pesquisa. Em um primeiro momento, consideram que “O ser humano não é humano, ele se torna humano” Bombassaro & Paviani (2004, p. 18). Nesta reflexão inicial, evidenciam que o conceito de existência está ligado ao direito de viver, ou seja, me torno um ‘ser’ a partir do momento em que estou vivo e convivendo em sociedade.

Já na segunda reflexão, Bombassaro & Paviani pontuam que “somos humanos porque nascemos, crescemos, vivemos e morremos, mas não porque já nos seja dada pela natureza uma forma específica de sermos humanos” Bombassaro & Paviani (2004, p. 18), os autores utilizam como conceito, que a condição de humanidade não pode ser dada para uma forma de ser, mas sim, pela diversidade de processos biológicos, históricos e sociais.

Aqui encontra-se a primeira contradição sobre o reconhecimento da população negra enquanto seres humanos nas estruturas da sociedade brasileira. Se segundo Bombassaro & Paviani (2004), a condição de humanidade está associada ao direito de permanecer vivo e ter um pleno desenvolvimento social, a população negra tem o reconhecimento de sua humanidade negado, considerando o racismo estrutural da sociedade brasileira e a necropolítica institucional observada no país conforme pontua Mbembe (2003).

É comum, principalmente em países que sofreram com processo de colonização, que essas perspectivas filosóficas e antropológica de reconhecimento do ser, estejam atentas as narrativas históricas dos grupos hegemônicos (privilégio ofertado graças ao processo de acúmulo de capital, monopolização dos meios de produção e de comércio, assim como domínio dos recursos marítimos) e desconsiderem o histórico de subalternização de pessoas que possuem diferenças étnicas e raciais, para sustentar o ideal de progresso cívico, sustentando os cenários de racismo, preconceito e discriminação.

Nos países da América Latina, segundo Almeida (2019), essa relação de poder e dominação, encontra-se na dualidade entre brancos e não brancos, e europeus e não europeus, estrutura onde o colonizador se apropria de corpos e terras para desenvolver seu projeto de Estado.

Este processo histórico, diferente do que algumas correntes filosóficas e sociológicas costumam retratar, não tinha como objetivo apenas a dominação econômica dos territórios contra hegemônicos, mas também vulnerabilizar seus povos e tradições para justificar seu maior modelo de negócio: a escravidão.

É a partir desta manobra, de reduzir a humanidade do outro, que Mbembe (2003) classifica que está fundamentado o discurso da hegemonia para institucionalizar o marcador racial como critério para escravidão e política de morte: retirar a condição de humanidade dos corpos negros e indígenas, para justificar a utilização de seus corpos como mercadoria e a sua descartabilidade.

Trevisan (1988) pontua que de 13 de maio de 1888, data da assinatura do documento que extinguiu a escravidão no Brasil, até a contemporaneidade, passaram 135 anos, todavia, as manifestações da

violência étnica e racial no país, continuam presentes, principalmente pelo fato de que poucas intervenções foram desenvolvidas para superação do problema, fazendo com que o racismo brasileiro ganhasse uma manifestação particularizada, que é a forma estrutural.

Assim refletimos sobre a questão que até hoje é muito cara para a população negra brasileira, que é a consolidação de sua existência nas estruturas do estado federativo brasileiro. Em um primeiro momento, vamos nos atentar aos conceitos filosóficos sobre o que é o ser e questionar os abismos encontrados pela população negra para se encaixar, considerando o contexto de racismo estrutural causado pelo processo de colonização das terras brasileiras e a escravização da mão de obra negra retirou o direito de seu reconhecimento enquanto um ser humano.

Mesmo vivendo na era do avanço midiático e tecnológico, ainda podemos assistir diversas formas de violências contra pessoas negras nos ambientes midiáticos com intermediação da tecnologia.

Dan Gilmor (2006), em sua obra *We The Media*, apontou que essa exposição dos seres humanos aos ambientes midiáticos com as novas tecnologias, foi responsável por criar novas possibilidades de manifestações humanas, uma vez que diferente do era vivenciado com os veículos tradicionais (impresso, rádio e TV) em que os sujeitos desenvolviam um papel passivo com os veículos e plataformas de comunicação e não tinham a possibilidade de contribuir e interferir no processo de produção de conteúdo, agora com as tecnologias, passamos a ver os seres como emissores nos processos comunicacionais.

Além de elencar essa mudança na forma de interagir com os veículos, Dan Gilmor (2006), também evidencia que a criação do ser media, está associado a essa capacidade de desenvolver competências

técnicas e acesso às plataformas midiáticas e tecnológicas, mas em qual posição ficam os grupos que não possuem acesso e competências técnicas para o manuseio dessas tecnologias midiáticas. Em que posição ficam os grupos sociais que ainda precisam provar sua existência no âmbito da sociedade.

Já no que diz respeito a consolidação dessa população enquanto seres media, temos o ideal de que para considerar-se um ser media, o sujeito precisa ser um emissor de mensagem midiáticas, mas se já existem complicações no campo da existência de sujeitos negros por meio de seu genocídio, o cenário fica ainda pior para pensar em estratégias que possibilitem que esses sujeitos sejam protagonistas nos ambientes midiáticos e tecnológicos, primeiramente por que esses sujeitos precisam vencer a violência para continuar vivos, segundo pelas dificuldades encontradas nos campos das competências técnicas e no acessos das plataformas midiáticas e tecnológicas para conseguir produzir conteúdo e ser considerado um ser media.

O que assistimos deste processo, é que a hegemonia branca, que ocupa hoje os cargos de gestão dos veículos midiáticos, são os sujeitos que determinam o campo de produção de conteúdo, ofertando a esses os direitos de serem ‘seres media’, enquanto a população negra, tem esse direito reduzido.

Segundo Trindade (2022, p. 32) esse processo é responsável por desenvolver uma tentativa institucional de apagamento da história de resistência e existência da população negra e um esforço de silenciamento do debate público sobre racismo.

Além de todas as perversidades aqui elencadas, outro fenômeno social é criado com essa relação, o que vamos chamar de colonialismo

mediático e tecnológico. Esse termo, utilizado principalmente pelos pesquisadores da interseccionalidade entre a pauta racial, mídia e tecnologia no Brasil, apresenta que existe uma reprodução do conceito de colonialismo que aconteceu nas terras brasileiras, ou seja, a dominação das terras pela cultura branca europeia, migra para as redes midiáticas e tecnológicas e aqueles que possuem o controle desses monopólios determinam quem são esses seres media e quem é o ser.

### **Novas embalagens para antigos interesses: como o racismo estrutural brasileiro contribuiu na criação do colonialismo midiático e tecnológico**

O racismo utiliza como elemento fundante, o ideal de superioridade racial. Neste processo, historicamente, a população negra e indígena brasileira, acompanhando as estruturas de escravização operacionalizada pelos países europeus, foi colocada às margens da sociedade, e mesmo com o desenvolvimento de diversos processos sócio-históricos que foram estimulados pela auto-organização de pessoas negras para combater as estruturas de violência do estado federativo brasileiro, ainda assim conseguimos identificar marcas que marginalizam os sujeitos que são base estrutural do sistema.

Segundo Almeida (2019, p. 33) o racismo brasileiro é estrutural pois:

Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças

profundas nas relações sociais, políticas e econômicas. (Almeida, 2019, p. 33)

Um dos sintomas da construção da política de superioridade racial e racismo no país, é a surgimento e manutenção de um sistema de privilégios que foi conferido a população branca europeia, que impregnou as estruturas do estado e foi nomeada de colonialismo.

Neste modelo social, temos as relações geopolíticas divididas em dois polos, onde nessas localidades, quem detém o controle dos meios de produção e do capital assumem papel de “interlocutores legítimos e institucionais do colonizado” Faustino & Lippold (2023, p. 52).

Ou seja, nessa conceituação da realidade em colônias, existem grupos que detém poderes institucionais sobre grupo subalternizados, e estes não possuem força política para questionar esta dominação, ou até mesmo poucas ferramentas legítimas para transformação da realidade.

Dentro do pensamento colonial, cabe ao colono, decidir o que é conhecimento, quem tem voz, quem pode acessá-lo e construí-lo e quem é humano ou não dentro de uma sociedade. Faustino & Lippold (2023, p. 52) afirmam que:

O sistema colonial é pautado, de início, por um corte supostamente essencial na relação entre sujeito e objeto, fixando de maneira racializada o primeiro no colonizador e o segundo no colonizado. Esse corte autoriza uma suspensão ética, política e estética do colonizado para legitimar e sustentar o pacto social capitalista. (Faustino & Lippold, 2023, p. 52)

Desta reflexão proposta pelos autores, é importante destacar que o racismo estrutural debatido por Almeida (2019), nasce dos elementos



de dominação estabelecidos pela colonialidade, a consequência de não o combater de forma efetiva, cria possibilidades para que o sentimento colonial se aproprie de outros lócus, que não só das relações sociais, mas também dos aparelhos ideológicos do estado, como por exemplo a mídia e a tecnologia.

Assim como o poder da branquitude se apropriou de seu poder para dominar territórios, temos também essa manifestação dentro dos aparatos tecnológicos. Segundo Trindade (2022, p. 45) esse fenômeno acontece pois “a branquitude confere ao indivíduo a possibilidade de transitar por diversos espaços sociais, enquanto a negritude limita esse trânsito e marca posições hierárquicas e papéis sociais bem definidos”.

Cassino (2021, p. 27) afirma que esse processo “Trata-se de um novo tipo de apropriação no qual as pessoas ou as coisas passam a fazer parte de infraestruturas de conexões informacionais. A apropriação da vida humana (por meio da captura em massa de dados) passa a ser central”.

O colonialismo visto hoje nos aparatos midiáticos e tecnológicos, tem como principal objetivo, reforçar o poder da branquitude. Assistimos as mesmas movimentações de monopolização e controle do discurso, fazendo com que a população negra e suas pautas, não sejam reconhecidas de forma positiva neste ambiente.

É comum constatar a imagem de pessoas negras nos aparatos midiáticos e tecnológicos, mas sempre na perspectiva da representação e não da representatividade. Isso porque corpos negros são retratados nessas plataformas como forma de reforço de estereótipos, racismo e preconceito e não como protagonistas de suas próprias pautas, tendo sua existência reduzida àquilo que o colonizador tem de imagem da população negra, com as lentes da sua própria cultura.

## **A influência do colonialismo midiático e tecnológico para o não reconhecimento de corpos negros enquanto seres media**

O primeiro aspecto que precisa ser evidenciado a respeito do comportamento dos mercados midiáticos e tecnológicos com as pautas que envolvem diversidade, especificamente nas questões étnico-raciais e de gênero e sexualidade, é que ambos reproduzem o ideal de violências que fundamentou a construção deste país.

Os corpos referenciados, encontram-se até hoje em encruzilhadas que envolvem preconceito, discriminação e racismo, por conta de entraves que foram construídos para suas comunidades, que são frutos de um passado histórico de colonização, escravização, subalternização e a escassez de políticas públicas que encarrarem essas perversidades com profundidade.

Nogueira (2020) aponta que este tipo de comportamento historicamente reproduzido pelos conjuntos hegemônicos, tem como principal objetivo garantir a manutenção do poder em suas mãos:

A colonialidade do poder hierarquiza, classifica, oculta, segrega, silencia e apaga tudo que for do outro ou tudo que oferecer perigo à manutenção do *status quo*, garantindo a perpetuação da estrutura social de dominação, protegendo seus privilégios e os de sua descendência e cristalizando as estruturas do poder oligárquico. (Nogueira, 2020, p. 55)

Com o processo de redemocratização do Brasil, tímidos avanços foram identificados para intervir nas estruturas de violências contra população negra, todavia, não foram suficientes para garantir que sua representação dentro dos ambientes midiáticos esteja longe das concepções de estereótipos e discriminação, na verdade, foram responsáveis

por programar os olhares e as manifestações dos aparatos midiáticos e tecnológicos para reproduzir as violências sistêmicas:

Embora, ainda persista uma forte negação institucional da existência de racismo no Brasil e, ainda mais no que diz respeito aos seus efeitos deletérios sobre a população negra, basta navegar pelas principais redes sociais para constatar inúmeras manifestações racistas sendo disseminadas neste ambiente (sobretudo direcionadas as mulheres negras). (Trindade, 2021, p. 34)

Dentro dos preceitos éticos, hoje é inadmissível que os veículos de comunicação e os aparatos tecnológicos retratem a população negra, como era possível observar nos primeiros jornais em circulação no Brasil, onde esses sujeitos eram representados como mercadorias.

Na contemporaneidade, novas formas de operacionalização destas violências foram conduzidas, onde no campo midiático temos o ideal de apagamento, responsável por fazer com que pessoas negras e as pautas que envolvem sua comunidade não tenham visibilidade; racismo recreativo, que cria fabulações sobre o comportamento e as competências de pessoas negras e hipersexualização, que reduz o corpo negro a objeto sexual.

Um exemplo de materialização destes conceitos sociológicos, é o estudo “Todxs- 9º onda” realizada pela agência Heads em parceria com ONU Mulheres, que revela que mesmo a população negra ocupando mais de 50% da população brasileira, ainda assim sua representação como coadjuvantes nos produtos midiáticos ocupa posição de 49%. Outro dado alarmante trazido pela pesquisa, é o reforço do ideal de beleza pautado no eurocentrismo, onde temos como padrão de beleza

feminino no país, 63% das representações baseadas na imagem de uma “mulher branca, magra, com curvas, cabelos lisos e castanhos”.

No campo da tecnologia, a realidade não é muito diferente. Além de ser um setor de trabalho composto majoritariamente por pessoas brancas, o que traduz o cenário de desigualdades sociais herdadas pela escravidão e a inexistência de reparação histórica para esses sujeitos, existe uma programação algorítmica completamente tendenciosa, que tem como principal objetivo conservar o plano de fundo de violências contra essas populações.

Os sistemas passam a saber como identificar rostos, objetos e contextos nas imagens através do que é chamado de “aprendizado de máquina” (machine learning), um campo da inteligência artificial restrita que trata do reconhecimento de padrões através de uma base de dados e posterior aplicação do aprendizado no reconhecimento das variáveis em outras unidades ou conjuntos de dados (Oliveira, 2018). No caso da visão computacional, trata-se de “treinar” o sistema alimentando-o com um número relevante de imagens já marcadas (por ex: centenas de imagens da classe “cachorro”; centenas de imagens de uma raça específica e assim por diante) para que o software “entenda” novas imagens que não foram anteriormente vistas. (Silva, 2020, p. 434)

Por conta das fabulações desenvolvidas, é comum consumir produtos midiáticos e ter a sensação de que esses desafios foram superados, principalmente pela utilização de corpos negros em situações específicas, a este fenômeno, damos o nome de representação. Contudo, há de se questionar quais são os papéis realizados por esses sujeitos e o quanto este fenômeno contribui para manutenção de estereótipos, cobrando além da representação, uma representatividade que contemple os aspectos sociais, culturais e comportamentais, longe dos estereótipos.

Mais uma vez, os estereótipos presentes em piadas e brincadeiras racistas reproduzem imagens negativas que foram utilizadas na nossa história para legitimar a opressão de minorias raciais. Eles possuem um elemento comum a toda as ideologias criadas neste país para excluir negros e indígenas: a noção de que membros desses segmentos não são atores sociais competentes. (Moreira, 2019, p. 64)

Com base nas reflexões realizadas por Moreira 2019, abre-se um novo precedente de análise sobre essas questões, que passam pelas narrativas de fabulações que foram criadas nos estudos da intersecção entre mídia, tecnologia e questões raciais. É fundamental um aprofundamento teórico nesta perspectiva de análise, para que seja possível realizar um mapeamento de quais foram os instrumentos utilizados pela hegemonia para criação dos entraves na superação das violências contra população negra dentro da mídia e da tecnologia, tal análise será realizada com objetivo de conduzir estudos e operacionalização técnica por parte dos sujeitos de pesquisa para o enfrentamento às violências.

Sendo assim, delimita-se como campo de continuidade do estudo, a forma com que os estereótipos produzidos pela mídia e pela tecnologia atuam como instrumento de contenção do protesto negro e atrasam a criação de narrativas de possibilidades de subversão do *status quo* desses setores que foram findados por meio do comportamento racista da sociedade brasileira.

## **Conclusão**

A contemporaneidade traz consigo todos os elementos dos avanços midiáticos e tecnológicos e por meio do ideal de agilidade do desenvolvimento dos processos e plataformas, acabamos nos esquecendo

de considerar todos os impactos que as tecnologias e a própria mídia estabelecem em nossa sociedade.

Todas as relações sociais e as concepções do ser acabam sendo impactadas com esses novos processos, o que esta produção trouxe como contribuição ao universo científico, é considerar que por conta de um passado histórico de opressões, a população negra possui dificuldades de avançar no reconhecimento de sua existência dentro e fora dos aparatos midiáticos e tecnológicos e esses pontos precisam ser estudados e enfrentado no campo das políticas públicas.

O Brasil não superou seu histórico de racismo, preconceito e discriminação com a população negra. E os reflexos desse processo, podem ser identificados na maneira como essas violências acabam se incorporando inclusive em outras plataformas, como a mídia e a tecnologia, fazendo com que novas formas de operacionalização do racismo surjam na mesma velocidade que novos aparatos tecnológicos se lançam em mercado.

Cabe a todos nós, enquanto pesquisadores e defensores do estado democrático de direito, problematizar, questionar e combater esse tipo de violência, com o objetivo de considerar a existência dos corpos negros dentro e fora das plataformas midiáticas e tecnológicas.

## **Referências**

Almeida, S. (2019). *Racismo estrutural*. Ed. Pólen.

Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. Ed. Sueli Carneiro.

- Bombassaro, L. C., & Paviani, J. (2004). *As fontes do humanismo: o sentido do humano na cultura brasileira e latino americana*. Ed. PUCRS.
- Cassino, J. F., Souza, J., & Silveira, S.A. (2021). *Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal*. Ed. Autonomia Literária.
- Faustino, D. (2023). *Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana*. Ed. Boitempo.
- Gillmor, D. (2004). *We the Media: grassroots journalism by the people, for the people*. Ed. O'Reilly Media.
- Mbembe, A. (2003). *Necropolitics*. Ed. Public Culture.
- Moreira, A. (2019). *Racismo recreativo*. Ed. Polén.
- Noble, S. U. (2020). *Algoritmos da opressão: como o Google fomenta e lucra com o racismo*. Ed. Rua do Sabão.
- Nogueira, S (2020). *Intolerancia Religiosa*. Ed. Polén.
- O'neil, C. (2020). *Algoritmos de destruição em massa: como a big data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia*. Ed. Rua do Sabão.
- Santos, M. (1994). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Ed. Record.

Silva, T. (2020). *Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: olhares afrodiaspóricos*. Ed. LiteraRUA.

Silveira, S. A., Souza, J., & Cassino, J. F. (2021). *Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal*. Ed. Autonomia Literária.

Trevisan, L (1988). *Abolição: um suave jogo político?* Ed. Moderna.

Trindade, L. V. (2022). *Discurso de ódio nas redes sociais*. Ed. Jandaíra.



# LA IMPLEMENTACIÓN DE POLÍTICAS DE COMUNICACIÓN DIGITAL DESDE LA CIUDADANÍA, ANTE LA VIOLENCIA DIRECTA Y LA INDOLENCIA DEL SISTEMA

*Claudia Cecilia Flores Pérez<sup>1</sup>*

La comunicación es parte inherente del ser humano y, por lo tanto, de sus instituciones, por lo que sin ella no habría ningún tipo de entendimiento, pues se requiere en todos los ámbitos de la vida y es fundamental para el buen desempeño institucional, porque debe emplearse, sobre todo, en beneficio de la propia ciudadanía (Flores, 2019). Por ello, hoy más que nunca se vuelve indispensable una comunicación integral por parte de los gobiernos, debiendo estos comunicar de forma veraz y oportuna el acontecer económico, político y social de su entorno, en cumplimiento del deber que les fue conferido.

---

1. Doctora en administración pública y máster en comunicación.  
Docente-Investigadora en la Universidad Autónoma de Zacatecas, México.  
[claudiacecy.flores@uaz.edu.mx](mailto:claudiacecy.flores@uaz.edu.mx)

Por su parte, la violencia y la inseguridad son fenómenos sociales que han escalado de manera vertiginosa en México, sobre todo, en las dos últimas décadas, de manera tal, que la delincuencia organizada se atreve a desafiar de frente a los gobiernos en turno, haciendo alarde de su poderío económico, político y social. A manera de intersección, se encuentra la lucha de los poderes fácticos y la masificación de la información a través de las diferentes redes sociales, en dónde las *fake news* minan los pocos o nulos esfuerzos de las autoridades para informar adecuadamente y mantener la gobernabilidad en un país confrontado –además– por sus ideologías e intereses político-partidistas.

Ante este contexto, hoy más que nunca resulta imprescindible la oportuna y veraz información de los hechos de interés ciudadano que mediante una clara posición gubernamental se constituya como garante de la seguridad de las y los gobernados, sumando así voluntades de todos los actores sociales para converger en políticas de comunicación responsable que vengán a dar certezas a una ciudadanía gravemente lastimada por la violencia directa, ya que, cuando dicha información escasea, la ciudadanía se siente insegura y por consecuencia, defraudada, por lo que comienza a buscar respuesta en otras partes.

En este sentido, las políticas de comunicación gubernamental no solo se vuelven relevantes y necesarias, sino indispensables en contextos exacerbados por la violencia, convirtiéndose incluso en exigencia social, en virtud de que los acontecimientos de inseguridad se intensifican cada día más, comprometiendo la integridad de las y los ciudadanos. Para el caso del estado de Zacatecas, México, que es donde se llevó a cabo la presente investigación, la información se ha vuelto una necesidad básica desde que los índices delictivos comenzaron a elevarse, a partir del año

2007. Al vivir en un entorno de crisis recurrentes, la ausencia de información puede traducirse incluso en un riesgo para la vida misma, ya que, la difusión de información oportuna se convierte en un verdadero método de prevención social del delito.

### **La violencia directa**

Johan Galtung (1998) sostiene que la violencia directa -física y/o verbal- es totalmente visible en forma de conductas, argumentando que dicha acción humana no nace de la nada, que tiene explicaciones, raíces, fijando su atención principalmente en dos: “una cultura de violencia (heroica, patriótica, patriarcal, etc.) y una estructura que en sí misma es violenta por ser demasiado represiva, explotadora o alienadora; demasiado dura o demasiado laxa para el bienestar de la gente” (p. 15). De esta manera, rechazado contundentemente la idea colectiva de que “la violencia está en la naturaleza humana”, señala que “el potencial para la violencia, como para el amor, está en la naturaleza humana, pero las circunstancias condicionan la realización de ese potencial” (p. 15).

La violencia no es como el comer o las relaciones sexuales, que se encuentran por todo el mundo con ligeras variaciones. Las grandes variaciones en la violencia se explican fácilmente en términos de cultura y estructura: la violencia cultural y estructural causan violencia directa, utilizando como instrumentos actores violentos que se rebelan contra las estructuras y empleando la cultura para legitimar su uso de la violencia. (Galtung, 1998, p. 15)

En este sentido, la violencia directa que se manifiesta a través de los elevados índices de homicidios y de los crímenes relacionados con

la delincuencia organizada, forma parte del contexto en el que desde hace algunos años se desarrolla la vida cotidiana en la mayoría de las entidades federativas de México, por lo que los delitos derivados de estos hechos han modificado la estructura básica de la sociedad, de tal manera que Alejandro García (2013) sostiene que:

Regiones enteras viven hoy bajo el imperio del crimen organizado, donde los medios de comunicación están silenciados, el poder judicial incapacitado y la policía trabaja al servicio de un mundo criminal que impone su canon de valores y exhibe rotunda fuerza mediante asesinatos espectaculares, secuestros y desapariciones forzadas, paralizando ciudades completas con bloqueos anulares que asfixian la actividad. Asentando la percepción que se vive en una guerra irregular, de señales cifradas que obliga a cambiar conductas y a modificar las relaciones sociales, pero también los usos privados. (p. 357)

Así, el Índice de Paz México (IPM, 2023) precisa que los delitos con violencia y los crímenes de la delincuencia organizada continuaron deteriorándose durante el año 2022, ya que el 68.6 % de los homicidios se cometieron con armas de fuego. Destaca también que el aumento de la violencia armada en todo el país está relacionado directamente con el crecimiento de la delincuencia organizada, dado que en los últimos años han aumentado las disputas territoriales entre grupos delictivos por las rutas del narcotráfico y otros negocios ilícitos. La tasa de homicidios sigue siendo muy alta, con 24.5 muertes por cada 100,000 habitantes, aproximadamente 32,000 víctimas, lo que equivale a 87 homicidios por día (durante los últimos ocho años, la tasa nacional de homicidios registró un aumento del 63 %, de 15.1 a 24.5 muertes por cada 100,000 habitantes entre 2015 y 2022). (IPM, 2023).

Tres de los cinco estados con las tasas más altas de crímenes de la delincuencia organizada también se encontraron entre los cinco estados con las tasas más altas de delitos con armas de fuego. Asimismo, la violencia interpersonal y de género, medida en violencia familiar y violencia sexual, siguió deteriorándose en 2022, pero a un ritmo más lento que en 2021. De igual manera, la extorsión se deterioró en un 14.9 % en 2022 y la puntuación de delitos con violencia en un 2%, marcando el segundo año de deterioro (en 2020, las reducciones en el movimiento asociadas con el COVID-19 redujeron las tasas de actividad delictiva violenta en todo México, pero en los últimos dos años las tasas se han restablecido en gran medida, ya que en 2022 estaban cerca de sus niveles previos a la pandemia, que alcanzaron su punto máximo en 2019). (IPM, 2023).

Otro de los indicadores que se deterioró sorprendentemente es el de los crímenes de la delincuencia organizada, con un aumento del 3 % en la calificación. Sin embargo, sus cuatro subindicadores han mostrado tendencias muy diferentes en los últimos ocho años, destacando que desde 2015, las tasas de extorsión y los delitos de narcomenudeo se han elevado alarmantemente, aumentando en un 59.5 % y un 149 %, respectivamente, con un visible aumento en 2022. También, la tasa de secuestro y trata de personas aumentó levemente, en un 2.2 %. (IPM, 2023).

También, la tasa de la delincuencia organizada ha aumentado en un 64.2 % desde 2015. El deterioro en esta tasa ha sido impulsado por un aumento del 149 % en la tasa de delitos de narcomenudeo. En este sentido,

La última década ha visto cambios importantes en las drogas producidas por actores criminales para adaptarse a los patrones de consumo cambiantes en los Estados Unidos, y los opioides sintéticos como el fentanilo se han vuelto cada vez más centrales en sus operaciones. Entre 2019 y 2022, el número de incautaciones de fentanilo en la frontera entre México y Estados Unidos aumentó en un 300 %. Además, el volumen total de fentanilo incautado en todos los puntos de entrada a EE. UU. fue más de 200 veces mayor en 2022 que en 2015. Los crímenes de la delincuencia organizada continúan impulsando altos niveles de homicidios en México. (IPM, 2023, p. 4)

Ante este panorama, los estados que registraron los mayores deterioros en sus tasas de homicidios fueron escenario de conflictos continuos entre cárteles.

En 2015, los enfrentamientos que involucraron al menos a uno de los dos cárteles más poderosos del país, el Cártel de Sinaloa y el Cártel Jalisco Nueva Generación (CJNG), representaron el 42 % de todas las muertes por conflicto de cárteles, pero para 2021 representaron el 95 % de los homicidios. La tasa de delitos con violencia aumentó un 18.1 % entre 2015 y 2022, impulsada por el deterioro generalizado de las tasas de violencia familiar y violencia sexual. Por el contrario, las tasas de asalto y robo se redujeron en un 0.2 y un 12 %, respectivamente. (IPM, 2023, p. 4)

De total trascendencia resulta destacar que el impacto económico de la violencia en México fue de 4.6 billones de pesos (USD 230 mil millones) en 2022, lo que equivale al 18.3 % del PIB nacional (seis veces superior a las inversiones públicas realizadas en salud y más de cinco veces superior a las realizadas en educación). Asimismo, el impacto económico de la violencia fue de 35,705 pesos por persona, más del doble del salario mensual promedio en el país. También, los homicidios

representaron el 44.7 % del impacto económico de la violencia. Esto fue equivalente a dos billones de pesos (USD 103 mil millones). Entre 2015 y 2022, el impacto del aumento de homicidios dio como resultado una pérdida de 324 mil millones de pesos (USD 16 mil millones) en inversión extranjera directa (IPM, 2023).

Es importante señalar también, que, durante la última década, México se ha convertido en un lugar mucho más peligroso para los activistas sociales, según un informe de 2022 que lo clasificó como el lugar más mortífero del mundo para ser activista ambiental, con 54 activistas asesinados durante 2021. También se ubicó como el segundo lugar más mortífero del mundo para ser periodista, sólo detrás de Ucrania, ya que 13 periodistas fueron asesinados en el país el año anterior. De igual manera, la violencia contra los policías sigue siendo una preocupación para toda la sociedad, pues en 2022, un total de 403 fueron asesinados (IPM, 2023).

Para el caso particular del estado de Zacatecas -que nos ocupa en esta ocasión-, éste se colocó en el lugar 31 de 32, en cuanto al estado menos pacífico de México, experimentando una de las tasas más extremas respecto a homicidio, ya que desde 2015 ha aumentado más del cuádruple “y durante el mismo periodo, la tasa de crímenes de la delincuencia organizada (...) aumentó en un 201%, más de tres veces el aumento de la tasa a nivel nacional” (IPM, 2023, p. 20). Sin embargo, en 2021, Zacatecas se encontraba entre los cinco estados que más se deterioraron en cuanto a la paz y también anotó los mayores deterioros del país en las tasas de homicidios y de delitos cometidos con armas de fuego. Si bien, registró el segundo deterioro más grande en la calificación general, sus aumentos en estas categorías fueron mucho mayores que

cualquier otro estado. También experimentó el segundo mayor deterioro en México en 2021, marcando su sexto año consecutivo de caída, ya que desde 2015, Zacatecas había experimentado la caída más drástica en la paz que cualquier estado, cayendo del puesto 14th al 31st en las clasificaciones. Así, el 2021 fue el peor año desde 2015 para Zacatecas en todos los indicadores, excepto en el de cárcel sin sentencia (IPM, 2022, citado en Flores, 2023a).

Dicho deterioro estuvo principalmente impulsado por un aumento del 50.8% en su tasa de homicidios, que en 2021 se situaba en 97.3 por cada 100,000 habitantes, por lejos la tasa más alta del país. Los homicidios se concentraron en las dos ciudades más grandes del estado, Ciudad de Zacatecas y Fresnillo, ya que, en 2021, éste último tuvo una tasa de homicidios de 182 por cada 100,000 habitantes, la segunda tasa más alta del país. Para fines de año, el 96.8% de los residentes de Fresnillo informaron sentirse inseguros, el porcentaje más alto de cualquier ciudad importante de México. La razón principal por la que Fresnillo y otras partes de Zacatecas enfrentan niveles tan extremos de violencia es por su ubicación central a lo largo de las rutas del narcotráfico (IPM, 2022, citado en Flores, 2023a).

Por ello, ante esta realidad que lastima, la correcta gestión de la comunicación oficial resulta imprescindible en un estado azotado por la violencia, ya que, cuando la información de interés social escasea, la ciudadanía se siente más insegura y por consecuencia, defraudada, por lo que comienza a buscar respuestas en fuentes alternativas a las oficiales, con todos los riesgos que esto signifique.



## **El deber de informar y el derecho a ser informado ante la violencia directa**

Ante un contexto violento, el oportuno flujo informativo se vuelve una necesidad básica para la ciudadanía, ya que la difusión de información veraz se traduce en una comunicación pública responsable, así como en un auténtico método de prevención, al tener un conocimiento preciso de los hechos. Por lo tanto, es indispensable que las autoridades en turno comuniquen a la sociedad todo aquello que acontece en su entorno mediante la correcta gestión de la comunicación, cuidando de que esta última no sea selectiva. Lo anterior, en irrestricto cumplimiento del artículo sexto constitucional, que a la letra dice: “toda persona, sin necesidad de acreditar interés alguno o justificar su utilización, tendrá acceso gratuito a la información pública» (CPEUM, 2018, p. 8).

Asimismo,

Toda la información en posesión de cualquier autoridad, entidad, órgano y organismo de los Poderes Ejecutivo, Legislativo y Judicial, órganos autónomos, partidos políticos, fideicomisos y fondos públicos, así como de cualquier persona física, moral o sindicato que reciba y ejerza recursos públicos o realice actos de autoridad en el ámbito federal, estatal y municipal, es pública y solo podrá ser reservada temporalmente por razones de interés público y seguridad nacional, en los términos que fijen las leyes. En la interpretación de este derecho deberá prevalecer el principio de máxima publicidad. Los sujetos obligados deberán documentar todo acto que derive del ejercicio de sus facultades, competencias o funciones, la ley determinará los supuestos específicos bajo los cuales procederá la declaración de inexistencia de la información. (DOF, 2014, p. 2)

También,

Toda persona tiene derecho al libre acceso a información plural y oportuna, así como a buscar, recibir y difundir información e ideas de toda índole por cualquier medio de expresión. (DOF, 2013, p. 2)

En el ámbito internacional la 74ª Asamblea General de las Naciones Unidas -celebrada en 2019-, proclamó el 28 de septiembre como el Día Internacional del Acceso Universal a la Información (DIAUI), ya que antes había sido proclamado por la Conferencia General de la UNESCO en 2015, tras la adopción de la Resolución 38 C/57 (UNESCO, 2019), lo cual se traduce en una piedra angular de las sociedades de la información y el conocimiento saludables e inclusivas, ya que el acceso universal a la información significa que toda persona tiene derecho a buscar, recibir y difundir información. Este derecho es parte integral del derecho a la libertad de expresión, por lo que los medios de comunicación juegan un papel crucial al informar al público sobre temas de interés, pero también se basan en la capacidad de buscar y recibir información. Por lo tanto, el derecho al acceso universal a la información también está ligado al derecho a la libertad de prensa (UN, 2019).

Al respecto, Amadeo (2016) sostiene que los gobiernos tienen la obligación de propiciar una clara comunicación con sus ciudadanos, de forma que ésta sea coherente y planificada; y Peña, Herrera y Salazar (2016), destacan que, para que funcione correctamente el binomio de ciudadanos y sociedades debe privar un relato fidedigno y exacto de lo que acontece porque las noticias satisfacen un impulso básico del hombre.

Conocer lo que no podemos ver con nuestros propios ojos nos proporciona seguridad, poder y confianza. Ese instinto de estar informados nos altera cuando sentimos que las vías de la

transmisión de noticias se interrumpen, sin información reina la sensación de oscuridad y crece la angustia. El ser humano necesita información para vivir la vida, para protegerse, para identificar amigos y enemigos. (p. 152)

Por su parte, Canel (2008) señala que cuando las instituciones gubernamentales no mantienen informada a la población respecto a los acontecimientos relacionados a la seguridad del entorno, el vínculo entre ambas se fragmenta, por lo que los ciudadanos buscan la información en fuentes alternativas y expeditas, como lo son las redes sociales, ya que, con el avance de la tecnología, es posible que en dicha información los ciudadanos sean partícipes activos de lo que acontece, porque tienen la posibilidad de transmitir en vivo o publicar de forma inmediata algún hecho, por lo que son informantes activos y la bidireccionalidad entre gobierno y gobernantes se hace posible (Tarullo, 2015).

Pero, en contextos recrudescidos por la violencia, la sola información resulta irrelevante ante la oportunidad de la misma, ya que el puntual flujo de la comunicación puede marcar para siempre un antes y un después en el tratamiento informativo oficial en contextos violentos. En este sentido, el Diccionario de la Real Academia Española (2021) define la información, como, “acción y efecto de informar” y “conocimientos comunicados o adquiridos mediante una información”. Asimismo, “oportuna” la conceptualiza como “que se hace o sucede en tiempo a propósito y cuando conviene” (RAE, 2021), de tal manera que una información oportuna, se traduciría en “acción y efecto de informar a tiempo, a propósito, y en el momento más conveniente” (Flores, 2023b, p. 139).

Por su parte, Laudon y Laudon definen la información como los “datos que se han moldeado en una forma significativa y útil para los seres humanos” (2004, p. 8) y Sánchez y Zúñiga aseguran que “la información es fundamental para tomar decisiones, porque una sociedad desinformada es una sociedad sin herramientas para enfrentar desafíos (2011, p. 146). Incluso, la Paz Positiva considera fundamental la información, para su instauración o restauración.

Entonces, la oportuna información sobre la violencia directa se traduce en un derecho fundamental para resguardar la integridad y la vida de las personas, por lo que no debe regatearse, sino al contrario, debe expresarse con total claridad, precisión, oportunidad y libertad. El gobierno en turno es invariablemente el responsable de hacerlo, le faculta la Ley, para ello cuenta con todo un aparato a su servicio, además de todos los recursos que su investidura le confieren, no tiene pretexto para no hacerlo. Para verse fuerte, tiene que administrar las crisis de comunicación, que además se han vuelto permanentes. Informar sobre los hechos violentos, es parte fundamental de su comunicación gubernamental, tiene que hacerlo como una parte esencial de la estrategia integral de protección a sus gobernados.

Nada se gana con tratar de ocultar los incidentes violentos, sino al contrario, se pierde demasiado, pues en un mundo hiperconectado, este tipo de notas recorren rápidamente el ciberespacio. De igual manera, ante la falta de sensibilidad por las y los caídos, así como por las deudas y deudos, sólo se genera malestar social y éste va en contra de las autoridades. Si no hay posicionamiento oficial respecto a los hechos violentos, se envía un mensaje de desaliento a la ciudadanía, emulando la “teoría de las ventanas rotas”.

Además, hoy en día la ciudadanía no se queda estática, por el contrario, se convierte en actora de su propia realidad cuando encuentra el canal propicio para exponer sus exigencias sociales. En este sentido, la audiencia pasa a ser parte activa del medio que le provee información porque la toma en cuenta y suple o solventa su necesidad de conocimiento de la realidad. Podría decirse que, una vez informada, pasa de la pasividad al activismo, al emplear las nuevas tecnologías como medio de información y difusión para propiciar cambios en la realidad colectiva y buscar en muchos casos, el bien común.

Candón-Mena y Benítez-Eyzaguirre (2016) le llaman a este fenómeno “activismo digital”, señalando que, ante la simulación de los gobiernos de ser abiertos ante la pluralidad de las nuevas tecnologías, democráticos y transparentes, surgen conceptos como “democracia digital” o “democracia virtual”, que al final de cuentas, también son ficticias y autoritarias. Explican que Internet será junto con otros actores sociales, un aliado para la democracia, ya que sólo esa unión entre movimientos sociales a través de las nuevas tecnologías las convertirá en una herramienta liberadora, surgiendo así también el término de Ciudadanía Digital, que emerge desde la comunidad virtual y que básicamente Robles (2009) define como el conjunto de ciudadanos o grupo de individuos conectados a Internet que saben navegar en la red, la utilizan para demandar o expresar sus derechos y además realizan actividades del ámbito social a través de los medios digitales.

De acuerdo con el autor, no basta que el individuo cuente con acceso a Internet para ser un ciudadano digital, sino que debe tener una percepción de utilidad de las nuevas tecnologías y apropiarse de las mismas para la reclamación de sus derechos y para la participación

política y social; es decir, debe estar interesado en promover un cambio a través de Internet.

Por todo ello, deben de establecerse con carácter de urgente las debidas políticas de comunicación oficial ante la violencia directa, no se puede continuar dejando esta responsabilidad a la ciudadanía. La violencia también es una pandemia y debe tratarse como tal. El deber de informar, es tan importante como el derecho a ser informado.

### **La implementación de políticas de comunicación digital desde la ciudadanía ante la violencia directa y la indolencia del sistema**

Como ya se mencionó detalladamente en apartados anteriores, Zacatecas es un estado de la República Mexicana que a partir del año 2007 comenzó a verse afectado por la delincuencia organizada, pasando de ser el estado más pacífico, al más violento. Sin embargo, desde la llegada del actual gobernador, en septiembre de 2021, las estadísticas en cuanto a homicidios dolosos y percepción de inseguridad se dispararon de manera vertiginosa. Aunado a ello, el mandatario estatal lleva una relación ríspida con los principales medios de comunicación y con la oposición. Generalmente, no concede entrevistas y le molestan “las de banqueta”, redundando en una desastrosa comunicación gubernamental que genera malestar social y fomenta a su vez, el crecimiento de un activismo digital opositor, que se organiza desde las redes sociales para hacer frente a la desinformación provocada por el gobierno mismo.

Al respecto, Emiliano Treré (2014) señala que con la Web 2.0 y la aparición de blogs y nuevos medios digitales, los activistas encontraron un nuevo medio de expresión colectiva sobre temas políticos y sociales, desde los cuales también se genera una resistencia digital. Manifiesta que

los estudios sobre activismo y medios van haciéndose paulatinamente y se enfocan en las aplicaciones más populares que suelen utilizar los activistas, conforme éstas van saliendo y las indagaciones suelen hacerse por olas, con base en las plataformas tecnológicas más novedosas y la forma en que los activistas se apropian de ellas. No obstante, señala que para indagar los movimientos sociales también es necesario tomar en cuenta que muchas veces la interacción, acuerdos y conectividad entre los grupos de resistencia virtual, se da a través de plataformas comunes como Facebook, Twitter y WhatsApp.

Señala que, además, los nuevos enfoques respecto al activismo digital tienen puesta la mirada en el impacto y la retroalimentación que tiene desde el virtual al ámbito real, es decir, cómo es la respuesta de la “dimensión online en la dimensión offline”. Especifica que ambas dimensiones no deben investigarse como dos fenómenos aislados o separados, sino como dimensiones que están conectadas desde lo social. En este mismo entendido, Manuel Castells (citado en Treré, 2014), resalta que los movimientos sociales digitales se mueven de igual manera en el espacio físico.

Al respecto, Candón-Mena y Benítez-Eyzaguirre (2016) destacan también la importancia de analizar los movimientos sociales acompañados del uso tecnológico, sostienen que de otra forma cada uno sería visto por sí mismo como amenazante y subversivo, y que en conjunto intensifican las posibles transformaciones, gracias a las nuevas maneras de comunicación que propicia la organización colectiva. Dichos autores señalan que el avance tecnológico no sólo propició nuevas formas de organización ciudadana, sino que los grupos de poder, como las grandes

corporaciones también vieron el avance tecnológico como una manera de crear nuevas estrategias comerciales y económicas.

Ante ello, el uso de las TIC propició otros modos de entendimiento, de reacción y contestación de los grupos de poder económico y político, gracias a una cultura de redes y de las nuevas vías de comunicación que tienen gran alcance y velocidad. Añaden que, la tecnología nació en un contexto social e influye en la misma sociedad en la que surge, y forma parte de la comunicación y el lenguaje, que son la base fundamental de la sociedad, por lo que propician la aparición de nuevos derechos de comunicación y políticos, pero su desarrollo a futuro no es certero. Por ejemplo, refieren que los medios masivos de comunicación que aparecieron antes, como la radio y la televisión, contribuyeron a la democracia de masas, pero también a la monopolización de la información, y junto con ellos surgió también el derecho a la información pública y a la transparencia.

Por su parte, Calle-Collado (2016), hace referencia a los grupos que buscan y promueven cambios desde las redes sociales, denominándolos movimientos-sociedad y destaca que se constituyen como embriones de los nuevos satisfactores de necesidades básicas “contenidos en su hacer y no sólo en sus demandas, como su idea de entender la participación y el manejo de las nuevas tecnologías, el consumo y los sistemas agroalimentarios, las relaciones de género o sus prácticas económicas” (p. 29).

En este contexto nace en Zacatecas el portal de noticias “AccesoZac”, *fan page* autodenominada “ciudadana,” que se especializa en brindar información inmediata sobre acontecimientos violentos de todo el estado, con énfasis en las ciudades más grandes e importantes, como lo son, Zacatecas, Guadalupe y Fresnillo. La página se define



como un medio de comunicación ciudadano y en su portada se puede leer claramente “AccesoZac es una organización civil de ciudadanos para ciudadanos” y se encuentra activa desde el año 2010. Publica información de manera oportuna y constante, incluso aquella que es omitida por algunos medios de comunicación, por considerarla peligrosa. Sus antecedentes se remontan a los mensajes de texto, llamadas telefónicas y correos electrónicos de alerta que comenzaron a circular a propósito de la expansión de la violencia en la entidad, como canales de difusión mediante los cuales se avisaba a los familiares, amigos y conocidos, acerca de la presencia de personas sospechosas, o armadas en cualquier parte de la ciudad o del estado; además de caravanas, detonaciones, robos, cercos policiacos, secuestros o cualquier cosa que pusiera en riesgo la integridad propia y de los demás.

Con estas acciones iniciales se propiciaron posteriormente grupos ciudadanos en WhatsApp, Twitter y Facebook, con el objetivo de compartir información relacionada con temas de violencia e inseguridad, como iniciativa meramente ciudadana, llegando hasta la viralización de la fan page de Facebook AccesoZac, que, de acuerdo con los datos iniciales proporcionados a través de dicha página, ésta se caracteriza por compartir de manera expés, información de acontecimientos violentos, prácticamente en tiempo real, con el propósito de alertar a la ciudadanía y prevenir desgracias mayores.

La información, la inmediatez en la noticia y el contenido compartido, propiciaron el rápido posicionamiento de la página y la buena aceptación entre la ciudadanía de todo el estado e incluso, de zacatecanos radicados en Estados Unidos y otros países, según se aprecia en comentarios que los mismos usuarios dejan en el portal. Actualmente,

se encuentra posicionada como la página con más seguidores en todo el estado y según sus administradores, dada la confianza ganada en las y los zacatecanos, reciben también denuncias ciudadanas por actos de corrupción, fallas u omisiones por parte de las autoridades, mismas que viralizan a través de sus contenidos. Se trata también de una página interactiva, de atención permanente al usuario.

De esta manera, la *fanpage* AccesoZac se ha mantenido por más de trece años en las preferencias de la población zacatecana, asumiendo el rol informativo del gobierno del estado y de las autoridades en turno, informando eficientemente a través de políticas de comunicación no escritas ni acordadas, sino entendidas tácitamente, trabajando a través de ciudadanas y ciudadanos conectados digitalmente y que aun sin conocerse, comparten la misma buena voluntad y responsabilidad de informar sobre hechos violentos, con la única finalidad de hacer comunidad y proteger a la ciudadanía, resguardando en todo momento su identidad como informante.

La reflexión final de este apartado versa entonces en el sentido de que, si la *fan page* AccesoZac ha logrado estar vigente por más de 13 años, informando eficazmente sin recursos, sin infraestructura, sin coordinación jerárquica, ¿por qué el gobierno del estado no puede emular su funcionamiento, si tiene a su servicio todo el aparato? Ha sido demasiado tiempo ya, durante el cual ha descasando –indebidamente- su responsabilidad, sobre la ciudadanía.

## **Conclusiones**

Ante estas nuevas formas de organización social -desde lo digital-, lo cierto es que, en Zacatecas, el derecho a la información se

encuentra vulnerado porque el Estado ha sido omiso en cuanto a su obligación de informar, sobre todo, en el tema que nos ocupa, respecto a la violencia directa, en virtud de que, “Toda persona tiene derecho al libre acceso a información plural y oportuna, así como a buscar, recibir y difundir información e ideas de toda índole por cualquier medio de expresión» (CPEUM, 2018, p. 8). Recordemos que la ciudadanía es el eje central de cualquier sociedad, es la razón de ser del gobierno, es la unión y conglomeración de ciudadanos que se interesan por su entorno, participan en las decisiones colectivas y son conscientes del rol que desempeñan dentro del grupo social.

La acción de comunicarse es la base de la sociedad, sin ésta no hay interacción ni entendimiento entre los individuos, además, ante su ausencia, se limita el proceso de convivencia y disminuyen las posibilidades de desarrollo en todo sentido. Al respecto, Lezama (citado en León, 2017), señala que, “el proceso de comunicación es la base para la formación de una comunidad, y de igual forma, es el elemento clave en el desarrollo y la prosperidad de la misma (p, 124). Asimismo, destaca que la interacción debe ser entendida “como la base de la sociedad y por lo tanto de la cultura, ya que es por ésta que se propicia la creación, transmisión y comprensión de los símbolos que conforman las distintas culturas a lo largo del planeta” (p. 124).

Con esta referencia y destacando la relevancia de la comunicación en todos los aspectos de la sociedad, se debe tomar en cuenta la forma en que los gobiernos hacen uso de ella para transmitir ideas o mensajes a los ciudadanos, pero, también para ser claros y propiciar un mejor y mayor entendimiento y, por lo tanto, mejorar los lazos de la relación entre gobierno y ciudadanía. Cuando se habla de comunicación

y gobierno, es necesario tomar en cuenta el alcance político de la comunicación, a través del cual se adoptan y aplican las decisiones en y para la comunidad (Canel, 1999).

La interacción de los gobiernos con sus ciudadanos implica ya de por sí una complejidad, puesto que si ésta es efectiva y positiva, el entendimiento entre ambos será posible y se propiciará además el involucramiento de las personas en la toma de decisiones de los gobiernos; pero si ésta es confusa y no tiene reciprocidad y además es lineal y vertical, el proceso comunicativo entre ciudadanía y gobierno hará una brecha entre ambos que genere inconformidades, malos entendidos, desinformación y malestar.

Algo que no debemos perder de vista es que, con el Internet, las redes sociales digitales y el surgimiento de nuevas plataformas y medios de comunicación en la red, el gobierno también debe crear estrategias para llegar a más ciudadanos. En este sentido, Tarullo (2015), señala que algunos gobiernos han comenzado a emplear las nuevas tecnologías como parte de sus estrategias de comunicación con los ciudadanos, debido al incremento de los usuarios de los medios y redes digitales, por lo que se han dado nuevos procesos comunicativos entre ambos entes, que, a su vez, representan nuevos retos. Los nuevos gobiernos, haciendo uso de las nuevas tecnologías, también han comenzado a subirse al trending topic del “gobierno abierto”, bajo la promesa de ser transparentes, rendir cuentas y propiciar el diálogo y el entendimiento con los ciudadanos. En Zacatecas, la actual administración lleva por slogan “La nueva gobernanza”.

Debemos recordar que la buena gestión de la comunicación permitirá a los gobiernos un mejor manejo de las crisis, porque mantener a

la ciudadanía bien informada respecto a lo que acontece en el entorno propiciará puentes de entendimiento. La sociedad necesita saberse y sentirse tomada en cuenta. Este compromiso de hacer efectiva la función social de la comunicación como recurso indispensable para el desarrollo y la convivencia armónica no se cumplirá cabalmente sino se considera la relevancia que tiene la retroalimentación, es decir, la apertura de canales de vuelta, a través de los cuales la población pueda expresar sus puntos de vista, sus dudas e inconformidades, sus necesidades y expectativas (Flores, 2019 p. 82).

Así pues, la comunicación de gobierno deberá constituirse como la premisa fundamental para las relaciones político-sociales, pero también como un principio moral, ya que debe ser al mismo tiempo una práctica permanente y un valor ético que norme la acción de las instituciones públicas (Tello, 1996, citado por Flores, 2019, p. 7).

Mientras tanto, ante la indolencia e incapacidad mostrada por el sistema y la inmediatez de las redes sociales, la ciudadanía continuará organizándose digitalmente para generar la información que necesita, creando soportes que, desde el anonimato, construyen su propia comunicación colectiva, generando vínculos, produciendo sus propios contenidos sin intermediarios y buscando siempre que la comunidad sea la protagonista de la acción comunicativa, es decir, creando una comunicación ciudadana, solidaria y empática

## Referencias

Amadeo (2016). El estudio de la comunicación gubernamental: líneas de investigación y futuros desafíos. *Austral Comunicación*, 5(2), 155-181.

Candón-Mena, J., & Benítez-Eyzaguirre, L. (2016). *Activismo digital y nuevos modos de ciudadanía: Una mirada global*. Institut de la Comunicació (InCom-UAB).

Canel, M. J. (2008). *Comunicación política*. Tecnos.

Canel, M. J. (1999). *Comunicación política. Técnicas y estrategias para la sociedad de la información*. Tecnos.

Calle-Collado, A. (2016). Gritos de rebeldía. Movimientos sociales (globales) en el siglo XXI En J. Candón-Mena, & L. Benítez-Eyzaguirre (Eds). *Activismo digital y nuevos modos de ciudadanía: Una mirada global*. Institut de la Comunicació (InCom-UAB).

CPEUM (2018). Cámara de Diputados. Última reforma publicada, DOF 28-05-2021.

DOF. (7 de febrero de 2014). Decreto por el que se reforman y adicionan diversas disposiciones de la Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos, en materia de transparencia. *Diario Oficial de la Federación*.

DOF. (11 de junio de 2013). Decreto por el que se reforman y adicionan diversas disposiciones de los artículos 6o., 7o., 27, 28, 73, 78, 94 y 105 de la Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos, en materia de telecomunicaciones. *Diario Oficial de la Federación*.

Flores, C. (2019). *La comunicación social en México y la lucha fallida por la transparencia: Del Imperio Azteca a la Ley Chayote*. Universidad Autónoma de Zacatecas.

- Flores, C. (2023a). Oportunidad Informativa en Ciudades Azotadas por la Violencia. Una mirada desde la comunicación y el activismo digital. *Revista Eirene*, 6(10), 131-156.
- Flores, C. (2023b). Comunicación pública responsable en contextos violentos. El caso de Zacatecas, México. *Visual Review* 13(2), 2-12.
- Galtung, J. (1998). *Tras la violencia, 3R: reconstrucción, reconciliación, resolución. Afrontando los efectos visibles e invisibles de la guerra y la violencia*. Gernika Gogoratuz
- García, A. (2013). Factorías del crimen: México y Colombia, oleadas o persistencia de la violencia. *Sociología Histórica*, (2), 355-380.
- IPM. (2023). *Identificación y medición de los factores que impulsan la paz*. Institute for Economics & Peace.
- Laudon, K., & Laudon, J. (2004). *Sistemas de Información*. Pearson Educación.
- León, J. J. (2017). Etimología subversiva del verbo «comunicar». *Quórum Académico*, 14(1), 115-125.
- Peña, C., Herrera, L., & Salazar, J. (2016). Participación ciudadana a través de los medios de comunicación como legitimación de la democracia participativa en Colombia. *Advocatus*, (26), 145-153.
- Sánchez, E., & Zúñiga, L. (2011). La importancia de contar con información precisa, confiable y oportuna en las bases de datos. *Revista Nacional de Administración*, 2(2), 145-154.

Tarullo, M. R. (2015). Las redes sociales en la comunicación de gobierno: una aproximación teórica. *Rihumso*, 1(7), 89-104.

Treré, E. (2014). *Movimientos sociales, redes sociales y Web 2.0. El caso del Movimiento por la Paz con Justicia y Dignidad. Comunicación y sociedad*, 27(1), 183-203.

UNESCO. (2019). Día Internacional del Acceso Universal a la Información.

UN. (2019). Día Internacional del Acceso Universal a la Información.



# INTERAÇÃO POLÍTICA E TECNOLOGIA SOCIAL: VIESES PARA AS CONQUISTAS CIDADÃS

*Paulo Henrique Ferreira Nascimento<sup>1</sup>  
Osvando José de Moraes<sup>2</sup>*

A interação política mediada pelas redes sociais é um fenômeno em constante crescimento na sociedade contemporânea. Esse tipo de interação redefine a forma como os cidadãos se engajam na política, ampliando o espaço público, fortalecendo a comunicação pública e reconfigurando o conceito de cidadania. A rápida evolução das tecnologias digitais trouxe consigo o advento das redes sociais, proporcionando novas formas de interação e comunicação entre os indivíduos. A política, como importante esfera da sociedade, não ficou imune a essa transformação. Atualmente, a interação política mediada pelas

- 
1. Mestre em Comunicação pela FAAC-UNESP, doutorando do Programa de Pós-graduação em Mídia e Tecnologia da FAAC-UNESP. [paulo.nas@gmail.com](mailto:paulo.nas@gmail.com)
  2. Docente e Orientador no Prog. de Pós-Grad. em Mídia e Tec. da FAAC – UNESP. Pós-doutor em Teorias da Comunicação e Hermenêutica pela FAAC-UNESP. [osvando@faac.unesp.br](mailto:osvando@faac.unesp.br)

redes sociais tem se destacado como uma ferramenta fundamental para a participação cidadã e a democracia. Este trabalho tem como objetivo explorar os conceitos e as expressões dessa interação política, discutindo sua relação com a comunicação pública, a comunicação política, a cidadania e a democracia.

Atualmente, a sociedade é caracterizada pela centralidade que a informação exerce e, sobretudo as novas tecnologias para a identidade do sujeito e para que este encontre seu lugar enquanto cidadão. As Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs, têm despertado mudanças profundas nas relações sociais e culturais, de trabalho, políticas e religiosas, ou seja, impactam positivamente ou não em todas as Instituições.

Essas mudanças ainda não ocorreram por completo e se transformam a cada dia, a cada movimento destas instituições e deslocam sentido e criam comunidades ou bolhas ideológicas e num movimento horizontal e vertical assumem uma grande relevância na formação do extrato social e das formas de se pensar cidadania.

A partir do seu surgimento, pode-se dizer que surge também um novo marco da civilização, onde essa centralidade da informação se resume, mas não se reduz a uma interpretação dos metadados e como estes afetam a sociedade. Hoje divide-se a vida antes e depois das TICs, impulsionadas pela internet.

Das muitas transformações que os estudos da comunicação e recepção podem analisar, a política, mais especificamente a comunicação política, objeto de estudo neste artigo, onde buscamos entender como as tecnologias utilizadas na interação política geram vieses para a vida em sociedade e para as conquistas cidadãs.

Buscamos entender como a interação através da internet e redes sociais podem provocar mudanças na forma de pensar e fazer política e como a democracia pode ser promovida, ou não, através destas tecnologias.

Neste campo são muito mais especulações do que saberes concretos, tendo em vista a efemeridade e transitoriedade das tecnologias que ao mesmo tempo podem ser disruptivas, mas também revolucionárias.

Como exemplo podemos citar o metaverso e as tecnologias de realidade aumentada e de realidade virtual que há pouco mais de um ano eram vistos como revolucionários, mas perderam espaço e foram apagados pela Inteligência Artificial que ainda é um esboço de possibilidades e um grande desafio para os estudiosos da interação homem-máquina, que assume características da ficção científica.

Cabe a nós, no momento, continuar nas tentativas especulativas, baseados nos estudos e pensamentos dos que nos antecederam e enveredaram no universo da comunicação e interação política.

Sobre esta, é necessário se ater a dois pontos principais: o agente político ou o Estado, que por meio das tecnologias e da internet buscam se comunicar promovendo a interatividade, a participação e o conhecimento dos acontecimentos desse ambiente. Outro ponto é a sociedade, mais especificamente, o cidadão, com suas individualidades e subjetividades que se potencializaram com a “quase” democratização do acesso à internet e sua disponibilidade para interagir, participar e conhecer atos de mandato dos políticos ou ações, processos e movimentos do Estado para a melhoria da vida da sociedade, seja como um todo ou grupos de interesses e demandas bem específicas.

A internet e as novas TICs podem não apenas influenciar ou constituir uma nova modalidade de interação política, mas podem fortalecer a própria política. Seja no legislativo municipal, nas ações e tentativas de engajamento do executivo municipal ou nas esferas maiores, os desafios são os mesmos, porém, proporcionalmente maiores.

A internet em si e os ambientes abarcados em sua estrutura como as redes sociais e os recentes dispositivos de IA podem romper o *status quo* social? Podem promover consciência de classe, estimular a cobrança de políticos e do Estado e romper uma estrutura que até pouco tempo era composta por uma sociedade passiva e acomodada ou que tinha pouco poder de voz diante da falta de acesso aos agentes políticos ou ao Estado? A facilidade de acesso atual e as ferramentas que possibilitam o cidadão, através das redes sociais, poderiam promover uma maior participação política da sociedade? Ainda que não encontremos respostas para estas questões, este trabalho busca dar continuidade à reflexão e contribuir com outros estudos.

## **Discussões**

A popularização da Internet em âmbito global levou à institucionalização de uma realidade de interação política descentralizada e multifacetada, que permite contato direto entre agente político e sociedade civil e aproxima iguais e se opõe aos diferentes. A nova forma de interação política se baseia nos dispositivos tecnológicos e na capacidade destes de tensionar a relação entre sociedade civil e Estado ou agentes políticos.

A interação política mediada pelas redes sociais pode ser compreendida como o processo de troca de informações, opiniões e ideias

relacionadas à política, que ocorre por meio das plataformas digitais. Essa forma de interação tem se tornado cada vez mais frequente e influente na sociedade contemporânea. De acordo com Castells (2013), as redes sociais digitais proporcionaram uma acomodação do espaço público, permitindo que diferentes grupos e indivíduos se conectassem e se engajassem em discussões políticas. Segundo Habermas (1987), a comunicação pública é aquela que acontece nos espaços em que os cidadãos podem discutir assuntos de interesse comum e formar opiniões coletivas. A partir dessa perspectiva, as redes sociais se tornam um meio de comunicação pública, uma vez que oferece um espaço para discussão política aberta a todos os usuários. Na esfera política, a comunicação é fundamental para o exercício da democracia e têm se mostrado um importante meio para disseminar essas mensagens políticas e mobilizar os cidadãos para a participação política. Autores como Cardoso (2015) argumentam que o uso das redes sociais na política é uma forma democrática de envolver os cidadãos na discussão e na tomada de decisões, permitindo a participação de diferentes vozes.

A interação política mediada pelas redes sociais também desafia uma concepção tradicional de cidadania, que tem sido ampliada pelo meio das redes sociais digitais. Os cidadãos se tornam mais participativos e ativos, exercendo seu papel político não apenas por meio do voto, mas também por meio da discussão e da interação política nas redes sociais.

Neste sentido, ao encararmos as novas tecnologias e a internet como novo meio de interação política de produção de sentido acerca da cidadania e do papel que cada sujeito exerce na sociedade e do quanto este papel é satisfatório ou não para o sujeito, é preciso encará-las

também como um novo meio para o surgimento e fomento dos movimentos sociais. Isto porque, conforme argumenta Castells:

A comunicação de valores e a mobilização em torno do sentido são fundamentais. Os movimentos culturais (entendidos como movimentos que têm como objetivo defender ou propor modos próprios de vida e sentido) constroem-se em torno de sistemas de comunicação – essencialmente a Internet e os meios de comunicação – porque esta é a principal via que estes movimentos encontram para chegar àquelas pessoas que podem eventualmente partilhar os seus valores, e a partir daqui atuar na consciência da sociedade no seu conjunto. (Castells, 2004, p. 170)

Assim, podemos sustentar que as formas de interação política mediadas pela Internet criam movimentos ativistas não institucionais, mas que ocorrem dentro da esfera pública digital quando estes sujeitos estão insatisfeitos com seu papel na sociedade ou desacreditados da representatividade dos políticos e do sentido de democracia e pedem mudanças. Neste caso, o descrédito do sistema eleitoral surge como uma fagulha num palheiro e ganha proporções à medida em que os algoritmos se encarregam de distribuir os pedidos de mudança para outros que também se mostram insatisfeitos ou desacreditados.

E isto permite que existam as “comunidades que são desterritorializadas, que não estão ali cara a cara e que têm laços fortes”, sujeitos que se unem pelo descrédito ou pela ideologia e esta união se dá através do ambiente digital e propiciam movimentos sociais de ruptura nem sempre benéficos, mas constituem uma nova forma de pensar a política e a interação que sela surge para romper com a esfera pública já que os grupos se formam numa “rede onde a inteligência está na periferia,

e não no centro” e que a política ou a esfera pública está na “mão das pessoas, são elas que construíram” (Amadeu, 2009, pp. 75-77).

Para os otimistas, entramos na era da transformação da democracia com mais poder de voz para a maioria que busca interação, participa, sugere projetos e ações e opina e critica as decisões do governo, tudo isso viabilizado pelas redes sociais. A internet e, conseqüentemente as redes sociais de afinidades, seriam responsáveis por uma mobilização à margem da esfera pública, mas centrada nas suas atuações em prol da sociedade. A interação mediada pelas novas tecnologias e redes sociais assumiria um papel de ruptura com o poder político e com a esfera pública, com a mídia tradicional, já que os sujeitos produzem as próprias notícias que sejam mais convenientes e ao mesmo tempo que rompe com o tradicional, aproxima e gera interação entre políticos e cidadãos e abre espaço para os “jornalistas rebeldes, ativistas políticos e pessoas de todo tipo como um canal para difundir informação e rumores políticos” (Castells, 2003, p. 129).

Estes mesmos otimistas veem a ampliação do sentido de democracia no ambiente digital, que proporciona um maior “potencial criativo, libertário, emancipatório, de trocas de conteúdo” (Manevy, 2009, p. 33).

Mais que isso, outros argumentam que a internet unificou o que a Revolução Industrial e o Capitalismo separaram e que possibilita a democratização de saberes, de arte e de cultura, já que se pode visitar o Louvre e conhecer a Monalisa sem sair de casa. Para estes defensores, esse processo de “segregação” começa a ser revertido a partir da internet (Amadeu, 2009, p. 67).

Com a popularização e democratização do uso das redes sociais, “cada vez mais ciência, tecnologia e arte se juntam” (Amadeu, 2009,

p. 68). E libertam e liberam para a sociedade o que antes poderia estar restrito às cadeiras das universidades ou ao poder econômico. É um processo que liberta “o texto do suporte papel, liberta a música do suporte vinil, liberta a imagem do suporte ali da película” (Amadeu, 2009).

A democratização do saber e do acesso é reverenciada pelo viés otimista quando se fala em descentralização de poder também dos produtores de conteúdo e de cultura sem “intermediários” (Lemos, 2009, p. 99).

Criadores de conteúdo têm hoje o poder de arrematar grandes audiências a ponto de fazer patrocinadores do futebol televisivo migrarem seus investimentos para o YouTube, o que gera uma descentralização e “uma transferência de poder” (Lemos, 2009).

No cenário político atual, é evidente que os políticos muitas vezes se limitam a “divulgar suas declarações e responder burocraticamente”, enquanto os cidadãos, por sua vez, não se sentem motivados a se envolverem profundamente em questões políticas, a menos que sejam diretamente afetados por eventos que despertem sua indignação ou interfiram em seus interesses pessoais (Castells, 2003, p. 129). Nesse contexto, não podemos esperar as falhas na internet ou as promessas não cumpridas por ela, mas sim à própria “crise da democracia” (Castells, 2003, p. 129). Embora exista tecnologia suficiente para facilitar as interações entre cidadãos e governos, a verdadeira democracia digital ainda não foi realizada, pois esses canais não são ativados de maneira eficaz para promover uma participação significativa (Pinho & Winkler, 2008).

É crucial considerar que a internet não está vinculada ao que Habermas descreveu como a “esfera pública”, mas sim ao conceito de



“mundo da vida”, que já existia muito antes do surgimento da internet (Bucci, 2009, p. 211).

O “mundo da vida” representa o ambiente onde as interações humanas acontecem naturalmente, onde as pessoas se entendem mutuamente e constroem significados a partir de repertórios não problemáticos (Bucci, 2009). Com a chegada da internet, esse “mundo da vida” ganhou uma nova dimensão, tornando-se mais visível e acessível. Os conceitos de esfera pública e sociedade civil, de acordo com a concepção habermasiana, estão profundamente conectados ao “mundo da vida” e se alimentam dele (Bucci, 2009, p. 212).

No entanto, uma verdadeira transformação democrática só ocorrerá quando conseguirmos integrar plenamente a esfera digital ao mundo da vida, activando canais que incentivem o envolvimento activo dos cidadãos. Isso implica não apenas na disponibilização de tecnologia, mas também na promoção de uma cultura de participação, transparência e responsabilidade. Somente quando conseguirmos alcançar esse equilíbrio, poderemos realmente superar a crise da democracia, proporcionando aos cidadãos as ferramentas e o incentivo para participarem no processo político, tanto online quanto offline.

Na esfera essencialmente política, Laymert Garcia dos Santos e outros enfatizam que “a tecnologia da sociedade é intensa” (Santos et al., 2003, p. 17). Ele destaca a presença de “brechas dentro dos sistemas” que podem ser exploradas, mas adverte que a internet, apesar de sua presença marcante, ainda é uma tecnologia relativamente nova, sendo que “o capital está apenas começando a colonizá-la” (Santos et al., 2003, p. 75). Santos prevê um estágio avançado quando a internet se tornar uma parte indispensável da vida nos países industrializados,

afirmando que “quando a vida for impossível sem a internet, então aí é que vai começar a regulação da internet” (Santos et al., 2003, p. 75).

Essa perspectiva levanta questões cruciais sobre a interseção entre tecnologia e sociedade. A intensificação da tecnologia não apenas reconfigura as dinâmicas sociais, mas também cria oportunidades para desafiar e questionar sistemas existentes. As lacunas identificadas por Santos, dentro desses sistemas, sugerem a possibilidade de transformação e resistência por meio da tecnologia.

No entanto, a advertência de que o capital está gradualmente colonizando a internet destaca a importância de entender que, embora a tecnologia possa ser uma ferramenta poderosa para a liberdade e a expressão, também está sujeita a interesses comerciais e políticos. A fase atual, onde a internet ainda não é totalmente necessária para a vida cotidiana, representa um momento crucial. À medida que a sociedade se torna cada vez mais dependente da internet, a regulação se torna periodicamente.

Assim, ao explorarmos as potencialidades da tecnologia, é essencial considerar não apenas suas capacidades inovadoras, mas também as questões éticas e políticas que surgem com sua disseminação. Isso exige uma reflexão profunda sobre como garantir que a tecnologia sirva aos interesses coletivos e promova um ambiente digital inclusivo, equitativo e transparente. A regulamentação futura da internet, conforme previsto por Santos (2003), destaca a necessidade de uma abordagem cuidadosa para equilibrar a inovação com a proteção dos direitos individuais e a integridade da esfera pública mediados pelas tecnologias sociais.

As tecnologias sociais representam um campo dinâmico e inovador que se entrelaça com a evolução da sociedade contemporânea e se

referem a soluções criativas e sustentáveis desenvolvidas para abordar desafios sociais complexos, promovendo a inclusão, a igualdade e o desenvolvimento comunitário. Essas tecnologias não são apenas ferramentas técnicas, mas também expressões tangíveis do potencial humano para criar mudanças positivas no mundo ao nosso redor.

No cerne das tecnologias sociais é uma ideia de empoderar comunidades e indivíduos através do uso inteligente da tecnologia, indo além de simples inovações tecnológicas e considerando profundamente as necessidades humanas. Elas abrangem desde aplicativos inovadores e plataformas online até técnicas agrícolas sustentáveis e sistemas de gestão de resíduos. O objetivo é promover a participação ativa das comunidades na busca por soluções para problemas locais, integrando conhecimento tradicional com inovações modernas.

Neste contexto, as tecnologias sociais não oferecem apenas respostas pragmáticas para desafios sociais, mas também estimulam o pensamento crítico, a colaboração e a criatividade. Elas representam um movimento crescente em direção a uma sociedade mais justa e inclusiva, onde o acesso equitativo à tecnologia não é apenas um ideal, mas uma realidade tangível.

Ao abordar o tema das tecnologias sociais, Bava (2004, p. 116) traça uma visão geral do conceito:

Mais do que a capacidade de implementar soluções para determinados problemas, podem ser vistas como métodos e técnicas que permitam impulsionar processos de empoderamento das representações coletivas da cidadania para habilitá-las a disputar, nos espaços públicos, as alternativas de desenvolvimento que se originam das experiências inovadoras e que se orientam pela defesa dos interesses das maiorias e pela distribuição de renda.

A definição de tecnologia social implica em uma interação especial entre tecnologia e arranjos sociais, ocorrendo a inclusão através da participação ativa dos usuários dessas tecnologias. Um conceito central nesse contexto é o de adequação sociotécnica, proposto por Dagnino (2010), que se refere ao processo de “reprojetamento” de tecnologias e técnicas existentes ou ao desenvolvimento de novas tecnologias de acordo com os interesses e valores dos beneficiários. Isso implica que qualquer aplicação de tecnologia social envolve, de alguma forma, um processo de adequação sociotécnica, cuja profundidade depende da proximidade entre a tecnologia em questão e dos valores e concepções dos atores e do contexto envolvido. Assim, no contexto da tecnologia social, não se fala em replicação, mas sim em reaplicação, considerando que em cada contexto diferente, o uso da tecnologia será necessariamente reprojetado.

Novaes & Dias (2010), bem como Dagnino (2010) identificam várias “modalidades” pelas quais um processo de tecnologia social pode transformar tecnologias convencionais, diferenciando-se delas:

1. **Uso:** refere-se à simples utilização da tecnologia anteriormente empregada, ou à adoção de tecnologia convencional, desde que haja uma alteração na forma como o excedente gerado é distribuído.
2. **Apropriação:** envolve uma propriedade coletiva dos meios de produção, ampliando o conhecimento do trabalhador sobre aspectos produtivos, gerenciais e de concepção de produtos e processos, sem alterar o uso concreto desses meios.
3. **Revitalização e alteração de máquinas e equipamentos:** permite prolongar a vida útil dos equipamentos, além de ajustes, recondicionamento e aumento de potência. Isso

implica a introdução de novos componentes em tecnologias preexistentes.

4. **Ajuste do processo de trabalho:** envolve a adaptação da organização do processo de trabalho à forma de propriedade coletiva dos meios de produção, questionando a divisão técnica do trabalho e adotando o controle operário de forma progressiva.
5. **Busca ou verificação de alternativas tecnológicas:** exploração de tecnologias alternativas à convencional.
6. **Incorporação de conhecimento científico-tecnológico existente:** quando a busca por alternativas tecnológicas é esgotada, percebe-se a necessidade de incorporar conhecimento científico-tecnológico existente ou até mesmo desenvolver novos conhecimentos para a produção.

Essas modalidades não apenas ajudam a entender a proposta da tecnologia social, mas também geram desafios práticos para transpor essas ideias no mundo virtual para o real. Para compreender a noção de tecnologia social de forma holística, é crucial considerar que ela se manifesta em dois planos: o conceitual, onde propõe uma forma participativa de construir conhecimento científico e tecnológico, e o material, onde experiências concretas estão aplicando a ideia de tecnologia social para criar soluções inovadoras e inclusivas para uma variedade de questões sociais.

Já com relação à interação, uma das principais características da interação é a sua multidirecionalidade. Ao contrário da comunicação unidirecional, onde há um emissor de uma mensagem e um receptor, na interação ocorre uma troca mútua de informações entre os envolvidos. Como afirma Manovich (2013), “a interação é baseada em recipientes ativos, que não apenas recebem informações, mas também as enviam de volta”.

Além disso, a interação também está relacionada à noção de participação e engajamento. Os indivíduos interagem não apenas para receber informações, mas também para contribuir com suas próprias experiências e conhecimentos. Conforme Manovich (2013) destaca, “a interação é uma atividade de aprendizado, onde os usuários são incentivados a experimentar e explorar o mundo”.

No entanto, a interação também é mediada por sistemas de governança. As interfaces que permitem a interação são projetadas de acordo com determinadas regras e normas, que definem como os atores podem interagir entre si e com as tecnologias. Manovich (2013) argumenta que essa governança pode ser tanto explicitamente, através de comandos e instruções, quanto implícita, através de convenções e expectativas socialmente construídas.

Para compreender em profundidade o fenômeno da interação, é necessário considerar não apenas os aspectos técnicos, mas também as dimensões sociais e culturais que estão envolvidas. Manovich (2013) ressalta que as influências agradáveis são dadas por fatores como contexto cultural, histórico e social, e que a análise dessas dimensões é fundamental para entender como a interação se manifesta em diferentes contextos.

Em suma, a interação e governança são elementos centrais na compreensão das sociedades contemporâneas. A interação ocorre através de interfaces, que medeiam as trocas entre os atores sociais, e está intrinsecamente relacionada com a governança, que define as regras e normas que regulam essas práticas. A interação é uma forma de comunicação multidirecional, que envolve a troca mútua de informações, e está intimamente ligada à participação e engajamento dos indivíduos.

No entanto, as confortáveis são mediadas por sistemas de governança, que definem como os atores podem interagir e quais são as expectativas socialmente construídas. Para uma compreensão mais aprofundada da interação, é fundamental considerar as dimensões sociais e culturais envolvidas.

## **Conclusão**

A interação política mediada pelas redes sociais, sem dúvida, representa um avanço notável na esfera política contemporânea. Essa dinâmica conectividade virtual amplia o espaço público, fortalece a comunicação pública e oferece uma plataforma sem precedentes para a participação cidadã. Ela não apenas democratiza o acesso à informação, mas também reconfigura o conceito próprio de cidadania, permitindo que os cidadãos participem dos debates políticos, expressem suas opiniões e exerçam pressão sobre os governantes.

No entanto, essa transformação não está isenta de desafios substanciais. Primeiramente, as redes sociais frequentemente são palco para a disseminação de informações falsas, polarização extrema e discursos de ódio, minando a qualidade do debate público e prejudicando a formação de opiniões fundamentadas. Além disso, a manipulação de algoritmos e a bolha de filtro criam ambientes onde as pessoas são expostas apenas a visões e opiniões que confirmam suas próprias opiniões, reforçando preconceitos e dificultando o diálogo construtivo.

Outro ponto crítico é a questão da privacidade e segurança dos dados dos usuários. As empresas de redes sociais frequentemente coletam uma grande quantidade de dados pessoais, levantando preocupações sobre a proteção da privacidade e o uso ético dessas informações.

Além disso, a orientação de notícias falsas e informações enganosas nas redes sociais tem o potencial de minar a confiança nas instituições democráticas, levando a uma erosão gradual da fé no processo político.

Para garantir uma participação política comprometida e ética nas redes sociais, é imperativo adotar medidas regulatórias e educacionais robustas. Isso inclui a implementação de políticas de transparência por parte das plataformas, investimentos em alfabetização digital para capacitar os usuários a discernir entre informações verdadeiras e falsas, e a promoção do pensamento crítico para desafiar narrativas polarizadoras.

Além disso, a sociedade precisa merecer a importância de uma cidadania digital responsável, onde os indivíduos são incentivados a se envolver em debates construtivos, respeitando a diversidade de opiniões e promovendo um ambiente online saudável e inclusivo. Somente através de um esforço conjunto das plataformas, dos reguladores e dos cidadãos, podemos colher os benefícios da interação política nas redes sociais, mantendo a integridade do processo democrático e promovendo uma participação cívica verdadeira e informada.

## Referências

Amadeu, S. (2009). Economia da cultura digital. In R. Savazoni & S. Cohn (Orgs.), *Cultura digital.br* (pp. 66-77). Azougue editorial.

Bava, S. C. (2004). *Tecnologia social e desenvolvimento local: tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Fundação Banco do Brasil.

Bucci, E. (2009). Comunicação digital. In R. Savazoni & S. Cohn (Orgs.), *Cultura digital.br* (pp. 202-213). Azougue editorial.



- Cardoso, G. (2015). *Mídia digital e engajamento político em todo o mundo: um estudo comparativo*. Cambridge University Press.
- Castells, M. (2003). *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Zahar.
- Castells, M. (2004). *A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e sociedade*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Zahar.
- Castro, E. V. (2009). Economia da cultura digital. In R. Savazoni & S. Cohn (Orgs.), *Cultura digital.br* (pp. 78-95). Azougue editorial.
- Dagnino, R. (2010). A tecnologia social e seus desafios. In R. Dagnino (Org.), *Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade* (pp. 53-70). Komedi.
- Novaes, H. T. & Dias, R. B. Construção do marco analítico-conceitual da tecnologia social. In R. Dagnino (Org.), *Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade* (pp. 113-154). Komedi.
- Habermas, J. (1987). *Teoria de la acción comunicativa II: Crítica de la razón funcionalista*. Taurus.
- Lemos, R. (2009). Economia da cultura digital. In R. Savazoni & S. Cohn (Orgs.), *Cultura digital.br* (pp. 96-103). Azougue editorial.

Manev, F. (2009). Política da cultura digital. In R. Savazoni & S. Cohn (Orgs.), *Cultura digital.br* (pp. 34-43). Azougue editorial.

Manovich, L. (2013). *Software Takes Command*. Bloomsbury Academic.

Pinho, J. A. G. & Winkler, I. (2008). *Política presencial versus política virtual: uma investigação no fórum digital de debates entre docentes na Universidade Federal da Bahia* [Trabalho apresentado]. XXXII Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/16738/3/estadosociedadeeinteracoes.pdf#page=92>

Santos, L. G. (2009). Cultura digital.br. In R. Savazoni & S. Cohn (Orgs.), *Cultura digital.br* (pp. 284-293). Azougue editorial.

Santos, L. G., Kehl, M. R., Kucinski, B., & Pinheiro, W. (2003). *Revolução tecnológica, internet e socialismo*. Editora Fundação Perseu Abramo.

# AS AÇÕES POLÍTICAS DE BOLSONARO PARA MINAR A FORÇA DA CULTURA BRASILEIRA NO AUDIOVISUAL

*Vivianne Lindsay Cardoso<sup>1</sup>*

Entre 2019 e 2022, período do governo do presidente eleito Jair Messias Bolsonaro (Partido Liberal - PL), o Brasil viveu um dos períodos mais ameaçadores das últimas décadas para a manutenção e a manifestação da cultura por meio do audiovisual. Propondo projetos de leis, assinando vetos presidenciais na tentativa de extinguir as leis de incentivo e subsídio existentes, bem como adiando implantações de leis emergenciais de apoio e incentivo pós pandemia de Covid-19, o então presidente e seu governo, apresentam atitudes que reforçam o reconhecimento da relevância e da força da manifestação da cultura brasileira

---

1. Doutora em Comunicação.  
Professora assistente Departamento de Comunicação Social – Unesp Bauru.  
[vl.cardoso@unesp.br](mailto:vl.cardoso@unesp.br)

no audiovisual e o quanto seu enfraquecimento seria estratégico para a manutenção da postura política e econômica adotada em seu governo.

A partir de levantamento exploratório de documentos e normatizações dos anos de 2019 e 2022, período de governo de Bolsonaro (PL), e aplicada a metodologia dialética, por meio de bases marxistas, busca-se compreender, a partir das proposições políticas do presidente no período, como a cultura e a diversidade cultural manifestas no audiovisual, especialmente o cinematográfico, alcançam reconhecimento estratégico social no Brasil.

### **O governo Bolsonaro e o ataque à cultura nacional**

Os anos de 2019 e 2022 registraram um período crítico na história da cultura e do cinema no Brasil. Diante da pandemia de Covid-19, iniciada na China, em Hong Kong, em novembro de 2019, o acontecimento provocou a paralisação das atividades realizadas coletivamente, como as exposições cinematográficas nas salas de cinema de todo o Brasil a partir de março de 2020, e só retomadas com mais normalidade a partir do segundo semestre de 2022. O período no Brasil, sob liderança do governo do presidente eleito Jair Messias Bolsonaro (Partido Liberal - PL) enfrentaria, com a situação instaurada globalmente, um cenário extremamente desafiador para a cultura nacional. Todavia, no sentido contrário em auxiliar o setor da cultura no período de crise para ser superado e contribuir para a retomada das atividades culturais coletivas, como o cinema, de maneira impactante, o governo realizou diversas ações que agravaram a crise das ações culturais do país.

Diante de uma política de extrema direita, fortemente ligada a manutenção de valores conservadores, ao contrário de uma aparente

secundarização da cultura, o governo de Bolsonaro atuou, durante os quatro anos, enfaticamente atacando a cultura e suas manifestações sem qualquer descrição no sentido de minar a força da manifestação cultural e do setor cinematográfico do Brasil.

O primeiro ato de enfraquecimento da cultural nacional por parte do então presidente Bolsonaro aconteceu no dia 1º de janeiro de 2019, ao assumir a presidência, quando extinguiu o Ministério da Cultura e criou a Secretaria Especial da Cultura. Ainda em novembro de 2019, transferiu a secretaria do Ministério da Cidadania para o Ministério do Turismo. A atitude resultou em uma série de prejuízos para o setor, especialmente nas ações ligadas a políticas públicas e ações sociais. Criado em março de 1995, pelo Decreto nº 91.144, pelo então presidente José Sarney (posteriormente revogado e modificado algumas vezes), o ministério foi concebido exatamente com a função essencial de desenvolver ações específicas e de reconhecimento da relevância da cultura para a construção da identidade nacional.

Conforme determina a Constituição da República Federativa do Brasil - conhecida como Constituição Federal de 1988 -, em seu artigo nº 215, o Ministério da Cultura trabalha na concepção da cultura sendo ela articulada em três dimensões essenciais na estrutura social: simbólica, cidadã e econômica. Tem, assim, como atribuições desenvolver políticas de fomento e incentivo à cultura nacional, bem como a preservação dos patrimônios histórico, arqueológico, artístico e nacional. Definido em sua estrutura regimental pelo Decreto nº 7.743, de maio de 2012, é possível identificar que a extinção do Ministério da Cultura não envolveu apenas um prejuízo econômico ao setor, mas também prejuízos aos direitos de cidadania e questões simbólicas, como

a constante construção e manutenção da identidade nacional, que foram diretamente vulnerabilizados.

Uma segunda ação do governo Bolsonaro de grande impacto para o cinema nacional foi em um dos principais mecanismos de garantia ao estímulo ao acesso e consumo das obras audiovisuais nacionais nas salas de cinema do Brasil que é a regulamentação da Cota de Tela. Uma iniciativa do Estado criada em 1932, tendo passado por diversos ajustes, até sua regulamentação a partir da Medida Provisória nº 2.228-1/01, a Cota de Tela define a obrigatoriedade de quantidades determinadas de exibições de filmes nacionais, visando incentivar a diversificação de exibição, bem como garantir a contemplação da diversidade cultural do cinema nacional. Exatamente nos períodos em que não esteve em vigência, é possível identificar sua relevância e impacto nos números de público e bilheteria nacionais, garantindo que as obras nacionais possam chegar a serem exibidas nas salas de cinema e, assim, assistidas pelo público.

No entanto, a Cota de Tela ao depender do decreto do presidente da república, não foi devidamente assinado entre 2019 e 2022, resultando em menor contemplação das obras nacionais, tanto em número de salas, quanto em período em exibições dos últimos anos, o que impactou diretamente no baixo desempenho em bilheteria e público. Como agravante na situação, o período de 20 anos da medida determinados foi finalizado em 5 de setembro de 2021. Seguindo sua conduta de não valorização da medida, o então presidente Bolsonaro (PL) não revisou sua vigência, ficando o país sem a Cota de Tela desde então. Diante da inatividade de assinaturas anuais e a não renovação da medida, os dados apontam uma queda drástica no número de público nas salas de cinema

em 2022, mesmo com 173 filmes sendo lançados. Um reflexo direto da não viabilidade de acesso as obras produzidas, o que representou um público de apenas 4,23% consumindo as obras nacionais nas salas de cinema, segundo dados do Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual (OCA).

Como medida reparativa, em agosto de 2023, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou a renovação da Cota de Tela até 2043 para produções brasileiras em salas de cinema e na TV por assinatura, sendo determinadas as regras por meio de decreto presidencial anual, como já vinha acontecendo. A proposta do Projeto de Lei nº 3.696/2023 segue em tramitação e se apresenta como uma medida preventiva para evitar que tais ações voltem a ocorrer, garantindo mais segurança ao espaço e representatividade do cinema nacional nas salas de exibição do Brasil.

Outra ação estratégica de ataque e vulnerabilização da cultura e do cinema nacional por parte do governo Bolsonaro foi atingir as estruturas de apoio e suporte para a realização e manutenção das obras nacionais. Uma das estruturas legais mais atacadas foi o Recine – Regime Especial de Tributação ao Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica.

O Recine foi uma iniciativa criada por meio da Lei nº 12.599, de março de 2012, visando gerar investimentos no parque exibidor cinematográfico, por meio de manutenção, construção e abertura de novas salas de cinema não apenas em grandes centros urbanos, mas em cidades menores e/ou interioranas. É um regime especial de tributação que desonera as salas de tributos federais, como Imposto de Importação, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Programa de

Integração Social e Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), a Contribuição ao Financiamento da Seguridade Social (Cofins), o PIS-Importação e a Cofins-Importação. Outra função de relevância no Recine foi o estímulo para a digitalização do parque exibidor no período de transição tecnológica. Em 2018, de acordo com os dados da Assessoria de Comunicação do Ministério da Cultura (Site Ministério, 2023), o Brasil tinha cerca de 2,2 mil salas de cinema, estando apenas como o 60º país na relação habitantes por sala, sendo que as salas se concentravam nas grandes cidades brasileiras, em locais de renda mais alta da população. Pelo Recine, naquele ano, foram aprovadas a construção de 93 salas. Em 2022, o Brasil registrou o número de 3.366 salas, de acordo com dados do Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual (OCA), demonstrando o impacto da iniciativa em território nacional.

Durante o governo Bolsonaro, a Recine tentou ser extinta mais de uma vez. A primeira tentativa aconteceu com o veto do Projeto de Lei - PL nº 5.815/2019, mas que foi derrubado pela Câmara dos Deputados Federais, em agosto de 2020. Outra tentativa aconteceu em 2021, quando o Projeto de Lei nº 3.203/2021 propunha a extinção da Recine, como parte do Plano de Redução de Incentivos e Benefícios Federais de Natureza Tributária. A tentativas provocaram preocupações e descontentamento no setor cinematográfico do país, já que um dos desafios do processo de produção cinematográfico é a distribuição e exibição das obras. Quanto menor o apoio e o incentivo, mais desafiador segue sendo o acesso ao cinema, a própria implantação e a expansão das salas de cinema em cidades com menor concentração populacional e de renda. Mesmo vetado por Bolsonaro e claramente atuando para



prejudicar o regime, por meio das ações da Câmara dos Deputados, o Recine foi garantido até 2024.

Outro exemplo de estrutura legal que sofreu ataques com o propósito de extinção foi a Condecine – Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional, que é uma das principais responsáveis pela manutenção do cinema do país nas duas últimas décadas. Implantada por Medida Provisória nº 2.228-1/2001, a Condecine atua e incide sobre a veiculação, a produção, o licenciamento, a distribuição de obras cinematográficas e videofonográficas com fins comerciais, assim como sobre o pagamento, o crédito, o emprego, a remessa ou a entrega, aos produtores, distribuidores ou intermediários no exterior, de importâncias que estão vinculadas a rendimento decorrente da exploração de obras cinematográficas e videofonográficas ou por sua aquisição ou importação. Além disso, com a implantação da Lei nº 12.485/2011, que define o marco do serviço de TV por assinatura no Brasil, que deu espaço às operadoras de telefonia, a Condecine passou a prestar serviços para tais meios que possam distribuir conteúdo audiovisual.

A arrecadação da Condecine compõe o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), hoje considerado o maior mecanismo de incentivo para o audiovisual no Brasil, sendo responsável pelo investimento em todas as instâncias da cadeia produtiva do setor, inclusive contemplando e incentivando a cadeia e produções locais, bem como de temáticas vinculadas à diversidade cultural.

A iniciativa de extinguir a Condecine implicaria não apenas em uma supressão em torno de R\$ 1,2 bilhão de recursos para o cinema do país em 2023, mas colocaria em risco o próprio funcionamento da

Agência Nacional de Cinema (ANCINE), bem como toda a estrutura mantida a partir do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), já que a Condecine é a principal fonte de renda do fundo. Por meio de Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2021, a proposição do então presidente também foi vetada pela Câmara dos Deputados.

Os dados do Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual (OCA), vinculado a Agência Nacional de Cinema (Ancine), apontam que os acontecimentos no período ainda refletem um cenário desfavorável para o cinema nacional. Em 2019, foram registrados um público de 173 milhões de espectadores. Em 2020, quando as salas foram fechadas pela pandemia, os números caíram para 39 milhões. Em 2021 foram registrados 52 milhões de pessoas. Em 2022, ano de retomada da quase normalidade da rotina social após a pandemia, foram registradas 95 milhões de pessoas nas salas de cinema. Em 2023, em um ambiente de aparente normalidade, até 4 de outubro de 2023, foram registradas 91,9 milhões de pessoas, sendo uma previsão média de 121 milhões de pessoas até o final do ano.

Mesmo sob nova governança do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em mandato entre 2023 e 2026, que recriou o Ministério da Cultura em 1º de janeiro de 2023 e retomou diversas políticas públicas de incentivo à cultura e ao audiovisual, os números previstos para 2023 para o cinema nacional representam mais de 50 milhões de pessoas a menos nas salas de cinema. E, ainda, com um dado significativamente alarmante: do público das salas de cinema em 2023 representaram apenas 1,4% os que assistiram obras nacionais, enquanto 98,6% assistiram a obras internacionais. Em 2019, último ano de expansão do cinema nacional, foi registrada a participação do público

com o percentual de 13,6% nas salas de cinema no Brasil assistindo a obras nacionais. A crise vivida em 2023 no cinema nacional envolve a vulnerabilidade na presença do público nas salas de cinema de modo geral e o escasso consumo de obras nacionais, ainda como reflexo dos acontecimentos entre 2019 e 2022.

### **A cultura como ameaça e força combativa de resistência**

Em análise, é possível afirmar que a cultura se torna uma ameaça e, ao mesmo tempo, uma força combativa e de resistência ao governo conservador da época do Brasil. Como aponta Martín-Barbero (1997), quando inserida na formação social capitalista em meio a campos econômicos e terrenos simbólicos, a cultura no escopo das políticas se torna uma alternativa para a constituição de sujeitos e identidades coletivas. Para o autor, é por meio da cultura, um elemento determinante nas relações sociais, que vão sendo ocupados espaços, inclusive, institucionalizados que não conseguem ser alcançados oficialmente pela política. Além das demandas econômicas, estão envolvidas questões simbólicas determinantes que alteram a vida social.

Ao identificar que o Ministério da Cultura trabalha na concepção da cultura sendo ela articulada em três dimensões: simbólica, cidadã e econômica, observa-se que a primeira atitude do então presidente Bolsonaro, ao assumir sua função no primeiro dia de mandato, foi não apenas de extinguir, mas de forma enfática e simbólica anunciar com suas determinações que seu governo atuaria em ações disruptivas que combatessem ações, valores, metas etc vinculadas à cultura que estão diretamente ligadas a própria identidade nacional. Não apenas na cultura cinematográfica, mas em todas as instâncias culturais, houveram ações

disruptivas, inclusive em instâncias culturais religiosas – espaço do qual deveria haver uma conduta laica por parte da governança – foi utilizada como espaço político de manutenção e ampliação de poder político.

Conforme foi sendo confirmado ao longo de quatro anos de mandato, as ações do governo Bolsonaro foram não apenas extinguindo uma série de regulamentações e normatizações vinculadas à cultura e ao cinema nacional, mas forma assumindo condutas mais agressivas que romperam princípios civis da própria Constituição Federal de 1988, bem como dos direitos humano, não apenas em ações nas instâncias culturais e cinematográficas, mas em diversas outras, como na condução da pandemia de Covid-19, bem como em diversas ações de não cumprimento de princípios básicos, como nas diversas falas em ataque à mulheres. A própria diversidade cultural de modo geral foi profundamente prejudicada e vulnerabilizada por seus atos, tendo como exemplo, além das próprias ações de tentativas de minar as políticas de apoio e incentivo a tais grupos em diversos âmbitos, como o cultural aqui em análise, mas a não garantia de proteção para as culturas, territórios e os próprios povos indígenas.

Diante deste comportamento disruptivo, por parte do governo Bolsonaro, observa-se que a cultura, com seu papel, força e impacto social, está diretamente vinculada as relações de poder e, com isso, ganham força nas manifestações audiovisuais e cinematográficas. Martín-Barbero (1997, p. 284) explica que “as relações de poder, tal qual estão configuradas em cada formação social, não são mera expressão de atributos, e sim produto de conflitos concretos, batalhas travadas no campo econômico e no terreno simbólico”. Ele compreende que é

“nesse terreno que se articulam as interpelações a partir das quais os sujeitos e as identidades coletivas se constituem”.

De maneira enfática, o autor afirma que não há uma solução objetiva envolvendo as contradições da sociedade capitalista, criando como consequência a necessidade de “elaborar as alternativas possíveis e selecionar a opção desejada. O desenvolvimento não é orientado para soluções objetivas. É preciso, portanto, elaborar e decidir continuamente os objetivos da sociedade. Isto é fazer política” (Martín-Barbero, 1997, p. 284). E foi exatamente nas instâncias do “fazer política” que foram minadas as tentativas de prejudicar o desenvolvimento da cultura de das ações de contemplação e estímulo cinematográfico no país. Mesmo com uma bancada de ampla representatividade conversadora a época, foi na Câmara dos Deputados que agiu e impediu as tentativas de Bolsonaro mencionadas acima que acabaram não se consolidando de maneira completa.

O processo de construção de uma identidade própria em meio aos desafios das estruturas sociais ocidentais contemporâneas acaba por gerar à cultura e à diversidade cultural um contexto de conflitos e desafios imanentes. Quando inserida na formação social capitalista em meio a campos econômicos e terrenos simbólicos, aponta a relevância da cultura no escopo das políticas, sendo ela uma alternativa para a constituição de sujeitos e identidades coletivas. Ou seja, é possível identificar na cultura elemento determinante nas relações sociais, ocupando espaços, inclusive, institucionalizados que não conseguem ser alcançados oficialmente pela política. Há debates culturais, além das demandas econômicas, que envolvem questões simbólicas determinantes que alteram a vida social.

Por isso, o autor identifica que quando não há capacidade de se fazer frente a uma crise que envolve as instituições e os partidos “se faz cultura enquanto não se pode fazer política” (Martín-Barbero, 1997, p. 285). Assim, em instâncias não apenas dialéticas de interesses, mas efetivamente dissonantes, conscientes da força da cultura, as atitudes do governo Bolsonaro apontam que antes de se instaurar a crise planejada, é estratégico que se minem as manifestações vinculadas à cultura - nas diversas instâncias possíveis -, especialmente as manifestações que possuam significativo poder simbólico de impacto, sensibilização e conscientização, como é o caso do cinema.

A manifestação cultural, nas suas mais diversas formas, propicia para Martín-Barbero (1997) um processo estratégico e relevante para o aprimoramento social de redefinição de cultura com as mudanças ocorridas e passa a ser abarcado uma outra compreensão que envolve diretamente a própria comunicação e reflexos diretos na dinâmica política. É por este fim que a cultura passa a ser fortemente combatida por aqueles que pretendem garantir a manutenção da esfera social instaurada, como ocorreu no Brasil nesse período. O autor argumenta:

Mas algo radicalmente diferente acontece quando o cultural assinala a percepção de dimensões inéditas do conflito social, a formação de novos sujeitos – regionais, religiosos, sexuais, geracionais – e formas de rebeldia e resistência. Reconceitualização da cultura que no confronto com essa outra experiência cultural e que a popular, em sua existência múltipla e ativa não apenas na memória do passado, mas também na conflitividade e na criatividade atuais. Pensar os processos de comunicação neste sentido, a partir da cultura, significa deixar de pensá-los a partir das disciplinas e dos meios. Significa romper com a segurança proporcionada pela redução da problemática da comunicação à das tecnologias. (Martín-Barbero, 1997, p. 285)

Surge o que ele chama e uma “reconversão paralela da utilização social da cultura”, o que resulta para ele em um conflito que se dissolverá na esfera da produção. Apresenta-se por outro lado, uma outra forma de ação da cultura, o que ele denomina de uma “renovação da cultura política” envolvendo as próprias políticas culturais, abarcando uma “organização da cultura, algo interno à constituição do político, ao espaço de produção de um sentido da ordem na sociedade, aos princípios de reconhecimento mútuo” (Martín-Barbero, 1997, p. 286). Ele afirma:

A verdade é que a política suprime a cultura como campo de interesse a partir do momento em que aceita uma visão instrumental do poder. O poder se constitui dos aparatos, das instituições, das armas, do controle sobre os meios e os recursos, das organizações. Tributária dessa visão de poder, a política não pôde levar a cultura a sério, exceto onde ela se encontra institucionalizada. A partir daí a conversão da cultura em gestão burocrática, monopólio de agentes especializados, é apenas uma consequência lógica. (Martín-Barbero, 1997, p. 287)

Diante da afirmação o autor, os processos de supressão acontecem quando há a aceitação da visão instrumental do poder da cultura. Se assim aceito, é possível identificar que para o governo Bolsonaro, tanto a cultura, quanto a diversidade cultural manifestas no audiovisual, especialmente no cinema, escopo aqui em análise, alcançam reconhecimento estratégico social tanto para a governança, quanto para a própria dinâmica social no Brasil.

É neste contexto que Martín-Barbero (2001) entende a força estratégica da comunicação, em suas diversas formas de manifestação – aqui o foco no audiovisual e no próprio cinema. Para ele, as relações entre a comunicação e a própria política envolvem três eixos que são

estratégicos para processos de tomadas de consciência quanto identidade e questões que abarcam atitudes combativas em determinadas instâncias de influência e poder, como a própria homogeneização provocada pela globalização. São elas: a reconstituição do público; a constituição dos meios e as imagens em espaços de reconhecimento social; e as novas formas de existência e exercícios de cidadania compreendendo cidadania, inclusive, como um reconhecimento recíproco, com direito a informar e ser informado, falar e ser escutado, o que considera imprescindível para poder participar das decisões que envolvem a coletividade.

Para ele, as políticas públicas vinculadas a comunicação têm como tarefa assumir seu espaço real, mais amplo e completo de construção de espaços culturais, envolvendo – de modo inclusivo - a diversidade de culturas e comunidades da nação. Diante disso, o autor afirma que a política, a cultura e a comunicação são campos primordiais de batalha, sendo estratégica a recuperação da dimensão simbólica da política para recuperar a capacidade de representar o vínculo existente entre cidadãos, o sentimento de pertencimento a uma comunidade que permitam enfrentar o que chama de erosões de ordem coletiva.

Martín-Barbero (2001) entende, por fim, que uma das formas mais excludentes e sérias hoje da exclusão cidadã é quando o cidadão não tem o direito de ser visto e ouvido, como acontece em movimentos de limitação ou exclusão ao processo de produção, acesso e consumo de obras cinematográficas e culturais, como aqui apresentadas. O autor considera que não ser visto e ouvido equivale a deixar de existir, a ser contado socialmente, a ser representado como comum seja em um território individual, como coletivo, tanto nas majorias, como nas minorias. Em síntese, torna-se possível afirmar, a partir do pensamento do autor,



que são as ações integradas entre a política, a cultura e a comunicação que capazes de recuperar dimensões simbólicas, inclusive o sentimento de pertencimento.

## **Considerações Finais**

A partir das proposições políticas do então presidente Bolsonaro (PL) no período entre 2019 e 2022, é possível identificar e considerar de modo conclusivo que as ações aqui analisadas, entre elas a extinção do Ministério da Cultura e criação da Secretaria Especial da Cultura, a não adequada contemplação da Cota de Tela, a tentativa de extinção do Recine e do Condecine, foram ações políticas e estratégicas para minar a força da cultura brasileira no audiovisual, especialmente aqui analisada com foco no cinema nacional.

Ao buscar compreender como a cultura e a diversidade cultural manifestas no audiovisual alcançam reconhecimento estratégico social no Brasil, é possível identificar que as atitudes do governo Bolsonaro buscaram estruturar ações de seus enfraquecimentos para a manutenção da postura política e econômica adotada em seu governo. Exatamente por isso, identifica-se a relevância da cultura e da própria diversidade cultural no escopo social do país. Como conceitualmente apresentado, ao se trabalhar no combate e na extinção, há um claro reforço do reconhecimento do valor e do potencial da cultura, com seus instrumentos de manutenção e expansão para uma sociedade não apenas em instâncias econômicas, mas especialmente em instâncias simbólicas e de cidadania, de representatividade, pertencimento e força de transformação.

## Referências

- Constituição da República Federativa do Brasil 1988*. (1988, 5 de outubro). Obtido em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)
- Decreto nº 91.144/1995*. (1995, 15 de março). *Cria o Ministério da Cultura*. Obtido em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/d91144.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/d91144.htm)
- Decreto nº 7.743/2012*. (2012, 31 de maio). *Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos de comissão e das funções gratificadas do Ministério da Cultura*. Obtido em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7743.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7743.htm)
- Lei nº 12.599/2012*. (2012, 23 de março). *Altera leis (...) e Institui o Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica - Recine*. Obtido em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12599.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12599.htm)
- Martín-Barbero, J. (1997). *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Editora UFRJ.
- Martín-Barbero, J. (2001, setembro- outubro). De las políticas de comunicación a la reimaginación de la política. *Nueva Sociedad*, 175, 70-84. <https://nuso.org/articulo/de-las-politicas-de-comunicacion-a-la-reimaginacion-de-la-politica/>
- Medida Provisória nº 2.228-1/2001*. (2001, 6 de setembro). Estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, cria o Conselho Superior do Cinema e a Agência Nacional do Cinema - ANCINE, institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Nacional

- PRODECINE, autoriza a criação de Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional - FUNCINES. Obtido em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/mpv/2228-1.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2228-1.htm)

Ministério da Cultura. Assessoria de Imprensa. (2018). *Recine*. Obtido em <http://pnc.cultura.gov.br/tag/recine/>

Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual - OCA (2023). Obtido em <https://www.gov.br/ancine/pt-br/oca>

Projeto de Lei - PL nº 5.815/2019. (2019, 31 de outubro). Obtido em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2227917>

Projeto de Lei 3.203/2021. (2021, 16 de outubro). Obtido em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2299134>

Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2021. (2021). *Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021 e dá outras providências*. Obtido em <https://www.congressonacional.leg.br/materias/materias-orcamentarias/pldo-2021>

# **SOCIEDADE NARRATIVA AUDIOVISUAL: POR UMA TEORIA DE SEU NARRATIVISMO, COLABORATIVISMO E ATIVISMO**

*Vicente Gosciola<sup>1</sup>*

Estamos a vivenciar a conclusão do primeiro quartel do século XXI. O cenário global, econômico e político, não é mais definido apenas pelas invasões militares estadunidenses em países com potencial energético natural. Agora temos também as empresas e as políticas de direita do mundo todo investindo muito dinheiro na extrema-direita para elegerem suas marionetes em vários países. Uma verdadeira onda da direita desesperada, no intuito de se manter no poder e de ampliá-lo a qualquer custo. A indústria do audiovisual, informação e entretenimento, está fortemente presente nesse panorama, a contribuir de todas as maneiras para que as hegemonias se mantenham imutáveis. Se as

---

1. Pós-Doutor em Mídia-Arte pela Universidade do Algarve, Portugal.  
Professor Permanente do PPGCom da Universidade Anhembi Morumbi, Brasil;  
[vicente.gosciola@gmail.com](mailto:vicente.gosciola@gmail.com)

narrativas são armas poderosas nas mãos dessas empresas e políticos, o furacão de imagens e sons são os seus grandes e definitivos porta-vozes e definidores de realidades intencionalmente recriadas para que tudo permaneça como está, lembrando da célebre frase do livro *Il Gattopardo* de Giuseppe Tomasi di Lampedusa: “Se quisermos que tudo fique como está, tudo deve mudar” (Tomasi di Lampedusa, 2008, p. 24). Então, a sociedade produz e recebe uma infinidade de novas imagens e sons, especialmente novos conteúdos audiovisuais, garantindo a manutenção e até ampliação de poder de suas hegemonias, como foi bem definido por Antonio Gramsci durante seu período de prisão política de 1929 a 1935:

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica. (Gramsci, 2000, p. 48)

Neste sentido, a hegemonia tem reforçado os seus investimentos no campo da narrativa, porque é através dela, em boa parte, que conhecemos como o mundo funciona e como funcionamos. O funcionamento cognitivo nos fornece ordenamento de experiência e construção de realidade, nas palavras do psicólogo Jerome Bruner (1997, p. 12). Em 1985 ele publicou seu livro *Actual Minds, Possible Worlds*, em que define a existência de dois modos de funcionamento cognitivo, ou de

como construímos o conhecimento ou, nas suas palavras, dois modos de pensamento:

Existem dois modos de funcionamento cognitivo, cada um fornecendo diferentes modos de ordenamento de experiência, de construção de realidade. Os dois (embora complementares) são irreduzíveis um ao outro. Esforços para reduzir um modo ao outro ou para ignorar um às custas do outro inevitavelmente deixam de captar a rica diversidade do pensamento. [...] Uma boa história e um argumento bem formado são tipos naturais diferentes. Ambos podem ser usados como meio para convencer o outro. Não obstante, do que eles convencem é fundamentalmente diferente: os argumentos convencem alguém de sua veracidade, as histórias de sua semelhança com a vida. O primeiro comprova através de um possível apelo a procedimentos para estabelecer provas formais e empíricas. O outro estabelece não a verdade, mas a verossimilhança. [...] Um leva à busca de condições de verdades universais, o outro, de condições particulares prováveis entre dois eventos. (Bruner, 1997, pp. 12-13)

Sendo assim, se temos uma sociedade regida pela lógica de leis de ordem legal e de ordem da natureza, também, essa mesma sociedade, vivencia o seu modo de construção de conhecimento através das narrativas. Fica, desse modo, clara a ideia de que a humanidade tem parte de suas ocupações organizadas pela lógica e outra parte de suas ações constituídas pela narrativa, o que faz de nós seres narrativos em si, o que configura uma Sociedade Narrativa. Importante lembrar que se a sociedade demanda um longo tempo para organizar as leis oficiais da justiça e para encontrar as definições científicas de como se comportam nossas mentes e corpos e toda a natureza e que, por outro lado, vivemos o dia a dia sob a condição narrativa. Vivemos até mais tomados pelo modo de pensamento narrativo, que demanda muito menos estrutura,

muito menos organização, já que trocamos narrativas entre pessoas, entre comunidades e entre instituições que, de modo geral, não nos tomam muito tempo e sequer apresentam dificuldades materiais ou logísticas porque temos todos os recursos imediatos para fazê-lo diariamente, moderada ou intensamente, festiva ou dramaticamente, haja vista a nossa ancestral característica da oralidade, expandida pelo enorme potencial narrativo da escrita e infinitamente ampliada pela nossa condição de criar e compartilhar narrativas audiovisuais, a partir dos primeiros passos do cinema até este final de primeiro quarto do século XXI em que temos massificados para a grande população do planeta um aparelho telefônico celular conectado à internet, que nos proporciona, fisicamente, uma câmera de vídeo e, através de aplicativos, uma ilha de edição / finalização de vídeo e um sistema de transmissão de vídeo (seja ao vivo ou gravado). A ideia de audiovisual refere-se aqui à configuração e aos estudos de fenômenos associados à imagem em movimento, sincronizada com o som. Vivemos uma sensibilidade complexa, como tão bem e antecipadamente percebeu Jesús Matín-Barbero:

A cultura cotidiana da maioria da população desafia os nossos esquemas ao apropriar-se da modernidade sem sair da sua cultura oral, ao ser gramaticalizada não pela sintaxe do livro, mas pelos dispositivos narrativos da rádio, do cinema e da televisão. A nova sensibilidade transforma o estudo da comunicação numa tarefa de âmbito antropológico. (Martín-Barbero, 1993, p. 64)

Assim sendo este estudo se propõe, de modo introdutório, a estudar as questões que constituem esse pensamento ou conceito aqui chamado de Sociedade Narrativa, isto é, aquela sociedade que se organiza ou que é vista como que se organizando através de narrativas, em

especial no nosso caso, narrativas audiovisuais. Portanto, queremos entender aqui, e assim desenvolvemos o texto, como a sociedade lida com suas narrativas audiovisuais em suas duas direções: tanto do ponto de vista de quem explora a sociedade através da narrativa audiovisual, quanto da perspectiva de quem é explorado pelo poder hegemônico e busca suas alternativas e superações de obstáculos através de narrativas audiovisuais.

Para entender o andamento desse embate entre as narrativas da opressão e as narrativas das insurgências, vale ficarmos atentos que a história oficial sempre teve lado como discutem David Graeber e David Wengrow:

Um dos aspectos mais perniciosos das narrativas usuais sobre a história mundial é o fato de enxugarem tudo, de reduzirem as pessoas a estereótipos fáceis, de simplificarem as questões (somos intrinsecamente egoístas e violentos ou inatamente bondosos e cooperativos?) em termos que por si só corroem e podem até destruir nossa visão sobre o potencial humano. Os “nobres” selvagens são, ao fim e ao cabo, tão desinteressantes quanto os selvagens: ou seja, nenhum dos dois existe de fato. (Graeber & Wengrow, 2022, p. 36)

Para tanto, este estudo se desenvolve através de três campos de investigação e reflexão. Um trata da narrativa audiovisual, discutindo o roteiro audiovisual e a tecnologia e materialidade do audiovisual. O outro trata da contemporaneidade, inquirindo sobre a atual consciência da mobilidade e da urbanidade. E o outro trata do ativismo, questionando o seu autonomismo e o seu colaborativismo. O primeiro é o campo que dá conta dos aspectos técnicos e tecnológicos da narrativa audiovisual. O primeiro aspecto é a própria narrativa audiovisual, como se constitui, qual



é o seu papel no processo de realização de um audiovisual. O segundo aspecto é o roteiro audiovisual, como se roteirizam as peças audiovisuais. O terceiro aspecto tratado neste primeiro campo é a tecnologia e a materialidade da narrativa audiovisual, como é que implicam e interferem as questões da tecnologia e da própria materialidade desse meio -ou dessa forma de comunicação audiovisual que inclui meios de televisão etc.- na narrativa e na Sociedade Narrativa. Quanto ao segundo campo, ele trata dos aspectos teóricos da pós-modernidade, porque estamos em um momento em que as peças audiovisuais da contemporaneidade têm oportunidades, têm espaços, têm dinâmicas que nunca puderam existir em outro momento da humanidade. O primeiro aspecto que nos interessa neste campo é a própria contemporaneidade, verificamos nas suas teorias aquilo que importa, que chama atenção dessas correntes de pensamento. Do ponto de vista da narrativa audiovisual, o segundo aspecto que entendemos que importa aqui neste segundo campo, é o aspecto da mobilidade, isto é, a comunicação audiovisual porque, por bom período de tempo, essa comunicação audiovisual foi restrita a espaços fixos, mas nesta terceira década do século XXI verificamos que a mobilidade audiovisual está a oferecer conteúdo para a sociedade aproveitando muito bem as novas aplicações de dispositivos móveis e de internet sem fio para assistir a um audiovisual em diferentes localidades ou até mesmo em deslocamento. No último aspecto nesse segundo campo da pós-modernidade, destacamos a urbanidade que discute como o audiovisual gera fluxo de conteúdo entre os grandes centros urbanos e suas periferias, suas concentrações de influências e insurreições em busca de alternativas comunicacionais. O terceiro e último campo, mas não menos importante é o campo dos aspectos dinâmicos da sociedade

narrativa audiovisual, ou como que a sociedade cria, produz, distribui e exhibe suas narrativas audiovisuais, destacando por três aspectos. Primeiramente o aspecto do ativismo. Como que o ativismo e todas as manifestações políticas fizeram e fazem uso das narrativas audiovisuais. O segundo aspecto é o autonomismo, sobre como as narrativas visuais podem vir a tempo de contribuir com o desenvolvimento da autonomia de grupos sociais periféricos em seus coletivos e comunidades culturais de bairro. Por último, o aspecto do colaborativismo, sobre o processo de pensamento e de movimentos artísticos que se expressam através das narrativas audiovisuais.

### **Aspectos técnicos e tecnológicos da narrativa audiovisual**

Chama a atenção a inserção e o papel da comunicação audiovisual dentro de seus aspectos técnicos e tecnológicos, que nos propõe uma discussão sobre as estratégias operacionais de que se valem de processos midiáticos, mais especificamente os audiovisuais, dentro do universo da cultura hodierna. Tal movimento nos impulsiona ainda mais além, quando nos saltam aos olhos as configurações expressivas observadas em produtos audiovisuais dentro deste universo cultural, envolvendo-nos em debates sobre as condições atuais de produções em imagem e som nos ambientes das redes sociais nas margens das grandes cidades, nas bordas do *mainstream*.

A começar pelo modo como certos discursos são impactantes. As pessoas, em geral, a partir de qualquer tema pronunciado por alguém, qualquer discurso, podem ser influenciadas e, certamente, não é de hoje que estes discursos já são muito bem elaborados, graças a todo o histórico da humanidade, em que os discursos sempre fizeram

parte importante da política e das classes hegemônicas, como Jürgen Habermas já descrevia em 1981 em seu principal livro, *Theorie des kommunikativen Handelns* (*Teoria da ação comunicativa*):

Sob o aspecto funcional do entendimento, a ação comunicativa serve à tradição e à renovação de saber cultural; sob o aspecto de coordenação da ação, serve à ação social e ao estabelecimento de solidariedade; sob o aspecto de socialização, finalmente, a ação comunicativa serve ao desenvolvimento de identidades pessoais [...] A esses processos de reprodução cultural, de integração social e de socialização correspondem, como componentes estruturais do mundo da vida, a cultura, a sociedade e a personalidade. (Habermas, 1989, p. 497)

Toda a construção narrativa hegemônica resulta de uma ação comunicativa muito poderosa, conforme a noção aludida por Noam Chomsky:

A enorme indústria de Relações Públicas, desde suas origens no início deste século, tem se dedicado ao controle da mente pública, como os líderes do mundo dos negócios descrevem a tarefa. Eles advertiram quanto aos “industriais que enfrentam riscos” na “recém-percepção do poder político das massas” e à necessidade de empreender e ganhar “a derradeira batalha pela mente dos homens e doutrinar cidadãos com a história capitalista até que fossem capazes de repetir a estória com notável fidelidade”. E certamente cumpriram a palavra, suscitando um dos temas centrais da história moderna. (Chomsky, 1997, p. 261)

Essa ação comunicativa resulta na própria narrativa, como tradicionalmente a conhecemos e que tem um papel fundamental na constituição de autoridades, uma ação que tanto interessa a este estudo e que detalhada por Barbie Zelizer:

Isto sugere que os jornalistas, como oradores do discurso, podem empregar uma ampla gama de dispositivos estilísticos e narrativos para manter parâmetros de sua própria autoridade. [...] Assim, com todos os oradores públicos, as questões de narrativa passaram a ser consideradas, pelo menos parcialmente, entrelaçadas com questões de autoridade e legitimação. O papel da narrativa na obtenção de autoridade torna-se particularmente relevante quando se considera a evolução de histórias específicas ao longo do tempo. [...] Os objetivos que têm pouco a ver com a atividade narrativa tornam-se diferencialmente incorporados nas narrativas ao longo do tempo. [...] Os narradores que eventualmente emergem como vozes autorizadas de uma determinada história revelam, portanto, muito sobre as práticas pelas quais são legitimados retoricamente e a autoridade através da qual são culturalmente constituídos. (Zelizer, 1993, p. 191)

Assim, verificamos até aqui que a condição natural da narrativa já está presente desde a origem da constituição das sociedades, como o Habermas coloca, e já a proposição seguinte de Zelizer nos posiciona diante da ideia de que a narrativa tem ação direta sobre a organização de hierarquias e representações nas sociedades. Ora, deste lugar privilegiado da narrativa frente a sociedade, organizando sua estrutura social e seus fluxos representativos é um passo lógico e imediato para acontecer a sua força no âmbito do entretenimento e da informação. Então a narrativa permeia toda a nossa vida e produzi-la é um exercício de humanidade, como bem define Luiz Antonio de Assis Brasil, quando escreve sobre sua profissão de escritor, ou narrador, ou ficcionista:

Ficcionista não é apenas quem escreve literatura. O ficcionista tem uma conduta perante a escrita que, em sentido mais amplo, é também uma atitude perante a vida. Se o poeta necessita de muita sensibilidade, muita leitura, muita franqueza, o ficcionista precisa disso e mais: muita vivência. Quando penso em vivência, lembro-me de imediato de Ernest Hemingway, um homem que

esgotou todas as possibilidades da vida. Ele não escreveria *Morte ao entardecer* (1932) se não conhecesse em profundidade as touradas, nem escreveria *O velho e o mar* (1952) se não fosse um pescador compulsivo. (Brasil, 2019, p. 14)

E assim como a literatura, especialmente a ficcionista, exige qualidade de escrita, sensibilidade, muita leitura, muito conhecimento de outras artes, muita franqueza e muita vivência como o próprio Luiz Antônio Brasil cita, o cinema vai exigir todas essas qualidades e ainda um pouco ou muito mais porque, de fato, é mais cara das artes e sua narrativa demanda um trabalho muito complexo, como ressalta Nicole Brenez:

Como os artistas dos anos 1920 recusaram a dimensão literária do cinema, esquece-se frequentemente a riqueza abundante das pesquisas experimentais em matéria de narratividade. Bem ao contrário, ali onde o cinema de gênero trabalha muitas vezes com muito charme a variação das mesmas formulas oriundas do folhetim, do romance realista ou do vaudeville, as cinematografias de vanguarda exploraram o conjunto sempre aberro das outras formas de composição, que elas retiram da ficção ou do documentário. Mencionemos algumas iniciativas particularmente férteis, das quais algumas contribuíram largamente, num caminho de volta, para a renovação das formas literárias ao longo do século XX, como atestam, entre outras, as obras de Guillaume Apollinaire, Ezra Pound ou Blaise Cendrars. (Brenez, 2022, p. 64)

E seguindo agora do aspecto narrativo, visto até aqui, para o próximo aspecto de roteirização, vamos adentrar no questionamento de como se processam, na prática, as ideias, ações e realizações de uma narrativa audiovisual, sempre centralizada na escrita de seus roteiros. E é bom que se adiante aqui que o processo de criação de um roteiro

é tão complexo quanto a própria realização de um filme como atesta Gabriel García Márquez:

A coisa mais importante deste mundo é o processo de criação. Que tipo de mistério é esse, que faz com que o simples desejo de contar histórias se transforme numa paixão, e que um ser humano seja capaz de morrer por essa paixão, morrer de fome, de frio ou do que for desde que seja capaz de fazer uma coisa que não pode ser vista nem tocada, e que afinal, pensando bem, não serve para nada? Algumas vezes acreditei - ou melhor, tive a ilusão de estar acreditando - que ia descobrir de repente, o mistério da criação, o momento exato em que uma história surge. Mas agora acho cada vez mais difícil que isso aconteça. Desde que comecei a dirigir estas oficinas ouvi inúmeras gravações, li um sem-fim de conclusões, tentando ver se descubro o momento exato em que a ideia surge. Nada. Não consigo saber quando isso acontece. Mas nesse meio tempo, tornei-me um viciado no trabalho coletivo. Esta coisa de inventar histórias em grupo, coletivamente, virou um vício. (García Márquez, 2004, pp. 14-15)

E não se trata tão somente da construção de uma história bem enredada com definições claras de como são os acontecimentos e conflitos, mas também se trata de pensar como a história vai ser mostrada, como a história será a narrativa fílmica, então alguns itens são imprescindíveis no roteiro como bem define Daniel Tubao:

Como vimos, muitos teóricos recomendam preocupar-se com o espectador, gerando nele emoções, criando expectativas, acorrentando-o à curiosidade de “o que vai acontecer?”, com tensões sexuais não resolvidas, ganchos ou *cliffhangers*, pontos de virada, incidentes incitantes, gatilhos e todo o tipo de dispositivos narrativos, mas, uma vez estabelecido tudo isto, recomendam que toda a estrutura seja construída e revista com base no protagonista e que qualquer problema narrativo é modificado, melhorado ou reparado, observando se na estrutura narrativa do protagonista tal problema ou situação se justifica ou não. Há uma

esquizofrenia evidente em reconhecer a importância de causar determinados efeitos e emoções no espectador e ainda assim recomendar olhar apenas para o personagem na construção da estrutura. (Tubau, 2015, p. 51)

Ainda temos que pensar na influência das novas modalidades de séries dos *players* de *streaming* em que a narrativa se configura remodelada, graças aos feitos de séries da Netflix, aqui analisados por Robyn Warhol:

Em contraste com a convenção estabelecida nas novelas diárias, onde os personagens contam interminavelmente a outros personagens sobre algo que aconteceu no passado recente ou distante do mundo da história, as conversas em *House of Cards* avançam consistentemente a ação sem olhar para trás. Nos romances vitorianos serializados, bem como na TV do horário nobre, o relato dos personagens sobre ações anteriores pode servir para informar a um novo público que inicia a série no meio, sem exigir que um narrador extradiegético reconte o que foi contado antes. Os roteiristas de *House of Cards* da Netflix compuseram um roteiro que parece menos uma ficção em série do que um longa-metragem de 13 horas, no sentido de que sua exposição avança constantemente. Tal como acontece com a *House of Cards* britânica e suas duas sequências, a versão Netflix brinca com a narração ao fazer com que Frank se dirija à câmera em solilóquios de autojustificação que lembram fortemente a *Ricardo III* de Shakespeare. Ao realizar esses solilóquios, Kevin Spacey foi orientado a se virar em direção à câmera como se estivesse falando com alguém sentado ou em pé ao seu lado, baixando sua voz para um tom confidencial. O discurso do anti-herói ao público não atrai exatamente a simpatia do personagem principal narcisista e inescrupuloso de nenhum desses três dramas, embora coloque o espectador implícito na posição de ser um relutante co-conspirador do narrador. (Warhol, 2014, p. 151)

Uma reflexão final sobre esse aspecto da roteirização, vem os dilemas do diretor que a partir do roteiro deve pensar em como realizar a sua própria obra cinematográfica, como define Mark Cousins:

Realizar está, acredito, na raiz da grandeza do meio. A capacidade de um plano ser ao mesmo tempo sobre o que ele fotografa objetivamente -o que está na frente da câmera- e sobre a subjetividade de seu criador explica o fascinante dualismo que está no coração do cinema. A música, sendo menos representacional do que o filme, é mais pura e mais evocativa; romances podem descrever mais habilmente processos mentais; a pintura é mais diretamente expressiva; a poesia, muito mais manejável. No entanto, nenhuma dessas artes é feita de forma tão ambivalente quanto o cinema. O cineasta italiano Pier Paolo Pasolini tentou descrever esse dualismo pessoal-realista com seu termo “subjetividade indireta livre” (*discorso libero indiretto*), e uma expressão da filosofia francesa -quarta pessoa do singular- capta bem o paradoxo de algo que é pessoal, mas também objetivo e sem uma consciência definida. (Cousins, 2013, p. 9)

Sobre o último aspecto deste primeiro campo, da tecnologia e materialidade do audiovisual, temos exemplos constantes na história do cinema de artistas que buscam novas tecnologias e estudos sobre a materialidade filmica para encontrar soluções para manifestar suas ideias, desde o início da história do audiovisual, como relaciona Isabelle Marinone:

Enquanto, antes de 1930, o cinema tendia ora para o cinema pedagógico, militante e educativo, muito realista e explícito, ora para a vanguarda mais abstrata e sugestiva, a década de 1930, graças à personalidade excepcional de Jean Vigo, inventou e reconciliou ao mesmo tempo os princípios políticos dos libertários e o aspecto estético inovador do cinema de pesquisa. Vigo representou um novo caminho na história do cinema francês. Ao aliar poesia e contestação virulenta, Jean Vigo abriu o largo



campo do cinema social dos anos que se seguiriam a ele. René Claire Albert Valentin com *A nós a liberdade*, em seguida *Prix et profit*, de Yves Allégret, *Toni*, de Jean Renoir e Carl Einstein, *O crime do Sr. Lange*, de Renoir e Jean Castanier, os diálogos de Henri Jeanson, as críticas de Henry Poulaille, entre outras criações deste período, apresentam um tom propositalmente anarquizante, da mesma forma que os atores do Grupo Outubro o fazem ao retomar os princípios cooperativistas do Cinema do Povo. (Marinone, 2009, p. 151)

Outros autores diretores também buscam as novas tecnologias e os estudos sobre a materialidade fílmica para encontrar soluções para sua narrativa, a fim de poder contar suas histórias através do audiovisual. Francis Ford Coppola é um deles e aqui ele enumera suas preocupações com sua experiência com o cinema ao vivo:

1. Seria possível integrar, nas cenas filmadas num só dia, um grande número de extras personalizados, juntando-os aos atores principais e usando máquinas EVS? (Esta sigla, também conhecida na gíria por ELVIS, que é uma máquina fantástica, tecnicamente um servidor de reprodução, irá surgir muitas vezes ao longo do livro.)
2. Seria possível criar planos de captação de câmara usando painéis cênicos leves e adereços, em vez de montar um cenário com adereços, como se faz normalmente?
3. Seria possível filmar cenas num dialeto italiano, com legendas dinâmicas e expressivas que surgissem em diferentes lugares do enquadramento e com diferentes dimensões?
4. Seria possível acabar com uma acrobacia espetacular ao vivo?
5. Seria possível alternar, suavemente, entre câmaras ao vivo e planos de câmara previamente gravados em EVS? (Coppola, 2019, p. 9)

O mais encantador desse relato tão sincero e honesto de Coppola é que ele assume que as condições do fazer com novas materialidades e

tecnologias alteram o próprio processo de fazer cinema dele. Uma teoria que possa definir o que é o melhor cinema é sempre uma teoria que define o melhor cinema para a escreve, no entanto, um realizador da estatura de Coppola, tem que ter a honestidade de entender que novidades em seu processo levam constantemente a melhorias e a defeitos em sua produção. Assim é a análise que Liz Czach faz dos vídeos domésticos e que de certa forma, para ela, significam muito mais os defeitos dos vídeos do que os acertos comparativos ao que seria uma estética hollywoodiana:

Embora os filmes e vídeos caseiros tenham tido bastante sucesso na representação da vida familiar idealizada, os seus aspectos técnicos, como ilustra o discurso de Pogue, são falhos. No entanto, essas deficiências observadas nos filmes nacionais são precisamente as suas características distintivas. Câmeras trêmulas, panorâmicas rápidas, cabeças decepadas, fotos fora de foco e dedos na frente das lentes tornaram-se elementos básicos do cinema doméstico como as pessoas o imaginam. A esta lista devemos acrescentar também a forma como agem, com os seus gestos excessivos e caretas excessivas para a câmara. [...] Ao recomendar uma imitação dos padrões e normas do cinema de Hollywood, as publicações que recolheram estes conselhos recomendaram que os cineastas nacionais eliminassem todos os sinais de amadorismo. Contudo, os cineastas nacionais ignoraram estas propostas, com o conseqüente confronto entre as práticas ideais divulgadas nos “discursos de melhoria” e as práticas reais do cinema nacional. Para ilustrar até que ponto os filmes caseiros envolvem práticas de filmagem únicas que muitas vezes são inconsistentes com os padrões normativos, examinarei estas dicas, com especial atenção àquelas que visam melhorar a atuação em filmes caseiros. (Czach, 2010, p. 62)

São todos os experimentos com o cinema que demonstram o quanto o audiovisual, como uma narrativa, vem sendo empregado para

produzir conhecimento a entreter e informar, mas basicamente o que nos salta aos olhos é o quanto certos artistas buscam o outro lado da forma que não é de convencimento, que não é de manipulação, mas de convite para a vida, para poesia e para novas alternativas que interessam tanto que sejam conhecidas para que se possa levar a sociedade um patamar adiante, sempre adiante. A partir do próximo campo, temos outras discussões, mas que igualmente importam para este avanço do papel da narrativa audiovisual.

### **O campo teórico da pós-modernidade da Sociedade Narrativa**

Num contexto de pós-modernidade, será inevitável nos depararmos com questões que perpassam a ideia de contemporaneidade, seu conceito e sua teoria. Interessam as características mais significativas do papel da mídia e da comunicação nos processos políticos, nas comunicações mediadas por atores politizados, nas organizações de mídia, seja a mídia tradicional analógica ou a digital, nas práticas e processos de comunicação política, sob seus efeitos no desenvolvimento da opinião pública, reconfigurando imagens e percepções de figuras públicas e políticas, das notícias do cotidiano ao processo comunicacional em eleições e em ações de política externa. É um conjunto de fatores que influenciam a produção de notícias e divulgação de papéis desempenhados pelos próprios meios de comunicação em vários procedimentos políticos nacionais e internacionais que merece uma avaliação crítica do papel do audiovisual em relação à política e à sociedade.

E o cinema desempenha um importante papel para levar ao grande público as discussões mais importantes da contemporaneidade, como levanta Mark Fisher:

Os limites do capitalismo não são fixados de uma vez por todas, mas definidos (e redefinidos) de maneira pragmática e improvisada. Isso faz do capitalismo algo muito parecido com *A Coisa* no filme homônimo de John Carpenter: uma entidade monstruosa e infinitamente plástica, capaz de metabolizar e absorver qualquer coisa com a qual entre em contato. O capital, de acordo com Deleuze e Guattari, é “uma bricolagem de tudo o que já foi”; um estranho híbrido do ultramoderno com o arcaico. (Fisher, 2020, p. 15)

Interessa verificar que a possibilidade de o audiovisual ter um papel social de anunciar determinada realidade é concreta e se dá para ambos os lados, tanto a favor das categorias hegemônicas quanto a favor das populações que não detém o poder, de acordo com Peter Frase:

Certos tipos de ficção especulativa são mais sintonizados do que outras às particularidades da estrutura social e da economia política. Em *Star Wars*, você não se importa de verdade com os detalhes da economia política galáctica -e quando o autor tenta dar corpo a isso, como George Lucas fez na tão ridicularizada trilogia *prequel* de *Star Wars*, isso apenas atrapalha a história. Já em um universo como o de *Star Trek*, por outro lado, estes detalhes realmente importam. Muito embora *Star Wars* e *Star Trek* possam superficialmente parecer fábulas similares de viagem espacial e heroísmo, são tipos fundamentalmente diferentes de ficção. A primeira existe apenas pelos seus personagens e sua narrativa mítica, enquanto que a segunda pretende enraizar seus personagens em um mundo social estruturado de maneira rica e lógica. (Frase, 2020, pp. 32-33)

E não se concerne apenas aos meios audiovisuais tradicionais, como a televisão e o cinema, mas se espalha também através dos meios mais tecnológicos, mais contemporâneos, que é o ponto que nos interessa, aqui como encontramos nas palavras de Timothy Lenoir:

O projeto literário idealizado por Derrida é adotado em grande parte por Friedrich Kittler em *Discourse Networks, 1800/1900*, as premissas de Kittler são que a literatura é uma forma de processamento de dados, armazenamento e transmissão de dados, e que a escrita é um canal de informação transmitida através de uma rede discursiva de instituições, como escolas e universidades, conectando livros com pessoas. Na rede discursiva de 1900, segundo Kittler, a escrita no meio alfabético do livro configurava-se com gramofone, filme e máquina de escrever. A justaposição de tecnologias de mídia, psicofísica e literatura produziu uma transformação dos domínios do simbólico, do imaginário e do real. No discurso. Uma rede de 1.800 romancistas e dramaturgos criou mundos estimulando processos psíquicos de associação, lembrança, atenção e alucinação por meio de fluxos de palavras. Em 1900, esses processos foram tecnicamente implementados no cinema através de técnicas de projeção e corte, flashback e close-up. Fantasia foi convertida em realidade e as figuras do filme podiam ser apresentadas com tal detalhe que o realista era elevado ao reino do fantástico. O filme tornou-se o imaginário. As novas tecnologias de mídia não deixaram de ter efeito sobre o conteúdo da literatura. O escritor tornou-se um especialista em mídia, um tecnólogo da letra. A literatura depois de 1900 começou a se definir contra a mídia tecnológica. Quando ela tornou-se possível transpor textos para outras mídias, por exemplo, transformando romances em roteiros de filmes, o critério para a alta literatura passou a ser sua incapacidade de ser filmado. (Lenoir, 1998, pp. 9-10)

Interessa-nos muito, neste campo teórico, o aspecto da mobilidade, de como as narrativas audiovisuais promovem ou participam desta mobilidade social, de como ela se organiza para certas manifestações, e de sua naturalidade contemporânea, como descreve Laurent Jeanpierre:

São cada vez mais raros os indivíduos que não abandonaram seu ambiente de origem ou seu lugar de socialização primária. Os homens não morrem mais onde nasceram. Em outras palavras, todos nós somos desenraizados. Nesse sentido, a mobilidade

geográfica e social é, com certeza, a experiência cardinal dos tempos modernos. Não se trata mais de uma maledicência minoritária, mas de uma condição majoritária, que justifica considerá-la a primeira das virtudes. (Jeanpierre, 2008, p. 88)

E também é significativa a situação de nomadismo, daquele que se desloca ou vive em deslocamento com explica Ada I. Engebrihtsen:

Com base na exploração etnográfica dos nômades e da vida nômade, a figura do nômade pode enriquecer e explorar a nossa compreensão e análise do mundo social, não através de uma visão romântica de liberdade e independência, mas tornando visíveis e insistindo nas possibilidades subversivas da vida social e da ciência. Nesta linha, vejo o conceito de mobilidade como uma ferramenta nômade que abriu novos campos de investigação e novas perspectivas sobre o mundo social de hoje. No entanto, tal como acontece com as forças nômades, o conceito de mobilidade encontra-se numa interdependência perpétua com a ciência do Estado e está sempre na iminência de ser incorporado. Para manter o seu carácter de devir, os estudos da mobilidade devem ser inspirados pela ciência nómada, desenvolvendo o seu potencial crítico como um conceito de múltiplas camadas, vago e indefinidamente em devir. (Engebrihtsen, 2017, p. 52)

É exatamente este nômade que queremos aqui discutir, sobre aquele que é subversivo no seu modo de ser desfrutar uma obra audiovisual, no modo de compartilhar uma obra audiovisual e no modo de realizar uma obra audiovisual. Isto porque ele não depende de instituições, de grandes estruturas ou de um ambiente tradicional demarcado por quatro paredes para desfrutar ou realizar um audiovisual. É este nômade que está em caminho que nos interessa aqui, porque ele que traz novidades. É ele que encontra novidades no seu caminho e assim pode

contribuir com uma mudança substancial na produção do audiovisual e na constituição de uma sociedade narrativa.

E nesse deslocamento nômade, se redefinem os lugares, esses espaços de passagem q Marc Augé define como não lugares:

Poderíamos dizer, inversamente, que o fato de passar dá um estatuto particular aos nomes de lugar, que a fenda escavada pela lei do outro e onde o olhar se perde é o horizonte de toda viagem (soma de lugares, negação do lugar), e que o movimento que “desloca as linhas” e atravessa os lugares é, por definição, criador de itinerários, isto é, de palavras e de não lugares. (Augé, 2014, p. 80)

Aqui neste campo teórico pudemos observar e discutir algumas ideias de como a prática da narrativa audiovisual veio configurar uma verdadeira estrutura social, como temos chamado de Sociedade Narrativa. No campo a seguir, nós vamos tratar das questões da dinâmica social em seus ativismos, isto é, por onde e como concorrem estas narrativas audiovisuais, o quanto elas podem contribuir com a consolidação de movimentos que realmente favoreçam mudanças que favoreçam as camadas sociais menos ouvidas e assistidas.

### **A dinâmica social pela narrativa audiovisual**

Num mundo imerso em histórias contadas através dos mais diversos modos de comunicação audiovisual, é fundamental um olhar detalhado sobre os movimentos sociais, como arenas importantes para a mudança social, unindo os indivíduos (que coletivamente podem transformar valores ou normas sociais, estabelecer identidades coletivas, mudar leis). Em se tratando de estudos dos movimentos sociais,

destacam-se as modalidades desses movimentos, a mobilização de recursos e teorizações deste processo político, o papel da mídia, a participação do movimento social na construção da identidade coletiva entremeada de emoções, coalizões e movimentos transnacionais e seus ciclos de protesto. Importa também o conceito de ativismo, com foco nos desafios e oportunidades que os ativistas enfrentam na atualidade, perpassando por temas como o movimento *occupy*, a internet livre, o trabalho em plataformas *on line*, os direitos humanos, o meio ambiente, a justiça global, a luta contra os preconceitos de gênero, raça, credo, as ferramentas de ativismo nas redes sociais, o *hacktivismo*, as greves, os boicotes, as manifestações pela *web*.

São os ativismos que movimentam as cidades e que provocam as sociedades a saírem de um padrão de comportamento, o que pode significar muito para uma sociedade narrativa que se constitui basicamente por movimentos sociais como o criado por Mark Bray:

Uma vez que os movimentos sociais e suas principais figuras conquistam poder suficiente para estabelecer sua legitimidade, seus legados históricos são destituídos de suas tendências radicais e embalsamados em um formol a-histórico descontextualizado. Por exemplo, como organizador do *Occupy Wall Street* em Nova Iorque, achei difícil explicar aos jornalistas como o movimento era apenas uma extensão das políticas e práticas do Global Justice Movement,<sup>22</sup> do movimento feminista, movimento antinuclear entre outros. Uma das conquistas mais importantes do *Black Lives Matter* foi o grau em que seus organizadores conseguiram conectar suas lutas aos movimentos de libertação negra dos anos 60 e 70. De todas as lutas sociais recentes, o antifascismo enfrenta, talvez, o caminho mais difícil para se estabelecer como uma extensão com mais de um século de luta contra a supremacia branca, o patriarcado e o autoritarismo. (Bray, 2019, p. 37)



É nesse ativismo que a narrativa audiovisual tem um papel fundamental, não só de conclamar ativistas, como registrar seus movimentos e divulgá-los. Um movimento sólido que favorece substancialmente a criação de autonomismo, como situações positivas de um florescimento de comunidades criativas independentes. Félix Guattari já imaginava um movimento pela autonomia em 1977:

Das duas uma: ou a autonomia que está por vir, “a autonomia possível”, dará os meios para superar os efeitos catastróficos que resultam destas espécies de conjunção, ou:

-na falta de alternativas dignas de crédito (inclusive a um nível inconsciente), as “massas” continuarão a ser “massas”, e a pastar no reformismo majoritário;

- os insultos dos grupos clandestinos, longe de contribuir para fazer situações metastáveis penderem aura sentido revolucionário, farão o jogo de fabulosas campanhas de intoxicação imaginária e de extensão continua do controle social e da repressão;

- os movimentos “nacionalitários” de luta armada na Europa continuarão a ficar isolados, correndo o risco de se afundar no particularismo, e num enraizar-se místico (não confundir aqui o particularismo que isola com a singularidade de um desejo coletivo que permite múltiplas aberturas);

-e capitalismo mundial disporá de apoios suplementares para seus empreendimentos de disciplinarização e de integração da força coletiva de trabalho e acabará marcando pontos decisivos na promoção de um novo tipo de ordem social e de ordem do inconsciente (seja qual for o preço disso, em todos os registros!). (Guattari, 1985, p. 72)

E assim, seguindo para o último aspecto deste campo teórico, vale lembrar a experiência narrada por Bolanle Olaniran que exemplifica como o colaborativismo vem criar mudanças especialmente amparadas pela narrativa audiovisual:

Neste cenário, Ken Saro-Wiwa e o seu grupo, o Movimento para a Sobrevivência do Povo Ogoni (MOSOP), conseguiram utilizar a internet para contornar os meios de comunicação locais e tradicionais e recrutar o Greenpeace e outros simpatizantes a juntarem-se à sua causa, abandonando ao mesmo tempo a norma tradicional de procurar discussão e negociação harmoniosas. O grupo MOSOP utilizou e-mail, websites e salas de chat para conseguir que organizações ativistas internacionais os ajudassem a provocar mudanças na Nigéria, através de apresentando imagens de violações dos direitos humanos e degradação ambiental de tal forma que qualquer pessoa com acesso a um computador pudesse ver e avaliar a situação, com o objetivo final de se juntar à causa e recrutar outros. Embora se possa argumentar que esta aplicação específica trouxe resultados positivos mudança, permanece o fato de que a tecnologia capaz de permitir um propósito vantajoso também poderia ser usada para provocar mudanças negativas. No entanto, o ponto aqui é enfatizar o fato de que as novas mídias empregadas pelos membros das tribos eletrônicas deixarão vestígios de mudança em qualquer sociedade, mas, mais importante ainda, pode reinventar as normas culturais quando consideradas interculturalmente. (Olaniran, 2008, p. 54)

## **Considerações finais**

Neste estudo, procuramos desenvolver, de modo introdutório, algumas reflexões sobre as teorias e as produções e experiências acerca das respostas audiovisuais, institucionais ou não, às atuais questões e condições sociais que tanto aparecem para as populações menos favorecidas da contemporaneidade. Através destes pensamentos e análises pudemos compreender como a sociedade explora e é explorada pela narrativa audiovisual, lembrando o seu passado e analisando seus aspectos principais no contemporâneo, até compreender ou minimamente vislumbrar uma perspectiva de como poderia se dar a sua superação. Partimos do estudo da roteirização em todos os seus processos, desde o criar

narrativas para quem a consome, até para quem a produz, considerando especialmente aquele que tanto produz quanto consome. Adentramos as teorias sobre a cultura da colaboração em uma sociedade narrativa, até nos concentrarmos no ativismo contra o pensamento hegemônico, pensamento este como que investido de um estilo das classes dominantes, propalado pelos grandes meios de comunicação e de poder político, ao ativismo periférico e totalmente independente.

## Referências

Augé, M. (2014). *Não Lugares: uma introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Papirus.

Brasil, L. A. A. (2019). *Escrever ficção: um manual de criação literária*. Companhia das Letras.

Brenez, N. (2022). *Por uma história rebelde do cinema*. Desconcertos.

Bruner, J. (1997). *Realidade mental, mundos possíveis*. Artmed.

Chomsky, N. (1997). Consentimento sem consentimento: a teoria e a prática da democracia. *Estudos Avançados*, 11(29), 259-276. <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8983>

Coppola, F. F. (2019). *O cinema ao vivo e as suas técnicas*. Edições 70.

Cousins, M. (2013). *História do cinema: dos clássicos ao cinema moderno*. Martins Fontes.

- Czach, L. (2010). Como mejorar las películas domésticas. In E. Cuevas Álvarez (Ed.), *La casa abierta: el cine doméstico y sus reciclajes contemporáneos* (pp. 61-87). Editorial Ocho y Medio.
- Engebrigtsen, A. I. (2017). Key figure of mobility: the nomad. *Social Anthropology*, 25(1), 42-54. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1469-8676.12379>
- Fisher, M. (2020). *Realismo capitalista*. Autonomia Literária.
- Frase, P. (2020). *Quatro futuros: a vida após o capitalismo*. Autonomia Literária.
- García Márquez, G. (2004). *Oficina de roteiro de Gabriel García Márquez: como contar um conto*. Casa Jorge.
- Graeber, D., & Wengrow, D. (2022). *O despertar de tudo: uma nova história da humanidade*. Companhia das Letras.
- Gramsci, A. (2000). *Cadernos do cárcere - Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. Civilização Brasileira.
- Guattari, F. (1985). *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. Brasiliense.
- Habermas, J. (1989). *Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos*. Cátedra.

- Jeanpierre, L. (2008). O lugar da exterritorialidade. In H. Rodrigues & H. Kohler (Orgs.), *Travessias e cruzamentos culturais: a mobilidade em questão* (pp. 183-197). FGV.
- Marinone, I. (2009). *Cinema e anarquia: uma história “obscura” do cinema na França (1895-1935)*. Beco do Azogue.
- Lenoir, T. (1998). Inscription practices and materiality of communication. In: T. Lenoir (Ed.), *Inscribing Science: scientific texts and the materiality of communication* (pp. 1-19.). Stanford University Press.
- Martín-Barbero, J. (1993). La comunicación en las transformaciones del campo cultural. *Alteridades*, 3(5), 59-68. <https://www.redalyc.org/pdf/747/74745548005.pdf>
- Olaniran, B. (2008). Electronic Tribes (E-Tribes): some theoretical perspectives and implications. In T. L. Adams, & S. A. Smith (Eds.), *Electronic tribes virtual worlds of geeks gamers shamans scammers* (pp. 36-54). University of Texas.
- Tomasi di Lampedusa, G. (1969). *Il Gattopardo*. Feltrinelli.
- Tubau, D. (2015). *El espectador es el protagonista*. Alba.
- Warhol, R. R. (2014). Binge watching: How Netflix Are original programs are Changing Serial Form. *Literatur in Wissenschaft und Unterricht*, 47(1-2), 145-158. [https://www.lwu.uni-kiel.de/issues/2014\\_1-2.htm](https://www.lwu.uni-kiel.de/issues/2014_1-2.htm)
- Zelizer, B. (1993). American Journalists and the Death of Lee Harvey Oswald. In D. K. Mumby (Ed.), *Narrative and social control: critical perspectives* (pp. 189-206). Sage.

# DECOLONIALIDADE E EMPODERAMENTO: VIVÊNCIA ARQUETÍPICA DO SAGRADO FEMININO

*Cássia Amélia Gomes<sup>1</sup>*  
*Luís Guilherme Costa Berti<sup>2</sup>*  
*Nelson Russo de Moraes<sup>3</sup>*

O sagrado feminino vem elucidar, com base na construção simbólica que permeia a temática, a constelação de conteúdos do inconsciente coletivo da mulher a respeito do despertar, da libertação, da sua história, conhecedora da sua ancestralidade. Mulher esta que, até os dias atuais é oprimida, violentada, subjugada e rejeitada pelo patriarcado, tendo seu poder invisibilizado e sua voz abafada. Diante disso, o sagrado feminino, tendo a mitologia como estratégia didática para a compreensão das

- 
1. Doutoranda em Ciências/Agronegócio e Desenvolvimento (FCE/UNESP), Brasil. [cassia.amelia@unesp.br](mailto:cassia.amelia@unesp.br)
  2. Mestrando em Ciências/Agronegócio e Desenvolvimento (FCE/UNESP), Brasil. [lg.berti@unesp.br](mailto:lg.berti@unesp.br)
  3. Docente Permanente do PGAD - UNESP Tupã (Programa de Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento), e da FAAC – UNESP Bauru, Brasil. [nelson.russo@unesp.br](mailto:nelson.russo@unesp.br)

vivências arquetípicas, surge como alicerce para a tomada de consciência, libertação, emancipação e decolonização do feminino.

A ontologia da decolonidade versa sobre a desconstrução de padrões no que tange povos ou indivíduos subalternizados, tratando-se do avesso do pensamento ocidentalocêntrico. Nos dias atuais, nota-se, um movimento crescente de grupos autodeterminadas como ‘círculos de mulheres’, as quais se utilizam do sagrado feminino como alicerce para a emancipação, desvelando-se como um fenômeno social contemporâneo, que dialoga com a concepção de decolonidade.

Porém, ainda é perceptível a concretude dos princípios da colonialidade na sociedade. O semiótico argentino Mignolo identificara diversos marcadores sociais que produzira distinções, seja por intermédio da raça, etnia, gênero, organização do Estado, além da linguística e também para com a seara epistêmica (Mignolo, 2017). Os marcadores coloniais se emergem de maneira tríplice: o poder, o saber e o ser. Nesse sentido, a decolonidade remonta-se a uma pluralidade de saberes fabulados que coíbem a lógica produtivista fronteira ou abissal conforme discorrera Santos (2010), o qual advoga acerca das epistemologias do sul - uma produção de saberes, além do *éthos* (conjuntos e valores) que não se restringem a exaustação política social e intelectual do norte global.

Em consonância com Mignolo (2017), a decolonidade tem sua gênese e dilatação a partir da modernidade/colonialidade. O movimento decolonial atua no transcorrer da história por intermédio de lutas, resistências, resiliências em face do poder hegemônico. Dito isto, o presente estudo se debruça no exercício feminino em salvaguardar seus direitos, além de fomentar a figuração em searas de representatividade. Além disso, a significação da confluência feminina nos mais distintos âmbitos

das relações sociais diagnosticou um rompimento de paradigma, no qual contribuiu para a efetivação do existencialismo nas mais plurais formas de vivência.

Deste modo, compreende-se o sagrado feminino como:

uma rede mundial de mulheres que busca integração em experiências de autocuidado, compartilhamento de saberes, reconexão com a ancestralidade, processos de cura e alinhamentos físico, emocional, mental e espiritual. A vivência do Sagrado Feminino parece estimular a percepção de suas peculiaridades em relação à estrutura hormonal, à capacidade de gerar a vida e à manifestação saudável de seus saberes, relações e intenções. (Araújo et al., 2021, pp. 2-3)

Desta feita, a dinâmica do sagrado feminino converge para com a propositura do pensamento decolonial, visto ser um processo de desconstrução colonial oriunda do sul epistemológico, conforme advogara Santos (2010), sendo, terreno fértil para a produção de novos pensamentos, além de conceber a fruição da diversidade. Diante disso, o estudo vem mostrar que a vivência do sagrado feminino, por meio de arquétipos da mitologia grega, contribuiu para que a mulher possa constelar conteúdos imersos no inconsciente coletivo, servindo de referência para a ressignificação da identidade. Conteúdos estes, que proporcionam a libertação das amarras coloniais, lançando o olhar para a sua história, se emancipando.

## **O Feminino Arquétipico**

É indiscutível que, mesmo diante dos avanços tecnológicos, das transformações sofridas pela sociedade, ainda impera a cultura patriarcal,



machista, que se utiliza do sexismo como critério para dicotomizar o feminino e o masculino. Essa estrutura vem sofrendo transformações nas últimas décadas, porém ainda de forma tímida, se fazendo urgentes ações e reflexões que levem a mulher à compreensão acerca do seu papel na sociedade, visando contribuir para a igualdade de gênero, raça e etnia.

Os mitos são utilizados para esse despertar do feminino por se tratar de vivências arquetípicas, ou seja, padrões de comportamentos, sentimentos, medos, vivenciados por todas as mulheres em todos os tempos, submersos no inconsciente coletivo e por isso inacessível conscientemente. Jung (1984) mostra que os arquétipos “habitam” o inconsciente coletivo, se estruturando como possibilidades psicológicas de vivências ancestrais que são transmitidas desde os tempos primordiais, por meio da cultura e que serviram de substrato para o surgimento dos mitos, ritos, da arte e da religião.

O mito se configura como vital para a civilização, mostrando, por meio de histórias, o surgimento de uma realidade e promovendo a “irrupção do sagrado no mundo” (Eliade, 1992, p. 51). O mito precede a linguagem e a razão, se comunicando por meio de símbolos, sendo estes arquetípicos, ou seja, o mito fala a linguagem dos povos em todos os tempos (Eliade, 1992). Assim, a consciência coletiva alude “o conjunto das crenças e os sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade formando um sistema determinado que tem vida própria” (Durkheim, 1999, p. 50).

Os símbolos nos mostram aspectos da realidade, sendo comunicados por meio de histórias míticas. Os mitos carregam significados e memórias coletivas, uma espécie de retorno das vivências da humanidade

(Narvaz, 2021). Assim, Jung mostra, por meio da mitologia grega, as vivências arquetípicas do feminino.

De acordo com Jung (2008), a sociedade primitiva funcionava de forma coletiva e andrógena, assumindo a configuração colonial no momento em que o patriarcado passou a imperar. Deste modo, o arquétipo feminino foi calado e invisibilizado, fato que perdura até os dias atuais, mostrando a relevância de se conhecer o sagrado feminino, por meio da saga das deusas para o despertar da força arquetípica que repousa no inconsciente coletivo. Isso, visando a decolonização do feminino através da tomada de consciência a respeito da opressão e segregação, contribuindo para que a mulher reconheça a sua importância para a sociedade e se reconheça como agente de transformação.

Por isso, a importância do trabalho com o sagrado feminino, por meio de estratégias, como a dança, a escrivência, a contação de histórias, a agricultura, os rituais de cura entre outras, transmitindo mensagens simbólicas da vivência das deusas, suas lutas, resistências, transgressões, facilitando a identificação da mulher, criando assim, uma “nova percepção do feminino, denominado, metaforicamente, pelos mitólogos de retorno da deusa” (Whitmont, 1991, pp. 21-28).

Na atualidade o retorno da deusa ocorre diante da obscuridade da violência, da opressão, da sujeição a que o feminino é constantemente impelido. É nesse sentido que o sagrado feminino eclode pela resistência de mulheres que não aceitam a forja colonial, constelando arquétipos da transgressão simbolizados pelas deusas Ártemis, Atená, Héstia, Afrodite e Lilith, mesmo sofrendo represália e despertando a misoginia pelo patriarcado. Deste modo, o sagrado feminino vem romper com a lógica colonial - um grito de denúncia à violência, opressão, segregação

e sujeição, as quais a mulher é submetida desde que o patriarcado passou a imperar (Costa & Barros, 2020).

O sagrado feminino traz em seu bojo diferentes performances por meio dos contos, mitos e lendas, repousando no inconsciente coletivo. Na mitologia grega, algumas deusas se constituíram como independentes das amarras do patriarcado, não se submetendo à fecundidade ou à maternidade, dentre elas, Afrodite, Atená, Ártemis, Héstia e Lilith (Narvaz, 2021). Lilith, intitulada como a deusa diaba foi expulsa do paraíso por não se submeter ao masculino no que diz respeito ao seu corpo e seus prazeres; Ártemis era a deusa da caça e da lua, da natureza selvagem, competidora e protetora das mulheres; Atená, deusa da sabedoria e protetora dos heróis; Héstia traz em si o arquétipo da sábia anciã, sendo mais sábia e honrada de todas as deusas; Afrodite representa o amor e o processo criativo, motiva a mulher a ser receptiva às mudanças (Bolen, 1990). “As danças, as práticas das benzedeadas, das parteiras, das feiticeiras, que misturam em seu caldeirão os mistérios da vida e da morte herdados das tradições pagãs foram diabolizadas” (Zordan, 2005, p. 331).

Diante de uma civilização que fabrica modelos e padrões a serem seguidos, ditados pela lógica colonial, branca, masculina e ocidental, que desconsidera as relações ambientais, ecológicas, a diversidade cultural e os saberes ancestrais, o sagrado feminino se configura como um movimento de despertar, de cura, de tomada de consciência, de libertação e empoderamento de mulheres. Por isso, a importância de mostrar que mesmo diante da opressão colonial o sagrado feminino vive no inconsciente coletivo. É preciso libertá-lo, sendo a decolonialidade uma estratégia emancipatória e de empoderamento. Portanto, para uma

sociedade saudável se faz relevante o equilíbrio entre o masculino e o feminino formando uma unidade integrada (Neumann, 1996).

### **Feminino Decolonial: o retorno da deusa**

Durante séculos o feminino padece em decorrência da estrutura patriarcal e colonial que a sociedade utiliza para referenciar pessoas. Mesmo diante de conquistas como a liberdade e igualdade jurídica, o feminino ainda se encontra atrelado ao patriarcado, sofrendo as consequências de uma sociedade colonial. Isso mostra que passado e presente caminham juntos em termos da violência física, sexual e psicológica, as quais as mulheres são expostas diariamente, sendo sacrificadas e subjugadas.

O movimento feminista, desde o seu início, contribuiu para que a mulher tivesse força para lutar por igualdade de direitos, porém, mesmo diante de tantos esforços o colonial e o sexismo são ainda soberanos na sociedade contemporânea. Diante de tais fatos, se faz relevante o estudo do sagrado feminino e suas práticas, de modo a responder à sociedade machista com a tomada de consciência, ressignificação identitária, empoderamento e resgate dos saberes sagrados.

A dinâmica do sagrado feminino contribui para a conscientização das condições relacionadas ao colonial e o patriarcado, buscando, para isso, o contato com seus conteúdos inconscientes, que foram reprimidos na sombra por, muitas vezes, não ser aceito pela sociedade (Jung, 1984). O trabalho com o sagrado feminino vem proporcionar à mulher a aproximação com o seu poder pessoal, resgatando sua identidade, por meio do contato com seus conteúdos reprimidos no inconsciente, utilizando-se de técnicas como a dança, a escrevivência, o artesanato, a saga

das deusas, entre outras. Isso acontece porque, as técnicas contribuem para que conteúdos imersos no inconsciente sejam constelados, tendo, a mulher, a oportunidade de reconhecer e identificar como seus, tomando consciência da sua condição. A partir dessa tomada de consciência é possível compreender a sua história como mulher, a importância na sociedade, resgatar a identidade e ser agente da sua transformação, se empoderando (Machado, 2021).

A busca pela libertação da opressão se faz necessária e urgente, pois em todas as etnias o feminino ainda padece com as amarras de padrões e modelos a serem seguidos, tornando frágil e vulnerável o poder do feminino, afastando-se da vivência arquetípica da deusa. Então, é neste contexto que o movimento pela libertação do sagrado feminino vem atuar - proporcionando a liberdade para que o feminino se empodere e se decolonize, visando a transformação histórica, cultural e social (Machado, 2021). Assim, o sagrado feminino exerce função preponderante tanto para a preservação da ancestralidade, como para com o autoconhecimento.

A decolonialidade traz o resgate da ancestralidade, da ciência do sagrado, valorizando as epistemologias do sul e a diversidade racial, étnica e de gênero. Dessa forma, se faz relevante propiciar espaços decoloniais, onde haja a valorização dos conhecimentos populares e tradicionais, buscando assim, alternativas para a transformação social.

A decolonialidade se configura como práxis para a liberdade, emancipação, desvencilhando o feminino da dominação colonial, visando a luta pela defesa dos direitos das mulheres (Costa & Barros, 2020). O matriarcado pode ser considerado como um feminino decolonial, pois, a mulher, com o descobrimento da agricultura revolucionou a

sociedade e trouxe memórias para a história da humanidade. O conhecimento desenvolvido com o cultivo das plantas para a alimentação e os rituais de cura trouxe ao feminino um patamar elevado na sociedade, aproximando ao da Mãe Terra (Alves, 2022)

Os pensamentos e princípios decoloniais zelam pelo resgate e a preservação tanto da ancestralidade dos povos tradicionais como daqueles que sofrem com a opressão, como é o caso do feminino, em suas narrativas simbólicas, culturais e intelectuais, de modo que possam ganhar voz e visibilidade na sociedade. Além disso, que possam contribuir de forma participativa na construção de estratégias de resistências decoloniais, rompendo com o determinismo e a linearidade colonial. Esse movimento se faz relevante porque o pensamento e os princípios coloniais encontram-se, ainda, enraizados no comportamento da sociedade, sendo necessário o conhecimento e o reconhecimento do feminino sagrado para o despertar, para a “cura” e o empoderamento das mulheres, oportunizando a conscientização do poder do feminino que repousa em seu inconsciente coletivo. O movimento do sagrado feminino se lança para possibilitar a libertação da mulher dos estereótipos de gênero, raça e etnia, dando visibilidade e voz, rompendo as algemas coloniais, patriarcais, da racionalidade, da certeza, da linearidade, por meio da arte, da música, da dança, do mito, da poesia...

A saga das deusas vem mostrar o quão transgressor, resistente, emancipado e empoderado é o feminino arquetípico. Portanto, necessário se faz, que a mulher da contemporaneidade reconheça que “dentro dela” repousa uma deusa que precisa se libertar, sendo os princípios decoloniais a estratégia. Ártemis é representada pelo arquetipo do feminino independente, movida por seus próprios objetivos. É considerada uma

deusa virgem, pois não se rendeu ao matrimônio ou relação conjugal, não aceitando a submissão e a influência do masculino. Traz consigo, ainda, o sentido de integridade, permitindo à mulher a ação com autoconfiança e determinação (Woolger & Woolger, 2007).

O arquétipo da deusa Atená é representado por mulheres decididas, francas e líderes, que gostam de estabelecer metas e planos em longo prazo. Amantes da vida urbana são bem informadas, atualizadas, buscando constantemente expandir seus conhecimentos (Diniz, 2008). São mulheres atentas, que procuram agir mediante estratégias, gostam de apresentar suas ideias, são guiadas pela razão e são práticas na resolução de problemas. Além disso, estabelece metas e apresenta foco em suas ações. Como deusa da sabedoria, influencia o feminino Atená no gosto pelos estudos e a leitura.

O feminino guiado pelo arquétipo da deusa Héstia, é introvertido, reservado nas relações sociais, e aprecia a solidão, porém apresenta-se como calorosa e pacífica. Apresenta a tendência para a prática da meditação. Sendo a protetora da lareira, este arquétipo predomina nas mulheres que apreciam o trabalho doméstico como uma atividade significativa, gerando harmonia interior ao organizar o lar, organizando-se (Diniz, 2008).

De acordo no Diniz (2008) Afrodite é representada pelo arquétipo do amor, da beleza, do prazer, da sexualidade e da criatividade, sendo extrovertida, reconhecida pela sua atratividade, sensualidade, com ânsia pela vida. Apresenta ainda a habilidade para a criatividade, para a arte, poesia, dança, música e para a transformação.

A mulher Lilith traz em si o desejo pela liberdade, apresenta autodeterminação, espontaneidade no modo de agir, escolher e decidir

– deseja igualdade de direitos diante do masculino. Lilith representa o ápice da luta diante da opressão, sujeição e submissão, sendo estes aspectos obscuros e negativos da personalidade da mulher na cultura patriarcal. Lilith se fez presente também durante a caça as bruxas na Idade Média, e recentemente no movimento de libertação da mulher - irrupção do reprimido (Whitmont, 1991).

Desta feita, se desvela confluyente a decolonialidade junto ao sagrado feminino, sobretudo, quando se trata do corpo-território, pois o corpo gera territorialidade e pertencimento. Pertencer a um lugar é fazer parte dele, é ser a extensão da paisagem, do rio, da montanha. É ter seus elementos de cultura, história e tradição nesse lugar. Ou seja, em vez de você imprimir um sentido ao lugar, o lugar imprime um sentido à sua existência.

Portanto, ao tecer a aproximação entre a decolonialidade, o sagrado feminino e a saga das deusas Ártemis, Atená, Héstia, Afrodite e Lilith é possível perceber a resistência, a transgressão, a luta por igualdade de direitos, a liberdade para fazer escolhas, a fidelidade a sua essência, o pertencimento ao seu corpo-território, configurando o feminino como decolonial, representando o retorno da deusa.

## **Metodologia**

O presente estudo vem mostrar o quão relevante é a dinâmica do sagrado feminino para a sociedade, uma vez que o patriarcado ainda invisibiliza e oprime a mulher. Diante disso, discorreu acerca da concepção e significação do sagrado feminino, bem como os seus arquétipos, visando a autonomia e a liberdade, com base na ancestralidade, na cultura, na identidade, de modo a ultrapassar valores tradicionais.



Para alcançar os objetivos e chegar aos resultados a pesquisa teve como estratégia metodológica a revisão de literatura, de forma qualitativa. A pesquisa bibliográfica oportuniza a análise de ações com base em uma realidade plural (Minayo, 2010), bem como o acesso a uma ampla gama de fenômenos, sendo possível tecer relações estes e a realidade social (Gil, 2010).

A fim elucidar o sagrado feminino, por meio das vivências arquetípicas para a tomada de consciência, libertação, emancipação e decolonização foi realizado o mapeamento, tendo como critério de inclusão, obras publicadas entre 2017 e 2023, como também clássicas de Eliade, Jung, Neumann, Whitmont e Woolger e Woolger. Assim, foi realizada leitura, fichamento, sistematização e análise dos resultados, sendo apresentados na forma de quadros, seguidos de discussão.

O levantamento dos artigos científicos foi realizado nas bases de dados Portal de Periódicos CAPES e Rede de Revistas Científicas da América Latina e Caribe, Espanha e Portugal – Redalyc, utilizando dos descritores “sagrado feminino”; feminino decolonial”; “empoderamento feminino”; emancipação feminino”.

## **Resultados e Discussões**

A vivência do sagrado feminino oportuniza a mulher a constelação de conteúdos do inconsciente coletivo a respeito da libertação, da sua história e da sua ancestralidade. Diante disso, o Quadro 1 mostra que o sagrado feminino, tendo a mitologia como estratégia didática para a compreensão das vivências arquetípicas, surge como alicerce para a tomada de consciência, libertação, emancipação e decolonização do feminino.

## Quadro 1

### *O Feminino Arquetípico*

Jung (1984)	Os arquétipos “habitam” o inconsciente coletivo, se estruturando como possibilidades psicológicas de vivências ancestrais que são transmitidas desde os tempos primordiais, por meio da cultura.
Whitmont (1991)	O sagrado feminino transmite mensagens simbólicas da vivência das deusas, suas lutas, resistências, transgressões, facilitando a identificação da mulher.
Eliade (1992)	O mito se configura como vital para a civilização, mostrando, por meio de histórias o surgimento de uma realidade.
Costa & Barros (2020)	O sagrado feminino vem romper com a lógica colonial.
Narvaz (2021).	Os mitos carregam significados e memórias coletivas, identificando padrões de comportamentos, sentimentos, emoções, medos que atravessam os tempos e vem nos assombrar quando constelados do inconsciente coletivo.
Narvaz (2021).	Na mitologia grega, algumas deusas se constituíram como independentes das amarras do patriarcado, não se submetendo à fecundidade ou à maternidade, dentre elas, Afrodite, Atená, Ártemis, Héstia e Lilith.

Elaborado pelos autores.

Jung (1984) preconiza que os arquétipos “habitam” o inconsciente coletivo, se estruturando como possibilidades psicológicas de vivências ancestrais que são transmitidas desde os tempos primordiais, por meio da cultura. Isso quer dizer que a dinâmica do sagrado feminino oportuniza a mulher a aproximação com a sua ancestralidade, sua história, permitindo a constelação de conteúdos que foram reprimidos no inconsciente por não serem aceitos socialmente. O sagrado feminino transmite mensagens simbólicas da vivência das deusas, suas lutas, resistências, transgressões, facilitando a identificação da mulher (Whitmont, 1991).

Por meio da identificação da mulher com os arquétipos, utilizando-se da saga de deusas como estratégia didática é possível reconhecer e se reconhecer nos conteúdos, gerando a tomada de consciência.

O mito se configura como vital para a civilização, mostrando, por meio de histórias o surgimento de uma realidade (Eliade, 1992). Além disso, carregam significados e memórias coletivas, identificando padrões de comportamentos, sentimentos, emoções, medos que atravessam os tempos e vem nos assombrar quando constelados do inconsciente coletivo (Narvaz, 2021). Assim é possível perceber o quão relevante é o trabalho com o sagrado feminino utilizando-se da mitologia, visto a aproximação à vivência da mulher com a saga de deusas, permitindo o despertar, a ressignificação identitária e o empoderamento.

É possível inferir que o sagrado feminino vem romper com a lógica colonial (Costa & Barros, 2020). Ao oportunizar o contato da mulher com seus conteúdos reprimidos no inconsciente, permite a compreensão da situação de opressão, sujeição e submissão a que o feminino é colocado na cultura patriarcal. A saga das deusas Afrodite, Atená, Ártemis, Héstia e Lilith traz em si o feminino decolonial, pois se constituíram como independentes das amarras do patriarcado, não se submetendo à fecundidade ou à maternidade (Narvaz, 2021). Portanto, o feminino decolonial representa o despertar da mulher, a tomada de consciência, a libertação do patriarcado, com vistas a emancipação.

O Quadro 2 esclarece que o feminino ainda padece em decorrência da estrutura patriarcal e colonial que a sociedade utiliza para referenciar pessoas. Faz-se relevante o estudo do sagrado feminino e suas práticas, de modo a responder à sociedade machista com a tomada

de consciência, o resgate dos saberes sagrados, a ressignificação identitária e empoderamento.

## Quadro 2

### *Feminino Decolonial: o retorno da deusa*

Jung (1984)	O sagrado feminino proporciona o contato com seus conteúdos inconscientes, que foram reprimidos na sombra.
Whitmont (1991)	Lilith representa o ápice da luta diante da opressão, sujeição e submissão.
Woolger & Woolger (2007)	Ártemis é representada pelo arquétipo do feminino independente, movida por seus próprios objetivos.
Diniz (2008)	O arquétipo da deusa Atená é representado por mulheres decididas, francas e líderes.
Diniz (2008)	O feminino guiado pelo arquétipo da deusa Héstia, é introvertido, reservado nas relações sociais e aprecia a solidão.
Diniz (2008)	Afrodite é representada pelo arquétipo do amor, da beleza, do prazer, da sexualidade e da criatividade.
Costa & Barros (2020)	A decolonialidade se configura como práxis para a liberdade, emancipação, desvencilhando o feminino da dominação colonial.
Machado (2021)	O movimento pela libertação do sagrado feminino vem proporcionar a liberdade para que o feminino se empodere e se decolonize, visando a transformação histórica, cultural e social.
Machado (2021)	A partir da tomada de consciência é possível compreender a sua história como mulher, a importância na sociedade, resgatar a identidade e ser agente da sua transformação, se empoderando.

Elaborado pelos autores.

O sagrado feminino proporciona o contato com os conteúdos inconscientes que foram reprimidos na sombra (Jung, 1984). Conteúdos estes representados pela autenticidade, criatividade, fidelidade à sua essência, os quais não aceitos pela sociedade patriarcal. O movimento pela libertação do sagrado feminino vem proporcionar a liberdade para que o feminino se empodere e se decolonize, visando a transformação histórica, cultural e social (Machado, 2021). Deste modo, é por meio do trabalho com o sagrado feminino que a mulher tem a oportunidade de constelar sua autenticidade, suas atitudes libertárias, sua essência, os quais decoloniais, se reconhecer e se libertar da opressão.

O estudo traz a saga de deusas gregas que representam a resistência, a transgressão, o rompimento com o patriarcado e o tradicional, por isso, decoloniais. Afrodite é representada pelo arquétipo do amor, da beleza, do prazer, da sexualidade e da criatividade (Diniz, 2008). Já o feminino guiado pelo arquétipo da deusa Héstia, é introvertido, reservado nas relações sociais e aprecia a solidão (Diniz, 2008), rompendo a lógica imposta para a mulher – matrimônio e maternidade. O arquétipo da deusa Atená é representado por mulheres decididas, francas e líderes (Diniz, 2008). Ártemis é representada pelo arquétipo do feminino independente, movida por seus próprios objetivos (Woolger & Woolger, 2007). Lilith representa o ápice da luta diante da opressão, sujeição e submissão (Whitmont, 1991).

Diante da vivência arquetípica das deusas supracitadas, é possível reconhecer princípios decoloniais, os quais rompem com a lógica tradicional e patriarcal, se configurando como práxis para a liberdade, emancipação, desvencilhando o feminino da dominação colonial (Costa & Barros, 2020). A saga das deusas Ártemis, Afrodite, Atená, Héstia e

Lilith traz a transgressão, a resistência, o rompimento com a opressão, a sujeição e a submissão, como também com padrões estabelecidos referente a maternidade e o matrimônio, se configurando como feminino decolonial.

Portanto, a partir da tomada de consciência é possível compreender a sua história como mulher, a importância na sociedade, resgatar a identidade e ser agente da sua transformação, se empoderando (Machado, 2021).

## **Conclusões**

A decolonialidade requer a desconstrução de padrões e a desobediência a regras impostas pelo patriarcado. Decolonizar é refazer caminhos, desconstruir saberes, gerando um movimento de insubmissão do feminino (Santos, 2010), sendo ilustrado pelo sagrado feminino.

O feminino precisa “curar-se” do colonial e do patriarcado, produzindo novas realidades, por meio da libertação, da emancipação e do empoderamento. Diante disso, o estudo visou contribuir para o despertar da mulher, por meio do autoconhecimento e integração com seu feminino sagrado, utilizando-se da saga de deusas gregas como estratégia didática. O contato com esse movimento proporciona aproximação com seus conteúdos inconscientes, sendo possível se libertar das amarras coloniais, transgredindo padrões, resistindo à opressão, ressignificando sua identidade, se amancipando, se empoderando, se decolonizando.

## Referências

- Alves, V. H. S. (2022). A definição fenomenológica de Eliade para o Xamanismo: alguns contrapontos oferecidos pela perspectiva culturalista e um caso ilustrativo da tradição fino-careliana dos tietäjät. *Plura, Revista de Estudos de Religião*, 13(1), 268–298.
- Araújo, L. V. C. de, Silva, G. D. da, & Souza, T. G. de. (2021). O despertar contemporâneo nas relações entre dança e sagrado feminino. In A. Terra, M. Bonito, S. Geraldo, & R. Ferracini (Orgs.), *Como as artes da cena podem responder à pandemia e ao caos político no Brasil* (pp. 1303-1330). ABRACE. <http://portalabrace.org/novo2022/ebooks/como-as-artes-da-cena-podem-responder-a-pandemia-e-ao-caos-politico-no-brasil/>
- Bolen, J. S. (1990). *As Deusas e a mulher: nova psicologia das mulheres*. Editora Paulus.
- Costa, A. F. J., & Barros, C. C. (2020). Caminhos da Psicologia Latino-Americana como práxis de libertação. *Revista Ideação*, (41). <http://periodicos.uefs.br/index.php/revistaideacao/article/view/4722>
- Diniz, L. C. (2008). *Expressões Arquetípicas das Deusas Gregas nos Casamentos de Ontem e de Hoje, Tendo como Foco as Mulheres* [Trabalho de Conclusão de Curso, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/18618/2/Leticia%20Costa%20Diniz.pdf>
- Durkheim, E. (1999). *Da Divisão do Trabalho Social*. Martins Fontes.
- Eliade, M. (1992). *Mito e Realidade*. Perspectiva.

Gil, A. C. (2019). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. Atlas.

Jung, C. G. (19984). *A Dinâmica do Inconsciente*. Vozes.

Jung, C. G. (2008). *Os Arquétipos e o Inconsciente Coletivo*. Vozes.

Machado, R. (2020). O Sagrado Feminino: poder que vem de dentro - despertar, cura e empoderamento de mulheres. *Cadernos de Agroecologia – Anais do 3º Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia*, 15(3). <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/6381/2426>

Mignolo, W. D. (2017). Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32(94). <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?format=pdf&lang=pt>

Minayo, M. C. de S. (Org.). (2010). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Vozes.

Narvaz, M. G. (2021). De Lilith à Pombagira: literatura e arte para decolonizar corpos e mundos. *Revista Literatura em Debate*, 15(27). <https://revistas.fw.uri.br/index.php/literaturaemdebate/article/view/4042/3173>

Neumann, E. (1996). *A Grande Mãe: um estudo fenomenológico da constituição feminina do inconsciente*. Cultrix.

Santos, B. S. (2010). *Epistemologias do Sul*. Cortez.



Whitmont, E. C. (1991). *O retorno da Deusa*. Summus.

Woolger, J. B., & Woolger, J. R. (2007). *A deusa interior: um guia sobre os eternos mitos femininos que moldam nossas vidas*. Cultrix.

Zordan, P. B. M. B. G. (2005). Bruxas: figuras de poder. *Estudos Feministas*, 13(2). <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X200500020007/7827>

# O RESGATE DOS DIREITOS HUMANOS INSTITUINTES DOS SUJEITOS DE DIREITO COMO ALTERNATIVA AO SIMULACRO DE DEMOCRACIA CRIADO PELOS SERES MEDIA NO BRASIL

*Thiago Luiz dos Santos<sup>1</sup>  
Cintia Barudi Lopes<sup>2</sup>*

O presente trabalho demonstra-se continuidade das participações nas edições anteriores deste Congresso, marcadas pela defesa da liberdade de imprensa e do combate às *fake news* em tempos de pandemia (Lopes & Santos, 2020), da síntese dialética entre as obras de Bauman e Arendt sobre os riscos que a modernidade líquida e a destruição da

- 
1. Pós-graduado pela Escola Paulista de Direito (EPD).  
Mestrando em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV/ES). Advogado.  
[thiago.dos.santos.academico@gmail.com](mailto:thiago.dos.santos.academico@gmail.com)
  2. Doutora pela PUC/SP.  
Professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie e das Faculdades Metropolitanas Unidas. Advogada.  
[c.barudi@uol.com.br](mailto:c.barudi@uol.com.br)

verdade factual trazem à democracia (Lopes & Santos, 2021) e da defesa da doutrina da malícia real como um dos meios de proteção da democracia e da liberdade de expressão, assim como de regulação desta (Lopes & Santos, 2022). Nesta nova participação, traz-se o aporte teórico da visão da teoria dos direitos humanos instituintes e o diálogo que é possível fazer entre esta e a abordagem da construção de simulacros de realidade e de constituição que decorrem de uma visão pós-violatória, reativa e institucionais de tal estirpe de direitos.

É justamente neste percurso histórico e teórico, onde a tradição da defesa de liberdade de expressão responsável e da defesa da democracia se encontra com a visão crítica do constitucionalismo e uma nova e necessária abordagem dos direitos e garantias fundamentais, que se apresenta, alvissareira, a proposição do tema da atual edição deste congresso: “A consolidação dos seres ‘media’”. Em sua obra: “We the media”, Dan Gillmor (2004) mostrou-se esperançoso com as novas tecnologias e as possibilidades dadas aos indivíduos de romper com o monopólio erigido pelos conglomerados midiáticos, podendo ensejar a democratização das informações e o controle dos jornalistas por parte do público. Contudo, Nietzsche (2012) rememora que a esperança é o maior dos males da humanidade, pois, ainda preso no vaso de Pandora, lhe dá apego à vida de sofrimentos impingidos pelos demais monstros que de lá escaparam. Ousa-se dizer que, hodiernamente, houve a fuga tardia de outros dois monstros: a pós-verdade e as fake news, os quais assolam, com especial tenacidade, a sociedade brasileira.

Os seres media se consolidaram, o que é fato inegável. Também é incontestado, no contexto de toda a obra edificada no percurso das participações no MEISTUDIES e diante dos desafios propostos pelas abordagens

constitucionais e humanísticas que se agregam à participação na presente edição, que tal consolidação se demonstra pernicioso à liberdade e à democracia. Isto porque – como se verá – eles manejam as *fake news* em um contexto de pós-verdade e se demonstram como superação das crenças de Stuart Mill (2011) na sedimentação de uma ideia mediante a superação dos constantes desafios que suas adversárias apresentam, bem como na evolução da humanidade mediante o debate, à luz da razão, de absolutamente todos os assuntos. Isto porque tais mecanismos, uma vez engendrados, não têm o condão de confirmar a solidez do pensamento de outrem ou de dissuadi-lo dele, mas sim de destruir a ágora onde que sedia os debates e substituí-los por simulacros.

Não se pode julgar as ideias que Mill tivera em sua época com os olhos e o contexto de hoje, sob pena de incorrer em anacronismo, mas sim defender os patamares mínimos de debate salutar e construtivo sobre os quais suas elas se edificaram. Para tanto cumpre ressoar os alertas de Karl Popper sobre os perigos que o excesso de democracia, de liberdade e de tolerância pespegam às sociedades que se pretendem democráticas, livres e tolerantes (Popper, 1974, p. 289). Embasado em Platão, o autor adverte que a aplicação extremada da democracia pode implicar na escolha de valores e pessoas com a tendência de erradicá-la (paradoxo da democracia segundo o qual um povo poderá, democraticamente, votar pela substituição do regime democrático por uma monarquia absolutista); a liberdade, quando desregrada, resulta na permissão que se franqueada aos mais poderosos de oprimir os demais, degradingando em fim da liberdade (paradoxo da liberdade); a tolerância em demasia permite a aceitação do intolerante que destruirá os tolerantes e a tolerância em si (paradoxo da tolerância) (Popper, 1974, pp. 289-290).

Portanto, ele defende a manifestação livre e democrática de opiniões e ideias extremas até o ponto em que possam ser esclarecidas e superadas à luz da racionalidade (aos moldes de Stuart Mill), mas, uma vez que se mostre impossível de fazê-lo deste modo, é pugnada a possibilidade de se debelá-las mesmo mediante a força, proibindo seus asseclas de manifestá-las publicamente mediante classificação, como criminosa e à margem da lei, da incitação à intolerância e à perseguição (Popper, 1974, pp. 289-290).

O ensurdecimento dos alertas de Popper leva, conseqüentemente, ao primeiro capítulo, no qual se analisa como o excesso de “liberdade” conferida aos seres media resultou na construção, através da pós-verdade e das fake news, de um Brasil paralelo. O segundo se debruça na jornada que o Brasil percorreu para retornar às cavernas dos simulacros de constituição e de democracia, com os aportes teóricos trazidos à crítica ao constitucionalismo de cunho meramente formalista. O derradeiro apresentará, como mapa que pretende guiar o país à saída destas cavernas, uma nova abordagem do sujeito de direito como plenipotenciário e fonte da soberania, assim uma nova forma de se pensar os direitos humanos, analisando-os como ferramentas preventivas e proativas na (re)construção da sociedade, ao invés de serem ferramentas passivas na mão das instituições, pensados reativamente e após os diversos “Genivaldos” serem asfixiados em câmaras de gás improvisadas nos porta-malas de viaturas das polícias estatais.

Enfim, reitera-se o posicionamento concernente ao histórico de participações no presente Congresso, defendendo-se que a liberdade é um direito fundamental da pessoa. Afirma-se o entendimento segundo o qual a tolerância do seu abuso é uma “liberdade” no sentido de ser

uma licença perniciososa à democracia. Esta licença, ao seu turno, é conferida a um tipo de “liberdade” que se encontra entre aspas por ser falsa, enquanto se transfigura na ausência de impedimentos que permite a opressão dos segmentos social e economicamente mais poderosos contra os mais fracos. Isso tudo destrói a liberdade porque, caso os freios à libertinagem inexistam, a “liberdade” se converte na privação da liberdade para muitas pessoas que resultará, reflexamente, em privilégios para outras poucas.

### **A pós-verdade e as *fake news* como ferramentas usadas pelos seres media de construção de um Brasil paralelo.**

A primeira proposta do presente tópico é conceituar os seres media, analisando o contexto em que Gillmor o construiu e realizar as devidas críticas às expectativas que o autor construiu sobre o assunto. Identificado o sujeito e sua forma de conexão com os demais e com o ambiente que o circunda, passa-se à compreensão das ferramentas que estes usualmente manejam em suas ações e comunicação: as *fake news* e a pós-verdade. Uma vez aferido quem age e como age, encerrar-se-á examinando o resultado que estes sujeitos produzem: a construção de um Brasil paralelo, ou seja, destoante da realidade material e que servirá de ponto de conexão com o próximo tópico do presente.

Sob os auspícios da ascensão da internet como meio de comunicação em massa, da massa e para a massa, Dan Gillmor traz, na introdução de sua obra, as repercussões e possibilidades de ela transformar a maneira como se enxergaria a produção e veiculação de notícias, passando do monopólio dos grandes conglomerados jornalísticos para as pessoas em geral, fazendo com que esta atividade passasse de uma

palestra daqueles para estes para um diálogo entre as empresas e o povo emancipado pela possibilidade de enxergar o mundo pelas próprias lentes em vez de fazê-lo por meio dos jornais (Gillmor, 2004, pp. XIII-XIV). Portanto, os jornalistas precisariam tomar consciência de que estariam se tornando parte de algo novo, no qual seu público deixaria de ter uma atitude passiva para aderir a um caráter mais proativo diante da mensagem, o que demandaria dos profissionais tanto a capacidade de acurácia no seu mister quanto a capacidade de estabelecimento de diálogo franco e aberto com a audiência (Gillmor, 2004, p. XIV). Às empresas de notícias caberiam aderir às novas bases de trabalho, utilizando-se das novas tecnologias para captar e envolver seu público, bem como se acostumar às críticas provindas das redes como novo elemento de sua atividade (Gillmor, 2004, p. XIV). Entretanto, o ponto fulcral caberia aos antigos espectadores, que passariam a aprender como aderir ao processo jornalístico, criando uma interlocução com os especialistas do ramo e, muitas vezes, fazendo o trabalho dos jornalistas melhor que eles mesmos, podendo evoluir do amadorismo ao profissionalismo (Gillmor, 2004, pp. XIV-XV).

As pessoas, empoderadas pela internet que subsumiu em si e transformou todos os meios de comunicação que a antecederam, passariam a ter, com base nos então revolucionários blogs, mensagens de texto e listas de e-mail, a possibilidade de serem, cada uma delas, produtoras de notícias (Gillmor, 2004, p. 236-238). Não apenas poderiam produzi-las, como deveriam se levantar de sua passividade e reatividade para, proativamente, questionar as empresas e profissionais da informação e com eles dialogar na busca da construção da cidadania ativa (Gillmor, 2004, p. 238). Estes novos seres, dotados de uma leitura questionadora,

dialógica e ativa das informações, capazes, por si, de produzi-las e veiculá-las graças às facilidades proporcionadas pela ampliação da qualidade e do acesso da internet, seriam os “seres media” (Gillmor, 2004, p. 238). Assim, a rede mundial de computadores superaria as resistências oferecidas e as empresas e jornalistas se veriam compelidos a se adaptarem aos seus parâmetros, bem como observariam melhor os interesses de seus públicos (Gillmor, 2004, p. 238).

Esta construção de cidadania mediante a participação ativa de pessoas emancipadas que se reúnem para formar um ecossistema comunicacional livre e respeitoso se aproxima da versão deliberativa de democracia, defendida por Jürgen Habermas, composta pela formação racional da vontade através da igualdade de participação e de opinião sobre os padrões e regras de governo (Lubenow, 2010, pp. 233-234). Assim, a concepção procedimentalista de democracia tem por alicerce o processo democrático, que terá o condão de institucionalizar as negociações com o auxílio de formas de comunicação, resultando em amplo diálogo e racionalização dos resultados obtidos (Habermas, 1997, p. 27). Poder-se-ia dizer que Gillmor tinha a esperança de que os seres media se comportariam tal qual os cidadãos habermasianos, pois estes contribuiriam, por meio de um justo processo de deliberação, para a construção da democracia; aqueles, mediante os poderes conferidos pela internet, formariam um ambiente informativo, jornalístico e comunicacional mais amplo e sadio, porque teriam suas visões beneficiadas pela ampla janela de mundo aberta pela rede mundial de computadores.

Todavia, enquanto o jurista alemão ainda previu o dever de participação do Estado no processo comunicativo para institucionalizar as normas que regeriam o diálogo entre as partes para a consecução da



vontade que governaria a todos (Habermas, 1997, p. 21), o jornalista ianque, imbuído pela crença na ampla e quase irrestrita liberdade de expressão inerente à cultura de seu país e olvidando a existência das limitações jurídicas inerentes à *actual malice*<sup>3</sup>, creu na construção de um ambiente de produção de notícias e de comunicação que repousaria, placidamente, na capacidade racional individual. Se, por um lado, não se poderia acusar Mill de ingenuidade sem o cometimento de anacronismos, acredita-se que o mesmo argumento não isentaria Gillmor e sua fé na emancipação comunicativa e informacional popular, fiando-se apenas na internet. Na época do filósofo inglês não haviam, por exemplo, alertas popperianos inerentes aos paradoxos da liberdade, da democracia e da tolerância, os quais já estavam há décadas presentes quando da redação da obra do jornalista.

No mais, há que se reconhecer que Gillmor fez tábula rasa mesmo aos ensinamentos de Habermas, que apregoa a participação do Estado como regridor dos padrões nos quais o diálogo deve se dar e a igualdade de condições em sua participação. Para não incorrer em anacronismo, há que se esclarecer que as condições habermasianas já haviam sido estabelecidas quando Gillmor redigiu sua obra, mas não se fizeram presentes em suas considerações. Como dois argumentos exemplificativos, poder-se-ia citar que os equipamentos eram caros, em virtude de sua até então novidade e que a *web* não continha um piso mínimo de regras para o diálogo (fossem estatais, fossem próprias). Isto faz com que as expectativas e teorias do jornalista norte-americano se encontrassem eivadas desde à sua concepção, à luz de Habermas, pela

---

3. Para explicações detalhadas, vide: Lopes e Santos (2022).

carência de balizadas estatais (ainda que mínimas) para o diálogo e pela desigualdade de acesso aos espaços de comunicação em detrimento dos economicamente desprivilegiados. Portanto, importa discorrer sobre os resultados do excesso de liberdade comunicativa na *web*, sem quaisquer regramentos, que trilharam sentido diametralmente oposto ao previsto por Gillmor.

Pode-se atinar que Gillmor, maravilhado pelas expansões das possibilidades comunicativas decorrentes da internet, previu uma ampliação e fortalecimento do “mercado das ideias” de Stuart Mill, no qual os *Homo sapiens*, evoluídos para a condição de *seres media*, conseguiriam ampliar a janela por meio da qual enxergariam o mundo e maximizariam seus conhecimentos ao se exporem às novéis ideias e culturas que lhes seriam apresentadas. Também poderiam se apresentar e se deixar (re)conhecer pelo mundo, intercambiando seus conhecimentos pelas vias da ampla e irrestrita liberdade de expressão, que, consoante a sua (i)lógica, seria ampliada, potencializada e fortalecida pelas novas tecnologias. Portanto, Gillmor aplica a operação aritmética da potenciação, tendo as ideias de Mill como base, a internet como expoente e o “mundo media”, habitado pelos seres media, como potência, na qual estes, vivendo à luz da web, poderiam debater as ideias em um novo patamar de racionalidade, fortalecendo os bons pensamentos e defenestrando os maus.

Contudo, Mill (por ser um homem de seu tempo) e Gillmor (a quem já se teceu as devidas críticas) não previram a existência das *fake news* e do seu potencial de destruição do mercado e consequente inviabilização do debate público (Lopes & Santos, 2022, pp. 308-311). Isto porque elas não se comprometem com a construção de uma base

comum sobre a qual deveria se firmar a realidade, possibilitando que cada um dos seres media construa seu próprio mundo com suas próprias “verdades”, contestando o que outrora era pacificado como fundamento plausível de realidade (formato da terra, benefícios da vacinação para a saúde, a natureza ditatorial do governo militar instaurado no Brasil a partir de 1964, entre outros) (Lopes & Santos, 2022, pp. 308-309). Tal cenário impossibilita a troca de ideias nos moldes de Mill porque já não há mais “mercado comum” que a possibilite, dado que cada um dos seres media se torna seu próprio mercado e permanece trancafiado e isolado em um ciberespaço customizado, repousando numa confirmação solipsista de suas ideias e preconceitos (Lopes & Santos, 2022, pp. 308-309).

Uma vez compreendidas as linhas gerais do potencial destruidor das *fake news* para o mercado de ideias de Mill, advindo das tecnologias que Gillmor entendeu como fator de sua evolução, cumpre o mister de defini-las. Primeiramente, deve-se combater a vagueza e a imprecisão das conceituações disponíveis, que permite manejar o sintagma como arma contra, até mesmo, o legítimo discurso proferido por um opositor (Abreu & Adeodato, 2020). Portanto, é mister conceituá-lo, no vernáculo, como sendo *fatos verificavelmente inverídicos*. Fatos, porque cinge o debate à propagação das notícias e exclui sátiras, paródias, hipérboles e afins; verificavelmente, porque há meios de se comprovar sua falta de veracidade e possibilita a argumentação sobre esta; inverídicos porque o adjetivo “falso”, habitualmente usado, é vago dada a sua polissemia que abriga a falta de veracidade, a fraude, o engano, a descontextualização, entre outros, o que dificulta os trabalhos da ciência e da hermenêutica jurídica (Abreu & Adeodato, 2020).

A destruição do mercado de Mill pelas *fake news* pode ser lida como uma atualização dos alertas de Hannah Arendt sobre os perigos subjetivos e objetivos da mentira, na medida em que ela seduz tanto seus destinatários (engano) quanto o seu emissor (autoengano), revelando sua ameaça subjetiva; ao mesmo tempo, tem a possibilidade de subverter o fato em si e de contaminar e exterminar o contexto no qual ela está inserida (Arendt, 2016, livro eletrônico). Considerando-se que o mentiroso pode enganar a todos e ser vítima do autoengano, a filósofa cogita o risco da extinção da verdade em si, acreditando que a queda do mentiroso, enquanto último guardião da verdade, poderia extinguir a verdade completamente, porque ninguém mais se lembraria dela (Arendt, 2016, livro eletrônico). Em seu lugar, se instaura a versão do mentiroso e a constante instabilidade política, diante da inexistência de substituto substancial da verdade factual, fazendo com que, em última instância, os “evoluídos” seres media sejam aprisionados dentro do mundo paralelo provindo da internet, onde eles acreditavam que estariam libertos das “amarras” dos controles institucionais (Arendt, 2016).

Há que se destacar que a vivência dos seres media na “era da pós-verdade”, ecoa os supracitados alertas de Arendt, uma vez que a filósofa defende que a humanidade se encontra em tempos nos quais a mentiras explícitas viraram rotina na sociedade (Higgins, 2016, p. 9). O atual cenário não é o das promessas exageradas que os políticos faziam em campanha e que, mesmo que não fossem integralmente cumpridas, ao menos o seriam parcialmente, porque a nova estirpe de engodos não tem sequer esta esperança de exíguo adimplemento (Higgins, 2016, p. 9). A falta de indignação do público diante disto gera nos políticos a ideia de que seu “direito à mentira” é natural; estas duas condutas

(apatia popular e mentira como base da atividade políticas), reiteradas no tempo, erodem a ideia democrática de um governo do povo, que passa a ser um governo dos enganos e de enganos (Higgins, 2016, p. 9). Não à toa que a palavra: “pós-verdade”, entendida como: “relacionada às circunstâncias nas quais os fatos objetivos são menos influentes em formar a opinião pública do que apelos às emoções e crenças pessoais” (Oxford, s.d.), foi escolhida a palavra do ano de 2016 pelo Dicionário Oxford (s.d.).

Outro ponto negligenciado pela obra de Gillmor se encontra em sua pressuposição de que, com o advento das tecnologias, os seres media poderiam se emancipar dos grandes conglomerados midiáticos ao serem leitores ativos das notícias ao mesmo tempo que as produziriam de forma independente, sem considerar o alerta popperiano de que o excesso de liberdade resulta na opressão do mais forte pelo mais fraco. Assim, esperançoso de que cada ser media concorreria em alguns momentos com seus pares e, em outros, com eles colaboraria, não contou com a possibilidade de estes seres se libertarem dos monopólios dos conglomerados jornalísticos e viverem em um ambiente no qual a liberdade negocial irrestrita resultaria em outros, capitaneados pelas grandes empresas do ramo das tecnologias que oprimiriam, de maneira ainda mais voraz, os antes *Homo sapiens* agora tornados *seres media*. Há que se ressaltar que esta posição contraria até mesmo Adam Smith, filósofo e economista reconhecido pela sua defesa da liberdade de mercado e criador da teoria da “mão invisível” que conduziria o conjunto da realização dos interesses individuais à consecução do bem comum, posto seu repúdio aos monopólios, tendo-os como uma regulação inútil ou prejudicial do mercado porque direcionariam as pessoas privadas (no

caso, os seres media) no emprego dos seus capitais (no caso dos seres media, também, tempo, dados e atenção) (Smith, 2013, livro eletrônico).

Isto não permitiu a antecipação do perigo da concentração do mercado de tecnologia e da comunicação veiculada por intermédio dela e que ocorreu nas *big techs*, grupo que compreende as principais empresas do ramo: Microsoft, Amazon, Google, Netflix, Apple e Facebook (a sigla MAGNAF) (Saetra et al., 2022, p. 17). Em uma conceituação mais ampla, passa-se a entendê-las como sendo as grandes empresas que fazem do uso intensivo dos dados mediante plataforma, permitindo a inclusão de empresas de outros países para além daquelas sediadas nos EUA (Morozov, 2018, p. 144).

A concentração de poderes nas mãos das *big techs* transcende a capacidade de açambarcar o mercado de comunicação por intermédio das plataformas de tecnologia, extravasando para a influência que estas exercem em todo o planeta (DeCook, 2020, p. 74-75). Em virtude de suas dimensões ultrapassarem os limites nacionais, atingem proporção global, como o Facebook, que conta com aproximadamente três bilhões de usuários e exerce ascendência em diversos países do mundo, tanto ao conectar pessoas como ao impeli-las na escolha de posicionamentos e ideologias (DeCook, 2020, pp. 74-75). Este problema precisa ser analisado inserindo as *big techs* no contexto que lhe subjaz: o capitalismo neoliberal, que norteia as relações interpessoais com base na economia da atenção, retendo as pessoas nas redes, minerando-lhes os dados e expondo-as às publicidades mais variadas (DeCook, 2020, pp. 76-77).

As *fake news* precedem a existência das *big techs*, tendo como fundações psicológicas o realismo ingênuo (as pessoas acreditam na sua visão de mundo como a única verdadeira) e o viés de confirmação

(preferência do indivíduo pelas informações que já corroboram sua pré-concepções de mundo) (Shu et al., 2017, p. 24). Sua base social, noutro giro, remonta à preferência pela aceitação social e afirmação da pessoa, de um lado, e pelo desejo de maximização dos lucros pelos publicadores de notícias, do outro (Shu et al., 2017, p. 24). Isto gera a prejudicial confluência dos interesses do público pela utilidade psicológica da notícia (que confirma seus vieses) em detrimento da utilidade da informação (saber dos fatos via informação verídica) com o dos divulgadores de “notícias”, que priorizam a utilidade a curto prazo das “informações” em detrimento dos ganhos decorrentes da longa construção de reputação e credibilidade do trabalho realizado; a soma destes fatores tem, por produto, um ambiente social fértil à disseminação das *fake news* (Shu et al., 2017, p. 24). A força destes fundamentos é amplificada no ambiente on-line, pois é permeado por contas maliciosas e por câmaras de eco que infestam a web (Shu et al., 2017, p. 25). As contas falsas são compostas por *bots* (contas controladas por computador que dão a impressão de serem seres humanos, tendo o poder de distorcer, por exemplo, os debates presidenciais em larga escala), *trolls* (contas tituladas por seres humanos que se comportam de modo a romper as comunidades on-line e provocar-lhes a resposta imediata e irrefletida) e *cyborgs* (registadas por um ser humano como método de ocultação de programas que automatizam a atividade das contas nas mídias sociais) que, por sua vez, constroem as câmaras de eco, que são espaços on-line que aprisionam a cognoscibilidade da pessoa em um “mundo” que confirma e fortalece suas pré-compreensões e preconceitos mediante sua exposição à, apenas, opiniões e “notícias” que se coadunam às suas ideias e pensamentos anteriores (Shu et al., 2017, p. 25).

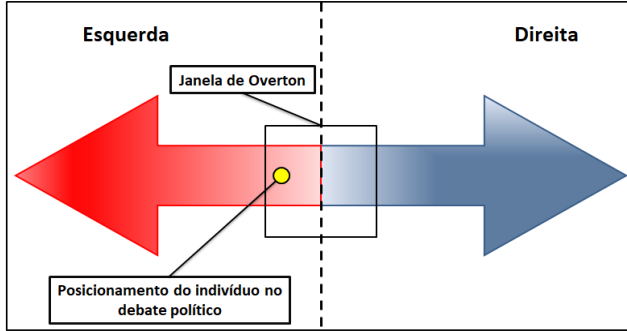
A relação entre *fake news* e plataformas digitais se estabelece na medida em que a ausência de regras e a existência de algoritmos incentivam a disseminação, em alta velocidade, de “informações” de baixa qualidade (Delmazo & Valente, 2018, p. 158). Uma vez espalhadas, poucas pessoas chegam à leitura do quarto parágrafo destas (32% dos leitores) e, ainda assim, com qualidade questionável, porque se presta pouca atenção ao que se lê, oportunizando a descontextualização dos artigos com as fontes e a miscelânea destas com a ficção (Delmazo & Valente, 2018, p. 158). O decréscimo de confiança nas mídias tradicionais assevera a crise porque sequestra da pessoa a possibilidade de contrapor, em pé de igualdade, as *fake news* apresentadas com informações aferidas mediante os processos de checagem dos jornalistas profissionais (Delmazo & Valente, 2018, p. 159).

As *fake news*, que encontram ambiente profícuo na era da pós-verdade e são fortalecidas, exponencialmente, pelas *big techs*, promovem a movimentação da “Janela de Overton”, ou seja, da parcela das ideias que podem ser analisadas e discutidas em um amplo espectro político (Pickering, 2021, p. 8). Segundo esta teoria, não é possível a discussão, a mesmo tempo, da política em toda a sua amplitude, que vai da extrema-esquerda à extrema-direita, mas sim de apenas uma parte dela, que se encontra circunscrita à janela (Pickering, 2021, p. 8). Logo, é interesse dos grupos organizados (*think tanks*, partidos políticos, sociedade civil, entre outros) trabalhar para que ela se mova em direção ao seu campo ideológico, levando consigo (quase) todo o debate político (Pickering, 2021, p. 8). Nas figuras abaixo, o exemplo dos efeitos da Janela de Overton:



### Figura 01

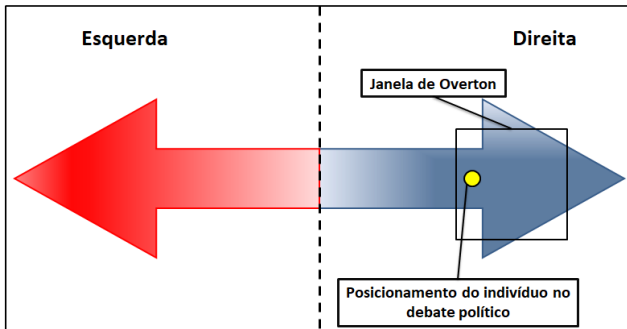
*Posicionamento político do indivíduo com a Janela de Overton localizada ao centro do espectro político*



Elaborado pelos autores.

### Figura 02

*Posicionamento político do indivíduo com a Janela de Overton localizada à direita do espectro político*



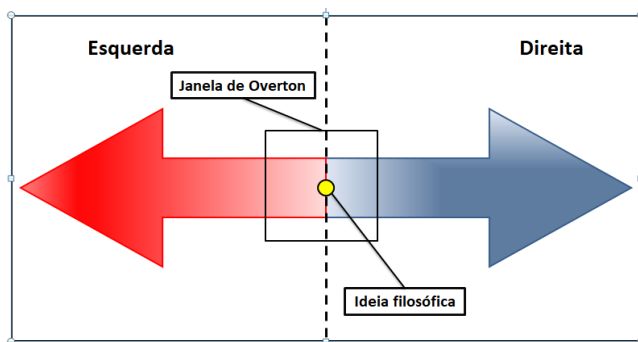
Elaborado pelos autores.

As figuras acima permitem a visualização gráfica dos efeitos da mudança da posição da Janela de Overton: dentro dela, o indivíduo

sempre esteve à esquerda do debate. Contudo, sua mudança do centro do espectro político para a direita surte mudanças claras na posição da pessoa que, mesmo permanecendo na mesma posição dentro dela, será levado à direita do espectro político, dado que o campo seu campo de possibilidades será a ele circunscrito. Outro efeito que poderá ser analisado é a consideração da opinião do debate político sobre a posição de determinadas ideias e conceitos da filosofia, sociologia, ciência política e afins, as quais podem estar à direita da Janela de Overton em determinado momento e à sua esquerda em outros, muito embora elas sempre permaneçam na mesma posição dentro do espectro político, conforme pode ser observado nas figuras a seguir.

**Figura 03**

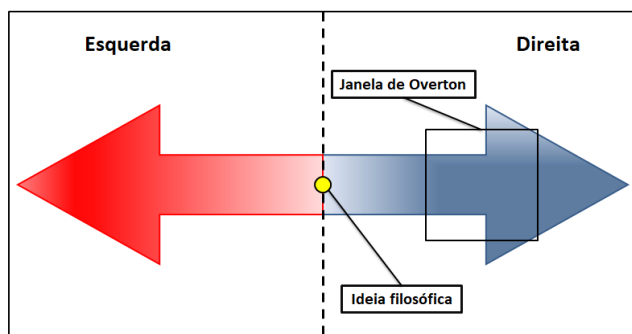
*Ideia filosófica localizada ao centro do espectro político e próxima ao centro da Janela de Overton*



Elaborado pelos autores.

**Figura 04**

*Ideia filosófica localizada ao centro do espectro político  
e à esquerda da Janela de Overton*



Elaborado pelos autores.

No caso brasileiro, as *fake news* e a pós-verdade são ferramentas utilizadas para inundar o debate político com posições de extrema-direita que, reforçadas pelas *big techs* e pela lucratividade que produzem em virtude da economia da atenção. Esta ação conduz o debate político para o um extremo no qual os brasileiros passam a viver em um Brasil paralelo, extirpando o mercado de ideias e colocando em seu lugar as câmaras de eco nas quais até mesmo os posicionamentos mais à esquerda da janela ainda estarão no campo político da direita (Figuras 1 e 2). Por outro lado, surte efeitos ainda mais perigosos ao fazer com que se acredite que os posicionamentos de Karl Popper (defesa das instituições e da democracia), de Adam Smith (o combate ao monopólio) e de Stuart Mill (competição, em igualdade, entre as más e as boas ideias de modo que racionalidade intrínseca a estas possa derrotar aquelas), conhecidos liberais, sejam considerados “comunistas” pelas pessoas inseridas na referida janela (Figuras 3 e 4). Esta constatação serve de elo para o próximo tópico, no qual se analisará os simulacros de constituição e

de democracia nos quais o país se encontra inserido por força da ação dos seres media potencializada pelas *big techs*.

## **O Brasil preso nas cavernas dos simulacros de constituição e de democracia**

Em sua obra: “Simulacros e Simulação”, Jean Baudrillard conceitua simulacro como a superação da relação existente entre imagens que refletem o real ou que tenham alguma vinculação com ele, como bem alude em sua metáfora do mapa que simboliza o território (Baudrillard, 1991, p. 8). Não é, nem mesmo, a prevalência do mapa sobre o território, de tal modo que a imagem, nesta hipótese, poderia ter vencido o real: é a destruição de ambos, o fim do encanto exercido pela abstração dos símbolos e da concretude da realidade (Baudrillard, 1991, p. 8). Não há mais imitação do real por conta do desaparecimento de referenciais do que seja a realidade, decorrente da substituição dela pela aparência de realidade, ou seja, pelos signos do real (Baudrillard, 1991, pp. 8-9). Ultrapassa-se o fingimento (alegar não ter o que se tem) e a dissimulação (alegar ter o que não se tem), porque ambos preservam sua referência ao real, enquanto os simulacros põem em xeque aquilo que é verdadeiro ao produzir a aparência de verdade (Baudrillard, 1991, pp. 9-10).

O pensamento de Baudrillard aponta para uma existência inicial da realidade e do signo que a representa, que se desdobra na posse deste sobre aquela, degenerando-se em corrupção do real e na sua substituição por uma representação ideológica do mundo (Vadico & Vieira, 2013, p. 38). Diante disso, poder-se-ia denunciar, via crítica ideológica tradicional, que por detrás da simbologia haveria uma realidade a ser

descoberta, mas o filósofo francês supera esta denúncia ao apontar que mesmo os discursos sobre algo apenas ocultam que nada escondem (Vadico & Vieira, 2013, p. 38). Remanesce, assim, o alerta de que as tecnologias imagéticas vão pela contramão de suas próprias promessas de verdade, transparência e realidade ao ser converterem em técnicas de amplificação da visualização técnica da violência, contaminando o fazer da política com simulacros de violência e culminando no esvaziamento dela, fazendo-a puro “parecer ser” (Vadico & Vieira, 2013, p. 40).

Neste contexto emerge a teoria de Luiz Moreira que considera a Constituição como simulacro que se erige em início, meio e fim do ordenamento, fundamento de validade de normas, condutas e do ordenamento jurídico na sua totalidade (Moreira, 2017, pp. 134-135). Além disso, se arvora em mediadora entre fato e norma, que dá segurança aos institutos e modela as consciências, aprisionando a vida e dissolvendo as diversidades na medida em que tudo e todos prosperam somente se a ela estiverem submetidos (Moreira, 2017, pp. 134-135). O simulacro constitucional se dá por intermédio da qualificação de uma reunião de pessoas em assembleia, de natureza ordinária, como sendo extraordinária e repleta da soberania popular, implicando na outorga, a si mesma, do poder de impor todo um regramento constitucional que versará sobre a soberania que é inata aos sujeitos de direito (Moreira, 2017, pp. 145-146).

Processo análogo é apontado por Davis Sánchez Rubio acerca do desaparecimento do povo, que deveria ser titular da soberania, no meio do texto constitucional, pois deixa de ser razão da existência da Constituição para se tornar uma parte dela, ocorrendo a ilógica operação de transmutação do poder constituinte em poder constituído (Rubio,

2022, p. 45). Fundamentado neste engodo, os direitos humanos saem da seara política para se tornarem substrato de trabalho dos corpos técnicos e burocráticos do Estado, sujeitos à corrupção pelo poder constituinte oligárquico<sup>4</sup> e excludente, que tenta construir uma versão de realidade pautada em padrões de mercado (Rubio, 2022, pp. 45-46). A derivação do poder, assim, se torna o controlador de sua fonte, submetendo os interesses populares aos oligárquicos que objetivam o império dos direitos de propriedade e de livre comércio (Rubio, 2022, pp. 46-47).

Ao remontar a um significado antigo de simulacro, pode-se conceituá-lo como sendo a representação de uma divindade pagã ou de um ídolo, processo paralelo ao que ocorre com a Constituição que adentra o panteão, destituindo o povo soberano do seu posto de criador e criatura, convertendo-se em demiurgo das realidades políticas, econômicas e sociais (Gomes, 2010, p. 93). O faz através da tautologia na qual a lei inventa a comunidade política e a comunidade política inventa a lei, rechaçando a participação popular deste processo (Gomes, 2010, p. 93). Rompendo com este ciclo vicioso, propõe-se a soberania dos sujeitos de direito e reconhece que esta só será completa se fundamentada nos direitos fundamentais, pois tanto ela quanto estes têm na pessoa humana a mesma fonte de origem e validação, de modo que é impossível um existir plenamente sem o outro (Gomes, 2010, p. 93).

Esta exclusão do povo da participação do poder constituinte mediante a tautologia segundo a qual a lei cria a política e a política

---

4. Para os fins do presente, o poder constituinte oligárquico deverá ser entendido como derivação do poder constituinte originário e popular pela cooptação do poder constituinte derivado, tendo como principais integrantes os representantes dos partidos políticos tradicionais, bancadas, organismos internacionais como o FMI, além dos demais poderes ligados ao mercado financeiro os poderes sobraçados no machismo, no absolutismo da propriedade e no colonialismo (Rubio, 2022, p. 125).

cria a lei gera a diferenciação proposta por Pablo Lucas Verdú (1998) entre *ter* e *estar* na Constituição, fazendo com que muitos povos tenham um código fundamental, mas não estejam lá inseridos, ensejando o simulacro de constitucionalidade porque constam, formalmente, em seu texto, mas estão excluídos da materialidade de sua aplicação isonômica (Verdú, 1998, pp. 43-44). O resultado disto é a prevalência de direitos formais de liberdade, mas que apenas fazem com as pessoas se sintam “livres”, mas para serem aprisionadas às precárias condições de vida advindas da transformação de seus então direitos sociais e econômicos em commodities a serem negociadas entre os que fazem uso da “liberdade” de oprimir àqueles que são social, econômica e politicamente mais fracos, que se entregam aos seus opressores em troca da sobrevivência (vide a introdução do presente) (Verdú, 1998, pp. 44-45).

Superados os horrores das Primeira e Segunda Guerras Mundiais e a constante ameaça da guerra fria – todas ocorridas no século XX –, a democracia constitucional se viu livre dos seus adversários externos e pôde volver seus olhares sobre si, percebendo o grande déficit existente entre sua práxis e o teor dos textos de suas Constituições (García, 2020, p. 55). Perceberam que elas estavam alienadas das percepções de seus cidadãos ao serem simples meios através dos quais a política e o governo constitucional apresentavam, como que escrito em pedra, uma pseudo-realidade (García, 2020, pp. 55-57). Isto implica em um mecanismo constitucional carente de vitalidade, cuja utilidade é ser uma ficção virtual que atribui um verniz de autenticidade a um simulacro que disfarça uma realidade que este mesmo simulacro ignora: eis a simulação da Constituição que deturpa a realidade e supera a compreensão da política pautada em argumentos para sobraçá-la em

sensações e emoções (García, 2020, p. 58-59). Portanto, a materialidade constitucional e suas formas de representação se confundem propositalmente e são replicadas de modo virtual, sabotando quaisquer projetos de ação política que objetivem influenciar, efetivamente, a democracia (García, p. 59). Logra indevido êxito, nisto, a factualidade da política, que se aproveita dos espaços vazios deixados pela constitucionalidade tecnologicamente simulada, inerte e incapaz de responder ao mundo real para monopolizar o poder, desviando a percepção dos problemas reais da vivência constitucional, dominando a imaginação e se furtando da construção coletiva de uma política que traduza, em materialidade, a Constituição Jurídica<sup>5</sup> (García, 2020, pp. 59-60). As fantasias tomam o lugar do pensamento crítico, os simulacros pedem um brilho de aluguel do seu componente material que tentam ocultar e, com o apoio da tecnologia, fazem com que as distâncias entre a constituição nas quais as pessoas deveriam *estar* se distanciam da realidade onde elas estão – distância causada, aliás, pelos próprios simulacros (García, 2020, p. 62).

A análise do simulacro constitucional remete às ideias defendidas por José Ribas Vieira (Vieira, 1995, p. 74) e José Luis Bolzan de Moraes e Lenio Luiz Streck acerca da existência de um conceito de simulacro de modernidade brasileira, porque, enquanto membro da periferia do capitalismo mundial, foi prejudicado pela não-chegada, em suas terras, modernidade já experimentada pelos países centrais (Moraes & Streck, 2014). A consequência disto é a vivência de um simulacro de democracia no Brasil que simula o Estado Social de Direito prometido

---

5. Para entendimento dos conceitos de Constituição Jurídica e Constituição Real e sua relação dialética, vide: HESSE, Konrad (1991) A força normativa da constituição. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1991



pela Constituição de 1988, posto que além de ele nunca ter existido, foi sucedido por políticas neoliberais que agravaram a catástrofe do distanciamento existente entre o Estado e o projeto constitucional calamitoso já existente nestas bandas (Morais & Streck, 2014). Portanto, não basta, para o saneamento desta situação, a igualdade formal das pessoas no concurso da formação da vontade estatal, devendo-lhes ser garantidas condições substanciais de vida e dignidade, sob pena de se viver em um simulacro de democracia, que não existe, mas finge existir com o fito de enganar o povo e deixá-lo letárgico em sua opressão - quiçá encantados pelo opressor e seus ideais.

Acelerou a construção destes simulacros a ideia de que o desenvolvimento é, invariavelmente, mola propulsora do progresso social, gerando, sempre, o seguinte fluxo: (I) a pesquisa básica em ciências seria seguida por outras, aplicadas; (II) estas descobririam tecnologias; (III) tais descobertas seriam empregadas na elaboração de processos e produtos que ensejariam a inovação; (IV) a partir da inovação, ter-se-ia o desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, o social (Abreu, 2013, p. 388). Contudo, este desencadeamento, elaborado no mundo teórico, não se coaduna à realidade, que se encontra infestada por desperdícios de tecnologia mediante sua obsolescência, pela exclusão de classes e países deste processo, pela falta de controle da sociedade sobre os rumos do desenvolvimento e pela desconsideração dos diferentes saberes que poderiam compor o progresso (Abreu, 2013, p. 389). Importa, assim, diferenciar as tecnologias capitalistas – que almejam a utilização máxima de recursos e pouco emprego de mão-de-obra – das não capitalistas/sociais – que buscam a participação democrática na escolha da tecnologia, a redução dos custos finais e o respeito à cultura

local e ao meio ambiente (Abreu, 2013, pp. 389-390). Pontua-se que, se se continuar preferindo àquelas em detrimento destas, apenas se terá liberdade formal (desacompanhada do substrato material que a sustenta) que resultará na transformação do cidadão em consumidor e do político em um empresário que fornece serviços em vez de pensar políticas públicas; e todos viverão em um simulacro de progresso e de democracia que escondem em si um retrocesso social e político (Abreu, 2013, p. 391).

É certo que a vertiginosa velocidade de construção de simulacros de constitucionalidade e de democracia é possibilitada pelo desenvolvimento tecnológico ditado pelos padrões capitalistas de mercado, mas não só. Bauman contribui para o debate ao trazer a fragilização das relações sociais em tempos de modernidade líquida, nos quais a sobrevivência dos seres humanos em condições dignas é substituída pela vulnerabilidade, precariedade e instabilidade (Bauman, 2011, livro eletrônico). A (quase) certeza da impossibilidade de se construir um projeto de vida e relações humanas e humanizadas de maneira digna a longo prazo direcionam os indivíduos à busca da satisfação de suas necessidades imediatas como alternativa à ausência de futuro que se revela, fazendo do mundo um grande receptáculo, um “shopping center” onde pessoas e coisas se encontram disponíveis para compra, utilização imediata e posterior descarte (Bauman, 2011). Não se constroem mais os laços duradouros porque isto envolve a “dolorosa” relação do ser consigo mesmo, com o ser do outro para ser com o outro, inviabilizando a estruturação de uma sociedade que se pretenda minimamente democrática, porque democracia pressupõe construção coletiva, debates e dialéticas, sendo incompatível com o indivíduo se encontra preso do simulacro daquilo

que ele pensa que ele mesmo é, forjado com a grande contribuição das câmaras de eco das *big techs* e da produção tecnológica voltada para o lucro em detrimento da dignidade da pessoa humana.

A atomização da pessoa humana, sua solidão e aparente insignificância perante o mundo líquido faz com que os indivíduos, em especial os mais idosos, se seduzam pelos sons e imagens advindos da caverna de simulacros construída pela pós-verdade e pelas *fake news*. Trata-se, deveras, de uma caverna pior do que a descrita por Platão, porque no cenário hipotético descrito pelo filósofo grego havia a conexão dos prisioneiros entre si – que disputavam o significado das imagens projetadas nas paredes – e entre eles e um elemento que, minimamente, remontava ao território real nos termos de Baudrillard – a projeção de sombras de objetos reais pela luz provinda de uma fogueira (Platão, 2006, pp. 267-305). Comparando-se a alegoria platônica com o cenário desenhado pelo filósofo francês, verifica-se que aquela é-lhe mais branda, na medida em que o atrativo principal da caverna de simulacros é a simulação da realidade, que tolhe o indivíduo da possibilidade de quaisquer conexões com o real. Ainda mais: com a tecnologia disponível ao alcance das mãos, cada uma das pessoas tem sua caverna personalizada, livre da discordância que o preso de Platão poderia ter com seus companheiros de infortúnio, pois a caverna dos simulacros convence seu prisioneiro de que lhe é vantagem permanecer nela, mediante confirmação de seus vieses e pré-compreensões.

Comparando-se a situação democrática do Brasil com os padrões de democracia formal estabelecidos por Hans Kelsen (princípio da maioria, coexistência pacífica e respeitosa entre maiorias e minorias, sistema eleitoral proporcional, sistema de governo parlamentarista,

sólida cultura partidária, governo do povo e existência de uma forte Corte Constitucional)<sup>6</sup>, conclui-se que tal país vive em uma democracia formal mitigada (Santos et al., 2023, p. 456). Tal mitigação se dá pela falta de republicanismo quem impede a alternância de poder e inviabiliza o princípio da maioria, pela cultura autoritária que impede a convivência harmônica e democrática entre maiorias e minorias, pela distorção da proporcionalidade no Parlamento devido à compra de eleições e da liberdade de voto pelas *fake news*, bem como pela transformação dos partidos políticos em legendas de aluguel, alijando sua natureza canalizadora dos interesses dos diferentes grupos que pretendem se alçar ao poder e construir uma política pautada no respeito pelo povo (Santos et al., 2023, p. 456). Agrava a situação o fato de o povo permanecer dormente diante desta situação ao ouvir o “Discurso do Mito Fundador”<sup>7</sup>, que, por ser controlado aos moldes estabelecidos pela “ordem do discurso” foucaultiana<sup>8</sup>, fabrica verdadeiro simulacro de democracia neste país, permitindo-se acreditar no vazio da existência de uma democracia que sequer consegue ser formal enquanto a vivência social, política e econômica é marcada por desigualdades, exclusões e extermínios (Santos et al., 2023, pp. 441-446).

Isto posto, percebe-se que a esperança de Gillmor acerca da emancipação dos seres humanos mediante a tecnologia, que transformaria a natureza do seu ser em “seres media” e permitiria a melhoria da qualidade de comunicação e de debate de ideias ao se aumentar a

---

6. Maiores detalhes sobre o significado e os desdobramentos deste conceito, vide: Hesse (1991).

7. Para se inteirar e entender este discurso, remete-se o leitor à leitura de: Chauí, 2000.

8. Para maiores detalhes sobre o controle dos discursos e os elementos que o compõem, vide: Foucault (1996).

quantidade e a qualidade do acesso à informação, permaneceu atada à época de sua obra (2004). A realidade de um mundo líquido eivado de pós-verdade só serviu para contrapor-se às etéreas alegrias outrora projetadas, evidenciando que os seres media, manejando as tecnologias em época de pós-verdade, foram construtores das cavernas de simulacro de constitucionalidade e de democracia. Esta situação ainda piora em países da periferia do capitalismo, como Brasil, onde tais simulacros se juntam a outro que lhes é congênere: o da modernidade.

Enfim, tal constatação calamitosa, que se assemelha ao (ou é o) início de uma distopia, pode despertar, na sociedade, ao menos três tipos de conduta. A primeira, que se considera a pior de todas, seria a destruição de “tudo o que está aí”, para que, em vez de fazer a sociedade melhorar de fato e se aproximar a materialidade das relações do ideal constitucional e democrático, se extirpe o que dele remanesce, construindo uma (des)constituição e um regime político (que não será mais a democracia) que se restrinja a descrever e regular o apocalipse. A segunda, menos pior que a primeira, mas ainda muito ruim, é a indiferença, preferindo-se (sobre)viver dentro das cavernas de simulacros e deixando que outros se engajem na luta pela melhoria da qualidade constitucional e democrática. Por último, considerando-se como a melhor escolha e incentivando-se todos os que lerem o presente a segui-la, é enxergar na diferença existente entre ideal e realidade um caminho de mudança a ser trilhado para uma melhor convivência social, política e econômica. Justamente pautados nesta opção, apresenta-se as pessoas como sujeitos de direito e detentoras de soberania, e não como seres media detentores de “tecnologias”, e os direitos humanos instituintes

como primeiros passos nesta caminhada, ao se buscar o resgate de quem é o ser humano e de quem ele pretende ser.

### **O resgate da soberania dos sujeitos de direito e a vivência dos direitos humanos instituintes como forma de se (re)viver a democracia e a constituição no Brasil: uma disputa sobre o ser e sobre quem se quer ser**

As constatações realizadas no transcurso do presente trabalho conduzem ao presente tópico, no qual se pretende a proposição dos primeiros e mais fundamentais passos para (re)construção da democracia e da vivência constitucional no Brasil: o reconhecimento da pessoa humana como sujeito de direito, em substituição ao seu agrupamento em seres media, e a vivência dos direitos humanos de maneira instituinte, ou seja, construtora da realidade, em alternativa às cavernas de simulacros de constituição e de democracia apresentadas no item antecedente. Portanto, há que se entender quem é o sujeito de direito à luz da obra de Luiz Moreira: “A constituição como simulacro” e a soberania que o reveste, bem como a maneira como este deve viver, que é instituindo os direitos humanos na sua vivência individual, coletiva e institucional, tendo como referencial o livro: “Direitos Humanos Instituintes”, de David Sánchez Rubio.

O conceito de sujeito de direito é entendido como o fundador e co-criador da ordem jurídica e estatal, fazendo-o por meio da inclusão, nela, de todos os membros fundadores por meio do reconhecimento, entre eles, de que são detentores de iguais direitos e liberdades (Moreira, 2017, p. 29). Ao serem “de direito” e terem nesta locução uma delimitação da natureza do seu ser, a conceituação deste modelo de sujeito se

abre à universalidade no plural, deixando de ser uma unidade isolada que se associa com outras unidades para se transformarem em pessoas humanas que entabulam, com outras que lhes são iguais, relações de mútua correspondência de direitos e deveres (Moreira, 2017, pp. 29-30). Esta individualidade, que se realiza no coletivo, somente consegue angariar tal êxito porque pressupõe a concessão isonômica da liberdade e da igualdade de direitos que vicejam em um ambiente democrático (Moreira, 2017, pp. 29-30). Porque advém da associação livre de sujeitos iguais em direitos é que a lei se torna universalmente aplicável a todos, ou seja: eles considerarão legítima apenas uma ordem jurídica isonômica que lhes dá a liberdade na igualdade (Moreira, 2017, p. 30).

Esta concepção vem ao encontro da “política do reconhecimento”, de Charles Taylor, segundo a qual o reconhecimento não se trata de cortesia, mas de elemento constitutivo do ser que é reconhecido, perpassando sua idade mais pueril até o fim da vida, condicionando a plenitude humana por meio da linguagem apresentada por meio do contato com os outros, ou seja, é a natureza dialógica do ser humano que o permite ser unicamente sendo com o outro (Taylor, 2000, pp. 242-246). Em decorrência disto, quando há segregação de pessoas em categorias ditas “inferiores” e, mais especialmente, quando esta categorização se dá com fundamento na opção sexual, etnia, gênero, tal preconceito tende a se sedimentar no oprimido, com base em uma imagem deturpada, inferior e contraditória à realidade, gerando a auto-opressão (Moreira & Simões, 2017, p. 553). É importante, assim, estabelecer elo entre esta situação e as três formas de reconhecimento de Axel Honnet, que é o amor (entre parentes, entre casais e entre amigos), no qual os sujeitos se encontram dependentes, em virtude de estado carencial, do seu par;

o segundo é o reconhecimento de direitos, geralmente acompanhado de lutas e dificuldades, dependendo da reciprocidade dos sujeitos envolvidos nesta relação; a terceira é a solidariedade, a qual é o reconhecimento de outrem como dotado de valor, permitindo sua diferença e valorizando-o como ser humano; o amor gera autoconfiança, os direitos resultam em autorrespeito e a solidariedade se relaciona à autoestima (Moreira & Simões, 2017, pp. 555-556).

Ademais, a constituição do sujeito de direito se dará conforme lhe for permitido adicionar a dimensão cultural à sua dimensão biológica, essencial para sua definição de seu lugar no mundo físico e de atribuição de humanidade às sua natureza (Moreira, 2017, p. 108). Passa, assim, a adentrar o universo social como *persona*, sendo-lhe facultada a ação dentro dos limites estabelecidos pela sociedade, desempenhando nela um papel que o realiza como unidade e o acopla a uma comunidade (Moreira, 2017, p. 108). Ao mesmo tempo, é agente e, também, espectador da vida social e membro da *polis*, vertente esta que o insere no grupo, dá-lhe sentido de unicidade e passa a orientar sua identidade (Moreira, 2017, pp. 108-109).

Desta forma, o próprio conceito de sujeito de direito, previsto em Moreira, se apresenta como alternativa ao de seres media, concitando ao reconhecimento dos seus pares como iguais em direitos, deveres e dignidade, bem como forjando sua identidade mediante a abertura e o contato com os outros, proporcionando a construção de si na sociedade e da sociedade por meio de suas ações. É antagonista do conceito solipsista de uma evolução do ser humano para um ser media que, como visto adrede, se encontra trancafiado em cavernas de simulacros que o seduz mediante confirmação dos próprios vieses, alienando-o da deterioração



do mundo real que o circunda. Sua defesa da isonomia como pressuposto da liberdade também clarifica as trevas da defesa de uma “liberdade” que, por ser irrestrita, nunca será liberdade, porque olvida a defesa dos direitos de todos contra a opressão na qual esta se degenera.

O último atributo dos sujeitos de direito ao qual se alude é o fato de eles serem detentores da soberania e titulares da possibilidade de criar uma nova ordem jurídica, sendo livres e plenipotenciários para tanto (Moreira, 2017, p. 147). São eles a razão de existência do poder constituinte e da sua força, de tal forma que este não é fonte de poder algum, mas apenas tem o dever de exercer a prerrogativa de criação de uma ordem jurídica que deles provêm (Moreira, 2017, pp. 147-148). Desta maneira, é a soberania dos sujeitos de direitos que possibilita o processo constituinte e o legiferante (Moreira, 2017, p. 149).

Impende reforçar, desta forma, que não é a Constituição quem fundamenta a dignidade da pessoa humana nem o Estado quem a cria, mas o contrário: o fundamento de existência da Lei Maior e razão de existir do Brasil é a dignidade da pessoa humana, criadora de ambas e fonte de sua legitimação (Silva, 1998, pp. 91-92). Por ser atributo intrínseco à existência do indivíduo, é superior a qualquer preço e, logicamente, não sujeita à negociação, erigindo-se em valor supremo em torno do qual orbitam todos os direitos fundamentais (Silva, 1998, pp. 91-92). Muito embora tenha na liberdade seu princípio, esta não deve ser entendida apenas no aspecto formal, como, igualmente, ser compreendida no seu prisma material, estando alicerçada em condições de existência digna, determinadas pela justiça social, tornando as desigualdades econômicas que afligem parcelas da sociedade uma mácula ao seu conteúdo (Silva, 1998, p. 93).

Entretanto, há que se pontuar que as colocações doutrinárias de Moreira não são uma licença para que os sujeitos de direito, alegando sua soberania sobre a Constituição e o Estado, prorrompam manifestações antidemocráticas, peçam a instauração de ditaduras ou atentem contra os poderes constituídos; deveras, este seria o primeiro caminho apontado na conclusão do tópico antecedente, o ser-sem-o-outro, para o qual se reitera o veemente repúdio. Ao revés: serve de alerta para que estes verifiquem a legitimidade da situação constitucional e democrática atual, percebam os simulacros nos quais se encontram inseridos e lutem para a aplicação da Magna Carta de modo a instaurar, talvez pela primeira vez, a totalidade dos direitos e garantias fundamentais de modo a transformar suas palavras em realidade. Esta batalha se inicia com a percepção do estado atual da sociedade, da política e da economia, com o pleito popular por mudanças justas e que respeitem a isonomia de direitos e deveres de todos e se dispute um país a ser construído por todo o seu povo, sem exclusões em razão de raça, gênero, religião, orientação sexual ou outras que subalternizem grupos impondo-lhes um indevido e distorcido reconhecimento como inferior pelo simples fato de eles serem quem são.

Tanto é assim que Moreira reconhece que a soberania e os direitos e garantias fundamentais têm nos sujeitos de direito a sua fonte de existência e afirma que aquela pode até existir sem estes, mas estaria fragilizada porque as pessoas não seriam titulares de liberdade e autonomia para a construção da ordem jurídica e estatal (Moreira, 2017, p. 152). É mediante a titulação de tais direitos que os sujeitos se transformam em sujeitos de direito e através da associação com seus pares em uma relação e equânime, conseguem construir e garantir uma

comunidade política com existência material de liberdade e de direitos reciprocamente reconhecidos (Moreira, 2017, p. 153). Logo, a inalienabilidade dos direitos fundamentais não é devida às cláusulas pétreas de uma Constituição Jurídica, mas à inalienabilidade da própria existência humana (Moreira, 2017, p. 153).

A descoberta dos direitos e garantias fundamentais como garantia da liberdade e autonomia para que sujeitos de direito possam exercer sua soberania em plenitude faz a conexão com a forma como se deve dar a vivência destes direitos por tais sujeitos. A primeira possibilidade que se abre é a abordagem dos direitos humanos<sup>9</sup> de forma meramente institucional, jurídica e elitista, que distancia, indolentemente, a teoria e a prática destes, servindo para a perpetuação das injustiças e beneficiando o avanço dos mais poderosos (poder constituinte oligárquico) sobre os desprivilegiados (Rubio, 2022, pp. 21-22). A outra é embasada em uma cultura instituinte destes direitos, com práticas sociais e ações humanas que empoderem os sujeitos de direito que os titulam, colocando-se em uma cultura relacional na qual a existência encontra sentido na medida em que se dá para e com os outros (Rubio, 2022, pp. 36-37).

Importa, assim, cotejar a teoria tradicional dos direitos humanos, fundamentada em uma ideia de natureza humana e pautada na moralidade que os tornam universais, imutáveis, bem como no positivismo jurídico que, tradicionalmente, os constrói (Junior & Pozzati, 2017, p. 1464), com a teoria crítica dos mesmos direitos e sua abordagem decolonial, que

---

9. Entende-se que a abordagem dos direitos humanos e seus desdobramentos, a partir do presente momento, também se aplicam aos direitos e garantias fundamentais, porque a doutrina considera estes uma forma de positividade daqueles. Por todos, a abordagem crítica de Cademartori e Grubba, à luz de Flores e Ferrajoli (2012, p. 707)

parte da heterogeneidade, pluralidade e multiformidade que afirma as diferenças e pleiteia a inserção do ponto de vista periférico na discussão sobre os direitos humanos (Junior & Pozzati, 2017, pp. 1474-1475). O primeiro ponto de vista resulta na transcendência e na abstração da condição humana inerentes à abordagem exclusivamente moral e na “completude” destes mesmos direitos através da sua positivação, dando azo à exclusão das diferenças sociais, econômicas e políticas dos povos ao querer conformá-los às regras “absolutas” de “direitos humanos” que, na verdade, são redigidas em defesa dos interesses e privilégios de certos grupos (Junior & Pozzati, 2017, pp. 1465-1467). O segundo, ao seu turno, busca criticar estes padrões ao dar voz e vez ao ponto de vista dos periféricos, que se encontram às margens das relações de poder e, assim, reconhecê-los em sua dignidade ao resgatar a importância do seu reconhecimento cultural; vale dizer: é a desvalorização do injustamente valorizado e a valorização do que outrora era desvalorizado (Junior & Pozzati, 2017, pp. 1474-1477).

A supracitada teoria crítica é, portanto, essencial ao combate daquilo que Rubio denuncia como inclusões abstratas e exclusões concretas das pessoas nos direitos humanos, gerando os já citados simulacros de direitos humanos (que os delega, exclusivamente, à prática formalista e burocrática do Estado e cria uma cultura indolente de direitos humanos que admite o absurdo de sua privatização), de democracia (que se resume à formalidade da “festa das eleições” seguida da exclusão permanente das pessoas do acesso à cidadania) e de constitucionalismo (símbolo de juridicidade que abriga em si relações de colonialismo, racismo e patriarcado que constrói super-cidadanias que se alimentam do déficit de cidadania imposto aos criados como

“subcidadãos”) (Rubio, 2022, pp. 118-128). A vivência instituinte dos direitos humanos clama, assim, pelo entendimento dos direitos humanos como a integração de sua dimensão formal/instituída com a sua face instituinte que conclama pela permanente construção nas lutas sociais e individuais cotidianas contra os excessos de poder que os impeçam de ser seres humanos; da democracia como mecanismo de participação popular por meio de lutas, protestos, reivindicações que resultem tanto na melhor representação do povo em quesitos de gênero, raça, orientação sexual e afins quanto em acesso à sua integração nos mecanismos de participação democrática, de tal modo que a sua participação direta seja incentivada como forma transformação da cidadania servil em cidadania ativa; e do constitucionalismo como construção “de baixo para cima”, ou seja, da prática das comunidades subalternas que devem chegar aos mecanismos de poder, levando em conta as instâncias estatais e sociais como *loci* da implementação multicultural e multigarantista dos direitos (Rubio, 2022, pp. 129-136).

Isto posto, apresenta-se a identificação da pessoa humana como sujeito de direito, resultando na sua conceituação embasada no reconhecimento com os demais em igualdade de direitos, liberdades e dignidade, sendo imprescindível viver-com-o-outro para a construção da identidade e da humanidade do *Homo sapiens*, posto que somente sua passagem de ser-biológico para ser-cultural é o que o reveste de humanidade. Da síntese dialética de igualdade e liberdade resulta a agrupamento de seres soberanos e plenipotenciários que constroem a sociedade, a qual deverá ter por fundamento estrutural a dignidade da pessoa humana e por meta existencial a proteção e maximização dos direitos e garantias fundamentais. Repisa-se que, se a soberania é imanente ao sujeito de

direito, os direitos e garantias fundamentais também o são, o que veda o arbítrio de, em nome daquela, querer-se destruir estes; ao revés: somente o respeito a eles é que garantirá, para além do sobreviver, a vivência da soberania e humanidade em plenitude.

Enfim, tudo isto demanda a vivência instituinte dos direitos humanos sob o prisma da teoria crítica, que implica na proatividade de todos para a sua proteção, ampliação e implementação de fato, fazendo-os passar do idealismo teórico para os resultados práticos. Os sujeitos de direito, portanto, não devem esperar sua violação para pensar em direitos humanos e aguardar, passivamente, que o Estado, quiçá a iniciativa privada, ajam para repará-los, mas sim fazer deles seu princípio e fundamento de ação para a consecução diária de sua materialização nas lutas sociais e individuais cotidianas; eles são, *ultima ratio*, a maneira que tais sujeitos encontram para existir em plenitude. Desta forma, há que se abandonar a visão solipsista dos “seres media” que, vivendo em cavernas simulacros de plena comunicação digital, encontram-se prisioneiros do próprio solipsismo enquanto se inflige à vida real da comunidade toda sorte de violações democráticas e constitucionais. São os sujeitos de direito, instituindo direitos humanos, quem farão as tecnologias se voltarem à plena consecução dos seus interesses, alhures comentados, ao invés de a ela se curvarem para viverem no “conforto” das virtualidades.

**Conclusão: “E agora, José? O que é que você vai fazer com essa tal liberdade?”**

Abraçando a perspectiva decolonial da vivência dos direitos humanos instituintes pelos sujeitos de direito como forma de combate

aos simulacros que os seres media criam no Brasil, optou-se pela conclusão do presente trabalho em uma síntese dialética da letra da canção: “Essa Tal Liberdade”, do grupo de pagode “Raça negra”, com o poema: “E agora José”, de Carlos Drummond de Andrade. Na primeira, o poeta se questiona o que fará de sua vida agora que está “livre” para a plena vivência amorosa, mas deseja, apenas, estar “preso” à pessoa amada. Tal “liberdade” veio de um erro que cometera contra esta, que resultou nas dores da solidão indesejada, na qual ele apenas consegue se lembrar da felicidade quer era estar com quem se ama. Tudo isso o coloca na posição do José, do poema “E agora José”, de Carlos Drummond de Andrade, totalmente abandonado, sem direitos e sem alguém que lhe permita ser-com-o-outro. Neste caso, dar-se-á a licença poética de transportar a problemática individual do poeta da canção e da personagem principal do poema para a conduta de nossa sociedade e do rompimento da sua relação com o constitucionalismo e a democracia.

Primeiramente, conclui-se que, embalados pelas tecnologias e fazendo tábula rasa aos alertas de filósofos liberais de renome (Mill, Popper, Smith e Arendt), parcela da humanidade pensou que encontraria no amplo acesso às informações, na internet e nas mídias sociais sua libertação (vide item 1 do presente trabalho). Festejando a (in)capacidade de serem todos produtores de informações e debatedores assaz fundamentados por esta “amplitude” de acessos, pugnou-se até mesmo um *upgrade* dos seres humanos: os seres media. Contudo, após a festa ter acabado, o povo ter sumido e a noite ter esfriado, o brasileiro se encarna em José e se vê sozinho, preso nos simulacros de constituição e de democracia que edificaram para si com a imprescindível ajuda das *big techs*. Diante desta “liberdade”, está sozinho, furtado até mesmo

dos mínimos direitos (“cuspir já não pode”) e privado da convivência com qualquer um que pudesse ajudá-lo a reconstruir sua humanidade mediante o reconhecimento.

Infelizmente, ao contrário do eu-lírico da canção que sente saudades do que viveu e assume a culpa de ter trocado a pessoa que materializava seu amor por uma ilusão, ou até mesmo de José, avisado de sua absoluta solidão e pobreza que lhe extrai tudo e o alerta que está caminhando sem rumo, as tecnologias “presenteiam” os seres media com simulacros de constituição e de democracia que os alienam desta situação ao cercá-los em câmaras e eco e mover a Janela de Overton para uma posição tão extremada que extirpa quaisquer possibilidades de visualização de novas opiniões para o debate. É a destruição do mercado democrático de ideias de Stuart Mill pelo excesso de liberdade – conforme alertou Karl Popper em seus paradoxos – e sua substituição pela pós-verdade, solipsista, que impede a formação de consciências através da convivência com o diferente e o respeito às suas opiniões em um ambiente de observância da democracia e dos direitos humanos.

Apresenta-se, como alternativa a este cenário, a (re)tomada de consciência das pessoas humanas ao convertê-las da sua situação de seres media que habitam simulacros de democracia e de constitucionalismo para sujeitos de direito que constroem novas realidades sociais, econômicas e políticas pautados pela dimensão instituinte dos direitos humanos. O presente trabalho, assim, serve-se da voz do poeta da canção e do eu-lírico do poema para alertar que o povo brasileiro se encontra na posição de quem está trocando a força normativa da constituição e a liberdade material da democracia, com quem suas gerações anteriores tiveram uma relação de amor, pelas ilusões construídas com o auxílio



das tecnologias, bem como para avisá-lo que se encontra na condição de José: no final da festa ilusória do mundo digital enquanto, na materialidade das relações, tudo lhe é subtraído. Esta tomada de consciência é necessária para que se dê um rumo aos “Josés” e estes possam desejar, noite e dia, se prender todo na liberdade da Constituição e da Democracia.

Não se trata de rechaço à tecnologia, mas sim da relação que com ela se entabula: aceitar que os “seres humanos” se transformem em “seres media” é querer moldar a figurar do criador à imagem e semelhança da criatura. O que se propõe, em verdade, é a inversão disto, de modo que a tecnologia se humanize e se encontre sujeita àquele que a criou: o sujeito de direito, soberano e plenipotenciário. Portanto, todo progresso é e sempre será bem-vindo se pautado na força instituinte dos direitos humanos, contribuindo para a ampliação do reconhecimento recíproco de todos como soberanos em direitos de liberdade, igualdade e dignidade.

Enfim, despertos e conscientes de sua situação, deverão os sujeitos de direito resgatar a humanidade dos “Josés”, visto que passam por infortúnio semelhante ao do “José” de Drummond: não são reconhecidos pelos seus atributos físicos, pela sua história ou cultura, quiçá pela humanidade, mas apenas se apresentam nas suas perdas, solidão e desorientação. Há que se atribuir voz e vez a eles, dar a conhecer e permitir que eles se reconheçam em sua humanidade e direitos de liberdade, igualdade e dignidade, para poderem ter condições materiais de saber para onde querem ir e quem desejam ser, respondendo, desta forma, à pergunta que encerra tal poema. Espera-se, portanto, que a vida seja realmente a escola da canção do “Só Pra Contrariar” e que a humanidade aprenda que o ser humano é um sujeito de direito dotado

de soberania e que constrói a sociedade e o direito com o outro, em igualdade de direitos e garantias fundamentais, tornando-os instituintes de uma nova realidade que rompa com os simulacros que os aprisionam.

## Referências

- Abreu, A. E. L., & Adeodato, J. M. L. (2020). Complexidades na conceituação jurídica de fake news ambivalência, imprecisão e legitimidade para definição. *Revista Em tempo*, 19(1), 55-82.
- Abreu, J. C. A. (2014). O simulacro do progresso: reflexões sobre democracia, tecnologia e desenvolvimento local. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 10(1), 375-394.
- Arendt, H. (2016). *Entre o passado e o futuro* (8ª ed.). Perspectiva.
- Baudrillard, J. (1991). *Simulacros e simulação*. Relógio d'Água.
- Buaman, Z. (2011). *Modernidade líquida*. Jorge Zahar Editor Ltda.
- Cademartori, L. H. U., & Grubba, L. S. (2012). O embasamento dos direitos humanos e sua relação com os direitos fundamentais a partir do diálogo garantista com a teoria da reinvenção dos direitos humanos. *Revista Direito GV*, 8(2), 703-724. <https://doi.org/10.1590/S1808-24322012000200013>.
- Chauí, M. (2000). *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. Perseu Abramo.
- DeCook, J. R. (2020). Tech will not save us the subjugation of politics and democracy to big tech. *International Journal of Critical Diversity Studies*, 3(2), 73-79.

- Delmazo, C., & Valente, J. C. L. (2018). Fake news nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques. *Media & Jornalismo*, 18(32), 155-169. [https://doi.org/10.14195/2183-5462\\_32\\_11](https://doi.org/10.14195/2183-5462_32_11).
- Foucault, M. (1996). *A ordem do discurso* (2ª ed.). Edições Loyola.
- Garcia, E. (2020). Política y simulacro: la virtualización de la democracia constitucional en el tiempo de la posdemocracia. *Revista de la Academia Colombiana de Jurisprudencia*, 372, 49-86.
- Gillmor, D. (2004). *We the media: grassroots journalism by the people, for the people*. O'Reilly Media.
- Habermas, J. (1997). *Direito e democracia: entre facticidade e validade* (Vol. II). Tempo Brasileiro.
- Hesse, K. (1991). *A força normativa da constituição*. Sérgio Antônio Fabris.
- Higgins, K. (2016). Post-truth: a guide for the perplexed. *Nature*, 540(9), 9. <https://doi.org/10.1038/540009a>
- Junior, A. P. & Haag, V. T. (2017). Da transcendência à imanência: a teoria crítica como alternativa epistemológica à ineficácia dos direitos humanos. *Revista Eletrônica Direito e Política*, 12(3), 1449-1487. <https://doi.org/10.14210/rdp.v12n3.p1449-1487>.
- Kelsen, H. (2000) *A democracia* (2ª ed.). Martins Fontes.

Lopes, C. B., & Santos, T. L. (2020). A liberdade de imprensa e o combate às fake news como condições de preservação do regime democrático em tempos de pandemia. Em M. C. Gobbi, & R. M. A. Simões (Orgs.), *Sociedade, ativismo midiático e democracia* (1ª ed., Vol. 1, pp. 288-313). Ria Editorial. <http://www.riaeditorial.com/index.php/sociedade-ativismo-midiatico-e-democracia/>

Lopes, C. B., & Santos, T. L. (2021). Diálogo entre Arendt e Bauman sobre os principais riscos à democracia na modernidade líquida pós-pandemia: o cidadão transformado em consumidor e a verdade factual ameaçada. Em M. C. Gobbi, & R. M. A. Simões (Orgs.), *Mídia, sociedade e ativismo* (1ª ed., Vol. 1, pp. 43-68). Ria Editorial. <http://www.riaeditorial.com/index.php/midia-sociedade-e-ativismo/>

Lopes, C. B., & Santos, T. L. (2022). A doutrina da malícia real como reguladora e protetora da liberdade de expressão e da democracia em tempos de fake news. Em M. C. Gobbi, & R. M. A. Simões (Orgs.), *Melhores Mídias* (pp. 291-323). Ria Editorial. <http://www.riaeditorial.com/index.php/melhores-midias>

Lubenow, J. A. (2010). Esfera pública e democracia deliberativa em Habermas modelo teórico e discursos críticos. *Kriterion. Revista de Filosofia*, 51(121), 227-258. <https://doi.org/10.1590/S0100-512X2010000100012>.

Mill, S. (2011). *Sobre a liberdade*. Nova Fronteira.

Morais, J. L., & Streck, L. L. (2017). *Ciência política & teoria do Estado* (2ª ed.). Livraria do Advogado.

Moreira, L. (2017). *A constituição como simulacro* (2ª ed.). Editora Contracorrente.

- Moreira, N. C., & Simões, S. N. (2017). Constituição, literatura e reconhecimento na obra “O cortiço”. *ANAMORPHOSIS - Revista Internacional de Direito e Literatura*, 3(2), 545-572. <https://doi.org/10.21119/anamps.32.545-572>.
- Morozov, E. (2018). *Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política*. Ubu Editora.
- Nietzsche, F. (2012). *Humano, demasiado humano: um livro para espíritos livres*. Editora Schwarcz Ltda.
- Oxford Languages (s.d.). Word of the year 2016. In *Oxford University Press*. <https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016>
- Pickering, D. (2021). The reflections on the changing landscape of apologetics. *New Blackfriars*, 103(1103), 97-112. <https://doi.org/10.1111/nbfr.12690>.
- Platão.(2006). *A República*. Martins Fontes.
- Poper, K. (1974). *A sociedade aberta e seus inimigos* (Vol. 1). Ed. Itatiaia.
- Rubio, D.S. (2022). *Direitos humanos instituintes*. Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.
- Saetra, H. S., Coeckelbergh, M. & Danaher, J. (2022). The AI ethicist’s dilemma: fighting big tech by supporting big tech. *AI and Ethics*, 2, 15-27. <https://doi.org/10.1007/s43681-021-00123-7>.

- Santos, T. L., Chai, C. G., & Adorno, A. M. P. (2023). A democracia e o projeto de vida digna entre nominalismo e realidades cívicas na Terra de Santa Cruz. *RDP - Revista Direito Público*, 20(106), 438-473. <https://doi.org/10.11117/rdp.v20i106.7020>
- Silva, J. A. (1998). A dignidade da pessoa humana como valor supremo da democracia. *Revista de Direito Administrativo*. 212, 89-94. <https://doi.org/10.12660/rda.v212.1998.47169>.
- Shu, K. (2017). Fake news detection on social media: a data mining perspective. *ACM SIGKDD Explorations Newsletter*, 19(1), 22-36. <https://doi.org/10.1007/s43681-021-00123-7>.
- Smith, A. (2013). *A mão invisível*. Companhia das Letras.
- Streck, L. L., & Moraes, J. L. B. (2014). *Ciência Política & Teoria do Estado* (8ª ed.). Livraria do Advogado.
- Taylor, C. (2000). *Argumentos filosóficos*. Loyola.
- Vadico, L. A. & Vieira, W. (2013). Dos simulacros às simulações: o ceticismo gnóstico no pensamento de Jean Baudrillard. *Revista Dispositiva*, 2(1), 27-44. <https://doi.org/10.5752/P.2237-9967.2013v2n1p27>.
- Vieira, J. R. (1995). *Teoria do Estado (A Regulação Jurídica)*. Lumen Juris Ltda.

## **PARTE 2 - DELIMITAÇÕES**

# COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE O GENOCÍDIO INDÍGENA YANOMAMI PELA AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DIGITAIS “AMAZÔNIA REAL”

*Ingrid Gomes Bassi<sup>1</sup>*  
*Antônio Luiz Ferreira Sousa Filho<sup>2</sup>*

Este artigo parte da crítica sobre o crime sistemático contra os povos originários, da Terra Indígena Yanomami, a qual apresenta 9 milhões de hectares nos estados do Amazonas e de Roraima. Neste território também há outros sete povos com comunidades menores que os Yanomami. “Com o avanço de atividades ilegais na região, estima-se que 20 mil garimpeiros também estão no território. Indígenas denunciavam a contaminação dos rios devido ao garimpo e os abusos sofridos

- 
1. Doutora em Processos Com. pela Universidade Metodista de São Paulo. Professora Adjunta da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Unifesspa. [ingrid.bassi@unifesspa.edu.br](mailto:ingrid.bassi@unifesspa.edu.br).
  2. Bolsista PIBIC/FAPESPA e discente do Curso de Jornalismo da Unifesspa. [antonio.ferreira@unifesspa.edu.br](mailto:antonio.ferreira@unifesspa.edu.br).



pelas mulheres e crianças” (Coll & Menezes, 2023, par. 2). Os veículos de comunicação tradicionais no Brasil iniciaram, em sua maioria, a cobertura a respeito desse cenário nas terras Yanomami na segunda quinzena de janeiro e em fevereiro de 2023, quando o genocídio já estava improvável de reversão.

Assim o problema desta pesquisa fundamenta-se na questão da cobertura noticiosa da Agência Amazônia Real pautar o cenário catastrófico meses antes, da cobertura tradicional brasileira, pelo fator da agência ser independente, de proximidade com a região amazônica e pelo interesse jornalístico do compromisso com os valores-notícia ligados à preservação da natureza, do bem-viver e do reconhecimento dos povos originários como imprescindíveis para o modo de vida possível, do amanhã neste planeta.

Sentimo-nos como se estivéssemos soltos num cosmos vazio de sentido e desresponsabilizados de uma ética que possa ser compartilhada, mas sentimos o peso dessa escolha sobre as nossas vidas. Somos alertados o tempo todo para as consequências dessas escolhas recentes que fizemos. E se pudermos dar atenção a alguma visão que escape a essa cegueira que estamos vivendo no mundo todo, talvez ela possa abrir a nossa mente para alguma cooperação entre os povos, não para salvar os outros, mas para salvar a nós mesmos. (Krenak, 2019, p. 22)

Essa visão de Ailton Krenak (2019) faz um chamado de união junto aos povos indígenas para que possamos efetivamente garantir nossa existência, e que diante dos constantes ataques que os povos originários sofrem por se manterem convictos em defesa do convívio saudável com a natureza, têm ocupado espaços como párias do processo social ao invés de ocuparem seu legítimo papel no tecido social, o farol

do modo de vida em que os bens da natureza são mais importantes para a vida humana no planeta.

Assim, o artigo propõe pesquisar o estilo de jornalismo praticado pelo site “Agência Amazônia Real” a partir da metodologia de análise de conteúdo as reportagens publicadas no veículo, no período de outubro de 2022 à março de 2023 sobre o contexto do genocídio indígena Yanomami. A questão de pesquisa central é problematizar a cobertura da Agência como reportagens de investigação e denúncia no período anterior à cobertura nacional e internacional pelas mídias tradicionais que se concentraram na segunda quinzena de janeiro e no mês de fevereiro de 2023. Dentre algumas técnicas jornalísticas, a investigação valida as categorias do uso de fontes primárias na apuração das notícias, fatores centrais que contribuem para refletir e analisar como a temática na Agência é desenvolvida e como pode ser observada ao leitor/internauta na prospecção crítica e na factualidade sobre o genocídio indígena yanomami, na região amazônica.

Para saber, a Agência de Notícias Amazônia Real é um veículo de comunicação independente, financeiramente mantida por recursos da Fundação Ford e, recentemente, pela Aliança pelo Clima e Uso da Terra (CLUA), além de outros parceiros diretos e projetos socioambientais. Pela característica de independência e da temática central ligar-se à crítica social e à investigação sobre o descaso com o meio ambiente na região amazônica, o artigo justifica-se pela abordagem jornalística sobre a Agência Amazônia Real, além da fundamentação teórica diferenciada que se pretende construir, a partir do jornalismo especializado em Meio Ambiente e Mudança Social na Amazônia brasileira.

Neste artigo, a amostragem foi analisar as reportagens entre os meses de outubro de 2022 à março de 2023 que trazem o assunto do descaso público com os grupos indígenas no território Yanomami, no Amazonas, totalizando 18 textos do gênero informativo. Os conceitos da análise de conteúdo (AC) foram embasados nas teorias de Klaus Krippendorff (1990) e Fonseca Júnior (2015). Para o referencial teórico foram utilizados os autores: Ailton Krenak (2020) e Pierre Clastres (2014).

Para Klaus Krippendorff (1990) o método da análise de conteúdo se divide em cinco procedimentos básicos: “os dados, tal como se comunicam o analista; o contexto dos dados; a forma pela qual o conhecimento do analista o obriga a dividir e explicar sua realidade; o objetivo da análise de conteúdo; a inferência como tarefa intelectual básica e a validade como critério de eficiência” (Krippendorff, 1990, p. 36).

Das regras da AC ressalta-se para o presente estudo expor: o corpus como o conteúdo jornalístico no período dos seis meses (outubro de 2022 à março de 2023); as unidades de registro – são partes importantes de uma unidade de amostragem – no caso, as reportagens sobre o genocídio indígena Yanomami. Nessa lógica de codificação foram definidas as categorias de análise (Fonseca Júnior, 2015, pp. 294-295).

Dessas categorias levam-se em conta as características de produtividade, pertinência, exclusão mútua, homogeneidade e objetividade (Fonseca Júnior, 2015, p. 298), portanto se definiu em: Fontes de pesquisa – que se subdivide em fontes primárias, fontes testemunhais, fontes secundárias, fontes de especialistas, fontes de dados e outras; Natureza do texto: narrativo, descritivo, interpretativo e dissertativo; Investigação: Denúncia, Explicativa e Informativa; Temas: Meio Ambiente, Política, Questão Agrária, Povos Indígenas e Cultura.

## Referencial Teórico

As pesquisas de Pierre Clastres trazem inquietações e aprofundamento sobre imperialismo cultural, negação da cultura dos povos originários e da própria legitimação do etnocentrismo como modos-operandi.

Em a Arqueologia da violência, Clastres (2004) define a necessidade política e histórica na contemporaneidade de nominar o etnocídio como o crime de matar e aniquilar os povos e culturas dos grupos e comunidade indígenas. Atualmente o termo mais usado é genocídio, porém sua identidade morfológica foi cunhada na época do massacre dos grupos semitas no nazismo e fascismo europeu. Contudo, Clastres (2004) problematiza que mesmo na história da expansão colonial no século XIX, verificamos a formação dos impérios coloniais à luz dos massacres sistemáticos e contínuos de populações autóctones e representativamente as maiores vítimas foram e continuam sendo os indígenas, trajetória sócio-histórica que legitima o uso do termo genocídio mesmo quando o contexto expressa etnocídio; mas o pesquisador atenta para caracterização central da “morte do espírito” da cultura e suas intersecções com o território, na definição de etnocídio em que não podemos esquecer.

É primeiramente à realidade indígena da América do Sul que se refere essa idéia. Dispomos aí, portanto, de um terreno favorável, se é possível dizer, à pesquisa da distinção entre genocídio e etnocídio, já que as últimas populações indígenas do continente são simultaneamente vítimas desses dois tipos de criminalidade. Se o termo genocídio remete à idéia de “raça” e à vontade de extermínio de uma minoria racial, o termo etnocídio aponta não para a destruição física dos homens (caso em que se permaneceria na situação genocida), mas para a destruição de sua cultura. O etnocídio, portanto, é a destruição sistemática dos modos de vida e pensamento de povos diferentes daqueles que empreendem essa destruição. Em suma, o genocídio assassina

os povos em seu corpo, o etnocídio os mata em seu espírito”. (2004, p. 56)

Assim, Clastres aponta a gravidade com que a dizimação desses povos mancha a história de um país. Destruindo toda uma comunidade com tradições, dialetos e processos organizacionais, é como se um país estivesse em guerra consigo mesmo, agindo para justificar e embasar motivos para se autodestruir. “Chama-se etnocentrismo essa vocação de avaliar as diferenças pelo padrão da própria cultura. O Ocidente seria etnocida porque é etnocêntrico, porque se pensa e se quer a civilização. Uma questão porém se coloca: nossa cultura detém o monopólio do etnocentrismo?”. (2004, p. 58). Clastres traz a questão e também indica a saída, pensar essa constituição a partir da experiência etnológica. Sendo assim, somos todos “Homens”. A própria questão da autodeterminação é forjada por processos históricos sociais, ou seja, passíveis de perspectivas oficiais e ideológicas.

“No entanto, se toda cultura é etnocêntrica, somente a ocidental é etnocida. Segue-se, portanto, que a prática etnocida não se articula necessariamente com a convicção etnocêntrica. Caso contrário, toda cultura deveria ser etnocida, o que não acontece. (...) Com efeito, não basta reconhecer e afirmar a natureza e a função etnocidas da civilização ocidental” (Clastres, 2004, p. 58). É preciso compreender os outros papéis definidores na civilização ocidental que tendem a deslegitimar e condenar a cultura do diferente, em especial dos povos originários. Nesse sentido, o pesquisador aponta para a representação do Estado, desde os impérios bárbaros às sociedades civilizadas do Ocidente.

Toda “organização estatal é etnocida, o etnocídio é o modo normal de existência do Estado. Há portanto uma certa universalidade do etnocídio, no sentido de ser característico não apenas de um vago ‘mundo branco’ indeterminado, mas de todo um conjunto de sociedades que são as sociedades com Estado” (Clastres, 2004, p. 58).

Atualmente, em toda a América do Sul, os últimos índios livres sucumbem sob a pressão enorme do crescimento econômico, brasileiro em particular. As estradas trans-continentais, cuja construção se acelera, constituem eixos de colonização dos territórios atravessados: azar dos índios com quem a estrada depara! Que importância podem ter alguns milhares de selvagens improdutivos comparada à riqueza em ouro, minérios raros, petróleo, em criação de bovinos, em plantações de café etc? Produzir ou morrer, é a divisa do Ocidente. (Clastres, 2004, p. 62)

Na lógica desse modelo de ocupar e desenvolver, somamos os problemas complexos do garimpo e outras explorações ilegais nos territórios indígenas no País. O pesquisador e ativista indígena Ailton Krenak, no livro “Ideias para adiar o fim do mundo” reflete sobre como construímos a ideia de humanidade ao longo dos últimos três mil anos, e completa Clastres (2004), ao descrever que a violência foi usada nesse processo de desenvolvimento, como justificativa das “muitas das escolhas erradas que fizemos” (Krenak, 2019, p.07). O autor questiona o modo como Portugal e outros países realizaram a colonização em diferentes países e como essa ideia de definir a sua própria cultura como a correta/imperial foi estabelecida por essas sociedades colonizadoras.

O autor nos provoca a refletir sobre o nosso modo de organização e sobre a nossa relação com a natureza. Já que para os Indígenas da aldeia Krenak a natureza é como se fosse alguém de sua própria

família, onde são construídos laços afetivos através da convivência e de sua necessidade por contar com cada organismo da natureza para a sua existência. (Krenak, 2019).

Krenak condena a destruição da natureza, mas acima de tudo revolta-se com a forma em que este processo está acontecendo. De maneira “indefensável” o autor denuncia o método de eliminação da natureza e dos povos originários. Krenak aponta reflexões sobre as relações entre o estado brasileiro e os povos indígenas, nesse sentido aborda as dificuldades que os povos enfrentam, sobretudo sobre a luta pôr assegurar suas terras e a luta que encontram para viver sem tanta dependência do Estado.

O que está na base da história do nosso país, que continua a ser incapaz de acolher os seus habitantes originais — sempre recorrendo a práticas desumanas para promover mudanças em formas de vida que essas populações conseguiram manter por muito tempo, mesmo sob o ataque feroz das forças coloniais, que até hoje sobrevivem na mentalidade cotidiana de muitos brasileiros —, é a ideia de que os índios deveriam estar contribuindo para o sucesso de um projeto de exaustão da natureza. (2019, p. 21)

No contexto histórico verificamos como esse contato foi constituído e a forma como o Estado sobrepõe seu desejo de exploração da natureza sobre os povos originários.

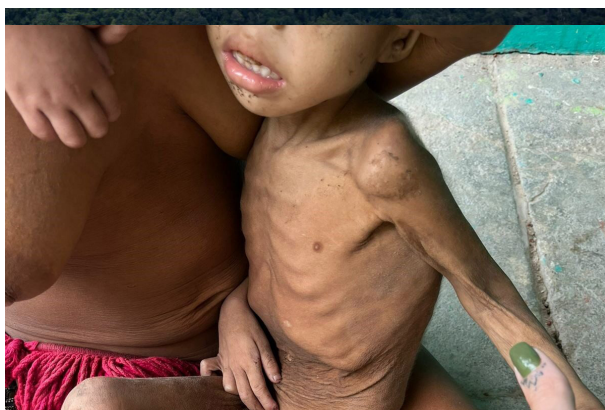
## **Resultados e Discussão**

Na cobertura noticiosa da Agência Amazônia Real, as reportagens do cenário da invasão e crimes contra a soberania do povos indígenas Yanomami pelo garimpo e outros está na pauta do veículo ao longo dos

anos, desde 2013, ano de sua fundação<sup>3</sup>. Para este recorte de análise, a primeira reportagem é de 12 de dezembro de 2022, aproximadamente um mês antes dos tradicionais Folha de S. Paulo, Rede Globo, Estadão e outros. Na reportagem “Em carta a Lula, mulheres Yanomami pedem retirada de garimpeiros de seu território”, produzida pela jornalista Elaíze Farias, tem 30 parágrafos e 3 fotografias.

### Imagem 1

*Reprodução da foto da reportagem “Em carta a Lula, mulheres Yanomami pedem retirada de garimpeiros de seu território”, com a legenda: “Garimpo ilegal de ouro na região do Homoxi, na Terra Indígena Yanomami”*



*Nota.* Bruno Kelly da Agência Amazônia Real. (Lima, 2023b).

A reportagem se trata de uma carta produzida pelas mulheres Yanomami durante o 13º Encontro de Mulheres Yanomami, em Roraima,

---

3. Como material jornalístico especial “Ouro do Sangue Yanomami” (disponível em: [www.amazonialegal.com.br/ouro-do-sangue-yanomami/](http://www.amazonialegal.com.br/ouro-do-sangue-yanomami/)), de 2021, realizado em parceria com a Repórter Brasil. Conteúdo que sistematizou o modos-operandi da cadeia criminosa do ouro em território Yanomami.



que contou com a presença de 15 comunidades, onde nela as indígenas pedem que o recém presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, cumpra sua promessa de combater o garimpo ilegal em terras indígenas.

Ao longo do texto são transcritos recortes da carta com os pedidos solicitados pelas indígenas e falas do então candidato Lula, durante o período de campanha eleitoral. Ainda na reportagem, é utilizada a fala da deputada federal eleita, Juliana Cardoso, integrante do grupo de trabalho de Povos Originários, em entrevista à Agência. Um gancho utilizado na matéria é a descrição do momento enfrentado pelos indígenas da comunidade, com relatos de Junior Hekurari Yanomami, presidente da Uhiri, relatando as precariedades enfrentadas na região, como a contaminação de rios, o desmatamento de florestas e a contaminação por doenças. No texto há um relatório, produzido em maio de 2022, pelos próprios Yanomami denunciando à grave situação que enfrentavam: “O governo de Jair Bolsonaro permitiu o avanço da atividade, com agravante da chegada de facções criminosas ao território, levando terror e violência aos Yanomami” (Farias, 2022, par. 28).

Em reportagem de 12 de novembro, um mês antes, os jornalistas Kátia Brasil e Felipe Medeiros trazem a pauta de “Hutukara pede investigação para crime de ódio contra Yanomami em Boa Vista”. O texto retrata um ataque armado sofrido pelos indígenas Yanomami em Boa Vista, onde dois homens numa bicicleta mataram uma mulher grávida e feriram um homem e o pedido da Hutukara Associação Yanomami (HAY) para que o crime seja solucionado. Ao longo da matéria são apontadas as problemáticas enfrentadas pelos indígenas como o acesso à saúde, à educação e os impactos causados pela invasão de terras na região, sendo situada a localização da área afetada.

Como fontes são ouvidas duas testemunhas anônimas, o comunicado da Hutukara Associação Yanomami, uma nota da Polícia Militar, do Ministério Público Federal, a Delegacia de Homicídios de Roraima, do Conselho indígena de Roraima e um posicionamento da deputada federal Joenia Wapichana.

Nessa reportagem, a Agência já pontuava as potencialidades dos problemas recorrentes dos Yanomami, em especial a situação deficitária da saúde, de insegurança alimentar e descaso público com os crimes de invasão das terras.

Na antevéspera do natal, a reportagem “Yanomami são ameaçados nas aldeias e na cidade”, produzida por Felipe Medeiros, com 27 parágrafos e quatro fotografias, aponta as dificuldades que o governo federal, sob nova gestão, irá enfrentar para acabar com os garimpos ilegais, principalmente da Terra Indígena Yanomami, diante do cenário de diversos invasores espalhados pela área.

Um dos ataques violentos cometidos pelos garimpeiros e retratados neste texto é o incêndio de uma Unidade Básica de Saúde do Homoxi, que estava abandonada por conta das ameaças sofridas pelos profissionais de saúde, como forma de retaliação contra uma ação da Polícia Federal e do Ibama. Também são apontadas diversas ocorrências de ataques sofridos pelos indígenas na capital de Roraima, como agressão e até mesmo assassinatos e situações degradantes como à falta de assistência e qualidade de vida para os indígenas.

A justificativa para o êxodo dos indígenas para as áreas urbanas da cidade é apontada pela matéria como resultado da expulsão de suas próprias terras pelos garimpeiros. A reportagem tem como fontes Júnior Hekurari Yanomami (presidente da Urihi), Ivo Cípo Aureliano

(advogado do Conselho Indígena de Roraima), o proprietário de uma oficina acusado de maus tratos contra indígenas, notas do Ministério Público de Roraima, Ministério Público Federal, Conselho Indígena de Roraima e do Governo do Estado de Roraima.

Já na reportagem de 21 de janeiro de 2023, período em que os veículos de comunicação no país também entram no cenário de agendamento midiático sobre o fato do impacto do garimpo ilegal nas terras indígenas Yanomami, a reportagem “Davi Yanomami cobra e Lula diz: ‘nós vamos tirar’ os garimpeiros” produzida por Felipe Medeiros e Leanderson Lima traz em 20 parágrafos e quatro fotografias, a denúncia pela voz do indígena Davi Yanomami.

A reportagem, então, retrata a cobrança feita pelo líder indígena Davi Yanomami, dirigida ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, solicitando a retirada de garimpeiros das terras indígenas durante uma entrevista à Amazônia Real. E aborda também a visita do presidente ao estado de Roraima, onde durante a coletiva de imprensa respondendo à uma pergunta da agência, afirmou que iria retirar os garimpeiros ilegais das terras indígenas.

Como gancho, a reportagem utiliza dados obtidos pela plataforma “Sumaúma - Jornalismo do centro do Mundo”, junto ao Ministério da Saúde, em que apontam um aumento de 29% em mortes de crianças indígenas nos últimos cinco anos. As fontes ouvidas na reportagem são: Davi Yanomami (líder indígena), Luiz Inácio Lula da Silva (presidente da República), José Altino Machado (líder garimpeiro), Sonia Guajajara (ministra dos Povos Originários), Bartô Macuxi (ativista) e a também ativista Evilene Paixão.

Três dias depois, a reportagem “Yanomami: ‘É um cenário de guerra’, diz Sesai” do jornalista Leanderon Lima, já problematiza o cenário de caos humanitário das comunidades indígenas, no território Yanomami. Segundo o titular da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai), Ricardo Weibe Tapeba, que concedeu entrevista coletiva na manhã do dia 24, “O garimpo invadiu as aldeias e essas comunidades estão à mercê do crime organizado. Eu não falo garimpeiros, falo do crime organizado, porque são muitas pessoas armadas, coagindo, e não se intimidam com a presença da Força Aérea Brasileira. Então precisamos implementar um plano de desintrusão”, indicando as áreas visitadas como cenário de “guerra” (Tapeba como citado em Lima, 2023a, par. 11).

Ao longo da reportagem, de 16 parágrafos e 4 fotografias, Lima traz os dados da coletiva de imprensa, como as mais de mil pessoas, Yanomamis, resgatadas pelas Forças Aéreas, a oficialização do Ministério da Saúde como emergência sanitária no território e os esforços multisetoriais de levar profissionais e estrutura mínima de atendimento médico e nutricional nas aldeias e na construção de hospital de campanha em Boa Vista.

Como gancho desta reportagem, Lima problematiza o documento de 2021, de um dos resultados da CPI da Covid-19, do estudo sobre a vulnerabilidade dos indígenas ao vírus, apresentadas pelo epidemiologista Pedro Hallal; e destaca que os quatro anos do governo de Jair Messias Bolsonaro, a Sesai foi gerida por militares.

O texto Paz para os Yanomami, de 30 de janeiro, do jornalista Flávio Lúcio Pinto é um artigo com muitos dados e informações históricas importantes, porém não entrou na análise, por ser um texto do gênero opinativo.

As nove reportagem na sequência de 30 de janeiro à 20 de fevereiro trazem o quando as “Crianças Yanomami foram as maiores vítimas”, as ações do governo na expulsão dos garimpeiros e de suas estruturas do garimpo ilegal nas terras Yanomami, além das correlações de empresas e outros órgãos legais na associação com o crime do garimpo ilegal na região: “TI Yanomami tem proteção aérea”, “Esquema do ouro do sangue Yanomami envolve empresas milionárias”, “Começa operação de desmonte do garimpo na TI Yanomami”, “PF fecha cerco a financiadores de garimpo na TI Yanomami”, “Notas fraudulentas esquentavam ouro da TI Yanomami”, “Garimpeiros de Roraima migram para a TI Yanomami no lado do Amazonas” e “Comércio do ouro Yanomami explodiu sob Bolsonaro”. Na reportagem “‘Yanomami Sob Ataque’: a denúncia de Davi Kopenawa na ONU” Lima noticia a ida do líder indígena Davi Kopenawa na ONU, o qual leva em mãos o documento “Yanomami Sob Ataque” ao subsecretário-geral para Assuntos Econômicos e Sociais, Li Junhua. Kopenawa ressalta a “grave crise humanitária e sanitária do povo indígena Yanomami” (Lima, 2023d, par. 1).

“Yanomami internados em Boa Vista morrem de malária e desnutrição”, “Casai Yanomami acolhe pacientes, mas tem estrutura precária” e “Meu futuro é os Yanomami continuarem Yanomami” as três reportagens, escritas pela jornalista Elaíze Farias, denunciam mortes, internações e situação de saúde dos indígenas Yanomami. Na primeira reportagem, Farias descreve que entre dia 18 e 20 de fevereiro, morrem quatro indígenas que estavam internados. Três foram mulheres adultas e o quarto, um jovem de 16 anos, que pesava 36 quilos.

## Imagem 2

*Reprodução da foto na reportagem “Crianças Yanomami foram as maiores vítimas”, com a legenda: “A situação dos indígenas contada por quem vive a rotina de atendimentos no Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami é dramática: ‘As crianças estavam com vermes saindo pela boca’, relembra a médica Gabriela Mafra”*



*Nota.* Agência Amazônia Real, foto cedida pela médica Gabriela Mafra. (Lima, 2023b).

Na reportagem, além das fontes oficiais do ministério da saúde e dos hospitais locais, é entrevistada a médica Gabriela Mafra, Júnior Hekurari Yanomami, presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena Yanomami e Ye’kuana (Condisi-YY) e a enfermeira Patrícia Oliveira, diretora do Núcleo de Saúde Indígena do Hospital Geral de Roraima, no cargo há seis meses. Segundo a fonte primária e oficial, Patrícia Oliveira, que é indígena do povo Macuxi, cresceu em 2023, 70% o fluxo de pacientes indígenas em relação ao ano passado, em sua maioria atendimento Yanomami. No texto, a diretora ainda pontua: “Eu falei para meus superiores sobre essa possibilidade [de aumentar].

Todos já sabíamos, apenas não tinha visibilidade. Quando estoura essa demanda, essa explosão de casos, gera essa crise emergencial. Não foi surpresa. Foi evidência de fatos que já existiam”. Ou seja, o aumento de atendimentos “já era esperado” devido à gravidade cada vez mais crescente da saúde dos indígenas deste povo.

Outros dados problematizados na reportagem são advindos do relatório preliminar do Ministério da Saúde entre 2018 e 2022, em que a

Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) registrou 1.285 óbitos na TI Yanomami. O maior número foi em 2020, quando foram registrados 332 óbitos. O documento não informa a causa das mortes naquele. Ano passado, foram 209 mortes notificadas pelo órgão. O relatório informa ainda que nos últimos quatro anos o número de casos de malária passou de 9.928 em 2018 para 20.393. Um aumento de mais de 105%. (Farias, 2023a, par. 20)

Na reportagem ainda há a contextualização do aumento de internações nas últimas semanas, incluindo dados de crianças e do hospital especializado infantil, além de outro caso de indígena Yanomami baleado por garimpeiro.

Na reportagem “Casai Yanomami acolhe pacientes, mas tem estrutura precária”, Elaíze Farias entrevista Alfino Yanomami e sua esposa, por meio da tradução do indígena Nilo Yawari o qual também é Yanomami e está acompanhando sua irmã que se recupera de leishmaniose. Nilo tem ajudado aos internados Yanomami na comunicação, na Casa de Apoio à Saúde Indígena (Casai) em Boa Vista. Na entrevista Alfino conta que agora curado da malária quer voltar para à aldeia Porapi, na região do Surucucu, na Terra Indígena Yanomami, mas não tem perspectiva de transporte aéreo para o retorno.

Na Casai Yanomami, que abriga atualmente 687 indígenas (entre pacientes e acompanhantes), para um local que tem capacidade máxima de um pouco mais de 200 pessoas, as condições insalubres e precárias tornam dolorosa a permanência de Alfino e outros indígenas no local. Ele está acompanhado dos filhos e da mulher, Rosana. Todos afirmam estar ansiosos em voltar para a casa, mesmo sabendo que o que vão encontrar na TIY é uma área destruída pelo garimpo. O indígena Yanomami conta que na sua aldeia, composta por cerca de 30 pessoas, “está tudo acabado” por causa do garimpo. “Tudo foi contaminado. Rio, peixe. Não dá para mexer com nada”. (Farias, 2023b, par. 2)

Com 31 parágrafos, a reportagem traz as fontes primárias de Alfino, sua esposa, Ministério da Saúde, Nilo, Dário Yanomami, liderança indígena e vice-presidente da Hutukara Associação Yanomami, Júnior Yanomami e conversou com dez rapazes Yanomami que acompanhavam familiares na Casai. O texto traz a denúncia contextualizada sobre a situação precária das Casais, de estrutura, atendimento, medicamentos, lotação e higiene. A reportagem também pontua os dados oficiais obtidos pelo Ministério da Saúde, de que há 687 indígenas na Casai Yanomami, mas são 364 pacientes, 300 estão acompanhando e que 23 pessoas tiveram alta.

No texto noticioso “Meu futuro é os Yanomami continuarem Yanomami”, é entrevistado o líder indígena Dário Yanomami, o qual fala que é preciso eliminar o garimpo no território, e que para isso as medidas do governo devem ser de longo prazo. Foram 13 perguntas antecedidas de um texto explicativo de 7 parágrafos, com três fotografias. “A sociedade tem que pensar qual é o problema que está causando na Terra Yanomami. Foram destruídos quase 4.400 hectares. Isso significa que as crianças estão morrendo de doença de contaminação de mercúrio.



É isso que a sociedade tem que pensar agora” (Dário como citado em Farias, 2023c, par. 5). Dário Yanomami explica que o principal problema da crise humanitária das suas comunidades advém do garimpo e que tem denunciado as ilegalidades e os crimes há anos.

Na reportagem final “Yanomami pedem 6,6 bilhões de reais de indenização por garimpo ilegal” por Felipe Medeiros, de 07 de março, o texto de 23 parágrafos e três fotografias, traz as fontes: Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, Junior Hekurari, presidente da Urihi Associação Yanomami e do Conselho Distrital de Saúde (Condisi-YY), líder indígena Davi Kopenawa Yanomami, Rodrigo Agostinho, novo presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), superintendente do Ibama em Roraima, Diego Bueno e observação direta da coletiva de imprensa da Ministra em Roraima, como as manifestações contra a indicação de nomes pró-garimpo ao cargo da superintendência do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

No texto jornalístico é evidenciada a ausência por parte dos últimos governos federais de realizar ações de combate efetivo ao garimpo ilegal no território indígena Yanomami, crime que resultou na poluições dos rios, no desmatamento, na proliferação e transmissão de doenças, na fome e na morte de centenas de indígenas.

## **Conclusões**

Das 18 reportagens, a predominância do texto foi do estilo híbrido, dissertativo e interpretativo, trazendo investigações de cunho explicativo, e também de forma informativa e de denúncias por meio de análise de dados, entrevistas com fontes primárias e representantes dos

setores indígenas nos hospitais, casas de atendimento e liderança local. Foram 17 reportagens da editoria Povos Indígenas e uma reportagem da editoria Economia e Negócios, a saber: “Esquema do ouro do sangue Yanomami envolve empresas milionárias”, da série de 2021 junto com a Repórter Brasil, dos jornalistas Ana Magalhães e Diego Junqueira.

Contudo foi verificado que diante às notícias e reportagens trazidas pela Agência Amazônia Real a investigação jornalística já indicava problemas de invasão pelo garimpo ilegal no território yanomami na Amazônia Legal, e denúncias de estupros, e outros crimes e violências contra o povo indígena, mesmo antes do marco de relevância pelos meios de comunicação tradicional no país, a partir da segunda quinzena de janeiro de 2023.

Outro dado relevante da pesquisa são as observações de estilo do jornalismo realizado nas reportagens da Amazônia Real, já conceituado pela pesquisadora Ingrid Gomes Bassi (2019, 2020), em especial sobre o valor-notícia atribuído aos sujeitos locais, às fontes primárias com o cuidado humano e atento aos problemas socioambientais dos mesmos. Neste artigo, o singular dos fatos noticiosos são os indígenas Yanomamis, que são ouvidos e/ou representados de alguma forma, por meio de intérpretes, lideranças locais, médicos, enfermeiras, análise das suas situações de vida por meio dos números publicado pelo Ministério de Saúde e/ou por outras notas de Hospitais de Roraima.

O jornalismo da Agência Amazônia Real, na cobertura do genocídio do povo Yanomami, trouxe nas reportagens o aprofundamento do tema, com a contextualização sobre as tentativas de extermínio do “espírito” indígena (Clastres, 2014) Yanomami, e preferiu o uso da expressão “crise humanitária” ao invés de etnocídio ou genocídio.

Entretanto, a Agência continua a pautar o tema, mesmo sem os holofotes nacionais e internacionais para o território Yanomami, depois do início de 2023, principalmente pela questão de que essas histórias de vida ainda coabitam o território, e as lutas pela vida e pela vida com a natureza, dos povos indígenas Yanomami e outros povos originários importam.

## Referências

- Bassi, I. G. (2019). Agência Amazônia Real: discursos jornalísticos sobre Meio Ambiente à luz da alteridade. *Atas CIAIQ - Investigação Qualitativa em Ciências Sociais/Investigación Cualitativa en Ciencias Sociales*. V.3, 307 – 316. <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/CIAIQ2019/article/view/2212/2137>
- Bassi, I. G. (2020). Perspectiva socioambiental do discurso jornalístico do site da Agência Amazônia Real. *REVES - Revista Relações Sociais*,3(3), 0107–0121. <https://doi.org/10.18540/revesv13iss3pp0107-0121>
- Brasil, K., & Medeiros, F. (2022, 12 de novembro). Hutukara pede investigação para crime de ódio contra Yanomami em Boa Vista. *Agência Amazônia Real*. <https://amazoniareal.com.br/crime-de-odio-contrayanomami-em-roraima>
- Clastres, P. A. (2014). *Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política*. Cosac Naify.
- Coll, L., & Menezes, A. V. de. (2023, 24 de janeiro). Situação dos Yanomami expõe abandono dos indígenas pelo Estado. *Notícias Unicamp*. <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2023/01/24/situacao-dos-yanomami-expoe-abandono-dos-indigenas-pelo-estado>. Acesso em out. 2023.

- Farias, E. (2022, 12 de dezembro). Em carta a Lula, mulheres Yanomami pedem retirada de garimpeiros de seu território. *Agência Amazônia Real*. <https://amazoniareal.com.br/em-carta-a-lula-mulheres-yanomami-pedem-retirada-de-garimpeiros-de-seu-territorio>
- Farias, E. (2023a, 22 de fevereiro). Yanomami internados em Boa Vista morrem de malária e desnutrição. *Agência Amazônia Real*. <https://amazoniareal.com.br/yanomami-internados-em-boa-vista-morrem-de-malaria-e-desnutricao>
- Farias, E. (2023b, 24 de fevereiro). Casai Yanomami acolhe pacientes, mas tem estrutura precária. *Agência Amazônia Real*. <https://amazoniareal.com.br/casai-yanomami-acolhe-pacientes-mas-tem-estrutura-precaria>
- Farias, E. (2023c, 26 de fevereiro). “Meu futuro é os Yanomami continuarem Yanomami”. *Agência Amazônia Real*. <https://amazoniareal.com.br/meu-futuro-e-os-yanomami-continuarem-como-yanomami>
- Fonseca Júnior, W. C. da. (2015). Análise de Conteúdo In J. Duarte & A. Barros (Orgs.), *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. Atlas.
- Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das Letras.
- Krippendorff, K. (1990). *Metodología de análisis de contenido. Teoría y práctica*. Paidós.
- Lima, L. (2023a, 24 de janeiro). Yanomami: “É um cenário de guerra”, diz Sesai. *Agência Amazônia Real*. <https://amazoniareal.com.br/yanomami-cenario-de-guerra>

- Lima, L. (2023b, 30 de janeiro). Crianças Yanomami foram as maiores vítimas. *Agência Amazônia Real*. <https://amazoniareal.com.br/criancas-yanomami-2>
- Lima, L. (2023c, 30 de janeiro). TI Yanomami tem proteção aérea. *Agência Amazônia Real*. <https://amazoniareal.com.br/cerco-a-garimpeiros>
- Lima, L. (2023d, 03 de fevereiro). “Yanomami Sob Ataque”: a denúncia de Davi Kopenawa na ONU. *Agência Amazônia Real*. <https://amazoniareal.com.br/yanomami-sob-ataque>
- Lima, L. (2023e, 14 de fevereiro). PF fecha cerco a financiadores de garimpo na TI Yanomami. *Agência Amazônia Real*. <https://amazoniareal.com.br/financiadores-do-garimpo>
- Lima, L. (2023f, 15 de fevereiro). Notas fraudulentas esquentavam ouro da TI Yanomami. *Agência Amazônia Real*. <https://amazoniareal.com.br/notas-fraudulentas>
- Lima, W. (2023, 17 de fevereiro). Garimpeiros de Roraima migram para a TI Yanomami no lado do Amazonas. *Agência Amazônia Real*. <https://amazoniareal.com.br/garimpeiros-de-roraima-migram-para-a-ti-yanomami-no-lado-do-amazonas>
- Magalhães, A., & Junqueira, D. (2023, 03 de fevereiro). Esquema do ouro do sangue Yanomami envolve empresas milionárias. *Agência Amazônia Real*. <https://amazoniareal.com.br/empresas-milionarias>
- Medeiros, F. (2022, 23 de dezembro). Yanomami são ameaçados nas aldeias e na cidade. *Agência Amazônia Real*. <https://amazoniareal.com.br/yanomami-sao-ameacados-nas-aldeias-e-na-cidade>

Medeiros, F., & Lima, L. (2023a, 21 de janeiro). Davi Yanomami cobra e Lula diz: “nós vamos tirar” os garimpeiros. *Agência Amazônia Real*. <https://amazoniareal.com.br/davi-yanomami-cobra-e-lula-diz-nos-vamos-tirar-os-garimpeiros>

Medeiros, F., & Lima, L. (2023b, 08 de fevereiro). Começa operação de desmonte do garimpo na TI Yanomami. *Agência Amazônia Real*. <https://amazoniareal.com.br/desmonte-do-garimpo>

Medeiros, F. (2023a, 20 de fevereiro). Comércio do ouro Yanomami explodiu sob Bolsonaro. *Agência Amazônia Real*. <https://amazoniareal.com.br/comercio-do-ouro>

Medeiros, F. (2023b, 07 de março). Yanomami pedem 6,6 bilhões de reais de indenização por garimpo ilegal. *Agência Amazônia Real*. <https://amazoniareal.com.br/indenizacao-por-danos-ambientais/>

Pinto, L. F. (2023, 30 de janeiro). Paz para os Yanomami. *Agência Amazônia Real*. <https://amazoniareal.com.br/paz-para-os-yanomami>

# **DIVERSIDADE E MOBILIZAÇÃO: POSICIONAMENTO NO SITE INSTITUCIONAL DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS**

*Mariana Alarcon Datrino<sup>1</sup>  
Carla Negrim Fernandes de Paiva<sup>2</sup>  
Isadora da Silva Prestes<sup>3</sup>*

Pensar a centralidade da comunicação nas estruturas sociais e nas dinâmicas de trocas entre indivíduos, perpassa, inevitavelmente, por uma visão complexa sobre os atores sociais e como esses se organizam diante dos diferentes cenários de confrontação. Mais do que isso, faz-se necessária a compreensão dos lugares que esses atores ocupam,

- 
1. Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista - UNESP.  
[mariana.datrino@unesp.br](mailto:mariana.datrino@unesp.br)
  2. Mestre e Doutoranda em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista - UNESP.  
[carlanegrim@gmail.com](mailto:carlanegrim@gmail.com)
  3. Mestranda em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista - UNESP.  
[isadora.prestes@unesp.br](mailto:isadora.prestes@unesp.br)

as lógicas de poder envolvidas e a importância da cidadania — e da própria comunicação — para balizar as ações coletivas.

Ao encontro disso, este estudo tem por objetivo compreender o posicionamento de movimentos sociais nas dinâmicas de mobilização em prol da diversidade. Especificamente, espera-se compreender o posicionamento e as pautas acerca da diversidade sinalizadas pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) através de seu site institucional e como sua comunicação volta-se para propor a mobilização enquanto uma forma de participação.

Para isso, foram realizados levantamentos bibliográficos e da pesquisa exploratória, são destacados os elementos que compõem o ambiente digital institucional e que demonstram como o sujeito de pesquisa se guia e deseja ser visto. Além disso, as discussões perpassam por temas relativos à diversidade e dinâmicas de mobilização envolvidas neste processo, posicionamento institucional e a apresentação do objeto de estudo.

Quanto à análise do site institucional do Movimento de Mulheres Camponesas, o foco foi apontar os processos comunicacionais envolvidos, como se posicionam e como se organizam no espaço digital. Percebeu-se, desta maneira, o quanto a militância proposta está associada à busca de uma sociedade mais diversa, igualitária e segura para as mulheres — no seu aspecto mais plural — inserindo nessas pautas discussões que vão além das questões de gênero, articulando uma visão complexa da realidade vivenciada.

Com a abordagem proposta aqui, espera-se contribuir para o conhecimento sobre a importância do posicionamento institucional de movimentos sociais e a centralidade dos espaços digitais para reunir



interesses e mobilizar pautas coletivas e, conseqüentemente, para a transformação da sociedade. Desta maneira, a reflexão espera impactar não somente a área da comunicação, mas também o próprio fazer comunicacional da sociedade civil organizada.

## **Diversidade e Mobilização**

As definições a respeito de diversidade apresentam um variado escopo, qual seja: social, cultural, etária, política, de gênero, de raças, etnias, credos e assim sucessivamente, podendo ser estudadas através de perspectivas a nível organizacional, de grupos ou indivíduos. Portanto, são comportamentos em sociedade e formas de vida que englobam aspectos através de uma construção social ao lidar com gestos, práticas culturais e religiosas, valores morais entre outros que irão subsidiar discursos sobre educação, saúde, sexualidade, enfim, temas que constituem discussões na esfera pública. De acordo com Hanashiro e Carvalho (2005), a diversidade é permeada por grupos majoritários e minoritários em termos de representatividade no sistema social, formados por membros e indivíduos que, historicamente possuem mais poder (político, econômico...) comparado a membros da sociedade que não possuem tais recursos e representatividade.

Em busca da consolidação do reconhecimento da diversidade (fruto de preconceitos, estigmas e estereótipos socialmente construídos), indivíduos assumem uma posição participativa perante às questões públicas e ao Estado para que direitos de cunho civil, político, social e cultural que compõem a cidadania sejam garantidos a membros historicamente menos representados nessas esferas. Há a necessidade de fomentar uma compreensão sobre cidadania a partir do ativismo e

formas constantes de participação a partir da consciência da vivência de uma situação de opressão, por exemplo, e a possibilidade de uma mudança que pode se efetivar.

De acordo com Luvizotto (2016, p. 297) “a dinâmica social contemporânea encontra-se tracionada pela participação dos sujeitos em movimentos e projetos político-sociais que configuram-se em fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes de caráter democrático e cidadão”. As formas de participação relacionadas com as possibilidades que o país oferece ao seu povo para tal, perpassa a afirmação da identidade de uma nação/uma sociedade para garantir o reconhecimento e respeito a diversidade social e que, no estudo em questão, trata da organização do Movimento de Mulheres Camponesas e suas reivindicações de transformação que perpassam também por uma abordagem antirracista e contra a LGBTfobia.

Além disso, ressalta-se que a participação tem um sentido amplo, podendo ser de cunho social, político ou cultural e configura-se como uma atividade de engajamento que perpassa o exercício de um povo frente às suas demandas que se encontram na ordem do dia (participação no âmbito familiar, no trabalho, na comunidade em que se vive) fruto dos descontentamentos com assuntos cotidianos que interessam a muitos, mas estão sendo discutidos e decididos por poucos (Bordenave, 1983). Mantilla (1999) define a participação como um conjunto de atividades, interações, comportamentos, ações e atitudes que se dão na sociedade de diferentes maneiras, através de grupos, partidos, instituições, etc., com o objetivo de influir em diversos processos, como os de decisões políticas.

Enquanto uma ação social coletiva, a participação se constitui com uma série de características, podendo-se destacar suas estratégias de ação, sua organização, os laços e identidades compartilhadas e um projeto de sociedade que levam os atores sociais a atuarem ativamente (Luvizotto, 2016). Esse ativismo é uma forma de mobilizar a sociedade para incidir em assuntos que perpassam diversos aspectos da vida social e que podem se utilizar de diversas estratégias, como passeatas, protestos, ocupação do espaço público e privado com o uso ou não de violência e que se dá a partir da identificação em comum de uma causa ou ideologia.

Os movimentos sociais representam um exemplo de mobilização que busca reivindicar direitos por meio de pautas coletivas. Esses movimentos podem ser definidos como “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas” (Gohn, 2011, p. 335). Assim, os movimentos sociais surgem em resposta a situações de desigualdade ou demandas sociais, políticas e culturais não atendidas e tem como objetivo promover mudanças significativas em prol da defesa dos direitos, justiça social, do combate à discriminação e à violência, por exemplo.

Muitas vezes, os movimentos sociais possuem cunho interseccional. Cabe destacar que a interseccionalidade refere-se às complexas interações entre diferentes formas de opressão e privilégio, como gênero, raça, classe social, orientação sexual e outros aspectos identitários. Para Collins e Bilge (2021), a interseccionalidade investiga

como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta

analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. (pp. 16-17)

Neste artigo, propõe-se a compreensão da lógica comunicacional vinculada às causas do movimento feminista e as mulheres que fazem parte do MMC que defendem a igualdade de direitos, fim de qualquer forma de violência, opressão e exploração contra a mulher e a classe trabalhadora, valorização e libertação da mulher camponesa. Além disso, são abordadas questões interseccionais advindas de outras lutas coletivas, o que reforça a construção de laços, valores e visões de mundo compartilhadas e fortalece a estruturação de um movimento coletivo como esse<sup>4</sup>.

É relevante destacar que para atingir os objetivos e propor mudanças, os movimentos sociais e ativistas adotam diferentes estratégias para divulgar sua causa e conquistar apoio e legitimação pública. Nesse sentido, a comunicação é apropriada como um campo onde se dão as relações sociais de públicos e a participação desses, além de ser vista como uma competência fundamental a que todos devem ter direito para coordenar suas ações, posicionar-se no mundo e transformá-lo. De acordo com Henriques (2013), através das contribuições do campo comunicativo, é possível planejar a vinculação dos públicos a um projeto de mobilização social de uma forma coerente com sua proposta na sociedade, utilizando a comunicação de uma forma participativa e descentralizada.

---

4. Sua missão e reivindicações podem ser consultadas no site do movimento: <https://mmcbrasil.org/home/quem-somos-e-nossa-missao/>

Entende-se a formação de processos comunicacionais orientados para a mobilização em dois sentidos: formação de públicos e estratégias de visibilidade. Indivíduos dialogam cotidianamente a respeito de questões e visões em comum de forma a gerar vínculos por meio de trocas comunicativas. É a formação e a movimentação de tais públicos que sustentam a causa e ações propostas por uma ação coletiva. Em seguida, compreende-se que a busca por visibilidade e a presença nos meios de comunicação é necessária para a divulgação do movimento e suas reivindicações.

Em resumo, para que uma causa aconteça e possa haver mobilização em torno dela, os indivíduos precisam de, no mínimo, informações a respeito e torna-se necessário mecanismos de divulgação para que o debate e troca de conhecimentos possam ser gerados (Henriques, 2012). Considera-se, além disso, que a divulgação de informações seja sempre convidativa e ofereça as possibilidades de ação para indivíduos que sintam-se dispostos a agir em prol do movimento.

Para além da atuação das mídias tradicionais de massa, os recursos tecnológicos da informação passaram a ser apropriados para a propagação de ideias de maneiras mais descentralizadas e com a perspectiva própria dos movimentos sociais, em alternativa ao controle dos conglomerados de mídia tradicional. Se reconhece as potencialidades e também as limitações impostas aos ativismos no ambiente digital, considerando seu domínio por grandes plataformas de tecnologia que detém o controle das formas como um conteúdo irá viralizar, circular entre os usuários ou até mesmo ser bloqueado. Entretanto, muitas vezes são espaços utilizados como uma das frentes de atuação estratégica para divulgação, organização e discussão a respeito de determinadas pautas.

Portanto, para compreender a atuação do MMC no ambiente digital como uma das formas de propor e instigar a mobilização para a consolidação e reconhecimento da diversidade, apresentam-se os dados coletados em seu site institucional. Além disso, a próxima seção visa estabelecer a centralidade da comunicação para a produção de sentido nesses espaços e para a construção da imagem e identidade de um movimento social.

### **Posicionamento e comunicação de movimentos sociais**

Conforme supracitado, os movimentos sociais têm contribuído para a criação de novos valores e objetivos em torno dos quais as instituições da sociedade se transformam para representá-los, criando novas normas que visam a organização da vida social e contribuem para a criação de uma sociedade mais justa e igualitária (Castells, 2013). Entretanto, a efetivação de movimentos sociais está intimamente ligada à comunicação e a divulgação de seus ideais e pensamentos. Nesse sentido, os movimentos sociais estão intrinsecamente relacionados com fenômenos de comunicação, que visam propagar e difundir seus ideais, alcançar maiores públicos, garantir maior visibilidade e mobilizar o maior número de pessoas em torno de causas comuns.

Os movimentos sociais se divulgam por meio de diferentes estratégias de comunicação. Muitos deles utilizam sites, páginas em redes sociais, panfletagem, cartazes, manifestações e até mesmo debates em espaços públicos para disseminar suas lutas, garantir a participação e a mobilização social. Dessa forma, a comunicação dos movimentos pode ser variada, mas as pautas de luta devem ser claras e consistentes em todas as formas de divulgação, seguindo um posicionamento coerente em relação

às lutas do movimento. Esse fenômeno é fundamental para garantir que todos os interessados tenham plena consciência da luta coletiva.

Quando se fala em posicionamento, fala-se sobre a imagem que se deseja transmitir, uma espécie de vitrine diante dos olhos da sociedade buscando chamar a atenção de pessoas que compartilham dos mesmos valores e ideais. De acordo com a definição de Renato Telles (2004), o posicionamento é uma estratégia que envolve a seleção cuidadosa do que será incluído ou excluído da mente do público, com o objetivo de chamar ou não a sua atenção. Assim, posicionamento pode ser definido como “a ação de projetar a oferta e a imagem da empresa para que ela ocupe um lugar diferenciado na mente do público-alvo” (Kotler & Keller, 2012, p. 294). Em outras palavras, o posicionamento depende da forma como o público recebe e é impactado por ele, seja positiva, concordando com seu posicionar ou reativamente, discordando do mesmo.

Grandes organizações, movimentos, empresas, marcas, produtos e serviços utilizam do posicionamento para transmitir ideias as quais compactuam, buscando maior humanização e aproximação diante do público. Dessa forma, posicionar “indica uma opção por determinadas associações e não por outras” (Telles, 2004, pp. 134-135). Assim, ao escolher uma forma de posicionamento, a organização incorpora em sua identidade as pautas que são levantadas por ele, independentemente de sua natureza - política, econômica ou social. Consequentemente, o posicionamento adotado torna-se uma parte importante do ethos<sup>5</sup> da organização, definindo sua visão de mundo, suas prioridades e sua imagem perante o público.

---

5. Definido como a imagem ou reputação moral e ética de uma pessoa, grupo ou organização, baseada em suas ações e comportamentos.

Na sociedade em geral, o posicionamento pode ser importante para o engajamento em movimentos sociais e para a defesa de direitos e causas específicas. Um posicionamento claro pode ajudar a mobilizar outras pessoas em torno de uma causa e a construir alianças estratégicas entre diferentes grupos, ampliando a visibilidade de ações de mobilização e até mesmo de participação ativa em ações de movimentos sociais, contribuindo para o exercício da cidadania buscando constituir ou modificar a sociedade (Bordenave, 1983).

Assim, podemos afirmar que a comunicação é um elemento fundamental para a efetividade da participação social em movimentos sociais. Para que uma causa seja compreendida e ganhe adesão, é necessário que haja uma comunicação clara, acessível e coerente com o posicionamento defendido. É por meio da comunicação que os movimentos sociais conseguem disseminar informações, mobilizar pessoas e sensibilizar a opinião pública. Assim, podemos entender que a comunicação desempenha um papel fundamental como um dos principais meios para ajudar o movimento a transformar a realidade em que se encontra (Henriques, 2013), auxiliando na construção da identidade, na ampliação da visibilidade e no fortalecimento de alianças.

A comunicação e as pautas do Movimento de Mulheres Camponezas (MMC) estão alinhadas com as agendas do movimento feminista e com questões interseccionais que perpassam outros movimentos sociais como a luta antirracista e a luta contra a LGBTfobia, mostrando a importância do posicionamento interseccional em movimentos sociais, os quais buscam incluir demandas de diferentes grupos sociais, levando em consideração as suas especificidades e suas necessidades, para assim construir pautas mais diversas, inclusivas e abrangentes, que



levem em conta as opressões que afetam diferentes grupos de pessoas de forma interconectada. A próxima seção terá como foco apresentar de maneira geral o Movimento de Mulheres Camponesas bem como sua comunicação em seu site oficial, com o objetivo de analisar seu posicionamento online.

## **Movimento de Mulheres Camponesas**

Diante das discussões propostas até aqui, é possível destacar a importância dos atores sociais para a construção de uma perspectiva coletiva pautada na diversidade, principalmente diante da atual configuração do cenário midiático. Entre esses atores podemos citar os movimentos sociais cuja orientação está direcionada para uma perspectiva cidadã, mencionada com mais detalhes na etapa anterior.

Com isso em perspectiva, este estudo toma como base um estudo do site institucional do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Desta maneira cabe destacar dois pontos sobre o recorte determinado: o sujeito de pesquisa e o ambiente de análise. Esse último está direcionado para compreensão do posicionamento do sujeito de pesquisa, visto que o site institucional funciona como uma vitrine, onde o movimento coloca as suas diretrizes, permitindo uma análise dos elementos desejados.

Já no que diz respeito ao movimento, destaca-se que a escolha foi pautada em alguns critérios que vão ao encontro do que se espera investigar neste artigo. Sendo eles:

- a) Construção histórica com base em outros movimentos sociais
- b) Amplitude nacional

- c) Longo tempo de existência
- d) Embora direcione seus esforços para a luta das mulheres, entende-se que esse é um grupo heterogêneo, sendo, justamente, essa diversidade a direcionadora da militância, segundo o site oficial.

Dado esse panorama geral que nos guiou, é preciso, inicialmente, que os processos de organização e formação do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), em uma perspectiva genérica, podem ser sintetizados no que elas denominam de Feminismo Camponês Popular. Em seu site oficial (<https://mmcbrasil.org/>), apontam que a organização contribui para um ativismo mais amplo, cujo posicionamento pode ser resumido da seguinte forma: “construímos e o enriquecemos todos os dias, como fazemos também a história, não nas condições que queremos, mas nas condições que encontramos, lutando pela libertação das mulheres”.

Situam que a história do MMC é parte do Feminismo Camponês Popular, composto também pelo campesinato latino-americano e caribenhos em prol de um feminismo que se mobiliza por uma sociedade sem desigualdades. Ainda no que tange sua história, o MMC existe, segundo seu site oficial, há mais de 37 anos, se intitulando como “autônomo, democrático, popular, feminista e de classe, na perspectiva socialista”, cujos direcionamentos buscam reafirmar a igualdade das mulheres diante de seus direitos, e agir contra todos os tipos de violência sofrida pelas mesmas e a classe trabalhadora como um todo.

Neste sentido, considera a superação das violências como fundamental, posto que apresentam entraves para a formulação das novas relações que o movimento propõe — destacando que precisam ser observadas, principalmente, a partir do espectro das mulheres negras,

indígenas e mais empobrecidas (Cinelli, 2013). Tal perspectiva vai ao encontro de uma preocupação muito recorrente dos atuais movimentos feministas: a questão da interseccionalidade.

Considera-se que o feminismo, assim como outros movimentos, foi afetado, ao longo do tempo, por uma perspectiva eurocêntrica e universalizante sobre o “ser mulher”, produzindo uma barreira para o reconhecimento das diferenças entre as mulheres que o integravam, em segunda instância, têm-se como consequência “o silêncio sobre outras formas de opressão que não somente o sexismo” (Carneiro, 2019, p. 273). Tal problemática, segunda a autora, vêm à tona e exige uma revisão de tal status que compreende que uma desvalorização dupla permeia seu cotidiano, na qual apreende que o racismo rebaixa o status advindo do gênero, revelando a existência de contradições e desigualdades até mesmo entre as próprias mulheres.

Em sua base histórica, observa-se a influência da movimentação de mulheres nos estados na década de 1980 em paralelo à manifestação dos movimentos do campo. Segundo seu site, este cenário fomentou o surgimento da bandeira do Reconhecimento e Valorização das Trabalhadoras Rurais que motivou ações específicas, como a libertação da mulher, sindicalização, questões relacionadas à documentação, direitos previdenciários e políticos. De tal contexto, situam que houve, em um dado momento, a necessidade da articulação com outras mulheres organizadas em outros movimentos do campo no Brasil. Em meio a tal demanda, tem-se, em 1995, a criação da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais que reunia diversos movimentos que convergiam em sua temática.

Essa articulação foi marcada por acampamentos estaduais e nacionais que se voltaram para a continuidade do ativismo sobre os direitos já citados anteriormente, pelo desenvolvimento de uma formação política-ideológica direcionada aos diferentes níveis da militância e de base, bem como pela produção de cartilhas, vídeos e outros materiais de comunicação como instrumentos de trabalho. Ao longo do tempo, esses movimentos de mulheres foram se consolidando nos estados, o que levou a necessidade de unificação, criando um movimento autônomo, cuja finalidade era conquistar uma expressão nacional. Ou seja, sua diversidade é também parte estruturante do movimento.

Sua estrutura organizativa atual está voltada para a concretização da missão do MMC que objetiva

a libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de opressão e discriminação. Isso se concretiza nas lutas, na organização, na formação e na implementação de experiências de resistência popular, onde as mulheres sejam protagonistas de sua história. Lutamos por uma sociedade baseada em novas relações sociais entre os seres humanos e deles com a natureza (Site Oficial MMC, 2021).

A missão proposta também articula, segundo seu site, algumas bandeiras defendidas paralelamente pelo movimento, como por exemplo o “Projeto de Agricultura Camponesa Ecológico” (que apreende a prática feminista e a pauta da defesa da vida, bem como alterações nas relações sociais e políticas), o projeto popular de agricultura camponesa, a ampliação de direitos sociais, o projeto popular para o Brasil e participação política da mulher na sociedade.

Neste sentido, Catiane Cinelli (2013) aponta que a formação do MMC é guiada pelos princípios da educação popular, cuja base é a própria realidade vivida pelas mulheres e outros agentes históricos que permeiam o movimento, e é nesta troca que tomam consciência sobre sua posição social e política. Com a expansão das tecnologias de comunicação, essas trocas se ampliaram e passaram a ocupar outros espaços oferecidos pela internet, possuindo além de suas redes sociais digitais, o site institucional que será explanado na etapa seguinte deste trabalho.

### **O posicionamento no site oficial**

Na seção anterior, foi possível destacar que todo o posicionamento institucional do movimento perpassa pela sua autodefinição dentro do site institucional, justificando mais uma vez o porquê desse recorte diante do objetivo ora proposto. Além disso, o foco desta etapa é apontar como esse posicionamento e ações de comunicação estão direcionadas para dinâmicas de mobilização e diversidade social, componentes importantes para a construção e fortalecimento da cidadania. Ou seja, não se pretende fazer uma análise da arquitetura digital, mas sim dar destaque aos elementos que a compõem e que demonstrem como o sujeito de pesquisa se guia e deseja ser visto.

De modo geral, o site é estruturado por seis abas gerais que se situam na parte superior da página inicial do seguinte modo: 1) MMC (apresentação institucional, histórica e organizativa); 2) Feminismo Camponês Popular (articulação com outras ações mais amplas); 3) Sementes Crioulas (apresentação de campanhas atuais); 4) Basta de Violência Contra Mulher (textos de conscientização sobre violência contra mulher, ativismo antirracista e contra a LGBTfobia); 5) Biblioteca (materiais

informativos); e 6) Contato (meios de se comunicar com o movimento e links para outras redes sociais).

Em sua página inicial, chama-se atenção para uma estrutura que indica, a priori, notícias mais recentes — que se relacionam às suas diretrizes —, bem como os últimos vídeos produzidos pelo movimento, um link para o Twitter, uma breve apresentação da campanha vigente e informações sintéticas sobre a formação das camponesas, buscando criar identificação com o público e divulgar ações da causa, construindo vínculos e relacionamentos com a sociedade em geral (Castells, 2013), ampliando também as formas de encontrar o movimento e interagir com ele, principalmente atrás do meio digital, uma vez que “as redes sociais digitais oferecem a possibilidade de deliberar sobre e coordenar as ações de forma amplamente desimpedida” (Castells, 2013, pp. 18-19).

Além disso, chama-se atenção para o fato de como o movimento também apresenta diversas fotos de suas integrantes em ações sociais e de base, fornecendo uma forte proximidade e humanização da causa. O registro da memória do movimento através de um acervo é fundamental para o fortalecimento da mobilização, garantindo o conhecimento das ações já feitas, os resultados alcançados e a construção da historicidade fortalecida através da participação contínua. Nesse caso, o site registra várias de suas ações através da aba “Notícias”, além de outras informações direcionadas para campanhas específicas, como a “Campanha Sementes de Resistência”.

Outro ponto de destaque é a aba “Biblioteca”, que reúne materiais informativos — cartilha, livros, folders, vídeos, poesias e músicas produzidas pelo movimento — com conteúdo tanto educativo, de base, sobre questões que envolvem gênero, quanto de caráter institucional do

movimento e seus princípios direcionadores. Esta aba reúne temas cuja intenção é refletir e apresentar os direitos das mulheres e sua importância. Conforme exposto anteriormente, as informações são necessárias para a condição pública das bandeiras reivindicadas pelo movimento e todo o site é permeado de conhecimento construído pelas ativistas e organizado de forma a oferecer possibilidades de ação. Em um processo mobilizatório, as informações devem sempre ser geradas de forma convidativa para que, a partir da formação da consciência para agir, os ativistas saibam quais as formas de efetivar sua participação. Assim, podemos reconhecer o papel crucial da comunicação na organização de movimentos sociais, pois ela possibilita a divulgação de materiais, apresentação de pautas e instruções sobre formas efetivas de participação e mobilização social. Dessa forma, como afirma Castells (2013) a comunicação desempenha um papel importante tanto para a formação quanto para a relação do movimento com a sociedade.

Destaca-se ainda que tais produtos comunicacionais reforçam a identidade visual do movimento — marcada pela cor roxa —, articulando ilustrações e imagens, fazendo-se valer de uma linguagem acessível e direta. Em relação a identidade visual, a principal referência é sua bandeira e que está em todas as atividades realizadas, caracterizada pela “cor lilás, o chapéu de palha e o lenço lilás, que expressam a resistência das mulheres trabalhadoras deverão estar presente em tudo aquilo que nos identifica”. A unidade identitária é outro fenômeno interessante que legitima o posicionamento efetivo do movimento, garantindo que uma identidade coletiva seja construída buscando a aproximação de grupos sociais com comportamentos e interesses similares (Kotler & Keller, 2012) unindo-se à causa.

Em consonância, o movimento reconhece a importância de uma unidade institucional, à medida que busca criar uma esfera de identificação ao ponto de que uma mulher militante seja capaz de transparecer o próprio MMC. Ao mesmo tempo, essa mulher representada tanto na imagem como no discurso de posicionamento, não tem uma identidade única, se define melhor pela diversidade, pela composição complexa da militância camponesa. A identificação gerada em um movimento é um aspecto que constitui o processo mobilizatório, pois tais elementos são articulados no compartilhamento de valores e símbolos que possibilitam um sentimento de reconhecimento perante a causa. São exemplos de identificação construída a identidade visual e peças gráficas, eventos regularmente desenvolvidos, *slogan*, entre outros.

### **Considerações finais**

A análise do posicionamento e ações de comunicação presentes no site institucional do Movimento de Mulheres Camponesas permitiu a compreensão de como essa atuação é direcionada para dinâmicas de mobilização e a consolidação da diversidade, pauta que permeia as reivindicações desse movimento enquanto importante componente para a construção e fortalecimento da cidadania. Foram destacados os elementos que compõem o ambiente digital analisado, demonstrando como a comunicação em prol da mobilização é desenvolvida para incentivar formas de participação perante questões sociais.

Diversos elementos são construídos no posicionamento mostrado no site que dão estabilidade a um processo mobilizatório. É possível identificar como as informações são ordenadas de forma a transparecer as principais pautas do movimento, além de estarem sempre atualizadas



quanto aos projetos, campanhas, informações e últimas notícias. Atores sociais que tenham interesse em se engajar conseguem encontrar o que é o movimento, quem o faz e quais são as lutas e ações colocadas em prática, portanto, seu propósito é claro, sendo possível saber qual a direção que a mobilização deve seguir.

As cores e outras questões identitárias são essenciais para gerar o reconhecimento e melhor identificação com o projeto do qual se faz parte e, nesse sentido, o site analisado traz todos os elementos alinhados em uma mesma direção, produzindo uma unidade visual ao gerar pertencimento. A inclusão de imagens e fotos das ativistas transparece a coletividade que, de acordo com Henriques (2013), proporciona um sentimento de poder ao processo de mobilização, pois produz a certeza de que outras pessoas estão agindo com o mesmo propósito a ser alcançado.

A partir do entendimento do posicionamento e diversidade que permeiam o MMC, abre-se possibilidades de investigações futuras com o intuito de comparar essa atuação institucional com a comunicação do movimento em outros ambientes digitais, como suas redes sociais, por serem espaços atualizados e por constituírem outras frentes de atuação e envolvimento com ativistas. Como se constrói a comunicação do MMC em diferentes redes e quais são os principais propósitos e pautas disseminadas nessa atuação são perguntas que estão além dos objetivos propostos nesse estudo, mas que permitem direcionar e aprofundar pesquisas futuras para contribuir na compreensão da comunicação com o intuito de gerar participação e mobilização frente à diversidade que compõem a esfera cidadã.

## Referências

- Bordenave, J. E. D. (1983). *O que é participação?* Brasiliense.
- Carneiro, S. (2019). Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. Em H. Buarque de Hollanda (Org.), *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto* (pp. 271-289). Bazar do Tempo.
- Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança. Movimentos sociais na era da internet*. Zahar.
- Cinelli, C. (2013). Movimento de Mulheres Camponesas: 30 anos de história na construção de novas relações. *Revista Grifos*, 35(22), 37-49.
- Collins, P. H., & Bilge, S. (2021). *Interseccionalidade*. Boitempo.
- Gohn, M. G. (2011) Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, 16(47), 333-361.
- Hanashiro, D. M. M., & Carvalho, S. G. (2005). Diversidade cultural: panorama atual e reflexões para a realidade brasileira. *REAd - Revista Eletrônica de Administração*, 11(5), 1-21.
- Henriques, M. S. (Org.), (2013). *Comunicação e estratégias de mobilização social*. Autêntica.
- Henriques, M. S. (2012). A comunicação e a condição pública dos processos de mobilização social. *Revista Ação Midiática*, 2(1).

- Kotler, P., & Keller, K. L. (2012). *Administração de marketing* (14a ed.). Pearson Education do Brasil.
- Luvizotto, C. K. (2016). Cidadania, ativismo e participação na internet: experiências brasileiras. *Comunicação e Sociedade*, 30, 297-312.
- Mantilla, L. F. de. (1999). Algunas aproximaciones a la participación política. *Reflexión Política*, 1(1).
- Telles, R. (2004). *Posicionamento e reposicionamento de marca: uma perspectiva estratégica e operacional dos desafios e riscos* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo].

# “MINHA HISTÓRIA EU MESMA REQUADRO”. AUTO-REPRESENTAÇÃO NA BIOGRAFIA EM QUADRINHOS DE MARIELLE FRANCO

*Suzana Ataíde<sup>1</sup>*

De *cria da Maré* a símbolo internacional de lutas identitárias, Marielle Franco foi alvo dos piores memes e fake news. Sua morte precoce deu mais visibilidade para as lutas contra o racismo, misoginia e LGBTfobia. Para reconstruir e reafirmar uma imagem mais representativa dessa mulher negra, periférica e bissexual, o Instituto Marielle Franco lançou em 2021 a biografia em quadrinhos *Marielle Franco Raízes*, que conta a história da ativista desde seu nascimento até a graduação como socióloga pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 2006. A revista, produzida por pessoas majoritariamente negras (quase uma excentricidade nos quadrinhos) e que tem o objetivo de inspirar meninas negras a mudarem suas realidades, foi distribuída de forma

---

1. Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT.  
[contato.suzanaataide@gmail.com](mailto:contato.suzanaataide@gmail.com)

gratuita. A HQ é a primeira de uma possível série e vem com o intuito de apresentar quem foi Marielle Franco desde o seu nascimento, como lidou com as desigualdades e os desafios que superou para conseguir se formar como socióloga.

Desenvolvida com o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo e fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica e de Desenvolvimento da Alemanha (BMZ), a revista foi lançada em 27 de julho de 2021, dia em que Marielle faria 42 anos e três anos após sua morte. Trata-se de uma história narrada por ela mesma, simulando uma autobiografia em HQ, que surgiu também como uma forma de responder às fake news que foram compartilhadas sobre a ex-vereadora do Rio de Janeiro assassinada em 14 de março de 2018 juntamente com seu motorista Anderson Gomes.

Este artigo é parte da minha dissertação de mestrado, que também é em partes em quadrinhos. Ele aborda o conceito de imagens de controle (Bueno, 2020) e utiliza o método da roleta interseccional (Carrera, 2021) na análise da HQ. A metodologia permite identificamos os principais eixos sociais que se cruzam na vida de Marielle durante o período abordado pela revista: gênero, raça, classe e geolocalização. Tomar consciência desses eixos é importante para desenvolver estratégias de conscientização social. Dentro desta perspectiva, o objetivo deste estudo é apresentar os quadrinhos como um meio para reconstruir imagens de mulheres negras e contribuir nos debates sobre romper estereótipos sociais.

Tendo em vista que se trata de uma pesquisa sobre um produto em quadrinhos, optamos por abordar tais questões também em forma de quadrinhos. A ideia é apresentar a linguagem em quadros como uma

potência comunicacional capaz de expandir o conhecimento científico de forma prática, acessível e em um formato alternativo, descentralizado e emancipatório que pode ir além dos muros universitários.

## **Quadrinhos e imagens de controle**

Segundo Will Eisner (1985), os quadrinhos são definidos como arte sequencial. Essa arte possui características fundamentais para torná-la também uma ferramenta inclusiva, democrática e ativista que são: a linguagem escrita objetiva associada ao poder das imagens visuais. Além de não se restringir à linguagem textual, as HQs abordam ideologias e fazem críticas sociais e ativistas desde as suas produções pioneiras (Radhe, 1996). No Brasil, por exemplo, podemos citar o pai dos quadrinhos nacionais, Ângelo Agostini, que trabalhava críticas sociais sobre ricos x pobres em 1869, e Nair de Teffé, a primeira mulher caricaturista do mundo, que além de abordar críticas sobre as diferenças sociais, levantava questões políticas e ativistas sobre desigualdade de gênero em 1906. Já nos Estados Unidos temos Zelda Mavin Jackson, conhecida como Jackie Ormes e destaque neste artigo por ser a primeira quadrinista negra, a desenhar uma personagem negra, independente e sem estereótipos nos jornais estadunidenses com os projetos “*Torchy Brown in Dixie Harlem*”, publicado no *Pittsburgh Courier*, entre 1937 e 1938; e “*Torchy in Heartbeats*”, veiculado no jornal *Chicago Defender* entre 1950 e 1954.

A primeira fase aborda a história de uma jovem negra do Mississippi que busca por estabilidade e novas oportunidades nas metrópoles do Norte. Ela chega a Nova York e vira cantora em um clube no *Harlem* (Nogueira, 2013). Jackie utiliza o humor e a autenticidade da

personagem como formas de refletir sobre a vida de quem sai do Sul para buscar novas oportunidades no Norte em um contexto social de segregação racial. As 12 tirinhas publicadas entre 1937 a 1938 eram quase um autorretrato da autora e tiveram uma enorme repercussão, tendo sido distribuídos para mais de 14 jornais, todos voltados ao público negro, por todo o país (Nogueira, 2013).

### Quadrinho 1

#### *Torchy Brown in Dixie Harlem - Primeira fase*



Faladelas, 2015.

Após 1938 o projeto passa por uma pausa e retorna em 1950, em uma versão colorida, por meio do jornal *Chicago Defender*, também era voltado para o movimento negro. Em “*Torchy in Heartbeats*”, Jackie desenha sua protagonista negra como uma super heroína que não se intimida frente à sociedade e não tem medo de expor seus pensamentos ativistas, políticos e ideológicos (Nogueira, p. 27, 2013).

*Torchy* encara de frente questões de machismo, racismo e preconceito enquanto mantém um romance interracial em uma sociedade marcada pelo segregacionismo. Nesta fase a personagem também vai se envolver com lutas ambientais e ensinar sobre autoestima, beleza e valorização da mulher e da cultura negra.

## Quadrinho 2

### *Torchy in Heartbeats - Segunda fase*



Nogueira, 2013.

Na mesma época desses projetos, a imagem da mulher negra nos quadrinhos brasileiros, era distorcida e distante da realidade (Quadrinho 3). Segundo Neto (2015), a representação desenhada da mulher negra nos veículos brasileiros variava entre o animalesco, o grotesco e o risível. Entre os exemplos, o autor cita as personagens Lamparina, de José Carlos de Brito e Cunha (J. Carlos), na revista infantil *Tico Tico* (1928) e Maria Fumaça, de Luiz Sá, na *Cirandinha* (1950), também voltada ao público infantil. De acordo com Neto (2015), esses personagens eram desenhados de forma distorcida e carregavam estereótipos da mulher negra como ‘faceira’ e que ocupa basicamente o espaço de serviço doméstico ou braçal.



### Quadrinho 3

#### *Lamparina e Maria Fumaça*



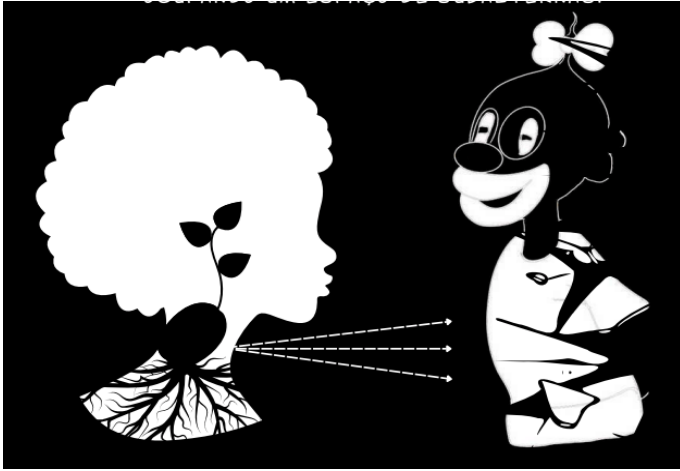
*Nota.* Adaptado de Neto, 2015.

Esses são exemplos das imagens de controle, utilizadas por grupos dominantes com o objetivo de estabelecer e reproduzir um padrão de violência e dominação constituído para que permaneçam sempre no poder. “Isso se dá porque as imagens de controle estão articuladas no interior da histórica matriz de dominação que caracteriza a dinâmica intersectada na qual as opressões se manifestam” (Bueno, 2020, p. 73).

Desenhos como os de Sá e Carlos reforçam a posição da mulher negra em um lugar de subordinação e distorção do seu eu. E estão articuladas com discursos racistas, sexistas e preconceituosos presentes em nossa formação social. Neste sentido, é fundamental desconstruir essas imagens por meio de ferramentas analíticas e de desconstrução.

## Quadrinho 4

### *Desconstrução das imagens de controle*



*Nota.* Produção autoral de Marielle como “semente” e reprodução da personagem Maria Fumaça (Neto, 2015).

Conforme Akotirene (2019), a interseccionalidade é uma ferramenta analítica fundamental para pensarmos sobre as relações sociais de raça, gênero e sexualidade, entre outros eixos. Ela também pode servir de base para produtos que trabalhem a desconstrução de estereótipos e conscientização para uma sociedade mais igualitária, diversa e justa. Outro ponto importante a se destacar sobre interseccionalidade é o desenvolvimento de políticas e ações contra tipos de opressão de eixos distintos e excludentes. O racismo e o patriarcado, por exemplo, são diferentes. No entanto, podem se sobrepor criando uma complexa intersecção. “Nessa linha investigativa, o tema da mulher negra ganha centralidade e as reflexões sobre o feminismo negro passam a ter maior densidade e representatividade na América do Sul” (Gonzalez, 2020, p. 12).

Neste sentido, ao analisar produtos culturais é importante pensar a representação e a representatividade. A representação de algo é a produção de sentidos através da linguagem, um espaço cultural que utiliza signos para referenciar uma pessoa, um movimento social ou um objeto que faz parte do mundo real ou imaginário. Conforme a representação vai se sustentando socialmente e produzindo sentidos, ela vai construindo uma cultura de significados que interpretam o mundo e regulam práticas sociais (Hall, 2016).

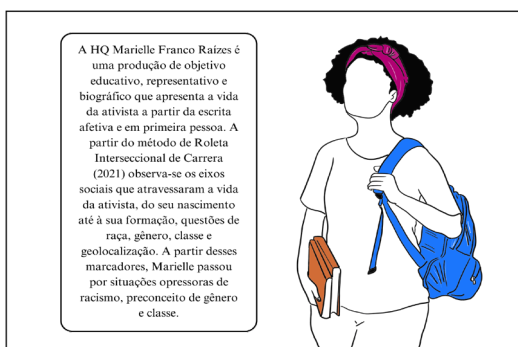
Representação é uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura. Representar envolve o uso da linguagem, de signos e imagens que significam ou representam objetos. Entretanto, esse é um processo longe de ser simples e direto. (Hall, 2016, p. 31)

Já a representatividade envolve a qualidade e a condição de como aquele indivíduo e/ou grupo está sendo representado. Se as representações são construídas somente pelos mesmos grupos sociais historicamente privilegiados, elas podem não representar a vida real das pessoas e reproduzir estereótipos. Nas produções de J. Carlos e Luiz Sá, por exemplo, a figura da mulher negra ficou presa a um padrão que não foi desenvolvido por elas, uma imagem de controle que não fazia parte do mundo real.

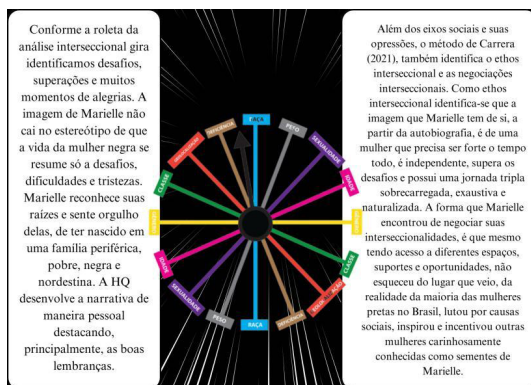
Tendo em vista produções assim ao longo da história, a resistência presente em quadrinhos como os de Jackie Ormes transformou a forma de se fazer HQs e inspirou produções que não reproduzem imaginários sociais racistas e nem distorcem a imagem da mulher negra. Jackie mostrou que é possível associar representação e representatividade

em uma arte na qual mulheres negras eram invisíveis, “pano de fundo ou desenhadas de forma distorcida” (Nogueira, 2013). Essa inovação política contribuiu para o desenvolvimento de mais trabalhos ativistas, representativos e de autorrepresentação dentro dos quadrinhos internacionais e nacionais como a HQ *Marielle Franco Raízes*.

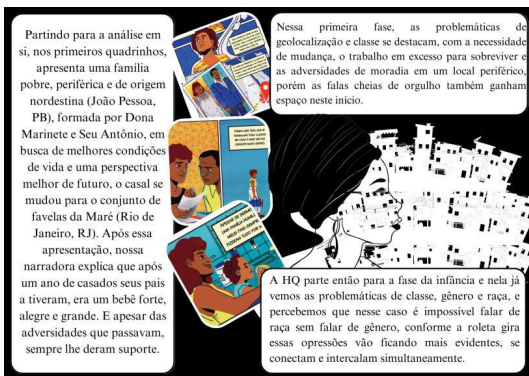
## Quadrinhos reimaginando



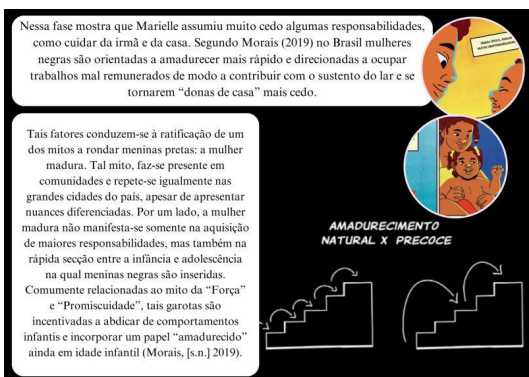
*Nota.* Adaptação capa Marielle Franco Raízes (2021).



*Nota.* Adaptação Carrera (2021, p. 11).



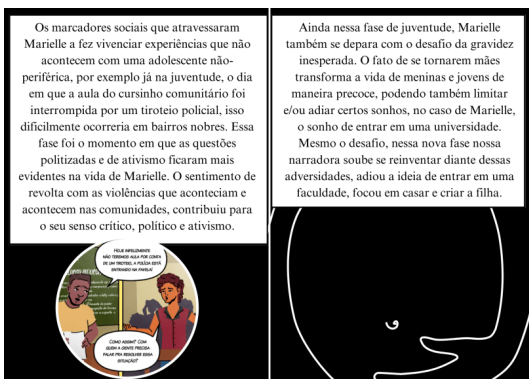
*Nota.* Adaptação Marielle Franco Raízes (2021, pp. 2-4 ). Ilustração ao lado produção autoral.



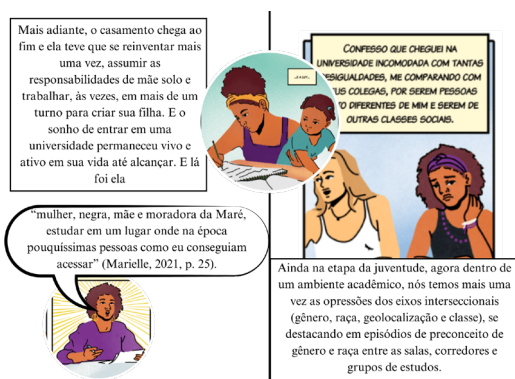
*Nota.* Adaptação Marielle Franco Raízes (2021, pp. 4-5) e Ilustração “amadurecimento” produção autoral.



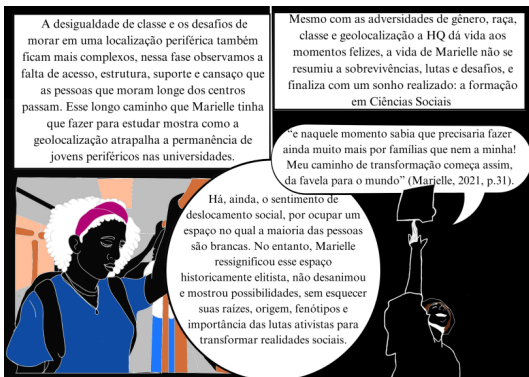
*Nota.* Adaptação Marielle Franco Raízes (2021, pp. 8-9 e p. 12).



Nota. Adaptação Marielle Franco Raízes (2021, p. 16) e Ilustração “barriga” produção autoral.



Nota. Adaptação Marielle Franco Raízes (2021, p. 27 e p. 30).



Nota. Adaptação Marielle Franco Raízes (2021, p. 26 e p. 31).



Produção autoral.



Nota. Adaptação Marielle Franco Raízes (2021, p. 6). Ilustração “Mulher negra e mãos” produção autoral.

A terceira questão é o acesso à educação e trabalho, que Marielle teve durante algumas etapas da sua vida.

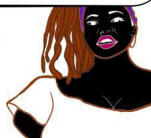


No ensino fundamental, Marielle recebeu uma bolsa de estudos em uma escola particular e mais estruturada, nem todas as meninas negras e periféricas têm o acesso a uma educação de estrutura, de qualidade e com investimento. Em alguns casos, o ensino público no Brasil é baseado, apenas, em formar pessoas para trabalhar e não entrar para uma universidade. Em outros, alguns jovens não conseguem nem finalizar o ensino fundamental ou o médio, e isso se dá a uma série de fatores sociais, por exemplo, uma tripla jornada entre trabalho, casa e estudos; uma gravidez inesperada; o fato de assumir algumas responsabilidades familiares muito cedo; o sentimento de deslocamento; a pobreza e as diferenças de classe dados possíveis de analisar em dados. Uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019), apresenta que 40% dos brasileiros com mais de 25 anos não têm ensino fundamental, e o analfabetismo persiste entre negros e pobres.

*Nota.* Adaptação Marielle Franco Raízes (2021, p. 9). ““Construção ao fundo”, produção autoral.

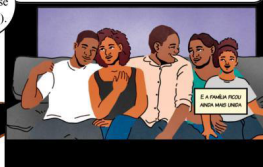
Além do fator educação, um dos primeiros trabalhos de Marielle foi como estagiária da direção escolar, quando trata-se de mulheres negras trabalhando elas são automaticamente encaminhadas para ocupar posições de subempregos, trabalhos informais e/ou domésticos, inclusive, um termo racista e machista pois se refere à mulher como aquela que precisou de corretivos e ser domesticada.

“Não é errado a mulher preta ser empregada doméstica. O problema é que não pode ser esse o único caminho para ela” (Preta Rara, 2018).



A quarta questão é o apoio familiar durante a gravidez inesperada

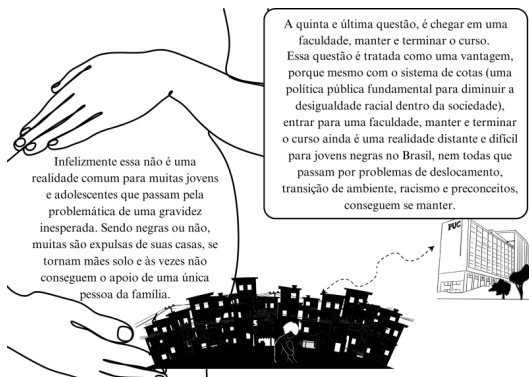
Marielle fez parte da estatística de mulheres que passaram por uma gravidez inesperada durante a juventude. Isso fez com que o sonho de entrar para uma universidade fosse adiado, para se dedicar a sua filha que estava por vir e ao casamento. E para passar por esta etapa ela teve o apoio da família, dos pais e do pai da criança.



*Nota.* Ilustração Preta Rara autoral. Adaptação Marielle Franco Raízes (2021, p. 21).

Infelizmente essa não é uma realidade comum para muitas jovens e adolescentes que passam pela problemática de uma gravidez inesperada. Sendo negras ou não, muitas são expulsas de suas casas, se tornam mães solo e às vezes não conseguem o apoio de uma única pessoa da família.

A quinta e última questão, é chegar em uma faculdade, manter e terminar o curso. Essa questão é tratada como uma vantagem, porque mesmo com o sistema de cotas (uma política pública fundamental para diminuir a desigualdade racial dentro da sociedade), entrar para uma faculdade, manter e terminar o curso ainda é uma realidade distante e difícil para jovens negras no Brasil, nem todas que passam por problemas de deslocamento, transição de ambiente, racismo e preconceitos, conseguem se manter.



*Nota.* Ilustração “grávida e comunidade” produção autoral. Adaptação Marielle Franco Raízes (2021, p. 25).

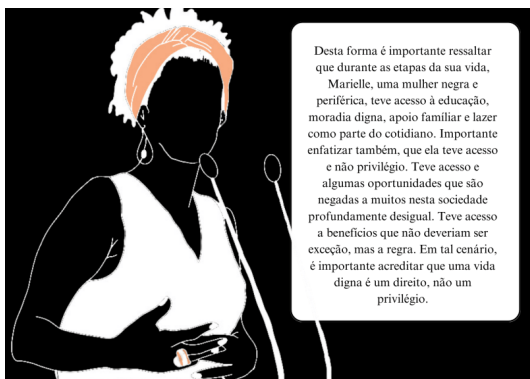


Marielle foi superando essas adversidades e teve acesso a uma educação de ensino superior, a manteve e finalizou.



“Apesar de tudo, coloquei na minha cabeça que tinha que estudar para transformar a realidade do meu território e da minha família!” (Marielle, 2021, p.25).

*Nota.* Adaptação Marielle Franco Raízes (2021, p. 31).



Desta forma é importante ressaltar que durante as etapas da sua vida, Marielle, uma mulher negra e periférica, teve acesso à educação, moradia digna, apoio familiar e lazer como parte do cotidiano. Importante enfatizar também, que ela teve acesso e não privilégio. Teve acesso e algumas oportunidades que são negadas a muitos nesta sociedade profundamente desigual. Teve acesso a benefícios que não deveriam ser exceção, mas a regra. Em tal cenário, é importante acreditar que uma vida digna é um direito, não um privilégio.

*Nota.* Adaptação Saraiva (2018).

## Considerações finais

Desta forma consideramos que quadrinhos é também a história da sociedade e, como tal, não escapou de reproduzir ideologias racistas, sexistas, preconceituosas e machistas em suas produções, mesmo sendo um meio de comunicação que compartilhou de ideias ativistas, resistências e ideologias de movimentos sociais. Neste sentido, além de ser a história da sociedade, quadrinhos também são a história de uma

resistência na qual os debates e discursos sobre raça, gênero, classe e geolocalização estiveram presentes em produções pioneiras e históricas.

Ao longo do tempo, essas produções representativas resistiram e o discurso ativista se transformou e ressignificou esse espaço. Isso fica claro quando temos hoje uma HQ biográfica realizada por pessoas majoritariamente negras, contando a história de uma mulher negra sem reproduzir imagens estereotipadas. Mesmo sendo um avanço significativo para o universo dos quadrinhos, não é o bastante. Grupos historicamente minorizados ainda precisam resistir, conquistar e falar por si mesmos. Por isso, a importância de existirem produções como a HQ *Marielle Franco Raízes*, que promove representação, representatividade e autodefinição nos quadrinhos. “Apenas mudando coletivamente o modo como olhamos para nós mesmos e para o mundo é que podemos mudar como somos vistos” (hooks, 2019, p. 39).

A HQ traz essa perspectiva de controle próprio da imagem “a verdade sobre mim eu mesma posso dizer” (Bueno, 2020, p.145). Por meio da revista conhecemos uma Marielle narradora de sua história que, mesmo atravessada por eixos de opressões sociais diversas, buscou justiça, resistiu e desafiou formas de dominação. Sua luta, ativismo e resistência se tornaram uma maneira de inspiração em quadros para meninas negras se espelharem.

A partir da análise interseccional observamos que a imagem que Marielle tem de si é da mulher forte, resistente, proativa e pronta para qualquer desafio. Dentro da estrutura social a mulher, neste caso mulher negra, não escapa da figura sobrecarregada da família e, mesmo assim, encara essa situação com coragem e altivez. Tendo as opressões fundamentais destacadas, analisamos também que a forma que os produtores

encontraram de negociar a imagem de Marielle e os eixos que lhe atravessaram foi inspirar outras meninas negras a conhecer suas raízes, valorizar suas origens, resistir e ocupar os diversos espaços sociais.

Para além das opressões sociais, os acessos e oportunidades que Marielle teve durante esse período foram fundamentais para sua luta, para alcançar os espaços sociais e trazer outras mulheres para esses espaços. E nessa perspectiva é necessário ressaltar que não devemos romantizar o sofrimento excessivo como um requisito para atingir metas básicas. Não é normal uma mulher negra ter que fazer tanto esforço pelo mínimo necessário. Atribuir a responsabilidade apenas a uma pessoa, é ignorar uma sociedade profundamente desigual e marcada pelo racismo.

Além disso, verificamos que as lutas por representatividade podem se beneficiar, e muito, da união entre texto e imagem dos quadrinhos, assim como as pesquisas acadêmicas, tendo em vista o seu potencial de compartilhamento, acesso e linguagem objetiva. Quadrinhos se tornam um formato inovador para se abordar estudos científicos e um meio de comunicação que alcança diferentes plataformas, formatos, instituições, práticas e estudos. Desta forma trabalhar questões sociais e de representatividade em quadrinhos parece ser uma boa maneira de conscientizar a sociedade a partir de uma arte ativista, democrática e inclusiva.

## Referências

Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade. Feminismos Plurais*. Sueli Carneiro; Pólen.

Bueno, W. (2020). *Imagens de Controle: Um conceito de pensamento de Patricia Hill Collins*. Editora Zouk.

Carrera, F. (2021). Roleta interseccional: proposta metodológica para análises em Comunicação. *E-Compós*, 24. <https://doi.org/10.30962/ec.2198>

Eisner, W. (1985) *Quadrinhos e Arte Sequencial*. Ed. Devir.

Faladelas. (2015, março 20). Mulheres negras nos quadrinhos: Jackie Ormes, você não conhece? Mas deveria. *Portal Geledés*. <https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-nos-quadrinhos-jackie-ormes-voce-nao-conhece-mas-deveria/> Publicado em: 20/03/2015

Gonzalez, L. (2020). *Por um feminismo Afro Latino Americano*. Ed. Zahar.

Hall, S. (2016). *Cultura e Representação*. Editora PUC Rio.

hooks, b.(2019). *Olhares Negros Raça e Representação*. Editora Elefante.

Marielle Franco Raízes. (2021). Instituto Marielle Franco. <https://www.institutomariellefranco.org/hq>

Morais, Y. (2015, fevereiro 20). Ser uma adolescente negra pode matar-te por dentro: Como o racismo estrutural adocece meninas. *Portal Medium*. <https://medium.com/qg-feminista/ser-uma-adolescente-negra-pode-matar-te-por-dentro-bc83c7d56b5a>

Neto, M. G. de O. (2015). Entre o Grotesco e o risível: o lugar da mulher negra na história dos quadrinhos no Brasil. *Rev. Brasileira de Ciência e política - Dossiê Feminismo e Antirracismo*, 16. <https://doi.org/10.1590/0103-335220151604>

- Nogueira, N. A. S. (2013). Jackie Ormes: A ousadia e o talento da mulher negra nos quadrinhos norte-americanos (1937- 1954). *Revista Identidade!*, 18(1), 21-38. <http://periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/view/649>
- Rahde, M. B. F. (1996). Origens e Evolução da História em Quadrinhos. *Revista Famecos*, 3(5), 103-106. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/2954>
- Saraiva, J. (2018, março 15). Saiba quem era Marielle Franco, vereadora assassinada a tiros no Rio. *Estado de Minas*. [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/03/15/interna\\_politica,944288/saiba-quem-era-marielle-franco-vereadora-assassinada-a-tiros-no-rio.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/03/15/interna_politica,944288/saiba-quem-era-marielle-franco-vereadora-assassinada-a-tiros-no-rio.shtml)

# FALA.BR: INTERFACES ENTRE COMUNICAÇÃO PÚBLICA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

*Kárita Emanuelle Ribeiro Sena<sup>1</sup>*  
*Tainah Schuindt Ferrari Veras<sup>2</sup>*

A Comunicação possui centralidade nos processos interacionais da sociedade, e, portanto, precisa ser foco responsável de reflexões e práticas para fortalecer possibilidades de diálogo, mobilização e cidadania no dia a dia.

Para ampliar essas possibilidades, também é importante integrar a Tecnologia e a Inovação ao debate, reconhecendo que ambas são expressões históricas da capacidade humana de criar novidades e promover mudanças, e que elas estão cada vez mais em evidência com

- 
1. Doutora em Comunicação.  
Diretora da Ass. Brasileira de Comunicação Pública em Mato Grosso do Sul.  
[karitaemanuelle@gmail.com](mailto:karitaemanuelle@gmail.com)
  2. Mestre em Comunicação, professora nas Faculdades Integradas de Bauru.  
[tainah.veras@gmail.com](mailto:tainah.veras@gmail.com)

o surgimento e a utilização de recursos que facilitam a criação, o acesso e o compartilhamento de informações no ciberespaço.

Considerando esse contexto, o artigo visa elucidar interfaces entre Comunicação Pública, Tecnologia e Inovação a partir de discussões teóricas e do olhar empírico para a Plataforma digital Fala.BR, projeto governamental desenvolvido pela Controladoria-Geral da União (CGU) para fomentar a aproximação entre cidadãos e Administração Pública.

A plataforma Fala.BR foi estudada inicialmente em uma pesquisa sobre projetos de tecnologia para a cidadania, tendo como base produções científicas, guias de aplicativos do Governo Federal, notícias e motores de busca do google. Nesse universo, a iniciativa se destacou especialmente pela possibilidade de observar potencialidades e problemáticas ligadas à Comunicação Pública e pelo potencial inovador de utilizar a Inteligência Artificial na interação com os cidadãos (Sena, 2020).

No presente artigo, a análise realizada sobre a plataforma Fala.BR retoma questões elucidadas por Sena (2020) enfocando aspectos gerais da iniciativa no ambiente digital, e destacando, ainda, condições e recursos de acesso e participação de forma conectada com reflexões sobre Comunicação, Tecnologia e Inovação.

### **Comunicação, Tecnologia e Inovação: tríade para interações e mudanças**

Atualmente, diferentes atores sociais utilizam recursos técnicos variados e múltiplas telas para a realização de interações ponto a ponto no ciberespaço, buscando o alcance de objetivos individuais e coletivos distintos.

Para além de reconhecer a amplitude e a complexidade desse cenário, podemos encarar essa realidade como um retrato de transformações cada vez mais potentes retroalimentadas pela conexão entre Comunicação, Tecnologia e Inovação.

Nesse artigo, compreendemos a inovação como um processo de criação de novas realidades (Ploski, 2017), que está ligado à capacidade humana de pensar, testar e implementar formas diferentes de agir diante das necessidades (Fagerberg, 2004).

Para que essas maneiras diferentes de ação instaurem mudanças de forma significativa e ampla, é preciso atuar em conjunto, interagindo de forma cooperada. A justificativa que sustenta essa cooperação se ampara em narrativas ficcionais desenvolvidas e comunicadas a fim de trazer um sentido comum à articulação e à união de esforços – tais narrativas, inclusive, são a base de conceitos como dinheiro, nações e organizações (Harari, 2016).

Assim, coletivamente e por meio de relações comunicacionais, viabiliza-se o surgimento e a aplicabilidade de ficções, métodos e aparatos tecnológicos que, à medida que são utilizados em contextos e relações diferentes, instauram e amplificam novos comportamentos e práticas sociais em menor ou maior escala.

Partindo desse pressuposto, entendemos que no século XX, quando o rádio, o cinema e a televisão se desenvolveram enquanto meios de comunicação de massa, eles trouxeram mudanças importantes, criando espacialidades, ritmos e temporalidades com a amplificação e a perpetuação das vozes e imagens dos emissores.

Porém, o surgimento das chamadas tecnologias de informação foi comparado por Castells (2016) como um evento histórico da mesma



importância da Revolução Industrial do século XVIII, induzindo transformações ainda maiores nas bases materiais da economia, da sociedade e da cultura em meio às possibilidades de mobilidade, agilidade na troca de informações e interatividade.

A Internet, que nasceu originalmente como um projeto pontual com fins militares, se fortaleceu e se ampliou enquanto rede de acesso mundial a tal ponto que pressões comerciais e grupos cooperativos inviabilizaram a propriedade exclusiva sobre tal rede – o que não impediu, no entanto, a formação de grandes oligopólios fundados em interesses privados.

A força enorme desses oligopólios digitais não gerou a acomodação das pessoas às temporalidades contidas em torno das chamadas grades de programação, como ocorreu quando o rádio e a televisão surgiram. Ao invés disso, o ciberespaço inaugurou um deslocamento da ideia de tempo, fornecendo possibilidades customizadas e personalizadas de acessar informações, conteúdos e realizar interações a qualquer e a todo instante.

Assim, as relações humanas passaram a se intensificar em volume e, ao mesmo tempo, a se modificarem entre distanciamentos físicos, aproximações virtuais, opiniões e disputas. A lógica digital foi inserida no trabalho, na escola, na família de forma diversa, imiscuindo fronteiras entre esferas individuais e coletivas.

Porém, se por um lado o espaço digital conseguiu viabilizar mais interações e mobilizações, por outro lado ele também passou a reproduzir condições de acesso e legitimidade bastante desiguais como reflexo histórico e social da formação da sociedade.

Ribeiro (2019) comenta que apesar de existir um discurso hegemônico de que a Internet potencializa a liberdade de expressão e a inclusão, o direito de expressão de fato não é garantido e reforçado a todas as pessoas, e ainda existem muitos “silêncios institucionais”. Por isso, a autora ressalta a importância de ampliar o acesso e o protagonismo de vozes historicamente dissidentes em diferentes espaços, fortalecendo oportunidades reais manifestação, escuta e apoio para pessoas em situações distintas.

Além desse ponto, Ribeiro (2019) chama a atenção para a compreensão necessária sobre o respeito a diversos lugares de fala, e explica que a referida ideia de “lugar de fala” não visa excluir alguém de determinado debate. O intuito é contextualizar percepções e opiniões a partir da localização social de cada pessoa em determinado grupo privilegiado ou subalternizado, instaurando debates mais críticos na sociedade.

Ao mesmo tempo em que esse prisma crítico é extremamente necessário, a consolidação dessa realidade está longe de ser uma tarefa fácil e simples, especialmente no cenário atual. Como alerta Almeida (2018) com base em Dardot & Laval (2016), as práticas neoliberais contemporâneas acabam justificando lógicas meritocráticas que reforçam privilégios, causam retrocessos em direitos socialmente conquistados, e ainda preconizam processos de “desdemocratização”, minimizando possibilidades democráticas de decisão para manter a ordem econômica vigente.

Adicionalmente, em meio aos posicionamentos e conexões que se amplificam no ciberespaço juntamente com a tendência mundial de emergência de diversos conservadores no poder, intensificam-se os

discursos preconceituosos e excludentes, além da popularização de questionamentos que deslegitimam instituições, preceitos da imprensa e bases científicas.

Então, tendo em vista tudo que foi evidenciado, defendemos que é essencial ressaltar a relevância e a responsabilidade da Comunicação Pública para fortalecer práticas cidadãs efetivas no contexto digital, utilizando, para isso, recursos inovadores e tecnológicos que contribuam com o acesso confiável e amplificado às informações, a democracia e a existência de melhores condições de vida para toda a população.

Vislumbramos a Comunicação Pública aqui como:

processo e ambiente de comunicação (informação e diálogo) envolvendo Estado, Governo, Empresas, Partidos e a sociedade civil na busca da formação e atendimento à vontade coletiva. Ela refere-se à troca de informações e influências entre agentes e atores sociais (governo, Estado e sociedade) sobre temas de interesse coletivo. Informação, neste caso, é apenas a nascente do processo que vai desaguar na comunicação viabilizada pelo acesso, pela participação, cidadania ativa, diálogo. (Duarte & Veras, 2006, p. 2)

Em outras palavras, a Comunicação Pública se caracteriza como um compromisso constante para assegurar a participação nas decisões públicas enquanto um direito inegociável de cada cidadão.

Tal participação implica, adicionalmente, no incentivo a processos críticos de conscientização facilitados com a construção e a organização de fluxos comunicacionais (Bordenave, 1983), e compreendemos que é fundamental potencializar esses fluxos no ciberespaço de forma inovadora e inclusiva considerando realidades de diferentes atores sociais.

Então, pensando nas possibilidades e desafios desse movimento, abordamos a seguir aspectos do projeto Fala.BR como foco empírico desse estudo.

## **A importância do Projeto Fala.BR para a Comunicação Pública**

O Projeto Fala.BR surgiu como plataforma digital de comunicação da sociedade com a Administração Pública em 1º de agosto de 2019. Ele pode ser acessado através do site específico do projeto, das redes sociais da Controladoria-Geral da União (CGU), e do aplicativo do Telegram, e integra diferentes ambientes digitais com foco em favorecer os cidadãos e aproximá-los da Administração Pública.

As manifestações direcionadas às ouvidorias da esfera federal podem ser feitas de forma presencial pelo cidadão, por carta ou por telefone, de acordo com a disponibilidade da ouvidoria solicitada e conforme as necessidades do usuário. Porém, de qualquer maneira, todas as manifestações que chegam à esfera federal são registradas no Fala.BR.

De acordo com a Controladoria-Geral da União (CGU):

A Plataforma Fala.BR é uma ação integrada da CGU, que busca criar um ambiente seguro e acessível para o exercício dos direitos previstos no art. 37, §2º da Constituição Federal, relacionados à participação, ao controle social e ao acesso à informação – criando informações relevantes, tempestivas e oportunas para que a gestão pública possa estar em constante processo de aprimoramento, quer no que se refere ao aperfeiçoamento de políticas e serviços públicos, quer no que se refere à integridade de suas ações. (Sena, 2020, p. 132)

O projeto em si não faz Comunicação Pública, mas permite que a Comunicação Pública se realize, aproximando o cidadão da

informação. Neste caso, entende-se que a comunicação governamental ou a comunicação estatal se efetiva enquanto Comunicação Pública pelo atendimento aos preceitos de participação, cidadania e interesse público, com a viabilização do acesso facilitado às informações e a possibilidade de o cidadão se expressar (Sena, 2020).

A plataforma Fala.BR oferece sete campos de serviço aos usuários. É possível realizar pedidos de acesso à informação; fazer denúncias, elogios, reclamações relacionadas à Administração Pública; dar sugestões para desburocratização do serviço público; fazer uma solicitação de um atendimento ou serviço e dar outras sugestões para melhoria de serviços públicos.

Nesse contexto, a plataforma está em conformidade com diferentes normativas e documentos legais que asseguram direitos importantes de acesso, o que é um ponto central segundo as premissas da Comunicação Pública para garantir ao cidadão o direito à informação e, adjunto a ele, a possibilidade de interlocução, diálogo e participação.

Habermas (2014), inclusive, já apontava essa preocupação com o acesso como um ponto chave para a comunicação pública, mesmo tendo criado a reflexão de forma muito concentrada nas pressões coletivas da esfera burguesa.

Mais recentemente, o acesso à informação se tornou foco de uma mobilização social mais amplificada por maior transparência e participação. Duarte (2011) cita, nesse cenário, a criação, manutenção e fortalecimento de instrumentos de comunicação capazes de viabilizar fluxos informacionais bilaterais ou multilaterais, respeitando premissas de um diálogo equilibrado, simétrico e acessível.

Contudo, apesar do acesso às informações públicas estar previsto na Constituição de 1988, ele só foi de fato regulamentado em 2011. Antes disso, diversos outros países já haviam implementado políticas com legislações específicas prezando pela transparência. Como exemplo, podemos citar a Lei de Imprensa sueca, de 1776, outras legislações em locais como Finlândia e Dinamarca, nas décadas de 1960 e 1970 e, mais recentemente, as articulações na Libéria, Nigéria e Tunísia feitas na década de 2010, período em que se incluiu a lei brasileira.

Adicionalmente, cabe ressaltar que a Lei de Acesso à Informação no Brasil evidencia normativamente que as informações públicas constituem um bem público e que, portanto, pertencem à sociedade, e todo cidadão deve ter o direito de acessá-las sem restrições. Desde 2011, essa Lei ganhou espaço entre a população, mas também foi atacada e utilizada, paradoxalmente, para censura, quando o governo de Jair Bolsonaro dispôs sigilo de 100 anos sob diversas informações, como as que constavam em determinadas carteiras de vacinação.

É essencial ter atenção às iniciativas que envolvem o Acesso à Informação considerando que todas as pessoas devem ter igual direito e oportunidade de expressão e escuta através de produtos, serviços, ambientes e situações que permitam a compreensão, a cooperação, a participação e a crítica.

### **Inovações técnicas no Fala.BR - presença e usos em ambientes digitais**

Tendo em vista nosso objetivo de conhecer diferentes recursos tecnológicos empregados na iniciativa, realizamos uma análise das funcionalidades mobile e das características da comunicação em rede do projeto Fala.BR.

O Fala.BR tem em sua página na Internet o principal ambiente para utilização da plataforma, mas também oferece canais alternativos de acesso.

A iniciativa inova sob o aspecto técnico na integração com outras plataformas, governamentais ou não. Desde 2016, o sistema de Ouvidora e-OUV é integrado com a plataforma Reclame Aqui. Assim, reclamações referentes a órgãos ou entidades públicas registradas no portal Reclame Aqui são, automaticamente, registradas no sistema e-OUV, integrado ao Fala.BR.

Além do Reclame Aqui, existem outras plataformas integradas ao Fala.BR, como: ParticipACT; TádePé?; Aplicativo Programa Avançar; Todxs; ‘Aplicativo Desenvolve Brasil; Portal de Dados Abertos; Portal de Serviços; SINESP Cidadão (Sena, 2020, p. 134).

Em relação às páginas próprias do Fala.BR, o site do projeto funciona inteiramente em ambiente on-line, com design adaptado para estações fixas e dispositivos móveis. Não há aplicativo próprio, mas é possível acessá-lo via Telegram, e o acesso sem a necessidade de instalação de qualquer app é apontado pelo projeto como mais um facilitador para o usuário.

De fato, a necessidade de instalação de um aplicativo para uso de determinada plataforma pode ser um impedimento nos casos em que haja dificuldade de acesso à Internet. Por outro lado, quando é visto como uma alternativa a mais além do site, o aplicativo pode representar uma forma diferente de acesso, especialmente útil para usuários frequentes e com acesso mais amplo à rede.

Embora não disponibilize no site conteúdos em vídeos, áudios e infográficos, por exemplo, o Fala.BR permite que os usuários realizem

manifestações em diferentes formatos. Além da mensagem escrita, o usuário pode anexar, em cada manifestação, até dez conteúdos como documentos de texto, imagens, planilhas, arquivos no formato PDF, áudios e vídeos, desde que tenham o tamanho total de 30MB.

### **Facilidade e Memória no Fala.BR – Avanços e potenciais**

A capacidade de armazenamento de dados e a Memória de informações passou a ter, com a Internet, uma condição potencialmente melhor em relação ao que se tinha até então. Gradualmente, tal capacidade foi se ampliando e se diversificando, e conteúdos passaram a ser armazenados, recuperados e acessados com mais facilidade, em volume e velocidade inéditos.

Percebemos que o Fala.BR ainda explora pouco essa característica da Memória de forma direta, apresentando potencial para ampliar e facilitar ainda mais o registro e o acesso às informações.

No projeto, há possibilidades de consultar bancos de dados especialmente no campo de Acesso à Informação, com a disponibilização transparente de recursos específicos como relatórios estatísticos contendo quantidades de pedidos, número de respostas e números de processos em tramitação dentro e fora do prazo. Além disso, o usuário pode pesquisar, por exemplo, o total geral de solicitantes.

O portal permite, ainda, o download de dados em arquivos de Excel contendo relatórios com informações gerais sobre os pedidos feitos desde 2012. Entre as informações disponibilizadas estão os órgãos de destino, a situação do pedido – se foi atendido ou negado, as razões para a deliberação e por qual canal o pedido foi respondido.



Porém, os pedidos e respostas não estão disponíveis individualmente e, inclusive, apesar de o portal da Lei de Acesso à Informação do governo federal manter um link específico para consulta a pedidos e respostas feitos, a plataforma Fala.BR não disponibiliza de forma direta a consulta a esse banco – e para isso não há uma justificativa clara.

Há um link para o site de buscas de pedidos no rodapé da página, enquanto as estatísticas e relatórios possuem link direto no topo. O link para a consulta de pedidos está em um local de difícil visualização e ainda direciona para o portal geral sobre a Lei de Acesso à Informação, o que requer que o usuário percorra a nova página para encontrar outro link que o leve até o canal de buscas de pedidos e respostas. Esse percurso é fastidioso e desnecessário ante informações bastante relevantes.

O repositório de pedidos e respostas disponibilizado de forma fácil e simples contribuiria para a não duplicidade de solicitações, informando o usuário acerca de temas de pedidos já realizados.

Adicionalmente, o Fala.BR também poderia aproveitar o potencial da internet para permitir que os cidadãos sigam assuntos do seu interesse mediante cadastro ou acesso por palavras-chave.

## **Inteligência Artificial e *chatbots*: Inovações técnicas para aprimorar a Comunicação Pública**

O *chatbot* é um recurso que permite a comunicação automatizada via inteligência artificial entre cidadãos e instituições, cumprindo um importante papel interativo. Pela disseminação de tecnologia na criação de *chatbots* e suas vantagens na Interatividade, o uso tem se disseminado entre instituições do Estado, mercado e sociedade civil.

Em relação a entes do Estado, uma série de instituições desenvolveu *chatbots* com diferentes fins administrativos e operacionais, trazendo importantes inovações no setor público.

O *chatbot* Alice foi criada em 2017 pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em conjunto com a Controladoria-Geral da União para analisar de forma automatizada editais de licitação, buscando identificar inconsistências ou irregularidades. O nome vem das iniciais de Análise de Licitações e Editais.

O *chatbot* Sofia, por sua vez, foi nomeada para indicar Sistema de Orientação sobre Fatos e Indícios para o Auditor. Trata-se de uma tecnologia que visa apoiar auditores na elaboração de documentos de controle externo, apontando legislações e possíveis erros.

Outro exemplo é Monica, robô que realiza o monitoramento para o controle de aquisições. Trata-se de um painel que reúne todas as compras públicas, incluindo as contratações diretas e as providas de inexigibilidade de licitação.

Há ainda Adele, inteligência artificial que apresenta em um painel detalhes de pregões eletrônicos com filtros que possibilitam análises cronológicas e informações acerca das empresas participantes. Seu nome está relacionado à Análise da Disputa em Licitações Eletrônicas

Para a Comunicação Pública, aproximar cidadãos de serviços e informações sobre direitos e deveres é um dos preceitos, e a Interatividade pode contribuir nesse sentido. Nesses casos, a Interatividade está muito relacionada à participação social, às formas de diálogo e à construção conjunta de práticas e, principalmente, de políticas.

Seja de forma automatizada, via recursos como *chatbots*, ou a partir de espaços para interação e participação dos usuários, a Interatividade

permitida pela conexão em rede ainda pode ser uma poderosa aliada do cidadão. Havendo uma gestão adequada, com supervisão humana e gestão da interação realizada, bem como encaminhamentos efetivos em relação às demandas dos cidadãos, os *chatbots* podem representar avanços importantes para gerar benefícios no dia a dia.

No entanto, caso a interação resume-se à forma automatizada, com menus estáticos e restritos, com pouca infraestrutura técnica e sem o acompanhamento constante da supervisão humana, o que poderia ser uma inovação em prol da Comunicação Pública pode se converter em gargalo comunicativo, em que se faz a impressão de comunicar e abrir canais, sem que esses sejam efetivos e de fato solucionem problemáticas dos cidadãos. A implementação de um recurso de Interatividade restrito à automatização, estaria, então, minimizando a potencialidade da comunicação em rede a simples pretexto de implementar um novo recurso tecnológico.

Fora do Brasil, diversas iniciativas trouxeram *chatbots* para inovar no âmbito da interação com os cidadãos. O parlamento europeu, por exemplo, disponibiliza no Facebook o Parlibot, um recurso que direciona aos usuários assuntos sobre o parlamento, últimas notícias e possibilidades de envolvimento. Pelo Parlibot é possível, inclusive, com passos simples, acessar informações importantes para escrever e encaminhar uma petição ao parlamento.

No caso do Fala.BR, o projeto chegou a implementar em 2018 o *chatbot* Cida para ampliar o acesso a informações viabilizadas pelo projeto. O nome foi criado a partir das iniciais de *Chatbot* Interativo de Atendimento Cidadão. Porém, o recurso foi descontinuado e no momento da atualização da presente pesquisa não está disponível.

Cida foi baseada em inteligência artificial para simular um ser humano no diálogo com os usuários. Através desse recurso, era possível tirar dúvidas e mesmo protocolar diretamente manifestações relacionadas a denúncias, sugestões, solicitações, reclamações, elogios ou pedidos de simplificação – funcionalidades incorporadas pelo Fala.BR.

Na página oficial da CGU no Facebook, Cida estava disponível pelo botão ‘Enviar Mensagem’. O *chatbot* oferecia as mesmas funções disponíveis no site, permitindo, inclusive, realizar um pedido de acesso à informação diretamente pela rede. Isso também passou a ser possível pelo Telegram a partir de 2019. Nesse canal, Cida interagiu com cada cidadão por meio do contato @CidaOuvidoriaVirtualBot.

O robô foi uma iniciativa pioneira na Administração Pública brasileira, com ampliação de possibilidades para pedidos de acesso à informação, denúncias e dúvidas. Cida levava efetivamente o Fala.BR para as redes sociais por meio de um aplicativo de mensagens instantâneas, tornando a plataforma mais acessível e próxima a diferentes públicos com uma linguagem mais informal e menos burocrática.

Antes do *chatbot*, as manifestações dos usuários recebidas por meio dos chats das redes sociais da CGU eram tratadas de forma manual pela equipe de Comunicação Social, e provavelmente, com a descontinuação do recurso, o mesmo procedimento voltou a ser feito.

Cida representou uma integração importante entre plataformas de redes sociais, Facebook e Telegram, com um sistema conectado e facilitado de atendimento que beneficiava o cidadão pela conveniência. Vale dizer que nem mesmo a página oficial do governo federal, nem os perfis da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal ofereciam funcionalidade semelhante.

Além disso, o *chatbot* Cida cumpria um importante papel de Interatividade de forma direta, já que no site do Fala.BR não há espaço para comentários ou dúvidas de maneira livre. Isso porque, no portal, o cidadão pode enviar conteúdos em texto, por exemplo, porém apenas quando está compondo uma manifestação específica de pedido de informação, denúncia, elogio, ou outra funcionalidade presente nos campos disponíveis.

Observamos como sugestão que, além das redes sociais, Cida poderia ser utilizado diretamente no site do Fala.BR para realizar orientações aos usuários, principalmente os que visitam a página pela primeira vez. O *chatbot* seria um canal de fácil acesso para esclarecer dúvidas, aproveitando o aprendizado da máquina tendo como base perguntas e respostas frequentes. Esse campo já existe no site, mas, se fosse vinculado ao *chatbot* poderia atender de forma mais simplificada e ágil às dúvidas dos cidadãos.

Porém, infelizmente, o recurso de inteligência artificial não está mais disponível.

A CGU não se manifestou publicamente sobre o fato, não havendo informação explícita sobre a motivação para descontinuar o *chatbot* ou mesmo sobre a ausência ser temporária – para aprimorar a tecnologia, por exemplo, ou definitiva.

Com o avanço da Inteligência Artificial generativa, que permite a criação de conteúdos originais, ampliou-se a possibilidade de prestar informações aos cidadãos utilizando uma linguagem simples e ampliando o acesso aos serviços públicos. Esse recurso permite, muitas vezes, que a utilização de expressões mais rebuscadas, burocráticas

e de difícil compreensão, que geram afastamento e confusão, sejam substituídas por conversações em um contexto mais claro e acessível.

É importante acentuar, no entanto, que *chatbots* conduzidos por Inteligência Artificial generativa como ChatGPT, da Open AI, Bard, da Google, e Bing, da Microsoft, podem incorrer na prestação de informações falsas, com conteúdos incorretos e ficcionais, além da pouca ou nenhuma transparência de fontes e, adicionalmente, com o risco do aprendizado das máquinas ter sido gerado a partir de padrões normativos que privilegiam estereótipos e desconsideram vieses cognitivos dominantes.

Assim, a integração mais responsável entre essas tecnologias e o dia a dia humano pode ser o próximo passo inovador para favorecer a Comunicação Pública, desde que sejam observadas questões éticas, aspectos de direitos autorais, padrões e aspectos cognitivos que também precisam ser foco contínuo de estudos, práticas e aprimoramentos.

## **Considerações Finais**

O trabalho em questão foi construído com o objetivo de elucidar interfaces entre Comunicação Pública, Tecnologia e Inovação a partir de reflexões teóricas acrescidas do olhar empírico para a Plataforma digital Fala.BR.

A vinculação entre Tecnologia e Inovação foi evidenciada por configurar-se como parte essencial da ordem contemporânea no contexto do ciberespaço, e adicionalmente, possibilitar historicamente processos de transformação por meio da capacidade humana de criação. Por sua vez, a Comunicação viabiliza a cooperação em escala necessária para

de fato promover mudanças no dia a dia, e assume centralidade nos processos interacionais sociais dinamizados com o advento da Internet.

Além de evidenciarmos o protagonismo da tríade Comunicação, Tecnologia e Inovação, ressaltamos a necessidade de vislumbrar o compromisso e a responsabilidade da Comunicação Pública com a promoção da participação amplificada dos cidadãos no acesso qualificado, consciente e transparente das informações. Para isso, pontuamos aspectos da iniciativa Fala.BR que contribuem com esse ensejo e potencialidades que agregariam ao fortalecimento da cidadania e da democracia.

Por fim, utilizando como inspiração o nome do próprio Projeto analisado – Fala.BR – destacamos a importância de reconhecer diferentes lugares de fala dos cidadãos, considerando que existem dificuldades, possibilidades, necessidades, entraves e potencialidades inovativas distintas no acesso e na utilização de recursos tecnológicos no âmbito da Comunicação Pública que podem ser foco de outros estudos.

## Referências

Almeida, S. (2018). Neoconservadorismo e liberalismo. In E. Solano (Org.), *O ódio como política. A reinvenção das direitas no Brasil*. Boitempo.

Bordenave, J. (1983). *O que é participação*. Brasiliense.

Castells, M. (2016). *A sociedade em rede*. Paz e Terra.

Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Boitempo.

- Duarte, J., & Veras, L. (2006). *Glossário de Comunicação Pública*. Casa das Musas.
- Fagerberg, J. (2004). Innovation: A guide to the literature. In J. Fagerberg, D. Mowery, & R. Nelson. (Eds.), *The Oxford Handbook of Innovation*. (pp. 1-26). Oxford University.
- Habermas, J. (2014). *Mudança estrutural da esfera pública. Investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*. Editora Unesp.
- Harari, Y. N. (2016). *Homo Deus: uma breve história do amanhã*. Companhia das Letras.
- Plonski, G. (2017). Inovação em transformação. *Estudos Avançados*, 31(90), 7-21.
- Ribeiro, D. (2019). *Lugar de fala*. Pólen.
- Sena, K. E. R. (2020). *Comunicação Pública e Redes Digitais: atores, técnicas e políticas* [Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista - UNESP].



# **A VOZ NEGRA NO JORNALISMO: PROFISSIONAIS NEGROS COMO PROTAGONISTAS DA HISTÓRIA**

*Giovanna Tito de Fuccio<sup>1</sup>  
Mayra Regina Coimbra<sup>2</sup>*

Muito se fala sobre representatividade e lugar de fala, entretanto, com frequência esses dois conceitos são confundidos. O lugar de fala refere-se exclusivamente à posição social ocupada por alguém e não a permissão ou proibição dessa pessoa em abordar determinado tema. E a representatividade, especificamente negra e no jornalismo, diz respeito a garantir que profissionais negros estejam presentes nas redações, assumindo papéis de liderança, assegurar que as vozes e histórias da

- 
1. Graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).  
[giovannafuccio93@gmail.com](mailto:giovannafuccio93@gmail.com)
  2. Doutoranda e Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).  
Professora substituta na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).  
[mayrarcoimbra@gmail.com](mailto:mayrarcoimbra@gmail.com)

comunidade negra sejam valorizadas, ajudando a evitar estereótipos, preconceitos e desequilíbrios na cobertura de questões relacionadas à comunidade negra.

No entanto, frequentemente ocorre uma confusão entre a representatividade negra no jornalismo e a percepção equivocada de que os negros devem abordar exclusivamente questões relacionadas à sua negritude. Adotar a lógica de que apenas os negros possuem o ‘lugar de fala’ para discutir a negritude não é, de fato, uma expressão genuína de representatividade, mas sim um ato de silenciamento. Inclusive, resulta na desresponsabilização da hegemonia representada pelo homem cisgênero branco, que sequer se envolve nas vicissitudes sociais enfrentadas por quem está fora do privilégio.

O propósito da pesquisa consiste então em examinar minuciosamente o jornalismo apresentado no podcast “Angu de Grilo”, o qual é produzido por duas mulheres negras, mãe e filha, ambas jornalistas, Flávia Oliveira e Isabela Reis. Este podcast diverge da suposição equivocada de representatividade para se concentrar na verdadeira esfera de transformação social, conferindo protagonismo às vozes negras. O podcast recebe o título ‘Angu de Grilo’ devido à sua abordagem diversificada de temas, inspirada por uma expressão utilizada pela mãe de Flávia e avó de Isabela. A matriarca descrevia um ‘Angu de Grilo’ como uma mistura que incluía um pouco de tudo. Sendo assim, as jornalistas transitam entre histórias familiares, política nacional e internacional, indicação de séries, economia e análise de dados, afrofuturismo, dicas e notícias de relevância da semana (*hardnews*). A pesquisa busca analisar o conteúdo trazido durante os episódios e como o lugar de fala e a representatividade são bem definidos no podcast, situando este estudo na interseção

entre o jornalismo e a questão racial. Recorrendo à utilização de dados qualitativos, pela análise de conteúdo de Laurence Bardin (2011, p. 15), será possível empreender uma observação aprofundada do conteúdo disseminado por essas vozes.

### **Da Escravidão à Atualidade: A Persistência do Racismo Brasileiro**

O racismo está enraizado no Brasil. Uma herança da escravidão segregacionista do Brasil Colônia que hoje se traduz em novas formas de exclusão. Desde o momento em que os povos tradicionais foram trazidos à América à força, os portugueses empreenderam um processo de apagamento de suas identidades, de suas raízes, subjetividades e heranças culturais, impondo a hegemonia da cultura europeia como a única válida. Logo, ao perpetuar a concepção de superioridade dos brancos sobre os negros, baseada unicamente na cor da pele, uma forma persistente de racismo tem sido cravada na sociedade brasileira. Essa ideia de que os brancos são superiores aos negros simplesmente por serem brancos tem servido como um alicerce prejudicial para a desigualdade racial e a discriminação sistêmica que persistem no país. Essa mentalidade arraigada tem contribuído para a manutenção de privilégios injustos e para a marginalização contínua da população negra.

Durante os anos de 1500-1888, a escravidão acontecia em um regime de trabalho no qual homens e mulheres eram forçados a executar tarefas sem receber qualquer tipo de remuneração. Além disso, as pessoas escravizadas tinham suas liberdades tolhidas, pois eram consideradas propriedades de seus senhores, podendo ser vendidas ou trocadas como mercadorias.

Atualmente, o racismo não escravista se manifesta de diversas maneiras como oportunidades educacionais de qualidade inferior, falta de infraestrutura em áreas de moradia predominantemente negras, esse último que se desdobra em outro problema que é o racismo ambiental. Nestas regiões, ocorrem desastres naturais previsíveis que impactam severamente as comunidades, resultando em danos nas edificações, perda de pertences, desalojamentos de pessoas. No entanto, a falta de intervenção eficaz por parte das autoridades públicas perpetua essa situação, privando essas populações de medidas preventivas que poderiam proteger suas casas e bens. Isso ocorre devido à negligência sistemática, à falta de preocupação e à ausência de iniciativas que visem melhorar a qualidade de vida nesses locais historicamente desfavorecidos.

Ademais, em relação ao âmbito profissional existe uma escassez de empregos com remuneração adequada, carência da presença de pessoas negras em cargos de liderança tanto no setor privado quanto no setor público, sub-representação na esfera política institucional e dificuldades na aceitação dos negros nesse espaço. A sobrerrepresentação da população negra no sistema prisional, as altas taxas de mortalidade nas mãos das forças policiais, o número maior de homicídios de pessoas negras em geral, as agressões motivadas por posicionamento político ou escolha religiosa e um alarmante número de mulheres negras vítimas de estupro, feminicídio e assédio, também são indicativos da disparidade de tratamento entre pessoas negras e não-negras. Por fim, a injúria racial que é o racismo explícito e escancarado. Tudo isso evidenciando as persistentes consequências do racismo em nossa sociedade.

Segundo a notícia, “Negros têm mais do que o dobro de chance de serem assassinados no Brasil, diz Atlas; grupo representa 77% das

vítimas de homicídio” (Acayaba & Arcoverde, 2021, pars. 1-3), a probabilidade de uma pessoa negra ser assassinada no Brasil é 2,6 vezes superior àquela de uma pessoa não negra. A taxa de homicídios por 100 mil habitantes negros no Brasil em 2019 foi de 29,2, enquanto a da soma dos amarelos, brancos e indígenas foi de 11,2. Os dados fazem parte do Atlas da Violência 2021, e elaborado por meio de uma parceria entre o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), do Ministério da Economia, e o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), ligado ao governo do Espírito Santo. O estudo, feito com base em dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), ambos do Ministério da Saúde, mostra que a taxa geral de homicídios por 100 mil habitantes em 2019 foi de 21,7.

### **Racismo: Reflexões Teóricas e Desafios Atuais**

Muniz Sodré, professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro e um pesquisador de comunicação no Brasil, em seu livro mais recente “O fascismo da cor: Uma radiografia do racismo nacional” (Sodré, 2023), argumenta que esse racismo que persiste nos tempos atuais é de natureza institucional. Em uma entrevista concedida à Folha de São Paulo intitulada “Aceito a expressão, mas racismo não é estrutural no Brasil, diz Muniz Sodré” Sodré (2023, par. 8) avalia que, do ponto de vista político, o conceito de ‘racismo estrutural’, cunhado por Silvio Almeida e amplamente utilizado, é útil e compreensível, fornecendo uma base sólida para compreender o racismo no Brasil. No entanto, o autor (2023, par. 9) sustenta que o racismo opera eficazmente exatamente porque não é estrutural.

O Brasil se consolidou sob o regime escravocrata, sendo esse regime responsável pela acumulação inicial de capital no país e representando o sistema mais bem organizado e funcional da história do país. Todavia, esse sistema chegou ao fim com a promulgação da Lei Áurea. Contrariando uma ideia comum, Sodré (2023, par. 11) argumenta que a Abolição não foi uma farsa. Ela, de fato, pôs fim à sociedade escravista e, conseqüentemente, à sua estrutura. No entanto, o racismo persistiu, evidenciando que a abolição da escravidão e a erradicação do racismo são questões distintas.

Portanto, conforme disse Sodré (2023, par. 14) trata-se de uma questão institucional. O termo ‘estrutura’ implica uma totalidade composta por elementos mutuamente dependentes, como no caso da estrutura jurídica, onde a doutrina legal se reflete nos tribunais, no processo penal e nas leis - isso é verdadeiramente estrutural. Ao afirmar que o racismo é uma estrutura, é preciso demonstrar a interdependência desses elementos, tal qual aconteceu nos Estados Unidos e na África do Sul. Já no Brasil, a discriminação social não está explicitamente amparada pela burocracia estatal, o Estado não se diz racista, não existem leis racistas, nem mesmo os governantes se dizem racistas. Por isso é tão difícil acabar com o racismo no Brasil, ele está nas entrelinhas, você não o pega. A negação é a ferramenta que faz esse sistema funcionar.

Ainda na entrevista para a Folha de S. Paulo, Sodré (2023, par. 15) exemplifica o racismo institucional ao supor que, em uma seleção de candidatos para um emprego, observa-se que somente os candidatos brancos são selecionados. Mas a estrutura é formal, através da documentação escrita ou por meio de costumes que são reconhecidos por todos, está prescrita a igualdade de direitos e oportunidades. Não tem

base sólida para contestar, mesmo sendo óbvio e visível para todos a discriminação. Isto posto, Sodré postula que no Brasil, o racismo é institucional e intersubjetivo.

Seguindo a linha de raciocínio, é fundamental ter em mente que o racismo vai além da expressão evidente de discriminação com base em injúrias raciais, manifestando-se de diversas maneiras, conforme exemplificado anteriormente. Na verdade, o racismo é uma construção social complexa que penetra profundamente na consciência coletiva das sociedades, operando de maneira a perpetuar a desigualdade social. Ele se enraíza no imaginário das pessoas, persistindo nesse espaço mental porque uma ideia preconcebida foi cuidadosamente moldada e perpetuada ao longo do tempo.

Segundo Stuart Hall (2015, p. 1), “raça é uma construção discursiva, um conceito classificatório importante na produção da diferença, um significante flutuante, deslizante, que significa diferentes coisas em diferentes épocas e lugares”. Ele a considera um significante fluido e mutável, cujo significado varia conforme o tempo e o espaço. O autor coloca em discussão as noções essencialistas relacionadas à raça, salientando que essa concepção pode ser mais adequadamente compreendida como uma construção linguística do que como uma categorização biológica. Hall (2015, p. 2) argumenta que a raça é produzida social e culturalmente, moldada pelas lutas políticas travadas por diversos movimentos sociais e pelas disputas de poder.

Portanto, a compreensão da raça como uma construção discursiva é crucial para apreender sua natureza multifacetada e sua evolução ao longo do tempo e em diferentes contextos sociais e culturais. Nesse contexto, Stuart Hall (1997) argumenta que os significados não têm uma

existência intrínseca no mundo material; em vez disso, eles são produtos do sistema de linguagem ou de qualquer sistema utilizado para representar os conceitos elaborados pelas pessoas dentro de uma sociedade particular. Nas suas próprias palavras, “as coisas não significam: nós construímos sentidos, usando sistemas representacionais – conceitos e signos” (Hall, 1997, p. 50).

Os Estudos Culturais, campo acadêmico que se destaca pela influência de Stuart Hall, um de seus mais proeminentes representantes, têm como seu propósito central a análise crítica e contextualizada da cultura e da sociedade contemporânea. Esta abordagem acadêmica é notável por sua natureza interdisciplinar, abrangendo diversos campos, como comunicação, sociologia, literatura, antropologia, entre outros, e se dedicando à investigação minuciosa das estruturas sociais contemporâneas.

Dentro desse amplo espectro de tópicos abordados nos Estudos Culturais, o autor dedicou particular atenção às questões étnico-raciais, estabelecendo uma análise abrangente e aprofundada da complexidade do racismo. Seu trabalho nessa área não apenas explora as nuances das dinâmicas raciais, mas também fornece percepções valiosas sobre como as representações culturais e a mídia desempenham um papel crucial na construção e perpetuação das identidades e dos estereótipos raciais.

Em vista disso, o autor (Hall, 2005, p. 6) enfatiza a importância de adotar uma abordagem sensível às nuances locais e históricas como requisito fundamental para uma compreensão ampla e precisa do fenômeno em questão. Ele argumenta que, apesar da existência de “mecanismos gerais comuns no mundo inteiro que se associam às



práticas de racismo” (Hall, 2005, p. 6), é crucial reconhecer que são as especificidades contextuais que moldam a manifestação do racismo.

Hall concentrou sua análise no contexto inglês, onde ele investigou minuciosamente as complexidades da sociedade britânica. No entanto, é importante notar que, embora esse foco inicial tenha sido em uma realidade geograficamente distinta e única, os estudos realizados por Hall apresentam uma relevância que se estende para além das fronteiras geográficas, e pode ser aplicada de maneira significativa na compreensão das dinâmicas étnico-raciais em diversos contextos, incluindo o cenário brasileiro. Sua abordagem analítica se concentra, de maneira específica, na influência do discurso e nas representações étnico-raciais na mídia, e nas implicações sociais que delas advêm, com um enfoque particular na Inglaterra.

Ao examinar a estereotipia racial, Hall (2005, p. 6) destaca a natureza intrínseca desse fenômeno, assim como a persistência de imagens negativas associadas à raça e etnicidade na mídia. Além disso, o autor aponta para uma lacuna significativa na narrativa histórica inglesa, ao evidenciar a ausência de relatos sobre a experiência negra como parte central da história do país. Ademais, Hall observa uma tendência de simplificação na representação da história, da vida e da cultura negra na mídia. Essa análise detalhada oferece uma perspectiva crucial para a compreensão das complexas interações entre representações midiáticas e a experiência racial na sociedade contemporânea.

No contexto dessas representações e discursos, Hall (2005, p. 8) ressalta a importância de direcionar nossa atenção não apenas para as manifestações explícitas das discussões sobre raça, mas também para o que permanece inexprimível e reprimido nas conversas e narrativas

relacionadas à raça na sociedade inglesa. O autor (Hall, 2005, p. 8) utiliza uma analogia perspicaz ao comparar o processo de compreender as lógicas do racismo com o trabalho de Freud em relação aos sonhos, os quais frequentemente revelam conteúdos indizíveis e reprimidos da cultura, os ‘não ditos’ e os silêncios.

Desafiando a ideia simplista de que o racismo se apresenta de forma evidente e linear, ele (Hall, 2005, p. 8) argumenta que, ao contrário dessa aparência superficial, a estrutura e as dinâmicas da discriminação racial são profundamente complexas, abrigando complexidades de sentimentos e atitudes que resistem a serem rigidamente categorizados ou fixados. Ao invés disso, essas complexidades mantêm-se maleáveis e suscetíveis a ajustes, persistindo como parte integrante da dinâmica social e moldando-se de acordo com a evolução da sociedade.

Na perspectiva brasileira, a abordagem analítica de Stuart Hall nos convida a examinar minuciosamente as complexas interações entre discursos e representações raciais e seu impacto na percepção pública, bem como em como essas interações continuam a influenciar as dinâmicas raciais no Brasil contemporâneo. A história brasileira é marcada por um longo histórico de representações racistas na mídia. Tanto no cinema quanto na televisão, pessoas negras foram retratadas por muito tempo por meio de estereótipos e preconceitos, resultando em representações simplistas e negativas.

Essas representações exerceram uma influência profunda na forma como as pessoas negras eram percebidas e tratadas na sociedade, uma vez que ilustram os critérios de categorização utilizados pela sociedade brasileira para atribuir significados à realidade. São esses significados culturais que delineiam não apenas quem um indivíduo é, mas também

quem se espera que ele seja. Destaca-se, assim, o poder da cultura como uma estrutura que molda o tecido social, contribuindo para a formação da identidade dos sujeitos. Por conseguinte, a produção e o consumo dos sistemas culturais se tornam pontos de constante conflito, nos quais se travam batalhas pelo controle e regulação.

Para avançar na discussão e, assim, chegar ao ponto central da investigação proposta neste estudo, faço uso das pesquisas de Jesús Martín-Barbero. O autor argumenta (Martín-Barbero, 1997) que as mensagens culturais veiculadas se transformam quando os receptores se apropriam delas. À medida que os receptores atribuem significados a partir de suas experiências de vida, as mensagens se desdobram em novas práticas e novas ações. Então, o foco se tenciona na recepção e como isso se desdobra nas configurações socioculturais na sociedade.

Assim sendo, Martín-Barbero (1997) diz que juntamente com as experiências de vida como a mediação da família, da escola, das amizades, dos vizinhos, das instituições religiosas, entre outras, que fornecem recursos simbólicos e narrativos para que os indivíduos se identifiquem e se reconheçam como tais, os conteúdos veiculados pelos meios de comunicação se apresentam como um elemento de apoio na construção de sentido. É uma ferramenta importante para o processo de subjetivação, mas importante lembrar que não é a única.

## **Metodologia e *Corpus* de Análise**

Nesse sentido, esta pesquisa traz o *podcasting* como uma modalidade radiofônica, um rádio sob demanda, com potencial para desenvolver novas práticas interacionais e novas modalidades de recepção,

reconfigurando o rádio, um meio de comunicação que tinha se esvaziado, como novamente uma instância de mediação cultural.

O rádio tradicional que foi um meio de comunicação tão formador de identidades e gerador de uma sensação de pertencimento, se vê reconfigurado devido a convergência tecnológica e midiática, novamente podendo exercer a mesma função. Quando são produzidos os podcasts, os produtos desse rádio sob demanda, vai muito além do que apenas o episódio, como é chamado o arquivo de áudio. São comunidades de ouvintes que são formadas e que hoje interagem através das redes sociais, normalmente o Twitter e Instagram, e um canal de comunicação, o Telegram.

Por estar adotando um caráter cada vez mais massivo, essa modalidade desponta como possibilidade de usar a espetacularização como forma de visibilidade para assuntos e causas sociais que geralmente não ganham espaços na mídia tradicional. E por ser uma mídia alternativa, relativamente acessível e independente, se situa como espaço para atores sociais agenciar em prol de transformações sociais.

O podcast em análise é o ‘Angu de Grilo’, da jornalista Flávia Oliveira e da sua filha, a também jornalista Isabela Reis. Ambas mulheres negras. Inspirado na expressão usada pela mãe de Flávia, ‘Angu de Grilo’, remete à mistura, no caso do podcast, diz respeito à variedade de assuntos. Lançado semanalmente, sempre às terças-feiras pela manhã, as jornalistas conduzem o programa a partir de um formato de diálogo entre elas. Durante essas conversas, as profissionais discorrem sobre uma variedade de assuntos, passando por temas de maior relevância, como as notícias pertinentes da semana (*hardnews*), oferecendo análises e críticas a partir de suas perspectivas e pontos de vista sobre os acontecimentos,

até entretenimento como recomendações de séries. O Angu de Grilo encontra-se amplamente acessível, disponível em todos os agregadores de podcasts. No Spotify os ouvintes têm a oportunidade de avaliar o programa, o Angu de Grilo mantém uma classificação média de cinco estrelas, com 5,8 mil avaliações até então (outubro de 2023). No Instagram, o perfil do podcast conta com uma sólida base de seguidores, somando 24,4 mil no momento (outubro de 2023).

O tom casual do papo entre mãe e filha não tira a seriedade do jornalismo feito por Flávia e Isabela, pelo contrário, o foco é uma informação responsável com linguagem acessível e um jornalismo com acolhimento. Ademais, o ambiente caseiro e a homenagem aos ancestrais fazem do Angu de Grilo um espaço de afirmação de laços familiares e comunitários e empoderamento feminino e racial.

Claramente, é um jornalismo que vai na contramão das diretrizes editoriais tradicionais. O objetivo da pesquisa é analisar a porta de possibilidades que o *podcasting* abre para vozes negras no jornalismo serem protagonistas e de que maneira as experiências pessoais de Flávia e Isabela influenciam na forma como esse jornalismo é feito e como esse jornalismo vai contribuir para a construção das futuras jornalistas negras.

A análise abordará de maneira abrangente o podcast, reconhecendo que é o conjunto das discussões que confere sua relevância. Em vez de recortes seletivos, a análise se concentrará na totalidade da obra, reconhecendo a singularidade do podcast em sua capacidade de impulsionar a transformação social. Serão examinados aspectos como a liberdade na escolha de pautas, a promoção da cultura negra e o papel fundamental desempenhado por Flávia e Isabela como protagonistas da narrativa histórica. O objetivo é investigar como esse podcast pode

contribuir para a transformação social, avaliando seu impacto na sociedade e os efeitos que pode gerar.

### **Protagonismo Negro no Jornalismo: um estudo de caso do podcast “Angu de Grilo”**

Em primeiro momento, acredito que o ponto central do podcast Angu de Grilo seja a liberdade para além do acesso ao microfone. O podcast surge como uma mídia alternativa que propicia autonomia de criação e produção. As jornalistas Flávia e Isabela têm o poder de decisão em relação a pautas e encaminhamentos, fugindo da obrigatoriedade de direcionamento temático que geralmente a mídia tradicional impõe e tende a reforçar estereótipos limitando jornalistas negras a falar apenas sobre negritude. Dessa forma, o Angu de Grilo transita entre histórias familiares, política nacional e internacional, indicação de séries e dicas, economia e análise de dados, afrofuturismo, ancestralidade, feminismo, questões raciais e assuntos de relevância semanal (*hardnews*). Tudo isso debatido com muita humanidade, acolhimento, sensibilidade a todos os temas tratados. Para mais, Flávia que é jornalista também na mídia tradicional, tem esse espaço para discutir além dos seus assuntos de referência que são economia e análise de dados de indicadores sociais e racismo na sociedade brasileira.

Elenco primeiro o poder de decisão em relação a pautas, porque existe a equivocada concepção no imaginário coletivo de que representatividade é ‘apenas’ ter a presença de jornalistas negros na redação. Entretanto, frequentemente esses indivíduos estão em posições subordinadas a superiores brancos. Ou seja, o domínio da representatividade ainda é um campo de luta no movimento negro. Ao examinar criticamente

as representações contemporâneas da negritude e das pessoas negras, revela-se que a eficácia dessa representatividade é questionável e pode até ser considerada ilusória.

A representatividade, especialmente no contexto do jornalismo e da comunidade negra, envolve o compromisso de assegurar a presença de profissionais negros em posições de liderança nas redações, bem como garantir que as vozes e histórias da comunidade negra sejam devidamente valorizadas. Esse esforço desempenha um papel essencial na prevenção de estereótipos, preconceitos e na promoção do equilíbrio na cobertura de questões relacionadas à comunidade negra.

De maneira semelhante ao conceito de representatividade, o de lugar de fala também é frequentemente mal interpretado. O ‘lugar de fala’ diz respeito exclusivamente à posição social ocupada por um indivíduo, sem implicar em permissões ou proibições para abordar temas específicos. Contudo, por vezes jornalistas negros são restritos a abordar exclusivamente questões relacionadas à negritude, em virtude do chamado ‘lugar de fala’.

A persistente confusão entre os conceitos de representatividade negra no âmbito do jornalismo e a noção de lugar de fala, na qual os profissionais frequentemente se encontram subordinados a supremacia branca e devem aderir aos direcionamentos temáticos, que em sua maioria incluem a abordagem do racismo, não apenas carece de autêntica representatividade, mas também pode ser interpretada como uma forma de silenciamento. Além disso, essa confusão contribui para a desresponsabilização da hegemonia representada pelo homem cisgênero branco, que frequentemente não se engaja nas complexas realidades sociais

enfrentadas por aqueles que não compartilham de seu privilégio, nem mesmo age para que esse cenário mude.

Para que a descolonização aconteça por completo, é imperativo que tanto os colonizados quanto os colonizadores estejam envolvidos nesse intrincado processo. A verdadeira transformação só pode ser alcançada quando todos se tornam antirracistas e se comprometem com essa causa. A luta não pode recair exclusivamente sobre os indivíduos negros; ela requer a participação ativa de toda a sociedade para funcionar e ter êxito.

Então, a transformação social possibilitada pela comunicação e pela cultura é claramente evidenciada no podcast. Este ambiente midiático proporciona a ressignificação das representações, conferindo-lhes uma perspectiva livre de estereótipos dentro do âmbito jornalístico. A representação da população negra ocupando um lugar de destaque e central nos meios midiáticos do jornalismo.

O segundo ponto é a valorização da cultura negra, as raízes e a ancestralidade presente no jornalismo feito no Angu de Grilo. De início pelo nome já é possível identificar a linha geracional que une a avó, a mãe e a filha. Uma relação enaltece o vínculo ancestral, característico das matrizes culturais africanas e que permanecem resistindo à colonização, que ainda está em curso, uma vez que existe uma tentativa de ocidentalização das subjetividades afro-brasileiras. Outrossim, tanto Flávia quanto Isabela são de religião de matriz africana, do Candomblé, que faz essa ligação com suas raízes em terras africanas antes do período diaspórico e que também pode se alocar nesse aspecto contra colonizatório gerado a partir do sentimento de resistir ao processo de apagamento das identidades, saberes ancestrais e subjetividades.



Toda essa valorização da cultura negra que as jornalistas fazem com orgulho, traz novos sentidos e significados, considerando que no Brasil o racismo religioso ainda ocupa altos números nas estatísticas, e que vários adeptos hesitam em se identificar ou até se privam de conhecer, dado o forte preconceito e perseguição. Segundo notícia publicada em janeiro de 2023 pela BBC, “‘Liberdade religiosa ainda não é realidade’: os duros relatos de ataques por intolerância no Brasil”, o número de denúncias de intolerância religiosa no Brasil aumentou 106% em apenas um ano. Passou de 583, em 2021, para 1,2 mil, em 2022, uma média de três por dia (Bernardo, 2023, par. 9). A maior parte foi feita por praticantes de religiões de matriz africana, como umbanda e candomblé. Só nos primeiros 20 dias de 2023, o Disque 100, canal para denúncias de violações de direitos humanos, registrou 58 ocorrências (Bernardo, 2023, par. 10). No ambiente virtual, o número de casos de intolerância religiosa quintuplicou em um ano. Segundo levantamento da Safernet, ONG que mantém uma central de denúncias de violações contra direitos humanos, como racismo, misoginia e xenofobia, os ataques online saltaram de 614, entre janeiro e outubro de 2021, para 3,8 mil, no mesmo período de 2022, um crescimento de 522% (Bernardo, 2023, par. 17).

Sendo assim, um espaço que gera identificação, pertencimento, mudança de perspectivas em relação a poder se orgulhar de quem se é, de onde veio, sua cultura, algo que foi negado aos negros durante tantos anos, gera um sentimento libertador. Se enxergar fora das lentes do racismo. Isso se o podcast for consumido por pessoas negras, coloquei nesse contexto apenas porque as questões perpassam trajetórias da vida negra. No entanto, isso não significa que o programa seja destinado exclusivamente a essas pessoas, pois é de extrema importância que

homens brancos e mulheres brancas consomem o conteúdo do Angu de Grilo, para que o debate possa ser ampliado entre os mais diversos grupos que compõem a sociedade, e as vozes das jornalistas possam ser ouvidas por todas, todos e todes.

O terceiro ponto é a afirmação como sujeitas radicais, conceito formulado por bell hooks (2019). As jornalistas Flávia e Isabela se tornam uma das referências de representação positiva para mulheres negras. Ao desafiar narrativas estereotipadas que historicamente as reduziram a papéis limitados, essas mulheres redefinem como se vêem e são vistas, alcançam a sua subjetividade e se auto afirmam. E de pouco a pouco essa transformação vai acontecendo, porque outras mulheres negras ao verem pessoas que se parecem com elas ocupando posições de destaque, tendo voz e sendo ouvidas, colocando suas ideias no mundo, podem enxergar um espelho no qual se refletirem. Isso oferece validação e inspiração, desempenhando um papel crucial na construção e fortalecimento da identidade, na busca por sua própria subjetividade para se tornar uma sujeita radical.

Porque é de significativa relevância para as mulheres negras que estão em busca de uma subjetividade radical e de um entendimento profundo de si mesmas, poderem se reconhecer através da representação. Tal reconhecimento possibilita a identificação, que, por sua vez, conduz ao autoconhecimento e à formação da própria identidade. Essa jornada é um percurso a ser percorrido, um autodescobrimento a ser realizado, constituindo-se em um processo de reconhecimento e consolidação do próprio 'eu'. Nesse caso, mulheres negras que aspiram a carreira do jornalismo podem por vezes desacreditar devido às estruturas da mídia tradicional que continuam nas mãos dos homens cisgênero brancos

capitalistas, contudo, podem se abrir para outras abordagens, outros formatos, outras formas não hegemônicas de comunicar, buscar novas e transformadoras iniciativas, como é o caso do podcast.

## **Considerações Finais**

Ao revisitar o legado colonial, que promovia a ideia de uma suposta harmonia racial entre brancos, negros e indígenas, torna-se evidente o atual cenário político que marginaliza as vozes afrodescendentes. De acordo com a argumentação de Stuart Hall (2015), que enfatiza a construção social e cultural da noção de raça, é possível observar que todas as simbologias associadas à raça são minuciosamente concebidas e representadas com a intenção de moldar o imaginário coletivo e estabelecer hierarquias sociais. Nesse contexto, alinhado à perspectiva de Martín-Barbero (1997), os meios de comunicação podem ser empregados como ferramentas auxiliares na construção de significado. Isso ocorre à medida que, dentro do intrincado tecido de interações que compõem a sociedade, essa construção não está mais restrita aos limites físicos.

Neste estudo, nossa análise se concentrou na investigação do podcast, uma expressão moderna de transmissão radiofônica, concluindo que essa mídia alternativa se apresenta como uma plataforma com potencial para fomentar a transformação social. Através da apropriação desse meio de comunicação massivo, em conjunto com a habilidade de utilizar estratégias de espetacularização, é viável conferir uma relevância de ordem social e política à abordagem de questões de fundamental importância que frequentemente são marginalizadas. Assim como o rádio desempenhou um papel de influência significativa na construção das identidades individuais durante o período amplamente conhecido

como a ‘era de ouro’, o podcast pode igualmente exercer uma influência substancial na formação das identidades contemporâneas. Isso ocorre à medida que o podcast é empregado como uma ferramenta de reconfiguração da representação de signos e símbolos associados à negritude.

Portanto, através de um processo gradual, a sociedade tem a oportunidade de iniciar a reconstrução de seus fundamentos éticos e valores, com mulheres negras assumindo papéis de destaque e estabelecendo-se como protagonistas, afirmativas e influentes, correspondendo ao conceito que bell hooks denomina de ‘tornar-se sujeitas radicais’. Esses movimentos, liderados por mulheres negras, como exemplificado pelo jornalismo disruptivo de Flávia e Isabela no Angu de Grilo, têm dedicado esforços incessantes na busca por um futuro caracterizado pela resistência e pela valorização das narrativas afrodescendentes.

## Referências

Acayaba, C. A., & Arcoverde, L. (2021, 31 de agosto). Negros têm mais do que o dobro de chance de serem assassinados no Brasil, diz Atlas; grupo representa 77% das vítimas de homicídio. *GI*. <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/08/31/negros-tem-mais-do-que-o-dobro-de-chance-de-serem-assassinados-no-brasil-diz-atlas-grupo-representa-77percent-das-vitimas-de-homicidio.ghtml>

Bernardo, A. (2023, 29 de janeiro). ‘Liberdade religiosa ainda não é realidade’: Os duros relatos de ataques por intolerância no Brasil. *BBC News Brasil*. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64393722>

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2022). *A violência contra pessoas negras no brasil 2022*. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/11/infografico-violencia-desigualdade-racial-2022.pdf>

- Hall, S. (2015). Raça, o significante flutuante. Tradução Liv Sovik em colaboração com Katia Santos. *Z Cultural*, 1-6.
- Hall, S., Hughes, H., & Khoury, Y. A. (2005). Raça, cultura e comunicações: olhando para trás e para frente dos estudos culturais. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, 31.
- hooks, b. (2019). *Olhares Negros: raça e apresentação*. Elefante
- Martín-Barbero, J. (1997). *Dos meios às mediações*. Editora UFRJ.
- Meireles, M. (2023, 18 de março). Aceito a expressão, mas racismo não é estrutural no Brasil, diz Muniz Sodré. *Folha de S.Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2023/03/aceito-a-expressao-mas-racismo-nao-e-estrutural-no-brasil-diz-muniz-sodre.shtml>
- Sodré, M. (2023). *O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional*. Editora Vozes.
- Varoni, P. (2020, 7 de janeiro). “Angu de grilo” e locus social: Do podcast familiar à bancada do JN. *Observatório da Imprensa*. <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/equidade-racial/angu-de-grilo-e-locus-social-do-podcast-familiar-a-bancada-do-jn/>
- Zubaran, M. A., Wortmann, M. L., & Kirchof, E. R. (2016). Stuart Hall e as questões étnico-raciais no Brasil: cultura, representações e identidades. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, 56.

# VISITA GUIADA COM AUDIODESCRIÇÃO EM UMA FÁBRICA: O CASO DA AMBEV AGUDOS

*Guilherme Ferreira de Oliveira<sup>1</sup>*  
*Leila Maria Gumushian Felipini<sup>2</sup>*  
*Suely Maciel<sup>3</sup>*

A Cervejaria Ambev realiza visitas abertas ao público em suas unidades. Em seu *website*, a empresa informa: “abrimos as portas para vocês conhecerem a paixão pelo que fazemos!” (<https://www.visitaambev.com.br/>). Dessa forma, a Ambev objetiva expor seu processo de produção da cerveja com transparência. Embora elas não possuam uma limitação quanto ao público acima de 18 anos, todo um leque de pessoas não pode acessá-las totalmente: as pessoas com deficiência visual.

- 
1. Mestrando (PPGMiT) da Universidade Estadual Paulista - UNESP.  
[guilherme.f.oliveira@unesp.br](mailto:guilherme.f.oliveira@unesp.br)
  2. Docente do Centro Universitário Sagrado Coração (Unisagrado).  
Doutora em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP),  
[leila.felipini@unisagrado.edu.br](mailto:leila.felipini@unisagrado.edu.br)
  3. Docente da Universidade Estadual Paulista - UNESP.  
[suely.maciell@unesp.br](mailto:suely.maciell@unesp.br)

As pessoas com deficiência somam mais de 17 milhões de brasileiros, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2021), sendo aproximadamente 7 milhões de pessoas com deficiência visual (cegueira e baixa visão) (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021). Trata-se de um enorme grupo de pessoas para quem a defesa da igualdade e a luta pela inclusão estão no cerne do constante enfrentamento das barreiras que impedem uma existência autônoma, independente e digna, em todas as esferas da vida cotidiana. E entre os principais entraves a serem eliminados estão as barreiras e a consequente falta de acessibilidade.

Incluir as pessoas com deficiência na sociedade implica o oferecimento de condições para a plena fruição das experiências que o meio ambiente particular oferece e a consideração das especificidades culturais, históricas e de comportamento dos diferentes grupos de pessoas. “Incluir não é só colocar juntos, e sobretudo, não é negar a diferença, mas respeitá-la como constitutiva do humano” (Bartalotti, 2006, p. 16).

Existem diversas barreiras no acesso à informação em uma sociedade que prioriza a visualidade do mundo (von der Weid, 2014). Deve-se questionar a visão como princípio organizador das experiências (von der Weid, 2014) a partir do reconhecimento de outras formas de organização de sentidos, como pela audição.

Assim, a disponibilização de informações em formatos sonoros aparece como alternativa assistiva relevante, dada a riqueza de seus formatos e a sua capacidade de sensibilização. Na gama dos tipos de recursos de acessibilidade que entregam a informação pela audição, existe a audiodescrição - processo de tradução de signos visuais para verbais (Jakobson, 1995).

Este trabalho objetiva apresentar o caso da produção de audiodescrição e da realização de uma visita guiada para pessoas com deficiência visual na fábrica da Ambev de Agudos. A iniciativa partiu de duas frentes: 1) a empresa procurou o Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em Mídia e Acessibilidade “Biblioteca Falada” (BF) para a realização de um projeto conjunto alinhado às suas iniciativas de Diversidade e Inclusão; 2) a consulta quanto ao interesse dos alunos com deficiência visual do Lar Escola Santa Luzia para Cegos (LESL) em conhecer o processo de produção de cerveja. Como a Ambev já possuía uma visita técnica para exposição do seu processo de produção, optou-se pela construção de um roteiro de audiodescrição na modalidade “ao vivo” (Alves & Teles, 2017), que fosse integrado ao roteiro de visitas, em parceria com o Projeto de Extensão Tradução e Acessibilidade na Comunicação (TraduSC), do Centro Universitário Sagrado Coração (Unisagrado).

### **Marco teórico: acessibilidade cultural, audiodescrição e suas potencialidades**

O livre usufruto da informação, dos espaços e da construção da vida cotidiana na totalidade, que considere o uso de todos os indivíduos, independente das limitações físicas, sensoriais e intelectuais que apresentem, depende das possibilidades de acesso fornecidas. Assim, entende-se que a acessibilidade,

refere-se à condição que devem cumprir os objetos, dispositivos, ambientes, processos, bens, produtos e serviços para serem compreensíveis, utilizáveis e praticáveis por todas as pessoas com segurança, conforto e da forma mais natural e autônoma possível. É um direito que promove a igualdade de oportunidades e que



concerne especialmente às pessoas com deficiência. (*Instrução Normativa n. 128, 2016, par. 4*)

Já a acessibilidade cultural pode ser entendida como “um conjunto de adequações, medidas e atitudes que visam proporcionar bem-estar, acolhimento e acesso à fruição cultural” (Sarraf, 2018, p. 27).

Em 2015, foi sancionada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/15), que está em vigor desde 02 de janeiro de 2016. Essa Lei aponta que as pessoas com deficiência têm direito à cultura, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo garantido o acesso aos bens culturais em formatos acessíveis (Naves et al., 2016).

A promoção do acesso à cultura, além de uma questão de cidadania, também possibilita a ampliação do repertório cultural e informacional dos indivíduos. Isso se faz possível a partir do usufruto de oportunidades e espaços de cultura, tanto públicos como privados. Considera-se também que a acessibilidade cultural engloba a promoção do acesso a ambientes culturais, os quais são caracterizados pelo “equilíbrio entre a extroversão da cultura objetiva, no caso de museus, as coleções organizadas por curadoria (participativa, acessível ou acessibilizada), e a cultura subjetiva, ou seja, aquela que nos compõem como sujeitos atuantes e pertencentes a diversos grupos sociais” (Cardoso & Cuty, 2021, p. 6).

No que se refere ao acesso à cultura impregnada e componente indissociável de produtos audiovisuais, “o tópico da acessibilidade nunca foi tão discutido e presente nas artes visuais e audiovisuais como nos

últimos tempos” (Franco & Araújo, 2022, p. 595). A questão central está no entendimento da pluralidade de formas de acesso.

Sá, Campos e Silva (2007) apontam que a visão possibilita que as pessoas conheçam o ambiente e as outras pessoas que lá estão em segundos. Isso porque uma infinidade de estímulos chegam até as pessoas por meio da visão. Entre esses estímulos, estão as formas, tamanhos, cores, dimensões, a disposição do mobiliário, o estado de conservação, a caracterização das pessoas, as expressões fisionômicas e os gestos.

Entre as modalidades de Tradução Audiovisual Acessível, temos a audiodescrição, definida como sendo “uma atividade de mediação linguística, uma modalidade de tradução intersemiótica, que transforma o visual em verbal” (Motta & Romeu Filho, 2010, p. 8).

Essa definição está em consonância com Jakobson (1995), quem elenca três tipos de tradução: a interlinguística (envolvendo texto de partida e de chegada em línguas diferentes); a intralinguística ou reformulação (envolvendo texto de partida e de chegada na mesma língua); e, por fim, a intersemiótica ou transmutação (em que o texto de partida e o texto de chegada estão em meios semióticos diferentes, como do visual para o verbal e vice-versa).

Araújo (2010, p. 94) explica, por exemplo, que “a AD seria uma tradução intersemiótica porque transmuta as imagens de um filme em palavras”. Para essa autora, a AD possibilita a ampliação das possibilidades, uma vez que, por meio desse tipo de tradução, toda informação visual pode ser traduzida: uma imagem, uma fotografia, uma ilustração, produtos audiovisuais, cenários, espetáculos e ambientes abertos e fechados.

Motta e Filho (2010) afirmam que a AD abre possibilidades de acesso à cultura e à informação, permitindo uma inclusão cultural, social e até escolar, não apenas para pessoas com deficiência visual, mas também para pessoas com deficiência intelectual, idosos, pessoas não alfabetizadas e pessoas com dislexia, uma vez que amplia o entendimento desses. Por meio, então, de informação sonora, a AD amplia o entendimento desse público variado em eventos culturais, sejam eles gravados ou ao vivo, como, por exemplo: peças de teatro, programas de TV, exposições, mostras, musicais, óperas, desfiles e espetáculos de dança, assim como em eventos turísticos, esportivos, pedagógicos e científicos.

Podemos classificar três tipos de audiodescrição (Naves et al., 2016): a pré-produzida tem o roteiro e a narração preparada previamente à exibição do produto audiovisual, ao qual ela é mixada após ser gravada e editada; a audiodescrição ao vivo, em que o roteiro é escrito antecipadamente, mas a narração é realizada ao vivo, por exemplo, em peças teatrais, visitas a museus, programas de TV ao vivo através da utilização de equipamentos de tradução simultânea; a audiodescrição simultânea, que pode ser realizada em programas, paradas ou reportagens de última hora, sem roteiro e sem ensaio, ou seja, a simultânea é integralmente feita no momento do evento.

Normalmente, as ADs gravadas são feitas por duas pessoas diferentes: uma fica responsável pela elaboração da tradução audiovisual propriamente dita, sistematizando-a num roteiro (audiodescritor roteirista), e a outra tem a função de narrar o conteúdo (audiodescritor narrador). Já as ADs ao vivo e simultâneas são, necessariamente, feitas por uma única pessoa, porque “na primeira, a obra pode sofrer alterações

ao ser exibida e, por isso, exigir que sejam feitas adaptações no roteiro, enquanto que na simultânea o roteiro é elaborado no momento do evento” (Costa & Frota, 2011, p. 7). As especificidades de cada uma estão apresentadas no quadro 1.

### Quadro 1

#### *Classificação de AD conforme disponibilização e preparação de roteiro e narração*

<b>TIPO</b>	<b>ROTEIRO</b>	<b>LOCUÇÃO</b>
<b>GRAVADA</b>	Antes da Exibição	Antes da Exibição
<b>AO VIVO</b>	Antes da Exibição	No momento da exibição
<b>SIMULTÂNEA</b>	No momento da exibição	No momento da exibição

*Nota.* Adaptado de Alves & Teles (2017, p. 432) e Costa & Frota (2011).

A audiodescrição pode ser utilizada em contextos variados, como, por exemplo, nos cinemas, teatros, mostras, em aulas, livros e sites, entre outras possibilidades, o que permite tornar acessíveis tanto imagens dinâmicas quanto estáticas (Motta, 2016). Uma das possíveis aplicações para a audiodescrição é no auxílio para deslocamento.

Motta (2016), com base no Manual de Convivência de Mara Gabrielli, indica, em seu livro “Audiodescrição na Escola: abrindo caminhos para leitura de mundo”, algumas dicas de condução e orientação. Entre essas dicas, a autora traz que, durante o trajeto, é importante que o audiodescritor dê informações e descreva os locais por onde passarem; é sempre bom que ele avise, antecipadamente, a existência de degraus, pisos escorregadios e obstáculos que possam existir durante o trajeto; em um corredor estreito, por onde apenas uma pessoa pode

passar, o audiodescritor deve colocar o braço para trás para que a pessoa com deficiência visual possa continuar seguindo ele.

Sá et al. (2020b), no módulo “Audiodescrição em livros e publicações curtas” apresentam algumas dicas para a realização de descrições baseadas em diretrizes da audiodescrição: “descrever o que vê: o que/quem aparece, onde, as ações, o tempo, o enquadramento, características físicas, roupas, cores e outros elementos visuais; organizar a descrição do geral para o específico, da esquerda para a direita, de cima para baixo” (Sá et al., 2020b).

A audiodescrição é um recurso de extrema relevância, uma vez que as pessoas com deficiência visual que têm a oportunidade de experimentar essa modalidade de tradução audiovisual se sentem incluídas e respeitadas, além de sentirem-se capazes de discutir sobre os conteúdos acessados (Sá et al., 2020a).

## **Procedimentos Metodológicos**

Este trabalho, conforme já apontado, objetiva apresentar o caso da produção de audiodescrição e da realização de uma visita guiada para pessoas com deficiência visual na fábrica da Ambev de Agudos. Para tal, adota-se como metodologia um registro descritivo dos procedimentos adotados para a elaboração do roteiro de audiodescrição e da visita guiada propriamente dita.

Conforme experiências anteriores de elaboração de roteiro de audiodescrição para visitas guiadas (Oliveira, Maciel & Magalhães, 2022), as etapas de construção do roteiro foram: 1) visita técnica para registros escritos e audiovisuais (fotografias e vídeos); 2) escrita de acordo com diretrizes existentes para audiodescrição (Naves et al., 2016);

3) visita técnica para ajustes e testagem do roteiro; 4) revisão por uma audiodescritora-consultora cega; 5) revisão final de linguagem e estilo.

Quatro pessoas elaboraram o roteiro, que, após a escrita, foi testado por meio de uma visita técnica com a presença de 10 estudantes, os quais observaram possíveis lacunas e/ou inadequações e indicaram melhorias. Em seguida, a consultora, como parte integrante da validação e inclusão no processo (Mianes, 2016), trouxe seus apontamentos. Os ajustes foram feitos para se chegar à última versão do roteiro. A seguir apresentamos detalhadamente cada etapa e a realização da visita em si.

## **Resultados e Discussão**

A primeira etapa, a da visita técnica para registros, foi realizada dois meses antes da data prevista para a visita guiada, com o intuito de conhecer o lugar e o roteiro da visita guiada já existente que é realizada pela equipe da Ambev. Essa visita, por sua vez, conta detalhadamente os processos de produção da cerveja, além dos aspectos históricos da fábrica, e descreve as funções dos maquinários etc. Na visita técnica também foi possível adquirir uma noção das dimensões da fábrica e dos espaços, como também das distâncias de deslocamento e quais são as áreas passíveis de trânsito etc. A partir dessas anotações, fotografias e registros e vídeos seria possível descrever o espaço.

Já na segunda etapa, a escrita do roteiro foi feita por quatro pessoas: dois estudantes do curso de Jornalismo da Unesp, um estudante de mestrado em Mídia e Tecnologia também da Unesp e uma docente do curso de Letras-Tradutor da Unisagrado.

Conforme normatizações, a descrição é feita inteira no presente do indicativo, utiliza preferencialmente adjetivos descritivos,

evita descrições avaliativas e qualitativas e mantém o foco no que é informação visual (ABNT NBR-16452, 2016). A escrita precisava ser fluida, uma vez que todo o texto seria narrado durante a caminhada. Dessa forma, optou-se por priorizar períodos curtos e sem intercalação, linguagem simples e baixa complexidade frasal. No roteiro também foi necessário explicar todos os termos técnicos e não-usuais imediatamente após apresentá-los.

A terceira etapa, de testagem do roteiro, aconteceu três semanas antes da data prevista para a visita. Nela, os responsáveis pela visita guiada padrão da Ambev realizaram-na em conjunto com a narração ao vivo do roteiro de audiodescrição. Dessa forma, foi possível traçar uma sequência de alternância de falas, uma sequência lógica que não interrompesse nem a fluidez da história e dos processos que estão sendo contados, nem a construção imagética da audiodescrição.

Um grupo de 10 voluntários do Biblioteca Falada participaram da visita técnica para testagem. A partir da observação *in loco* dos espaços, eles trouxeram apontamentos comparativos entre o que estava sendo visto e o que foi descrito no roteiro de AD. Assim, muitos foram os ajustes necessários, especialmente nas partes de trânsito entre uma área e outra da fábrica.

A quarta etapa de revisão pela consultoria, como já mencionado, é essencial para a validação do texto escrito. É a partir da formação e da experiência do audiodescritor-consultor que se revisa o roteiro pensando na fruição da mensagem e o quanto ela possibilita construir o cenário que se propõe descrever. A consultoria foi realizada de maneira assíncrona, uma vez que a audiodescritora-consultora não reside na região e não poderia testar o roteiro ao vivo na Ambev.

Por fim, a quinta etapa, de revisão final de linguagem e estilo, é o momento de questionamentos, de se revisar o texto, questionando se as descrições estão muito longas, muito curtas, se estão possibilitando compreender o espaço e os maquinários etc. Nessa etapa também são feitas as seguintes perguntas: O mais importante foi descrito? O que é imprescindível está no roteiro? Após rever as imagens do local, as descrições estão condizentes? Em seguida, são feitas as alterações finais. Nessa etapa, o roteiro também foi revisado pela coordenadora do Laboratório e docente da área de Linguagens da Unesp.

A visita foi realizada no dia 21 de junho de 2023, com a presença de 16 pessoas com deficiência visual e outros 14 voluntários do LESL, do BF e do TraduSC. Os voluntários tinham como função auxiliar as pessoas com deficiência visual quanto à mobilidade e complementar as descrições com audiodescrições simultâneas (Alves & Teles, 2017).

### **Figura 1**

*Fotografia dos visitantes com fones de ouvido.*



Acervo Biblioteca Falada.



Logo de início, foram dadas todas as instruções de mobilidade para os voluntários que atuaram como guias, assim como foram dadas instruções de segurança para todos participantes. Também foram disponibilizados bonés, óculos de proteção e fones de ouvido plugados em um rádio portátil individual para cada participante da visita. Antes do início da visita, cada voluntário se descreveu para a pessoa que iria guiar. A narração aconteceu a partir de um microfone sincronizado com esses rádios (figura 1) e foi realizada por 3 audiodescritores que se revezaram durante o trajeto da visita.

O pré-roteiro contemplou fachadas, trajetos, artefatos antigos da inauguração da cervejaria, painéis artísticos, maquinários etc.. Como a fábrica possui grandes dimensões e é dividida em setores, com recepção, praça, parte interna, parte externa, área de estocagem, embalagem e distribuição, optou-se por realizar pausas na caminhada para que fosse lida a descrição geral da área logo que chegássemos em cada espaço, como no exemplo abaixo (quadro 1).

### **Quadro 1**

#### *Exemplo de descrição geral da área*

Descrição geral da área
Do lado de fora, há uma área ampla e aberta. Há ruas, armazéns, barracões, uma praça arborizada com bancos de concreto. Há um caminho protegido por uma cobertura metálica preta, que é sustentada por pilotis do mesmo material e cor. Esse caminho em ziguezague serve de via para pedestres e se estende de uma ponta a outra da praça. No meio da praça, ele é interrompido pelo pátio com um caminhão.

Acervo Biblioteca Falada.

A visita durou cerca de duas horas e, ao final, a Ambev disponibilizou uma degustação dos produtos da produção da cerveja e da cerveja em si finalizada. Por fim, após a visita, foram feitas algumas questões rápidas e informais para saber o que os visitantes acharam da audiodescrição e da visita na totalidade. Ainda, foi aberto um canal via *WhatsApp* para que os participantes enviassem áudios indicando suas percepções.

Em geral, o *feedback* do público foi positivo quanto à riqueza da experiência. Um dos visitantes com deficiência visual já havia realizado a visita e comentou que a audiodescrição possibilitou uma experiência completamente nova, porque até então tudo que ele conhecia a partir da visita guiada era a história da Ambev. Ele não sabia como era a fábrica em si, nem os ingredientes que pôde agora tocar e conhecer, etc. Outro *feedback* indicou que o público gostaria de saber mais das dimensões do espaço.

O nível de detalhamento foi adequado, porém, foi comentado que havia um excesso de informações na parte superior da fábrica. Essa é uma parte mais fechada e mais quente, por ser onde ficam os tonéis e acontecem as etapas que exigem altas temperaturas. Os visitantes comentaram que o calor excessivo dificultou a concentração e a atenção nas descrições que estavam sendo narradas. Assim, recomendaram que fosse feita a descrição antes de chegar nessa parte.

Outro apontamento importante foi o alto número de participantes na visita: consideraram que, por estarmos em 30 pessoas, a locomoção era mais lenta e isso tornava a visita mais cansativa. A partir dos *feedbacks*, percebeu-se que algumas alterações serão necessárias na forma que a visita foi planejada.

## Considerações

Este trabalho objetivou apresentar o caso da produção de audiodescrição e da realização de uma visita guiada para pessoas com deficiência visual em uma fábrica da cervejaria Ambev. A metodologia de trabalho somada a avaliação dada pelo público possibilitou uma reflexão sobre como a visita guiada foi conduzida e a importância da inclusão dessas pessoas por meio da audiodescrição. A ideia é que a audiodescrição torne-se um produto constituinte das visitas, não como uma visita à parte por capacidades funcionais homogêneas (Alves & Santiago Vigata, 2017). Acredita-se que, mesmo que seja mais prático organizar visitar separando os grupos por formas de consumo, essa separação não é a mais adequada quando se busca uma mudança paradigmática voltada para a diversidade (Alves & Santiago Vigata, 2017).

As principais contribuições da experiência foram a ampliação do repertório informacional das pessoas com deficiência visual, a partir do acesso a algo que não seria possível no formato original (visualmente), e a vivência significativa para a formação dos estudantes envolvidos na realização da visita, a partir do desenvolvimento de competências em produção acessível na comunicação.

## Referências

- Alves, S. F., & Teles, V. C. (2017). Audiodescrição simultânea: propostas metodológicas e práticas. *Trabalhos Em Linguística Aplicada*, 56(2), 417–441. <https://doi.org/10.1590/010318138647486224481>
- Alves, S. F., & Santiago Vigata, H. (2017). A audiodescrição na Extensão Universitária: formação e prática cidadã. *Domínios De Lingu@gem*, 11(5), 1825–1849. <https://doi.org/10.14393/DL32-v11n5a2017-23>

- Araújo, V. L. (2010). A Formação de Audiodescritores no Ceará em Minas Gerais: uma proposta baseada em pesquisa acadêmica. In L. M. V. M. Motta, & P. Romeu Filho (Orgs.), *Audiodescrição: transformando imagens em palavras* (pp. 93-95). Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo.
- Bartalotti, C. C. (2006). *Inclusão social das pessoas com deficiência: utopia ou possibilidade?* Paulus.
- Cardoso, E. & Cuty, J. (Orgs.). (2021). *Acessibilidade em ambientes culturais: pesquisas científicas*. Marca Visual.
- Costa, L., & Frota, M. P. (2011). Audiodescrição: primeiros passos. *Tradução em Revista, 11*.
- Franco, E. P. C., & Araújo, V. L. S. (2022). Audio description in Brazil. In C. Taylor, & E. Perego (Eds.), *The Routledge Handbook of Audio Description* (pp. 595-611). Routledge.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021). *Pesquisa nacional de saúde 2019 - ciclos de vida: Brasil e grandes regiões*. IBGE, 2021. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101846>
- Instrução Normativa n. 128*, de 13 de setembro de 2016. Dispõe sobre as normas gerais e critérios básicos de acessibilidade visual e auditiva a serem observados nos segmentos de distribuição e exibição cinematográfica. [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21918405/do1-2016-09-16-instrucao-normativa-n-128-de-13-de-setembro-de-2016-21918309](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21918405/do1-2016-09-16-instrucao-normativa-n-128-de-13-de-setembro-de-2016-21918309)
- Jakobson, R. (1995). *Linguística e Comunicação*. Cultrix.

*Lei nº13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência.* Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.

Maciel, S., Oliveira, G. F., & Magalhães, G. M. (2022). *Proposta metodológica de visita guiada com Audiodescrição nos espaços físicos de uma rádio.* [Trabalho apresentado]. XVI Congresso ALAIC. Buenos Aires, Argentina. <https://alaic2022.ar/memorias/index.php/2022/article/view/415>

Mianes, F. L. (2016). Consultoria em audiodescrição: alguns caminhos e possibilidades. In D. S. Carpes (Org.), *Audiodescrição: práticas e reflexões* (pp. 10-21). Catarse.

Motta, L. M. V. M. (2016). *A audiodescrição na escola: abrindo caminhos para leitura de mundo.* <http://www.vercompalavras.com.br/pdf/a-audiodescricao-na-escola.pdf>

Motta, L. M. V. M., & Romeu Filho, P. (2010). (Org.), *Audiodescrição: transformando imagens em palavras.* Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo.

Naves, S. B., Mauch, C., Alves, S. F., & Araújo, V. L. S. (2016) *Guia para produções audiovisuais acessíveis.* Secretaria do Audiovisual/Ministério da Cultura.

Sá, E. D., Campos, I. M., & Silva, M. B. C. (2007). Atendimento Educacional Especializado – Deficiência Visual. SEESP/SEED/MEC.

Sá, L. R. S., Hubert, L., & Nunes, J. S. (2020a). Módulo 3 - Audiodescrição na cultura. *Introdução à Audiodescrição.* Fundação Escola Nacional

de Administração Pública (Enap). <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/5299>

Sá, L. R. S., Hubert, L., & Nunes, J. S. (2020b). Módulo 4 - Audiodescrição em livros e publicações curtas. *Introdução à Audiodescrição*. Fundação Escola Nacional de Administração Pública (Enap). <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/5299>

Sarraf, V. (2018). Acessibilidade cultural para pessoas com deficiência - benefícios para todos. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, 6, 23-43.

von der Weid, O. (2014). *Visual é só um dos suportes do sonho: práticas e conhecimentos de vidas com cegueira* [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro].

# COMUNICAÇÃO E REFÚGIO: TIKTOK ENQUANTO PLATAFORMA DE INFORMAÇÃO SOBRE A GUERRA DA UCRÂNIA

*Mariana Marcela de Fátima Moraes<sup>1</sup>*  
*Cristóvão Domingos de Almeida<sup>2</sup>*

Com a declaração de guerra à Ucrânia por parte da Rússia em 24 de fevereiro de 2022 e com os inúmeros bombardeios e invasões ocorridas até o centésimo dia da guerra, em 03 de junho de 2022, a plataforma de mídia para compartilhamento de vídeos curtos, TikTok, tem se mostrado uma importante e singular fonte de observação e estudos para a comunicação, a partir da articulação com diversos pontos como discurso, midiatização, registro e memória, diáspora e entre outros.

- 
1. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação pela Universidade Federal de Mato Grosso.  
[marianamarcela@outlook.com](mailto:marianamarcela@outlook.com)
  2. Pós-doutor em Comunicação e Práticas de Consumo.  
Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso.  
[cristovaoalmeida@gmail.com](mailto:cristovaoalmeida@gmail.com)

Com a publicação de vídeos em meio à guerra por parte de refugiados ucranianos, desde seu cotidiano e instalações de refugiados em *bunkers* até a situação de residentes da Ucrânia que optaram por não deixar as zonas de conflito, a plataforma passou a ser um espaço de discussões que também pode ser interpretado como um “campo de batalha” que tem fomentado narrativas durante o período de conflito entre os países.

Ao registrar as marcas deixadas pela guerra e a situação de vulnerabilidade dos grupos sociais afetados pelo conflito em uma plataforma digital de vídeo de acesso quase universal com a possibilidade de postagens instantâneas como o TikTok e com alto potencial de viralização, os refugiados conseguem catalogar suas vivências de uma forma nunca vista antes em uma guerra; traço marcante da era da informação na contemporaneidade. No entanto, o registro da vulnerabilidade desses refugiados, dos bombardeios e das ruínas de um país em uma plataforma de compartilhamento como o TikTok levanta alguns questionamentos de ordem social e comunicacional como: de que forma os compartilhamentos de vivências deixam de ser um conteúdo rotineiro postado em uma rede social, e passa a ser um conteúdo inquietante que molda narrativas de guerra, podendo se tornar uma arma a favor ou contra quem narra? O que surge de narrativas e engajamentos através dessas postagens? Como o registro desse acontecimento através de uma rede social se configura no campo da memória? Ao visualizar as postagens na rede social de refugiados, o que é possível identificar de perdas de identidades e de memória em meio ao conflito armado?

Para a observação e elaboração da análise, elegeu-se o perfil da jovem ucraniana Valéria Shashenok que produz conteúdos para a plataforma sobre o antes e depois de cidades da Ucrânia, além de mostrar



como era sua vida no país antes da guerra, sua experiência em *bunker*, sua nova realidade na Itália e vídeos de arrecadação ou fomento de ajuda a civis que ainda se encontram na Ucrânia. A escolha do objeto a ser observado se justifica através da singularidade dos vídeos de Shashenok, sua popularidade na rede social e o ineditismo na forma de registrar uma guerra na atualidade. Compreende-se também em Shashenok uma importante fonte de observação e análise, por se tratar de uma jovem mulher refugiada, atravessada por diferentes minorias, responsável por postagens muitas vezes comoventes sobre a guerra em seu país, tendo seus registros comparados aos da alemã de origem judia e vítima do holocausto Anne Frank, separadas pelo aceleração da informação e tecnologia no que tange o registro dos conflitos, antes por carta e agora digitalmente, mas relacionadas em diversos outros pontos; possibilitando também uma análise a partir do ponto de vista sobre discurso e poder.

Considerando as tentativas fracassadas de negociações do cessar fogo até a elaboração desta pesquisa, e sem que haja qualquer previsão sobre o fim do conflito armado, optou-se por um recorte para a seleção do material. Para este artigo, serão analisados dois vídeos: o primeiro com mais visualização do perfil de Shashenok nos primeiros 30 dias de guerra e o segundo vídeo com mais visualizações postado próximo ao centésimo dia de guerra. O recorte trata-se de uma tentativa de tornar a análise exequível, uma vez que Shashenok possui mais de 100 vídeos postados desde o início do conflito, e possibilita uma observação sobre os efeitos do conflito na produção midiática e vida pessoal de Shashenok.

Para a realização da análise da pesquisa de natureza exploratória-bibliográfica, será realizada uma coleta de dados netnográfica e Análise Textual Discursiva (ATD). A opção por tais métodos de pesquisa

se justifica na temática recente e ainda pouco explorada e devido ao objeto de análise estar diretamente ligado às plataformas digitais e redes sociais. Espera-se, através da ATD, entender a produção midiática de uma refugiada a fim de situar seu discurso, vídeos e elementos textuais de forma apropriada ao material coletado para compor o corpus.

## **Representações sociais e juventude no contexto do refúgio**

Em um cenário de resistência às crises humanitárias espalhadas pelo globo, imigrantes e refugiados têm buscado melhores condições de vida em outros países. Desde o início da guerra na Ucrânia, em fevereiro de 2022, foram registrados mais de 5.261,278 indivíduos refugiados espalhados por toda a Europa, segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, o ACNUR, atualizados em 21 de junho de 2022. Os países que mais abrigam refugiados ucranianos são a Rússia, Polônia, Alemanha e República Checa. Esses fluxos de deslocamentos na atualidade produzem novas configurações e desdobramentos válidos de serem observados e analisados, conforme propõe esta pesquisa.

Além de fatores como a falta de familiaridade com o idioma e com a cultura do novo país que desafiam a vida de refugiados em um novo destino, os traumas psicológicos vivenciados em todo o processo do conflito, as memórias materiais que precisam ser deixadas para trás no processo de evacuação, a destruição de cidades repletas de histórias e o deslocamento para outros países, também tornam desafiadoras as vivências dos refugiados da Ucrânia. As representações sociais atribuídas à refugiados, que muitas vezes podem ser negativas, e casos de xenofobia, também acabam por moldar suas novas vivências, podendo resultar em um processo traumático secundário. Sobre o conceito de refugiados e

a ascensão de movimentos que buscam excluir grupos minoritários na Europa como os refugiados, Lilian Yamamoto (2020) afirma:

abrange pessoas que fugiram por abusos de direitos civis e políticos, ou seja, indivíduos que sofrem perseguição por motivos de raça, religião, opinião política ou por pertencerem a determinado grupo social [...] O final da Guerra Fria acompanhou um grande aumento de conflitos internos, gerando um fluxo de indivíduos que fugiam de seus países de origem e os países europeus já procuravam restringir a proteção da Convenção para o Estatuto dos Refugiados. Desde então, houve um crescimento de retóricas racistas e xenofóbicas que passaram a contribuir para o surgimento de um ambiente propício para a ascensão de movimentos que defendem a exclusão de grupos minoritários na Europa. Somando-se a isso, a combinação da grande onda migratória com o aumento do desemprego, queda do nível de vida, pobreza e preocupação com relação ao futuro são fatores que contribuem para que jovens desempregados participem de movimentos de extrema direita. Como resultado do crescimento desses movimentos, em alguns países, eles ganharam caráter oficial por terem sido eleitos democraticamente. Os governos, dessa maneira, passam a adotar discursos xenófobos, acompanhados de políticas migratórias que refletem esses discursos. (Yamamoto, 2020, p. 367)

O aumento de práticas xenófobas se deve também às representações sociais negativas relacionadas aos refugiados. Sobre as representações sociais, Simoneau & Oliveira (2015, p. 282), afirmam que a “comunicação é o vetor de transmissão da linguagem, que ao mesmo tempo é portadora de representações sociais [...] contribui na fabricação de representações que apoiadas na energética social, são pertinentes para a vida dos grupos”. Essas representações também podem ser definidas como “ao mesmo tempo, individual, pois ela necessita ancorar-se em um sujeito, como, do mesmo modo, social, pois existe “na mente e

na mídia”, conforme afirma Guareschi (2000, p. 36). O autor ainda constata que a representação social “está na cabeça das pessoas, mas não é a representação de uma única pessoa; para ser social ela necessita “perpassar” pela sociedade, existir a certo nível de generalização” (Guareschi, 2000, p. 36).

No entanto, tais representações são mutáveis, conforme reitera Guareschi (2000, p. 38), ao declarar que “as representações sociais são modificáveis e podem ser transformadas nos processos cotidianos das pessoas. Isso não significa, contudo, que as representações sejam realidades absolutamente flutuantes, que não possuam nenhum aspecto duradouro e permanente” (Guareschi, 2000, p. 38). Portanto, a comunicação pode se constituir enquanto ferramenta de modificação de representações sociais negativas empregadas contra refugiados e migrantes. Ao tratar sobre determinados assuntos e situações relacionadas aos refugiados na mídia, a cautela no emprego de imagens e palavras que evitem um cunho negativo, pode vir a transformar as representações adquiridas sobre esse assunto, situação ou grupo social. Logo, e talvez inconscientemente, ao registrar seu cotidiano enquanto refugiada e suas vivências em meio a guerra, Shashenok narra suas ações para o mundo por meio das redes sociais que são capazes de transformar representações sobre o conflito e sobre os refugiados, materializando a potência transformadora de seus registros, além de configurar seus relatos como uma via alternativa de conhecimento sobre o conflito, uma vez que a comparação entre os registros, informações e versões sobre a guerra tornam-a mais plural, mas também mais polêmico (Canclini, 2021, p. 171)

A juventude de Shashenok também se configura enquanto um fator importante de ser estudado, sobretudo se observada as ferramentas

utilizadas pela influencer para relatar sua vivência e se posicionar contra o conflito e a Rússia. Canclini (2021, p. 73) afirma que as novas gerações se tornaram protagonistas nos últimos anos, uma vez que “diante do esgotamento das teorias e narrativas políticas, o olhar gira em torno dos movimentos-surpresa que reativam a esperança. Aqueles dos jovens que chacoalham as estruturas e imaginam usos não habituais das comunicações ou dos espaços públicos que suscitam um encanto singular.” (Canclini, 2021, p. 73).

Ao se deparar com uma jovem, mulher refugiada ativa na defesa de suas crenças, cultura e país em uma rede social com milhões de usuários, é possível notar que a inserção dos jovens nas plataformas digitais redesenham os usos das redes para além de um passatempo. E, ao considerar o TikTok, uma rede social recente, enquanto palco dessas transformações e espaço de informação contemporâneo frente à mídia tradicional, como é o caso do rádio e da televisão, pode-se compreender no aplicativo um campo contra hegemônico que compreende os registros de Shashenok.

Além da falta de oportunidades de empregos formais, acesso dificultado à educação pública, gratuita e de qualidade e lazer, o juvenicídio também é um fator preocupante entre jovens latino-americanos, tornando as novas gerações altamente vulneráveis. Canclini também afirma que “estamos apenas começando a esclarecer a conexão do fracasso social do neoliberalismo com essa aniquilação massiva de jovens. Também cabe vincular os atos que podem ser chamados estritamente de juvenicídios e feminicídios com os maus-tratos dos corpos sob a [...] vulnerabilidades das migrações (Canclini, 2021, p. 79).

## TikTok enquanto espaço de registros e narrativas

Em razão da velocidade dos avanços tecnológicos na Era da Informação, a constante evolução dos meios digitais e das redes sociais e popularização da internet, pode-se afirmar que em nenhuma outra guerra ou conflito armado do passado houveram registros como os que se pode presenciar em 2022. Tal afirmação está baseada nos quesitos apresentados anteriormente, mas também no fato de o TikTok, plataforma de mídia para compartilhamento de vídeos escolhida para ser analisada no presente trabalho, apenas ter sido criada em 2016.

Durante a guerra de 2022 entre Ucrânia e Rússia, a plataforma do TikTok é importante de ser estudada por se tratar de um evento inédito, o registro em vídeo e sua postagem são imediatas, em proporções nunca vistas antes. O perfil escolhido para ser analisado, conforme já descrito anteriormente, trata-se da página de uma jovem refugiada ucraniana que tem se tornado um grande nome no que se pode chamar de “Influencer de guerra”.

Valéria Shashenok, que se utiliza do endereço digital como @valerisssh, é uma fotógrafa ucraniana de 20 anos que teve seus vídeos viralizados no TikTok após documentar a invasão de seu país pela Rússia. Desde o início da observação e registro de seu perfil para esta pesquisa, em sete de março de 2022, até a data de 30 de junho de 2022, a fotógrafa teve um aumento de 750 mil seguidores em sua rede, saindo de 350 mil em março para 1.1 milhões em junho. Com uma média de 40.8 milhões de curtidas gerais em seus vídeos, Shashenok possui em sua rede registros do início da guerra e do período em que precisou se proteger em um *bunker* com sua família antes de se refugiar em diferentes países da Europa. A fotógrafa também utiliza de suas redes, Instagram

e TikTok, para divulgar a situação de civis que ainda estão na Ucrânia, pedir ajuda e exibir imagens de seu país antes e depois dos ataques.

O termo “influencer” ou “influenciador digital” passou a ser usado com frequência no Brasil, a partir de 2015, conforme constata Karhawi (2017, p. 53), a fim de expandir o termo “blogueira” e “vlogueira”, com a chegada de novas redes sociais e aplicativos. Com esse surgimento de novas plataformas, a expressão “influenciador digital” tornou-se mais apropriada para o trabalho desenvolvido pelos criadores de conteúdos em várias redes sociais ao mesmo tempo. Karhawi (2021, p. 5) afirma que:

os influenciadores digitais não são capazes apenas de interferir nas decisões de consumo material de seus públicos, mas também de impactar em processos de sociabilidade. Desse modo, são sujeitos que constroem relações de confiança que resultam de vínculos construídos na rede por meio de estratégias de relacionamento. Assim, aquilo que hoje é chamado de influência digital refere-se, na verdade, àquilo que entendemos como legitimação pelos pares, consolidação da reputação, crédito e prestígio em um campo.

Em razão da relevância que seus registros ganharam nas redes, Valéria escreveu um livro intitulado “24 Februar... Und der Himmel war nicht mehr blau” em que “compilou fotografias e suas experiências desde que Rússia iniciou a guerra de agressão” segundo a revista Istoé (Deutsche Welle, 2022), e que tem se dedicado em divulgar em países da Europa. Os registros de Shashenok na plataforma do TikTok são atravessados por diversas perspectivas passíveis de serem analisadas. A rede social se constitui enquanto um espaço para registro repleto de subjetividades de uma mulher jovem ucraniana refugiada de um

conflito armado em seu país. Sobre essa subjetividade, Cogo (2005, p. 26) afirma que:

É, entretanto, pela perspectiva da subjetividade, conforme sugerem os relatos dos imigrantes [...], que parece possível afrontar discursos governamentais, acadêmicos, midiáticos, etc, que enfatizam uma visão sistêmica das migrações contemporâneas em detrimento dos traços de turbulência e instabilidade que as (re)configuram contemporaneamente.

Logo, ao catalogar suas vivências em meio a uma guerra através de uma plataforma de alcance mundial, a jovem foge do cotidiano de ciberdanças características da rede social e passa a construir narrativas e gerar engajamentos significativos de serem analisados pela perspectiva comunicacional, uma vez que as redes sociais são espaços de interação e trocas; as narrativas de Shashenok se tornam significativas, uma vez que, ilustram características de sua experiência temporal (Ricoeur, 2010), neste caso, uma guerra.

Após o início da guerra, no dia seis de março de 2022 a Rússia teve transmissões e publicações suspensas pelo TikTok em resposta à uma nova lei sancionada pelo país em que Vladimir Putin ameaça de prisão quem espalhar “informações falsas” sobre a invasão na Ucrânia; evidenciando a importância e peso que das narrativas em um conflito armado. Sobre narrativas, Luiz Gonzaga Motta (2005, p. 2) discorre o seguinte:

A narrativa traduz o conhecimento objetivo e subjetivo do mundo (o conhecimento sobre a natureza física, as relações humanas, as identidades, as crenças, valores e mitos, etc.) em relatos. A partir dos enunciados narrativos somos capazes de colocar as coisas em relação umas com as outras em uma ordem



e perspectiva, em um desenrolar lógico e cronológico. É assim que compreendemos a maioria das coisas do mundo. Isso quer dizer que a forma narrativa de contar as coisas está impregnada pela narratividade, a qualidade de descrever algo enunciando uma sucessão de estados de transformação. [...] Os discursos narrativos midiáticos se constroem através de estratégias comunicativas (atitudes organizadoras do discurso) e recorrem a operações e opções (modos) lingüísticos e extralingüísticos para realizar certas intenções e objetivos. A organização narrativa do discurso midiático, ainda que espontânea e intuitiva, não é aleatória, portanto. Realiza-se em contextos pragmáticos e políticos e produzem certos efeitos (consciente ou inconscientemente desejados). Quando o narrador configura um discurso na sua forma narrativa, ele introduz necessariamente uma força ilocutiva responsável pelos efeitos que vai gerar no seu destinatário.

À vista disso, os registros de Shashenok, ou seu discurso narrativo midiático, se dá em um contexto politizado, uma vez que a jovem refugiada registra suas dificuldades pessoais e as da população ucraniana em meio à invasão de seu país pela Rússia. A fotógrafa também atesta seu repúdio a Putin e à Rússia em diversos vídeos por meio de hashtags e legendas, posicionando-se contra a invasão, repudiando o posicionamento de parte da população russa que defende o conflito e as ações do presidente russo. Tais registros geram efeitos no público mundial que consome seus conteúdos; efeitos possíveis de serem identificados em forma de engajamento nas redes. Mas também podem estimular uma possível tomada de posicionamento em relação ao conflito, uma vez que o discurso, segundo Fairclough (2001, p. 91), implica em um modo de ação, ou seja, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros; portanto, o discurso consumido através dos vídeos de Shashenok, que é atravessado e se torna indissociável dos acontecimentos da guerra no que tange suas perdas pessoais como

bens materiais e até familiares, configura-se como uma forma de ação da influencer sobre o mundo e os outros.

Em tempos de mídias digitais, Valeria Shashenok se transforma em mediadora social (Barbosa Filho & Castro, 2008, p. 88) e seu discurso e registros, inevitavelmente, colaboram para a construção coletiva e democrática da concepção sobre o conflito, configurando a jovem para além de tradutora de acontecimentos. A respeito do discurso de Shashenok, Barbosa Filho & Castro (2008) afirmam que:

muitos estudantes e profissionais ainda acreditam no mito da objetividade. Esquecem que todos falamos a partir de um lugar no mundo, a partir de valores e (pré)conceitos, e nem todos aqueles que possuem acesso às tecnologias digitais chega a refletir sobre a questão dos discursos [...] os discursos não são neutros, pois estão diretamente relacionados aos interesses [...] deve-se tentar mostrar a verdade da forma mais imparcial possível, mas não pode ser ingênuo a ponto de acreditar que ele está acima de tudo e de todos e que seu discurso, assim como o discurso da ciência, é neutro. Faz parte da responsabilidade dos [...] mediadores sociais, ter uma noção clara do lugar que ocupam no mundo; saber de onde falam ou escrevem e que interesses defendem. (p. 90)

Apesar das postagens em defesa de seu país, de seguir o atual presidente da Ucrânia nas redes sociais e de ser contrária às atitudes da Rússia e de Putin, ações que possibilitaram uma pseudo-interpretação da opinião política da influencer, considerou-se que os vídeos publicados por Shashenok não possuem margem para a identificação de seu posicionamento político dentro do contexto do seu país, impossibilitando discernir de forma concreta sua postura dentro do espectro político da Ucrânia; fato interessante de ser observado pelo viés da comunicação,

uma vez que a influencer busca se comunicar e defender seu país de forma unificada, deixando possíveis diferenças políticas de lado em sua narrativa. Tal escolha não deve ser interpretada como um discurso neutro, mas um discurso em perspectiva, focado em um denominador comum que foge de dilemas que eventualmente dividem a população ucraniana em um contexto normalizado, atendo-se a outra percepção comum a muitos: guerra não beneficia a nação de nenhuma forma e, portanto, faz-se necessária uma união popular contra o conflito, independente da opinião política individual.

Ao ter a possibilidade de compartilhamento de conteúdos suspensos no dia 6 de março de 2022, como no caso da Rússia, com a justificativa de proteger funcionários e usuários da rede, a própria plataforma do TikTok também se posiciona em relação à guerra. A conduta implica na impossibilidade do discurso narrativo por parte da Rússia que, apesar das constantes ameaças e invasão ao país vizinho, possui uma narrativa que possivelmente gostaria de defender. A complexidade dessa guerra de narrativas tem como cenário cidades russas e ucranianas, mas também o TikTok.

Plataformas de redes digitais como o TikTok tornaram-se parte do processo da comunicação humana e que, portanto, emitem informações através de seus posicionamentos, da sua forma de apresentação e da própria audiência que participa da rede, “fazendo com que o receptor tenha uma ou outra atitude frente a um determinado acontecimento” (Berto, 2017, p. 12). Logo, pode-se inferir um posicionamento por parte da plataforma frente ao conflito e que é reafirmado na página das Diretrizes da Comunidade, uma vez que o aplicativo assegura que suas condutas “estabelecem um espaço seguro e acolhedor para todos”

dando prioridade a segurança, diversidade, inclusão e autenticidade. Na mesma página também é possível encontrar o posicionamento da plataforma mediante diferentes situações como extremismo violento, em que garante possuir uma postura firme contra a permissão da violência dentro ou fora do TikTok. “Não autorizamos que pessoas utilizem nossa plataforma para ameaçar ou incitar violência, ou promover organizações, indivíduos ou atos de extremismo violento” (“Segurança e civilidade”, 2023), comunica a página.

Sobre plataformas digitais interativas que se configuram enquanto espaço dialógico e de trocas como o TikTok, Barbosa Filho & Castro (2008, p. 97) ainda reiteram:

Uma base digital interativa pensada do campo da comunicação dialógica deve contemplar as complexidades inerentes aos âmbitos da produção e da recepção e deve ser arquitetada dentro de um projeto horizontal e participativo que contemple as audiências. Caso contrário, corre o risco de ser desenvolvida apenas sob o propósito tecnológico de instrumentalizar os diferentes públicos com aplicativos interativos. Corre também o risco de gerar somente meios técnicos para uma relação pseudo dialógica em tempo real, sem considerar os conflitos de poder, desejos e interesses presentes em um discurso que se pretende completo, como o discurso midiático. Eis aqui um bom desafio a ser superado para construir e desenvolver projetos de produção de conteúdos (educativos, informativos ou de entretenimento) de um ponto de vista democrático que realmente pensem a inclusão digital e a valorização cidadã, contemplando o ponto de vista e as necessidades dos diferentes públicos.

Em vista disso, ao considerar que os meios de comunicação atravessam diretamente a construção e transformação da realidade da população, além de influenciarem na percepção que cada indivíduo terá

dessa realidade, pressupõe-se que os discursos midiáticos interferem na construção de uma imagem e também dos discursos que a avaliam (Sousa, 2020), por isso a necessidade de que as diretrizes das redes sociais atuais sejam claras, de fácil acesso e que busquem especificar e se posicionar frente ao maior número de situações que possam surgir e que ameacem a integridade e o discurso de seus participantes.

### **Registros de uma refugiada**

Ao considerar o discurso de resistência da influencer enquanto mulher jovem refugiada e a estratégia de utilização de um meio de comunicação não convencional como o TikTok, pode-se compreender a narrativa de Shashenok por meio de uma perspectiva contra-hegemônica. Moraes (2010) vai definir, através de uma ótica gramsciana, que ações contra-hegemônicas são como “instrumentos para criar uma nova forma ético-política”, dos quais a base programática deve estar no ato de denunciar e na tentativa de reverter as condições marginalizadas, vulnerabilizadas e excludentes impostas a amplos estratos sociais (Moraes, 2010, p. 73).

Uma vez que a opinião pública sobre diversos eventos é, muitas vezes, induzida a pensar que apenas tem relevância o que grandes veículos tradicionais de comunicação (Moraes, 2010, p. 68), ao registrar os acontecimentos do conflito enquanto uma mulher jovem refugiada que perdeu sua casa e familiares na guerra em uma plataforma de rede social mundial como o TikTok, Shashenok traz um ponto de vista inédito e raro em relação ao que foi e vem sendo veiculado na grande mídia sobre a guerra, visto que, atualmente, após um ano de conflito, as atualizações das notícias são cada vez menos humanizadas e mais

numéricas, focando em noticiar mortes, invasões, bombardeios, e a situação geopolítica dos países envolvidos no conflito, sem que haja qualquer humanização em relação a refugiados ou indivíduos afetados pelo confronto.

Por consequência, o controle ideológico exercido por grandes veículos de comunicação no contexto da guerra da Ucrânia dificulta a participação de outras vozes no debate a respeito do confronto, promovendo uma neutralização de possíveis óticas alternativas, como é o caso da narrativa de Shashenok. A carência desses discursos e narrativas alternativas e originais na grande mídia até poderia se justificar no perigo dos bombardeios e no risco do deslocamento até os indivíduos afetados pela guerra para que narrem suas vivências, não fosse o histórico de exclusão do discurso de minorias na mídia palpável e extenso, concebendo essa possibilidade como pouco provável.

Sobre essa centralização de narrativas, Moraes (2010, p. 73) afirma:

Cabe às políticas públicas estabelecer mecanismos consistentes de descentralização dos sistemas de comunicação, tanto para democratizar [...] quanto para incentivar meios comunitários e locais, a produção audiovisual independente, a criação cultural não mercantilizada e a aplicação de tecnologias digitais nos processos educacionais e científicos.

Canclini (2021, p. 59) afirma que, frustrados pelas diversas burocracia do Estado, cidadãos recorrem ao rádio, a televisão e as redes com o objetivo de conseguir aquilo que as instituições não promovem ou demoram a promover, como justiça, reparações, entre outras dimensões; logo, os meios se constituem enquanto espaços não de contrastes de

ideias, mas para deixar evidente mal-estar social. Sobre essa reivindicação por mudanças sociais nos meios de comunicação que tornam o cidadão em um ator urbano, o autor afirma:

O espaço público desses cidadãos midiáticos, como os chamou Rosalía Winocur, monta-se em situações de urgência, com o atrativo de dar informação direta, emotivamente carregada. Converte o anônimo ator urbano em figura central da notícia, comunica preocupações compartilhadas nas quais vibram a intimidade, o corpo, a sexualidade, a família, o casal, os filhos, a saúde e a alimentação. [...] Nem sempre são eficazes, mas produzem fascínio porque escutam e as pessoas sentem que não é necessário se ater a dilatações, prazos, procedimentos formais que diferem ou transladam as necessidades. (Canclini, 2021, p. 59)

Dessa forma, podemos compreender Shashenok enquanto uma atriz social que, ao comunicar suas vivências em meio a uma guerra, gera fascínio por diferentes razões que vão desde a forma como ela se utiliza para divulgar esses registros, a plataforma do TikTok, até a suas características e jeito de se comunicar: uma mulher jovem refugiada se comunicando com milhares de outros jovens.

### **Primeiro mês de guerra: conteúdo, discurso e mulher refugiada**

O primeiro vídeo selecionado para a análise trata-se do vídeo mais visualizado no primeiro mês do conflito e que, coincidentemente, é também o vídeo mais reproduzido do perfil de Shashenok, postado em quatro de março de 2022, oito dias após o início da guerra, e conta com mais de 50,5 milhões de replays, 6,8 milhões de curtidas e 34,6 mil comentários. No vídeo, a fotógrafa documenta o que ela chama de “um dia típico em um abrigo antibombas”. Na legenda que acompanha

as imagens, Shashenok descreve com sarcasmo estar “vivendo sua melhor vida, graças à Rússia”, acompanhado de emojis<sup>3</sup> apaixonados e as hashtags #Ukraine, #stopwar, traduzido para “pare a guerra” e #Russiastop, “Rússia, pare”.

No compilado de vídeos curtos embalados pela trilha sonora de uma música animada e tipicamente italiana, Shashenok mostra imagens de seu pai tirando uma meia do pé da fotógrafa acompanhado pela descrição “meu pai disse bom dia”. Em seguida, Shashenok aparece de pijamas secando seus cabelos com um soprador térmico, ferramenta utilizada para colagem e remoção de adesivos e pinturas. O vídeo posterior mostra o cachorro de estimação da família com a descrição “meu cachorro não consegue entender porque estamos vivendo embaixo da terra”, em referência ao *bunker* em que estão alojados, acompanhado de emojis tristes. Em seguida, a fotógrafa mostra sua mãe cozinhando ao seu lado e descreve a imagem como “minha mãe cozinha e eu sigo ela”. Logo após, a influencer mostra imagens de uma construção em sua cidade com vidros destruídos e pessoas na rua; ela descreve a imagem apenas como “saio um pouco”. Depois, a fotógrafa mostra uma imagem sua em um corredor junto a uma bolsa que depois ela mostra o interior, repleto com potes que parecem ser comida, e descreve o vídeo como “vou para casa e levo algumas coisas” acompanhado de emojis de pratos e talheres para indicar uma refeição.

Ao catalogar sua rotina dentro de um bunker junto a sua família, aliado a outros elementos como a legenda de seu vídeo, Shashenok se posiciona e ilustra sua nova realidade em meio ao conflito. Ao optar por

---

3. Figuras comumente usadas nas redes sociais para representar uma palavra ou expressão.



fazer isso em uma rede social, a jovem cria registros de acesso mundial. Sobre isso, Alles & Cogo (2015, p. 10) afirmam:

No marco da perspectiva da construção social da realidade proposta por Berger e Luckmann (1985), concebe-se que os meios de comunicação não a refletem passivamente, mas criam marcos e enquadramentos para a construção de uma realidade da qual fazem parte. Os meios de comunicação são, então, pensados como uma das instâncias mediadoras entre os sujeitos e a sociedade em que vivem.

Shashenok, ao afirmar com sarcasmo estar vivendo sua melhor vida graças à Rússia, e logo após exibir uma rotina em família afetada pela guerra, a jovem comove e divide a seção de comentários de seu vídeo; dentre os comentários que mais chamam a atenção no vídeo, os usuários da rede que se compadecem com a situação vivida por Shashenok são boa parte, seguidos de comentários que acusam Putin pela guerra e não a Rússia enquanto nação e outros escassos comentários defendem a guerra. Tal diversidade de comentários ilustram sobre as narrativas e engajamentos que esta pesquisa se propõe a analisar.

### **100 dias de guerra: redes sociais e fortalecimento dos refúgios**

Já o segundo vídeo a ser analisado e com mais visualizações próximo ao centésimo dia de guerra foi postado em oito de junho, no 105º dia de conflito, e conta com 826,6 mil reproduções, 183,2 mil curtidas e 324 comentários. O vídeo acompanha uma legenda também acompanhada de sarcasmo em que diz “Antes e depois da paz russa”, junto às hashtags #Russiastopthewar, traduzido para “Rússia pare com a guerra”, e #Ukraine. No vídeo, Shashenok ilustra o antes e depois da

guerra em quatro momentos. O vídeo se inicia com imagens descritas como “antes” da mãe de Shashenok sorridente em uma paisagem pacata e então, é seguida por uma imagem intitulada como “depois” em que sua mãe aparece em meio ao que aparenta ser um *bunker* com uma iluminação precária e ambiente pequeno para comportar os objetos que estão no local.

Shashenok segue então para uma imagens próprias descrita como “antes” e uma paisagem ao pôr do sol próxima às margens de um rio ou mar e em seguida mostra uma imagem descrita como “depois” de si mesma em meio aos destroços deixados por bombardeios da guerra, como é possível ver em razão de um prédio com estrutura destruída ao fundo. Em seguida, a fotógrafa mostra imagens de um campo de girassóis repletos de flores descrito como “antes”, seguido pela imagem das ruas da Ucrânia destruídas pelo conflito armado, sinalizadas como “depois”. Logo após, é possível ver um vídeo de Shashenok em um restaurantes, carregando flores e desfilando em direção a câmera, marcado como “antes” e, posteriormente, ela desfila em direção a câmera novamente, mas em meio aos destroços de uma rua da Ucrânia, com uma construção ao fundo onde é possível perceber a destruição causada pelo que parece ser um míssil, com a descrição “depois” presente no vídeo. Em todos os momentos exibidos, a fotógrafa registra um antes mais calmo e um depois comovente e tenso, podendo ser interpretado como os efeitos de mais de cem dias de guerra nas pessoas e paisagens do país.

A postagem do vídeo, que ocorreu no centésimo quinto dia de guerra, fazendo um contraste entre o antes e depois de suas experiências e espaços de vida registrado por Shashenok pode ser interpretado enquanto uma nostalgia pessoal da refugiada. Mesmo estando refugiada

em um país sem qualquer envolvimento com o conflito como a Itália, Shashenok não desvincula suas raízes de suas postagens. Tal escolha pode estar baseada no fato de que a visibilidade de Shashenok está diretamente relacionada com seus registros dos estragos causados pela guerra, mas também por se tratarem de sua identidade e subjetividade.

Sobre isso, Cogo (Mezzadra, 1995, p. 47, citado em 2005, p. 25) discorre:

Sem a pretensão, contudo, de apagamento das causas “objetivas” e circunstâncias materiais, assim como dos processos de dominação e desigualdade, que envolvem as experiências migratórias, os deslocamentos culturais e hibridizações que resultam do exercício da subjetividade dos migrantes não implicam, portanto, uma compreensão de sujeito “desvinculado de raízes de todo tipo e livre para cruzar de forma nômade os confins entre as culturas e as identidades.

O vídeo também reflete o posicionamento contrário à guerra por parte de Shashenok para além da legenda. Ao ilustrar sua vida, nitidamente melhor antes da guerra, a jovem evidencia que o conflito não trouxe nada de benéfico, apenas destruição e medo. Nos comentários do vídeo, diversos usuários também se compadecem à situação vivida por Shashenok e um em especial a acusa de produzir conteúdos apenas para vender seu livro.

Ao observar os registros de Shashenok, pode-se compreender no TikTok um espaço de discurso relativamente democrático que se constitui. A enunciativa se constitui enquanto uma mulher, jovem e refugiada, atravessada por diferentes mas concomitantes minorias, em posse da escolha de seus conteúdos e discurso sem que haja manipulação no que é postado. Traço da popularização das redes sociais em que

o usuário detém poder sobre seu discurso, não se constituindo apenas quanto consumidor passivo do que lhe é imposto, mesmo que ainda submetidos às regras e lógicas regidas pela plataforma, como no caso do TikTok.

## **Considerações finais**

Os registros de guerra de Valéria Shashenok podem ser compreendidos através de diferentes perspectivas e podem ser vistos desde um diário que enriquece a história da humanidade em seus detalhes até uma possível espetacularização do sofrimento. No entanto, independente do posicionamento que os consumidores do conteúdo de Shashenok possam ter, não se pode negar que o discurso narrativo midiático de uma refugiada se apresenta enquanto imagens que tratam sobre alteridade e vivência em meio à um conflito armado; capazes de modificar e criar narrativas, engajamentos e posicionamentos.

Faz-se interessante observar que registros de guerra não são um meio inédito de catalogar conflitos na história da humanidade, podendo citar como exemplo as cartas de Anne Frank. Entretanto, a plataforma utilizada por Shashenok para compilar sua vivência, a velocidade com que seus vídeos são compartilhados na rede, muitas vezes em tempo real do conflito, e a rapidez com que viralizaram chama atenção e são interessantes de serem observados e analisados.

Devido à abundância de material relevante disponível no perfil de Shashenok e o fato de o conflito armado não ter qualquer previsão de cessação, considera-se importante a continuidade da pesquisa, observando e analisando a plataforma do TikTok e possíveis novos desdobramentos, narrativas e engajamentos que possam despontar ao decorrer a guerra,

bem como o desenvolvimento de Shashenok enquanto figura pública e Influencer de Guerra refugiada.

## Referências

Alles, N., & Cogo, D. (2015). *Mídia e migração feminina*. Cadernos Obmigra.

Barbosa Filho, A., & Castro, C. (2008). *Comunicação digital: Educação, tecnologias e novos comportamentos*. Paulinas. (Obra original publicada em 2008)

Cogo, D. (2005) *A cidadania nas interações comunicacionais e midiáticas das migrações contemporâneas em Porto Alegre e Barcelona*. Logos.

Deustche Welle. (2022, maio 16). Crônicas de guerra de uma ucraniana de 20 anos. *ISTOE Independente*. <https://istoe.com.br/cronicas-de-guerra-de-uma-ucraniana-de-20-anos/>

Exame. (2022, 6 de março). *TikTok suspende transmissões e novas publicações na Rússia*. <https://exame.com/mundo/tiktok-suspende-publicacoes-de-videos-na-russia/>

Fairclough, N. (2001). *Discurso e mudança social*. Editora Universidade de Brasília.

Moraes, D. (2010). Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. *Revista Debates*.

Motta, L. (2005). *Análise pragmática da narrativa jornalística* [Trabalho apresentado]. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom.

Ricoeur, P. (2010). *Tempo e narrativa*. Ed. WMF Martins Fontes.

Segurança e civilidade. (2023, março). TikTok. <https://www.tiktok.com/community-guidelines/pt-br/safety-civility/>

Simoneau, A., & Oliveira, D. (2022) Representações sociais e meios de comunicação: produção do conhecimento científico em periódicos brasileiros / social representations and media. *Psicologia e Saber Social*, 3(2), 281-295. <http://dx.doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2014.14478>

Situation ukraine refugee situation. (2022). ODP. <https://data.unhcr.org/en/situations/ukraine>

Yamamoto, L. (2020). Reflexões sobre a Evolução da Proteção dos Migrantes Ambientais: o colonialismo acabou? In G. Dias, L. Bógus, J. C. A. Pereira, & D. Baptista (Orgs.), *contemporaneidade do pensamento de Abdelmalek Sayad*. Educ.

# MOVIMENTOS SOCIAIS DE IDENTIDADE: GREENPEACE BRASIL E O MOVIMENTO AMBIENTALISTA

*Karine Nunes<sup>1</sup>*  
*Onan Ferreira<sup>2</sup>*  
*Raissa Pimentel<sup>3</sup>*

A luta dos coletivos de massas entre estabelecidos e *outsiders*<sup>4</sup>, é uma discussão que está presente em nossa sociedade. Na vertente marxista, os movimentos sociais eram associados pela luta de classes

- 
1. Mestranda em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista - UNESP. [karine.nunes@unesp.br](mailto:karine.nunes@unesp.br)
  2. Mestrando em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista - UNESP [onanferreira02@gmail.com](mailto:onanferreira02@gmail.com)
  3. Mestranda em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista - UNESP. [raissa.pimentel@unesp.br](mailto:raissa.pimentel@unesp.br)
  4. Este conceito está presente na obra de Norbert e Scotson (2000), no qual consiste em uma pesquisa realizada no interior da Inglaterra com o nome fictício Winston Parva. Esta comunidade é analisada sociologicamente, revelando as relações de poder que se estabelecem entre grupos, em que um *outsider*, considerado inferior, são aqueles indivíduos que estão excluídos do grupo considerado estabelecido. Logo, o sujeito que não é aceito em um grupo social, ao determinar sua própria crença e valores, vive à margem das convenções sociais.

frente ao sistema capitalista. À vista disso, essas lutas eram identificadas como produto da ação histórica diante das formas de opressão e abuso das ações pelos burgueses sobre os proletários. Tal fenômeno, pela busca de poder e consolidação do *status quo*, permanece nas relações sociais, fazendo com que grupos se organizem como forma de questionar a ordem social e pôr em pauta suas reivindicações e direitos, antes não legitimados. Diante deste contexto, ações coletivas foram formadas por indivíduos que se manifestaram insatisfeitos com a ordem estabelecida vigente, no intuito de reivindicar suas demandas através dos movimentos sociais. Estes movimentos se dão por meio de mobilizações que contém demandas e objetivos e atuam a favor de causas coletivas.

É importante salientar que as lutas são históricas e passam por transformações. Nesse sentido, a ótica marxista torna-se obsoleta devido ao crescimento dos movimentos sociais e de outras lutas direcionadas a outras causas. Com isso, deu-se origem ao conceito de Novos Movimentos Sociais, onde inicialmente possuía o caráter predominantemente urbano. Sendo assim, a renovação dos movimentos sociais no século XXI, fizeram emergir novos grupos de ações coletivas – como o movimento feminista, LGBTQIAPN+, racial, ambientalista, indígena, entre outros – que surgem em resposta às situações de desigualdade, opressão, políticas e culturais, não atendidas. Estes coletivos vêm ganhando novas formas e organizações diante das “transformações das instituições democráticas e da própria capacidade de organização da sociedades civil” (Machado, 2007, p. 254)<sup>5</sup>.

---

5. Diante das novas tecnologias de informação e comunicação (TICS) e a globalização as articulações e alcances dos movimentos sociais passam a ser cada vez mais globais, dessa forma configura-se em uma nova sociedade civil organizada utilizando-se múltiplos tipos de ações coletivas uma questão em comum.



Sendo assim, a intenção desses movimentos tem como objetivo abordar as desigualdades estruturais e provocar mudanças, a fim de defender os direitos dos indivíduos e das comunidades. Para além disso, há também de citar que estes movimentos vêm para alertar os próprios setores sociais, como também manifestar a sua indignação sobre os problemas que afetam nosso bem-estar social. Logo, os movimentos sociais são a organização da sociedade civil em que por meio de discursos e práticas pela luta e resistência frente à exclusão e às injustiças, constroem ações coletivas.

Como bem pontuou Maria da Glória Gohn (2011), ao realizar essas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Neste sentido, é nesses espaços das mobilizações que estes indivíduos e grupos se reafirmam e consolidam as identidades, pois constrói essa ideia de unidade na diversidade e força. Portanto, aqueles que eram excluídos pela lógica da hegemonia social passam a se sentir incluídos em algum movimento social.

A autora supracitada irá apontar que os movimentos sociais têm como características básicas os seguintes critérios: 1) possuir identidade; 2) ter opositor; e 3) articular ou respaldar um projeto de vida e de sociedade. Nesse sentido, essas ações lutam contra a exclusão e por novas culturas políticas de inclusão (Gohn, 2011, p. 337). Ainda, segundo a autora, para preparação do sujeito em se tornarem atores de nova forma de governança, é necessário que haja participação nos diversos espaços sociais. Estas servem como mobilizações de base local na esfera pública, como por meio de fóruns e redes da sociedade civil e participações em conselhos setoriais (1996, p. 339).

Além disso, o que será analisado é que a fim de legitimar e trazer força às suas causas, estes movimentos sociais perceberam a necessidade de se articular com outros grupos que têm a mesma identidade social ou política, ocasionando nas parcerias com outras entidades da sociedade civil como as ONGs – no caso deste estudo o Greenpeace. O associativismo com as ONGs, trouxe essa finalidade e objetivo de ganhar maior visibilidade e impactar a esfera pública. Obtém, portanto, contribuições ao mediar os movimentos com o Estado. Dessa forma, essas associações e parcerias resultam em redes de movimentos, visando no fortalecimento de suas conquistas, além de exercerem sua cidadania em prol ao bem comum. À exemplo, podemos citar a ATL, que é a mobilização Terra livre liderada pelos indígenas:

Por ocasião da Mobilização Nacional Terra Livre, realizada pelo Movimento Indígena, na Esplanada dos Ministérios, em abril de 2005, durante a audiência com 30 lideranças indígenas, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, comprometeu-se com a criação de um Conselho Nacional de Política Indigenista – será um conselho para formulação de diretrizes da política para os povos indígenas, do qual participarão representantes dos índios, das entidades indigenistas e do governo. (Gohn, 2011, p. 125)

Posto isso, objetivamos neste artigo o entendimento de movimentos sociais e do Greenpeace Brasil, assim como estes atuam para movimentar suas ações e suas estratégias utilizadas para ganhar legitimidade perante aos setores públicos e civis. Para tanto, propomos a discussão do conceito de identidade como aporte teórico, a fim de compreender como este é fundamental para que estes grupos de ativistas.

Na primeira seção discutiremos sobre a conceituação de movimentos sociais. Após um levantamento bibliográfico, pode-se entender

que os movimentos sociais buscam formas e meios para colocarem em pauta seus ideais, dos quais acreditam e defendem, construindo em coletividade ações e estratégias para lidar com os problemas sociais. Para tanto, muitos movimentos, como o das causas ambientais, acabam por estabelecer redes e associações com Organizações Não Governamentais (ONG) para fortalecerem as suas causas e objetivos. Logo, as ONGs e os movimentos sociais, lutam juntos para a mudança do cenário de poderes hegemônicos e as consequências do sistema capitalista – que são socialmente injustos e colocam o meio ambiente em situação de risco.

Em relação à segunda seção, buscamos conhecer e identificar o que são organizações não governamentais e como se mantêm no cenário mundial. Apresentamos também o histórico do Greenpeace e sua atuação nas redes sociais. A internet surge para o Greenpeace e demais movimentos sociais, como uma grande aliada, uma vez que, quando não se obtém vez e voz nos meios de comunicação de massa, a internet dispõe da sua midiaticização rápida e de baixo custo para expansão de informações que visam atrair mais pessoas para a discussão do meio ambiente. O Greenpeace realiza um grande papel no qual confronta governos, empresas e projetos que tem como finalidade devastar as florestas e de alguma forma apresentem ameaça ao ecossistema, e no Brasil em específico atingir os direitos dos povos originários da floresta Amazônica.

Por fim, na terceira e última seção foram discutidos aspectos referentes à construção da identidade, característica que corresponde ao significado atribuído à organização e ações dos movimentos e mobilizações sociais. Nesse sentido, compreendida a relevância da identidade nessas manifestações, relacionamos o viés ambientalista, integrado à

identidade dos movimentos organizados. Com referência ao evento Acampamento Terra Livre (ATL), apoiado pelo Greenpeace Brasil, identificamos as intersecções identitárias. Quer dizer, considerando o impacto ambiental negativo na sociedade contemporânea, que atinge os cidadãos de maneira generalizada, as pautas dos movimentos atravessam as fronteiras de suas identidades para reproduzir um discurso em comum. A questão ambiental, então, passa a ser entendida como uma identidade global e defendida por todas as minorias.

### **Movimentos sociais: breve contextualização**

Os movimentos sociais adquirem cada vez mais espaço no debate teórico, sendo um tema emergente que vem ganhando espaço desde os anos 1960, e aos longos dos anos vêm implementando em suas lutas novas formas de organização e outras causas, além de incorporar em suas ações, estratégias que dialogam com as novas tecnologias de informação e comunicação (Machado, 2007).

Para tanto, é importante o entendimento do conceito de movimentos sociais. Como aponta Machado (2007), há um inesgotável estudo e análises de novas teorizações que buscam explicar o que são os movimentos sociais e como eles atuam na nossa contemporaneidade. Para o sociólogo Smelser (1967) acentua que estes comportamentos coletivos se manifestam a partir de condições em que a ação social estrutural está sob tensão. Outra teorização feita sobre os movimentos sociais é a do sociólogo francês Alain Touraine (1997), em que propõe o conceito de movimento social na combinação de três princípios, sendo estes: 1) um princípio de identidade (pela causa); 2) um princípio de oposição (ter um adversário); e por último 3) um princípio de totalidade

(que é a participação no sistema de ação histórica). Para Machado (2007, p. 252), a noção de Movimentos Sociais seria a de,

formas de organização e articulação baseadas em um conjunto de interesses e valores comuns, com o objetivo de definir e orientar as formas de atuação social. Tais formas de ação coletiva têm como objetivo, a partir de processos frequentemente não-institucionais de pressão, mudar a ordem social existente, ou parte dela, e influenciar os resultados de processos sociais e políticos que envolvem valores ou comportamentos sociais ou, em última instância, decisões institucionais de governos e organismos referentes à definição de políticas públicas.

Cumprido ressaltar então o entendimento dos movimentos sociais como ações que se dão de forma coletiva, cujo caráter sócio-político e cultural, viabilizam formas distintas de se organizarem e expressarem as suas demandas sociais políticas econômicas ou culturais, que não são atendidas ou viabilizadas devido ao poder hegemônico. Assim, os movimentos sociais se mostram como importantes atores de resistência e luta pela garantia dos direitos civis.

Para complementar este debate, as concepções de campo político em Bourdieu (1983) colaboram para o entendimento dos processos de interação entre os diferentes agentes em disputa. Segundo este autor, o campo político é um lugar de disputas e um espaço de lutas simbólicas promovido pelos agentes. Neste sentido, a sociedade civil é um campo de disputas, compostas por forças sociais heterogêneas, onde são representadas múltiplas e diversos segmentos sociais que compõem a sociedade. É importante enfatizar que a sociedade civil nunca será isenta de relações de conflitos e de poder. Conforme destaca Thiry-Cherques (2006, p. 39), em todo campo a distribuição de capital é desigual,

o que implica que os campos vivem em permanente conflito, com os indivíduos e grupos dominantes procurando defender seus privilégios em face do inconformismo dos demais indivíduos e grupos.

Por meio de mecanismos de pressão e estratégias de mobilização<sup>6</sup>, os movimentos sociais objetivam fortalecer os seus direitos e o reconhecimento de suas ações. Logo, assumem como atores políticos, portadores legítimos e representantes de diferentes setores da sociedade civil.

Ademais, importante reforçar o papel fundamental de uma sociedade democrática para as ações desses movimentos – embora, ainda ocorre repressão<sup>7</sup> aos movimentos, estas realizadas por representantes do poder político, como também por grupos sociais hegemônicos. Em consonância com o exposto, o sociólogo Touraine (1997, p. 88) enfatiza a importância da democracia ao afirmar que:

Somente nas sociedades democráticas é que os movimentos sociais se formam sozinhos, pois a livre escolha política obriga cada ator social a lutar simultaneamente pelo bem comum e pela defesa de interesses particulares. Por essa razão, os movimentos sociais mais expressivos recorrem a temas universalistas: liberdade, igualdade, direitos do homem, justiça, solidariedade,

- 
6. É sabido que a estratégia é um fator fundamental dos movimentos sociais para reiterar a importância da participação coletiva e a busca pelas mudanças sociais. Sendo assim, é essencial de um movimento social concernir a conscientização da população para que possam utilizar técnicas de ações sociais. Pois, os movimentos sociais necessitam da opinião pública, uma vez que é preciso que a sociedade tenha o conhecimento da ação, fazendo com que esta venha a atingir reconhecimento e legitimidade social.
  7. A violência e repressão são utilizadas por parte das autoridades políticas e governamentais, compartilhadas com o uso da força policial, contra os manifestantes. Estas condutas caracterizam ações de censura, que servem com o intuito de coibir as manifestações sociais, à liberdade de expressão e na violação dos direitos humanos.

temas que estabelecem um nexo direto entre o ator social e o programa político.

Sob a óptica dos direitos, possibilita em políticas emancipadoras e nos orienta entender as mudanças sociais. Neste sentido, a democracia deve permitir aos indivíduos mais do que uma sociedade política justa, mas de reconhecimento e legitimidade cultural, étnica, racial entre outros. Touraine (1997), aproximando com as ideias de Paulo Freire<sup>8</sup>, pontua que a democracia é fundamental para que estes indivíduos, grupos e coletivos, se tornem produtores de sua história, capazes de reunirem em suas ações o universalismo da razão e as particularidades da identidade pessoal e coletiva (Touraine, 1997, p. 263). Esta dimensão universalista relaciona-se aos direitos das minorias, direito à diversidade cultural, igualdade racial, igualdade de gênero, à conservação ambiental, qualidade de vida, etc. (Machado, 2007, p. 258).

No caso do cenário brasileiro, após a reabertura política e democrática<sup>9</sup>, possibilitou que ações sociais, que antes foram reprimidas durante a ditadura civil-militar de 1964, voltassem a compor seu exercício de cidadania e também trazendo novas pautas. No final da década de 1970 e boa parte dos anos 1980, novas ações coletivas se formaram, para além

---

8. Segundo Freire, um dos elementos básicos na mediação entre opressor e oprimido é a imposição de uma consciência e valores a outra, levando aos oprimidos a temerem a liberdade. Em sua obra *Pedagogia do Oprimido* (1968), Freire enfatiza que a educação libertadora é um processo político que objetiva despertar os indivíduos de sua opressão e gerar ações de transformação social.

9. No começo da década de 60, o governo brasileiro sofreu um golpe civil-militar afetando a democracia. Por meio do abuso de autoridade, passaram a perseguir e restringir os movimentos que não seguiam o modelo imposto pelo governo ditatorial. Para o controle e manutenção do poder foram abolidos quaisquer atos e medidas democráticas, decretando os atos institucionais (AI) para dar força de lei às suas ações.

das lutas em relação às condições de trabalho. Agora tinham também como pautas os problemas da sociedade urbanizada. Como aponta a Maria Gohn (2011), a partir dos anos 90, ocorreu o surgimento de outras formas de organizações populares como os Fóruns Nacionais de Luta pela Moradia, pela Reforma Urbana, o Fórum Nacional de Participação Popular, entre outros. Estes fóruns estabeleceram práticas de encontros nacionais, com o comprometimento de buscar práticas e diagnósticos em relação aos problemas sociais. Assim emergiram formas de iniciativas, em parcerias com a sociedade civil e o poder público, à exemplo dessas políticas públicas tem-se o Bolsa Família, Renda Mínima, entre outros (Gohn, 2011, p. 343).

É importante destacar que outros grupos também passaram a ter grande atuação nos anos 1990 no Brasil. Grupos que passaram por boa parte da história, oprimidos e usurpados de seus direitos, como é o caso dos povos originários, como também os movimentos dos ecologistas e dos movimentos ambientalistas, que surgem em decorrência das novas situações de degradação ambiental que a modernidade avançada faz emergir (Tavolaro, 2011, p. 122).

Em relação aos grupos dos povos originários, estes cresceram em número na sua organização nessa década, passando a lutar pela demarcação de suas terras e também pela preservação e dignidade de suas vidas. Maria Gohn (2011), acrescenta que, em relação aos grupos dos ecologistas e ambientalistas, propagam-se especialmente a partir da conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), realizada na cidade do Rio de Janeiro, junto a outras Organizações Não Governamentais (ONGs). A autora supracitada, ainda afirma que nos anos 1990, as ONGs passaram a ter muito mais importância do que



os próprios movimentos sociais. Tratava-se de ONGs, onde, junto aos movimentos populares, voltavam-se para “a execução de políticas em parceria com o poder público e a sociedade” (Gohn, 2011, p. 343).

Sendo assim, as mudanças e as transformações na nossa sociedade, trazem em sua essência a constituição da identidade social, que é despertada por conta dos sentimentos de mudança das relações culturais sociais econômicas e políticas, e de identificação pela causa. Como é o caso dos Movimentos ambientalistas e indígenas que fazem associações e redes<sup>10</sup> com ONGs, como o Greenpeace. Com este estabelecimento de rede conseguem ter grande importância no cenário político e também na construção de inovações sociais. Essa luta pela construção de narrativas, faz com que esses grupos se aliam a organizações para firmar suas pautas e conquistar maior legitimidade, trazendo força para as suas ações. Pode-se exemplificar essa associação com a ONG Greenpeace com o movimento ambiental tratada na próxima seção deste artigo.

## **Organizações não governamentais**

As organizações não governamentais (ONGs) são instituições nas quais se preocupam em proporcionar melhorias na sociedade. No geral, essas organizações possuem prioridades que tem o foco em necessidades básicas humanas. Há uma diversidade de Ongs, com objetivos,

---

10. Ao citarmos as redes, elas vão para além da do entendimento de rede social de internet, mas em redes que por meio de associações possibilitam a transposição de fronteiras territoriais. Essas articulações de ações locais regionais, nacionais e transnacionais, faz com que os movimentos sociais lutem pela indivisibilidade de direitos humanos, auxiliando na compreensão do pluralismo das concepções de mundo.

estruturas e razões diferentes. Elas desenvolvem trabalhos nas áreas da educação, saúde, assistência social e direitos humanos.

O termo Organização Não Governamental foi usado pela primeira vez no ano de 1950. A Organização das Nações Unidas (ONU) empregou para que pudesse definir as organizações civis que não mantinham nenhum vínculo com o governo. São entidades que não visam fins lucrativos e realizam vários tipos de ações solidárias para públicos específicos. No entanto, não pertencem nem à iniciativa privada, nem à iniciativa pública, mas sempre promovendo a solidariedade.

Pertencem ao terceiro setor da sociedade, ou seja, seguindo o primeiro setor que é o governo e o segundo setor que são as empresas privadas, o terceiro setor segue sendo as instituições privadas. Para arcar com as ações, as Ongs vendem produtos como camisetas, canecas, livros entre outros itens, prática comum para gerar renda e financiar as atividades.

Resumidamente uma organização não governamental é uma mobilização de pessoas em grupos, estruturadas em forma de instituição da sociedade civil com o objetivo de buscar um interesse comum. Ela pode ser pela melhoria da vida comunitária ou defesa de direitos e interesses. Além disso, pressionam de alguma forma o poder público para obter melhorias nos oferecimentos de serviços à sociedade, tanto nas esferas locais, estaduais, nacionais como na internacional.

No Brasil existem várias ONGs atuando em diversos campos, mas nesse estudo vamos destacar o Greenpeace que é uma organização não governamental (ONG) focada, especialmente, em pautas relacionadas ao meio ambiente.

## *A História do Greenpeace*

O Greenpeace (<https://doe.greenpeace.org.br>) é uma das organizações não governamentais ambientais mais conhecidas mundialmente. Atuando no Brasil desde a década de 90, realiza várias atividades em prol do meio ambiente, porém a Ong tem sua história iniciada no ano de 1971 (Guitarrara, 2023). Presente em mais de 55 países, sua sede principal fica na Holanda, e se assegura integralmente com doações de cidadãos comuns, não aceitando doações de governos, empresas e partidos políticos - a fim de garantir o que mais zela que é a transparência, independência e liberdade.

A história do Greenpeace começou quando um grupo de ativistas partiu rumo à ilha vulcânica de Vancouver, Amchitka, no Canadá, com a missão de impedir a realização de testes nucleares dos Estados Unidos da América. A preocupação do grupo era porque a região da ilha possui falhas geológicas, e temiam que os testes pudessem desencadear terremotos e tsunamis. Além dos danos que poderiam causar à biodiversidade do local.

Mas antes disso o grupo já havia feito um protesto com cerca de 10 mil pessoas bloqueando o maior posto da fronteira entre Canadá e EUA, realizado dois anos antes dos testes nucleares como a primeira forma de intervir. O protesto teve faixas que diziam “não faça onda”, em referência aos resultados que provocariam os testes nucleares. Porém, os EUA realizaram mesmo assim e não houve tsunamis e nem terremotos, mas, em 1971, anunciaram um novo teste no local, e desta vez cinco vezes mais potente. Com isso, os ativistas decidiram que era preciso muito mais que levantar faixas na fronteira, e alugaram um barco para ir até o local onde se realizaria os testes.

Como forma de arrecadar dinheiro para alugar um barco, o grupo decidiu fazer um concerto de rock e conseguiram fretar um antigo barco de pesca, chamado Phyllis Cormack. Porém, o barco não chegou ao seu destino, mas a viagem não foi em vão, pois a causa ganhou visibilidade e algum tempo depois os EUA interromperam os testes na ilha, que mais adiante se tornaria uma espécie de santuário de aves.

Na época o grupo conhecido como - Comitê Não Faça Onda - nomeou o antigo barco de Greenpeace, de modo aleatório as palavras *green* e *peace* (verde e paz) se juntaram, e que também foram utilizadas nos botões que foram vendidos para arrecadar fundos para a realização da viagem à ilha.

Um dos líderes mais importantes desse grupo de ativistas foi Patrick Moore, que no final da década de 60 já apresentava interesse em relação às preocupações com o meio ambiente. Isso, ainda quando estudante de *Phd* na universidade britânica no Canadá, onde estudava ecologia e outras ciências naturais. Desde então, sua forma de ver o meio ambiente e o mundo mudou em decorrência da guerra do Vietnã e da corrida armamentista dos Estados Unidos, fatos que estavam inseridos naquele contexto.

No entanto, cerca de uma década depois da criação do Greenpeace, Moore decidiu ir para o outro lado e montou uma organização chamada *Greenspirit*, tendo sua missão totalmente contrária às que o Greenpeace lutava. Um dos líderes ativistas considerados mais relevantes do grupo afirmava que as pautas do Greenpeace já não ajudavam em muita coisa para o mundo. Na mesma energia de antes, Moore defende o desmatarmento, o uso de transgênicos, a favor do avanço da tecnologia e da ciência.

O Greenpeace, ainda nos 70, começou a diversificar seu foco e passou também a se engajar na luta contra a caça de baleias. Ação que também marca a trajetória do grupo. Atualmente a organização trabalha a favor do meio ambiente em especial: florestas, clima, energia, oceanos, agricultura sustentável, agrotóxicos e desarmamento.

### *Greenpeace no Brasil*

O Greenpeace chega no Brasil na década de 90, mais precisamente no ano de 1992 quando o país realizava uma importante conferência ambiental no Rio de Janeiro - a Eco-92 - essa chegada também foi marcada com um protesto contra a usina nuclear de Angra dos Reis. No Brasil, suas principais ações se concentram na luta contra o desmatamento na Amazônia, lutando contra o desmatamento zero, implementação de áreas protegidas, energias limpas e regularização fundiária. Contudo, a mais recente e que ganhou destaque na mídia foi a atuação do Greenpeace em defesa dos poucos conhecidos na época, os corais da Amazônia.

Possui sede em oito estados brasileiros: Manaus, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Brasília e Porto Alegre. Atuando há mais de 30 anos no Brasil, a organização confronta governos, empresas e projetos que estimulam a degradação da Amazônia e que ameaçam o clima global. Tudo isso de forma pacífica, a organização realiza suas manifestações por meio de ações criativas, sem precisar de força bruta.

Ao longo desses trinta anos foram centenas de ações pacíficas, abaixo-assinados e campanhas que enfrentaram empresas e projetos como: indústrias de petróleo e de energia nuclear, produtores de

transgênicos e governos que de certa maneira agiriam de forma criminosa contra a Amazônia e também como os direitos dos povos indígenas de comunidades tradicionais.

Para dar suporte neste trabalho, uma das sedes mais importantes da organização no Brasil se localiza em Manaus, no coração da Amazônia, onde se pode monitorar todas as ações de perto e denunciar atos ilegais que possam atingir não só o meio ambiente como também violar os direitos dos povos da floresta.

### *A atuação do Greenpeace nas redes sociais*

Diante do cenário global onde os meios de comunicação de massa possuem seleção de seus assuntos de acordo com seus interesses editoriais, a internet se torna um meio alternativo e grande aliada para a mobilização de assuntos em tempo real nas redes sociais. Frente a gama de problemas que a sociedade enfrenta, o meio ambiente é uma das causas que ganham notoriedade daqueles que se interessam pelo assunto.

Para Fossá & Pinto (2011, p. 27), na sociedade midiaticizada, é possível que as minorias criem meios institucionalizados e, a partir deles, consigam debater seus discursos. A internet possibilitou essa transformação e permitiu que as minorias pudessem dar voz às causas defendidas e, desse modo, interferir no processo decisório.

Com o cenário ambiental globalmente ameaçado, houve vários movimentos em prol do meio ambiente que se propuseram a lutar a favor da consciência ecológica e migraram para as telas dos computadores e smartphones. Essas atuações são destaque nas redes sociais, por usar

desse mecanismo para expor suas atividades e mobilizar a população, como é o caso do Greenpeace.

Desta forma, Fossá & Pinto (2011, p. 36) afirmam que essa “migração” tornou o indivíduo mais participativo criando um novo termo para o ativista na internet;

como consequência, a migração para a internet caracteriza o ciberativismo, em que os conceitos de cidadania e democracia são adaptados também para esse espaço fluido com a intenção de promover a mobilização social com liberdade de expressão.

O Greenpeace se apresenta nas suas redes sociais com a premissa do ativismo ambiental usando como ferramenta para publicidade dos seus atos. Para o movimento existe um planeta e um ecossistema que precisam de quem os defenda. Essa mobilização é uma prática do ativismo realizado na rede mundial de computadores.

Além da liberdade dos embates entre os usuários, a internet é utilizada pelos movimentos sociais também pelo “barateamento dos custos; abrangência ilimitada; velocidade de transmissão; ruptura com as diretivas ideológicas e mercadológicas da mídia; e autonomia para detonar campanhas” (Moraes, 2001, p. 129, como citado em Fossá & Pinto (2011, p. 38).

O ciberespaço é um território novo com opções diferenciadas das existentes na reprodução da mídia tradicional, a ponto de, concretamente, conseguir contestar os monopólios da expressão pública, expressar de modo crescente a variedade de visões de mundo e abrir as possibilidades de navegar por roteiros particularizados, desenvolvendo comunidades virtuais e contatos interpessoais à distância (Urquidi, 2002). Então o processo de mobilização buscado pelo Greenpeace no ciberespaço, é

o lugar que se apropria para chegar ao seu público. Dessa maneira, ele pretende intimar as pessoas para que colaborem, de alguma forma, em seus projetos, seja como voluntário, colaborador ou *ciberativista* presente nas redes sociais.

O Greenpeace no site possui informações que auxiliam o seu público a navegar e participar na internet. São disponíveis informações institucionais, links que permitem à instituição organizar na internet as suas ações contra as devastações ambientais, bem como a mobilização de mais indivíduos em defesa dessa causa, o que caracteriza o ciberativismo, além claro de possuir dados importantes da organização como o histórico do grupo e suas ações no mundo.

A comunicação realizada pela organização é basicamente virtual, tanto que ela disponibiliza um site com características de cada país em que ela atua, pois além de se tratar de públicos distintos, o escopo de trabalho desenvolvido em um país não é o mesmo, varia de acordo com a demanda e a cultura de cada lugar. (Fossá & Pinto, 2011, p. 42)

Sendo assim, a organização Greenpeace é uma das mais importantes quando se trata de defender o meio ambiente. E, através dos seus próprios meios institucionais consegue dar voz à causa que defende sem, para isso, depender dos meios massivos e, conseqüentemente, dos seus filtros editoriais.

O Greenpeace possui na rede social Instagram 4 mil seguidores, e também oferece diversas ferramentas que podem ser usadas pelos usuários a fim de acompanhar as notícias divulgadas, bem como as campanhas. Entre as ferramentas estão à disposição para a interação, o Orkut, o Twitter, o Facebook, o Flickr, o YouTube, o seu blog, entre outros.



## **Afirmação identitária no movimento ambientalista do Greenpeace**

A identidade, característica dos movimentos sociais, é aspecto singular dos movimentos ambientais que os aproxima das ações coletivas em defesa de causas sociais e políticas. Sobre a definição de identidade, Castells (1999, p. 54) destaca que se trata do “processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado”. O conceito evidencia os atores sociais a partir dos significados constituídos socialmente, ou seja, a identidade está diretamente relacionada à identificação simbólica dos cidadãos, ao sentido atribuído às ações que pratica na sociedade.

Enquanto significado, identidades são resultado de relações de poder. Como tal, podem ser construídas por instituições dominantes. Para isso, no entanto, torna-se imprescindível que os sujeitos sociais internalizem valores e princípios hegemônicos. Apesar da potência dos preceitos dominantes, consolidados por instituições sociais modeladoras de normas que organizam os sujeitos em grupos de identificação – Família, Igreja, Escola, Estado, etc., a identidade pode ser construída sob parâmetros alternativos a esse modelo<sup>11</sup>.

Nesse sentido, no que diz respeito à forma e origem de identidade, existem a identidade de resistência e de projeto. A primeira, surge em contextos de vulnerabilidade social, seja material, seja simbólico. Para fins de resistência, ela é formada sob diretrizes diferentes ou em oposição à perspectiva dominante. Já a segunda, se efetiva quando os cidadãos

---

11. De acordo com Castells (1999), essa forma de construção de identidade é denominada “identidade legitimadora”. O objetivo dela é expandir e racionalizar a dominação sobre os atores sociais.

constroem nova identidade com capacidade de redefinir posições sociais, além de criar novos significados podendo transformar a estrutura social.

Os agrupamentos sociais com objetivos de mobilização e transformação da ordem vigente, por conseguinte, se estruturam nessas duas formas de construção de identidade. Em referência aos movimentos ambientais, identificamos aspectos de resistência e projeto ao considerarmos a forma de articulação dos sujeitos, individual e coletivo, acerca dos temas ambientais.

Diante dos impactos ambientais negativos causados pela ação humana, pauta de diferentes debates a nível global, a identificação social com as causas do meio ambiente se tornou prioritária. Ocorre que discursos ambientalistas tomaram todas as instâncias da sociedade. No campo político partidário, candidatos passaram a defender esta bandeira com veemência. Grandes empresas apostam em práticas sustentáveis como diferencial de seus produtos e serviços. Governos e organizações internacionais estabelecem legislações e princípios para atuar sobre o problema a longo prazo.

A Organização das Nações Unidas (ONU), por exemplo, criou a Agenda 2030 com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Em síntese, o pacto global assinado em 2015 visa “um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade” (Agenda 2030, 2015, par. 1). Dessa forma, combinações como “fome zero e agricultura sustentável”, “energia limpa”, “consumo e produções responsáveis”, “ação contra mudança global do clima”, entre outros objetivos, compõem as metas a serem alcançadas com a proposta. Nota-se, então, a luta pela conservação do

meio ambiente e a sobrevivência da humanidade cada vez mais indissociáveis nas iniciativas coletivas.

Dado o contexto de busca pelo equilíbrio entre os cidadãos e a natureza, as ações dos movimentos ambientalistas dão repercussão a problemáticas, do âmbito local especialmente, e se tornam característica identitária dos atores sociais. Na composição organizacional da Greenpeace, atores de diferentes segmentos e com diferentes bandeiras de luta são identificados nas mobilizações. Sem uma figura de liderança individual desde sua criação, a Ong traz o viés da coletividade nos mais de 50 anos de história. Ainda que representações individuais, a exemplo de celebridades que se posicionam como ativistas e apoiadores do movimento, a união da sociedade em geral é uma marca da característica singular das ações ambientais.

Verifica-se, portanto, como as questões ambientais foram incorporadas aos fundamentos de luta social independente da identidade central dos movimentos e mobilizações sociais. Concepções do século XIX, manifestadas estritamente por elites dos países dominantes, a preservação da natureza, a qualidade ambiental e a vida ecológica fundamentam a atual dinâmica de resistência de grupos sociais organizados que apresentam um “verdejar” (Castells, 1999) de suas causas.

“Há um discurso ecológico implícito e coerente que perpassa uma série de orientações políticas e origens sociais inseridas no movimento, e que fornece a estrutura sobre a qual diferentes temas são discutidos em momentos distintos e com propósitos diversos” (Castells, 1999, p. 154). Com a assertiva, Castells (1999) sinaliza a disseminação de uma identidade ambientalista global. No Greenpeace Brasil, particularmente, as mobilizações contam com participação ativa de diversas

representações que atuam com o propósito de intervir e sensibilizar a sociedade para intervenção nos processos e tomadas de decisões que impactam a vida em sociedade.

A pluralidade da representação no Greenpeace é notada nos fundamentos que orientam as ações do grupo no país. Trata-se da tríade: equidade, diversidade e inclusão. A Ong busca a partir desses pilares e do sentido de diversidade, “celebrar as semelhanças e diferenças que fazem com que cada pessoa seja única. Sobre a diversidade, nos referimos a um conceito que inclui a pluralidade de vivências que existem e incluem gênero, idade, raça e outros marcadores sociais” (Greenpeace, s.d., par. 8). De igual maneira, o objetivo é reforçado no item 4 dos princípios da Organização, em que se afirma a valorização e confiança na colaboração coletiva, considerando a diversidade de ideias, perspectivas e experiências como elementos essenciais para efetivação de decisões sábias a fim de se alcançar melhores resultados.

Esse ponto de vista pode ser observado nas mobilizações relacionadas à principal pauta do movimento no Brasil, isto é, a defesa da Amazônia. No contexto mais recente, o Greenpeace tem concentrado esforços na mobilização Acampamento Terra Livre (ATL), um evento que desde 2004 representa a maior Assembleia dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil (APIB, 2023). Nessa conjuntura, as redes sociais do Greenpeace dão expressivo destaque aos problemas que afetam negativamente o cotidiano dos povos indígenas e das demais comunidades que habitam a região da Amazônia. Com destaque para as consequências do garimpo ilegal, o grupo trabalha para sensibilização da sociedade nacional e internacional, bem como denunciar a atividade

de instituições públicas e privadas que colaboram para agravamento da situação que está ameaçando a vida nos territórios indígenas.

Com a ameaça generalizada, a pauta ambientalista é centralizada nas lutas sociais. Dessa forma, a diversidade defendida pelo Greenpeace, é constatada nas diferentes vozes que se unem em prol a objetivos em comum. Organizações indígenas regionais e nacionais caracterizam, por conseguinte, a intersecção identitária no ATL. Entre os movimentos presentes na mobilização de 2023 (Greenpeace Brasil, 2023) estão: a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB); a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB); as Mulheres da Terra Indígena Kamicuã (AM); a Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia (RO) e o Coletivo TYBYRA, formado por indígenas LGBTQIAPN+.

### **Considerações finais**

Podemos identificar ao longo do estudo que a questão da diversidade identitária dos indivíduos, potencializam a participação política e a maneira de suas atuações. Dessa forma, as ONGs, como o Greenpeace, e os movimentos ambientalistas fazem essa associação, em que por meio da identificação da causa, juntam-se para dar força e legitimidade de suas ações de forma coletiva e independente.

De acordo com o autor Castells (1999), o ambientalismo constitui um novo tipo de movimento social, sendo este portador das características de um movimento social: identidade e metas. Conseqüentemente, é cada vez maior o vínculo entre os movimentos ambientais e a ONG Greenpeace, cujos propósitos são pela preservação e/ou construção de condições para o meio ambiente. Neste sentido, por estes movimentos

possuírem caráter político social comuns, as associações com outras redes de ativismo e conscientização, potencializam na prática e indagam a conjuntura política econômica e socioambiental do país.

Com isso, notou-se que as redes virtuais cumprem um papel importante para as causas do Greenpeace, além de divulgar suas atividades. O mecanismo também abre espaço para o debate de assuntos acerca de novas ideias que possam ajudar na realização dos projetos da Ong. O ator social presente nas redes sociais tem uma participação mais ativa e com isso a vantagem de expandir o assunto, tornando possível a ampliação dos discursos a favor do meio ambiente.

A ação ATL citada no estudo, também contou com forte divulgação de suas atividades nas redes sociais, uma vez que o Greenpeace em suas páginas oficiais lançava notas e vídeos a respeito das manifestações que ocorreram. Todos esses passos eram disponíveis para as pessoas que estavam longe e que pudessem estar informados sobre tudo o que acontecia. E que de alguma forma pudessem compartilhar os conteúdos que são disponibilizados nas ferramentas da Ong. Deste modo, em consonância com os valores e princípios que defendem, o ativismo dos movimentos e mobilizações sociais colaboram para o processo de resistência das minorias, que reconhecem nessas alternativas contrárias ao sistema hegemônico expectativas de construção de uma sociedade democrática.

Bem como mostrar que pessoas que lutam na causa ambiental é porque de alguma forma se identificam com o grupo e com as ideias. Além disso, evidenciou que é possível viver em harmonia com a natureza e também com todos os povos, sem que seja preciso invadir territórios e espaços dos indígenas. O Greenpeace apresenta como um dos

destaques de grupos ativistas que lutam por um meio ambiente melhor, vem mantendo sua missão de preservação e pacificação.

Embora tenham sido realizadas muitas conquistas, existem ainda muitos desafios a serem enfrentados e muitas metas ainda a serem alcançadas dentro da nossa cultura política e da nossa sociedade. Para isso, a legitimação de lutas, coordenadas pela união dos cidadãos em grupos organizados com o objetivo de obter mudanças na estrutura social, consiste no caminho mais viável para se alcançar a justiça social. Seguramente, apoiados na perspectiva ambientalista que se constitui como elemento central na identidade dos movimentos, o projeto de garantia dos direitos individuais, coletivos e sociais tem potencial para ser realizado.

## Referências

Agenda 2030. (2015). *ODS – Objetivos de desenvolvimento sustentável*. <https://brasil.un.org/pt-br>

APIB. Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (2023). *Acampamento Terra Livre (ATL)*. <https://apiboficial.org/>

Arruda, G. R. P. D. (2011). *Movimentos sociais no ciberespaço: uma investigação sobre o ciberativismo* [Dissertação de mestrado, PUC-SP].

Barros, F. L. D. (2005). *Banco Mundial e ONGs ambientalistas internacionais: ambiente, desenvolvimento, governança global, e participação da sociedade civil* [Tese Doutorado, Universidade de Brasília].

Bordieu, P. (2011). *O campo científico*. Ed. Ática.

Cardoso, C (2003). Ex-Greenpeace defende transgêneros. *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0107200332.htm>

Castells, M. (1999). *O poder da identidade*. Ed. Paz e Terra.

Fossá, M. I. T., & Pinto, R. C. (2011). *Movimentos sociais e minorias: apontamentos do ciberativismo do Greenpeace* [Trabalho apresentado]. XXXIV Congresso INTERCOM, Recife, PE, Brasil.

Freire, P. (2005). *Pedagogia do Oprimido*. Ed. Paz e Terra.

Gohn, M. G. (2011). Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, 47, 333-361.

Greenpeace Brasil. (2023, 25 de abril). *Acampamento Terra Livre 2023* [Vídeo]. [Status update]. Facebook. <https://www.facebook.com/reel/193118070213053>

Greenpeace. (s.d.). Quem é o Greenpeace Brasil. <https://www.greenpeace.org/brasil/quem-somos/>

Greenpeace Internacional [@greenpeace]. (s.d.). *Posts* [Perfil do Instagram]. Instagram. Recuperado de <https://www.instagram.com/greenpeace/?igshid=NTc4MTIwNjQ2YQ%3D%3D>



- Guitarra P. (2023). Greenpeace. *Brasil Escola*. <https://brasilecola.uol.com.br/amp/geografia/greenpeace.htm>
- Machado, J. A. S. (2007) Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. *Sociologias*, (18), 248-285.
- Melucci, A. (1996). *Challenging codes: collective action in the information age*. Ed. Cambridge University Press.
- Norbert, E., & Scotson, J. L.(2000). *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade*. Ed. Jorge Zahar.
- Smelser, N J. (1963). *A Sociologia da Vida Econômica*. Ed. Livraria Pioneira.
- Tavolaro, S. B. (2011). *Movimento ambientalista e modernidade: sociabilidade, risco e moral*. Ed. Annablume.
- Thiry, H. R. (2006, 2 outubro). Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *Rev. Adm. Pública*, 40(1). [doi.org/10.1590/S0034-76122006000100003](https://doi.org/10.1590/S0034-76122006000100003).
- Touraine, A. (1985). *The study of social movements*. Ed. Social Research.
- Touraine, A. (1997). *¿Podremos vivir juntos? La discusión pendiente: el destino del hombre en la aldea global*. Ed. Fondo de Cultura Económica.

Urquidi, V. (2002). *Ciberespaço e novos movimentos sociais* [Trabalho apresentado]. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

Warren, I. S. (2006, 21 abril). Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922006000100007>

# INFODEMIA SOCIOAMBIENTAL SOBRE A AMAZÔNIA NAS ELEIÇÕES DO BRASIL

*Karine Tavares Nunes<sup>1</sup>*  
*Francisco Arrais Nascimento<sup>2</sup>*  
*Caroline Kraus Luvizotto<sup>3</sup>*

“A comunicação é um aspecto do trabalho e, mais particularmente, expressa a forma social de produção do conhecimento” (Genro Filho, 1996, p. 101). Com a assertiva, ressalta-se o potencial da Comunicação, por meio do Jornalismo, quanto à construção de uma trajetória em consonância com as transformações da sociedade. Dessa forma, reflete-se sobre as dinâmicas de produção jornalística para aplicação

- 
1. Mestranda em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista - UNESP.  
[karine\\_nunes@live.com](mailto:karine_nunes@live.com)
  2. Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista - UNESP. Pós-doutorando em pela Universidade Estadual Paulista - UNESP.  
[francisco.arrais.nascimento@gmail.com](mailto:francisco.arrais.nascimento@gmail.com)
  3. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista - UNESP. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista - UNESP  
[caroline.luvizotto@unesp.br](mailto:caroline.luvizotto@unesp.br)

de competências e habilidades inovadoras em reação aos desafios que surgem no contexto social, um deles: a consolidação da infodemia socioambiental, compreendida como: “um grande aumento no volume de informações associadas a um assunto específico, que podem se multiplicar exponencialmente em pouco tempo devido a um evento específico, [...]. Nessa situação, surgem rumores e desinformação, além da manipulação de informações com intenção duvidosa” (OPAS, 2020, p. 2), que ocorre pela dificuldade no gerenciamento das muitas informações que permeiam os sujeitos e instalam caos nos setores da sociedade.

Entende-se que a informação é essencial na sociedade, sendo a mesma produzida e veiculada de forma rápida e continua nos mais diversos suportes e meios. Ressalta-se que, no estudo aqui apresentado, apoiou-se nas pesquisas de Buckland (1991), ao tratar a “informação como coisa” para além do entendimento acerca dos conceitos para que se possa distingui-los e delimitá-los. Adotou-se a concepção de Dahlbert (1978, p. 102) que define conceito: “como a compilação de enunciados verdadeiros sobre determinado objeto, fixada por um símbolo linguístico”.

O direito e o acesso à informação e comunicação constituem alicerces essenciais para a participação ativa dos cidadãos nos processos políticos e sociais de suas nações, uma vez que, sem um processo transparente de comunicação e de disseminação da informação para além do acesso a informação de forma eficiente, o próprio processo de cidadania é comprometido em sua essência.

A capacidade de adquirir informações pertinentes e verídicas viabiliza a tomada de decisão fundamentada, a avaliação criteriosa das ações dos representantes eleitos e a compreensão das pautas públicas

com impacto direto em suas vidas (Luvizotto et al., 2020). Ademais, a disponibilidade dessas informações incentiva o engajamento cívico, favorece a formulação de perspectivas informadas e faculta a expressão de opiniões embasadas, contribuindo para os processos deliberativos na esfera pública. Assim, se pode compreender que a relação simbiótica estabelecida entre informação e conhecimento se dá por meio de uma construção helicoidal, uma vez que, o suprimento de informação alicerça a construção do conhecimento em um movimento contínuo.

No Brasil, por exemplo, a Lei de Acesso à Informação<sup>4</sup>, promulgada em 2011, representou um marco na garantia desse direito, permitindo que os cidadãos requisitem informações de órgãos públicos, aumentando a transparência e a *accountability* governamental. Entretanto, mesmo com esse avanço, verificam-se desafios significativos na garantia plena desse direito não apenas no Brasil, mas em todo o mundo. A desinformação, a manipulação da informação por meio de proselitismos e inverossimilhanças, além das restrições ao acesso à informação são ameaças persistentes que precisam ser enfrentadas.

No Jornalismo, concomitantemente, as informações correspondem aos fatos, atuando sob a óptica de Briet (2016) que aponta a “latinidade” como a óptica sob a qual o documento se apresenta enquanto “sentido de lição e prova”, conceituando o mesmo como “todo e qualquer indício, concreto ou simbólico, conservado ou registrado, com a finalidade de representar, reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual” (Briet, 2016, p. 13).

---

4. Lei nº 12.527/2011 regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas.

Nilson Lage (2005) escreve que a informação é a essência do jornalismo. Enfatiza-se, assim, o dever de informar e o direito dos cidadãos de serem informados. Ainda neste aspecto, o autor destaca o interesse do público (sociedade) e a credibilidade ou prestígio que condicionam o êxito de um projeto jornalístico.

No entanto, o aspecto factual atribuído às informações é acompanhado de um movimento contrário à verdade. Trata-se da criação e compartilhamento de desinformações, como, por exemplo, a disseminação de notícias falsas, um problema identificado em muitos períodos da história da humanidade. Prejudiciais em diferentes escalas, essas informações recebem notabilidade devido à repercussão possibilitada pelo desenvolvimento tecnológico.

Posetti e Matthews (2018) destacam que a invenção da máquina de impressão tipográfica pelo alemão Johann Gutenberg (século XV), que revolucionou o modo de produção de materiais escritos, amplificou significativamente a disseminação de informações falsas. A popularização do rádio, a invenção da televisão, o advento da Internet no século XX e as mídias sociais digitais no século XXI representaram o impulsionamento desse problema informacional.

Nessa conjuntura, ocorre a propagação acelerada de desinformações com a contribuição de três fatores: a remoção de barreiras comunicacionais na era digital; a popularização das mídias sociais, em que se construíram redes em torno da confiança desafiando os meios tradicionais de comunicação; e, por último, o terceiro fator que propiciou a potencialização da desinformação foi o surgimento das plataformas digitais de conversação (Posetti, 2018). Em plataformas de conversação como o *WhatsApp* e *Telegram*, por exemplo, as pessoas consomem e

repassam preferencialmente informações que as interessam, muitas vezes, sem qualquer procedimento de verificação.

Nesse panorama relacional, o grande volume de informações verdadeiras e falsas expõe um contexto de infodemia. Sem a identificação exata da origem e qualidade das mensagens que transitam no ambiente *online* e na realidade material, as pessoas ficam desorientadas sobre sua própria realidade.

Antes de discutir-se questões relacionadas a este fenômeno na Comunicação, cabe salientar que os fundamentos teóricos sobre este problema ainda estão em estágio de construção. O que se tem registrado a respeito do assunto se encontra principalmente relacionado a crises na área de saúde.

Destaca-se, então, dois momentos em que o termo infodemia foi utilizado para explicar uma situação de desordem informacional. O primeiro momento data de 2003, quando o jornalista David J. Rothkopf (2003) descreveu uma crise em saúde combinada a uma crise de informação ao reportar a epidemia de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS) causada por um tipo de coronavírus na China, a qual classificou de “epidemia de informação” (Rothkopf, 2003, par. 1). O segundo momento em que o termo emergiu com grande repercussão foi para caracterizar a desinformação sobre assuntos relacionados à pandemia da infecção respiratória COVID-19, causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) (Garcia & Duarte, 2020). Em tal conjuntura, a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou a existência de uma infodemia, referente ao “excesso de informações, algumas precisas e outras não, que tornam difícil encontrar fontes idôneas e orientações confiáveis quando se precisa” (OPAS, 2020, p. 2).

Tendo em vista as vezes em que o termo foi utilizado para explicar uma situação de crise combinada à desordem na Comunicação social, verificou-se três marcações que podem servir de parâmetro para identificar situações de infodemia. Assim, durante um acontecimento (1); que ocorre por um tempo determinado, com início, meio e fim (2); há um excesso de informações sobre assuntos que se vinculam a este acontecimento (3).

Posto isso, no âmbito das eleições no Brasil em 2022, ressalta-se a ocorrência deste fenômeno da Comunicação sobre assuntos referentes à Amazônia Legal, definida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, como “uma área que corresponde a 59% do território brasileiro e engloba a totalidade de oito estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do Estado do Maranhão (a oeste do meridiano de 44°W), perfazendo 5,0 milhões de km<sup>2</sup>”. A essa situação, que envolve excessiva circulação de informações, entre verdadeiras e falsas, disseminadas de forma intencional ou espontânea, chama-se de infodemia socioambiental sobre a Amazônia. O contexto de infodemia neste enfoque considera, especificamente, o teor das narrativas de candidatos presidenciais e a cargos eletivos, nos nove estados da região amazônica, bem como a reprodução e o impacto dessas narrativas na sociedade em nível nacional.

## **Objetivos**

Objetivou-se por meio do estudo aqui apresentado compreender o fenômeno da infodemia em torno da questão socioambiental no Brasil durante o período das eleições de 2022 no país. Tal objetivo, ao desdobrar-se de modo a analisar as publicações do portal de notícias independente InfoAmazonia, buscando os procedimentos utilizados



para identificar a infodemia socioambiental sobre a Amazônia Legal sob o recorte cronológico proposto inicialmente, a saber: as eleições presidenciais do ano de 2022, em específico, as publicações referentes ao mês de outubro de 2022.

## Metodologias

Na editoria Notícias do portal InfoAmazonia, inscrito sob o sítio eletrônico (<https://infoamazonia.org/>), analisou-se a seção “Eleições 2022” por se tratar de uma iniciativa criada para investigar a desinformação sobre a Amazônia Legal. Frente a isso, aleceu-se enquanto amostra para o estudo aqui apresentado 24 (vinte e quatro) matérias que compõem nosso corpus/domínio.

O conjunto de publicações, listadas no Quadro 1, são referentes ao mês de outubro de 2022, período em que ocorreu as eleições no país – com primeiro e segundo turno. Como percurso metodológico, aplicou-se a Análise de Enquadramento Jornalístico (Porto, 2001 e 2004), que permite observar aspectos noticiosos e interpretativos nas narrativas deste produto jornalístico.

### Quadro 1

*Matérias que compõem o corpus de análise  
(Seção “Eleições 2022” – setembro a novembro de 2022)*

Nº	Título	publicação
1	Fake news ajudam a concentrar riqueza e favorecem destruição da floresta, diz Marina Silva	01/10/2022
2	O futuro da Amazônia será decidido nestas eleições	04/10/2022
3	Campanha de Bolsonaro recebeu R\$ 3,1 milhões de infratores ambientais	05/10/2022

4	No YouTube, PL infla números para dizer que Lula e Dilma queimaram mais a Amazônia do que Bolsonaro	06/10/2022
5	Bancada pró-meio ambiente na Câmara encolhe 20%, mas ganha nomes de peso	07/10/2022
6	‘Sepultamento da memória’ fez eleitores do Amazonas esquecerem a pandemia, diz sociólogo	07/10/2022
7	Tocantins: Wanderlei Barbosa, governador eleito, não assina carta-compromisso em defesa da agricultura familiar	11/10/2022
8	Por decreto, Bolsonaro corta funções da Funai: “será o fim da demarcação das terras indígenas”, denunciam entidades	13/10/2022
9	O truque de Bolsonaro para dizer que cuida do pequeno produtor rural	14/10/2022
10	Em meio a recordes, cidade mais bolsonarista da Amazônia está entre as mais desmatadas em setembro	14/10/2022
11	Estudantes indígenas relatam cansaço e desgaste após ataques às universidades públicas	15/10/2022
12	Maranhão: governador eleito cita 80 quilombos ‘regularizados’ — mas só titulóu 11	18/10/2022
13	Lula reduziu desmatamento da Amazônia em 70%; aumento em anos de Bolsonaro é de 73%	19/10/2022
14	YouTubers bolsonaristas desinformam ao dizer que Europa destruiu florestas e que agora pune agro brasileiro por desmatamento	20/10/2022
15	Uso da máquina pública, violação indígena e ambiental na construção da BR319: o legado de Tarcísio na Amazônia	24/10/2022
16	Wilson Lima responde por omissão no combate ao desmatamento em 15 municípios do Amazonas	20/10/2022
17	Exclusivo: Demarcar terras indígenas não acaba com o agronegócio como disse Bolsonaro, mostra levantamento	25/10/2022
18	‘Bolhanaro’: 97% das interações de apoiadores de Bolsonaro nas redes sociais ocorrem sem sair da própria bolha	26/10/2022
19	Ação de robôs é ‘extremamente alta’ nas eleições e aumentou com a aproximação do segundo turno, diz especialista	26/10/2022
20	Aliado de Bolsonaro, governador reeleito de MT diz que estado campeão em área degradada é exemplo de proteção ambiental	27/10/2022

21	Sem terras demarcadas, indígenas se arriscam fazendo autodemarcação durante o governo Bolsonaro	27/10/2022
22	Em imagens de satélite: a devastação da Amazônia no governo Bolsonaro	28/10/2022
23	Eleição de domingo vai definir política brasileira sobre garimpo na Amazônia	29/10/2022
24	Em Rondônia, vídeos desinformam sobre demarcação de terras indígenas para virar voto para Bolsonaro	29/10/2022

Pesquisa dos Autores.

## Resultados

Em 2022, a Amazônia esteve em destaque durante a disputa eleitoral no Brasil, uma vez que configura-se enquanto um espaço de disputa política e cultural em função da visibilidade que os recursos naturais de tal espaço tem auferido nas agendas globais.

Nessa conjuntura, a título de exemplo, foi registrado alto número de páginas dedicadas a cobrir assuntos relacionados à região, entre eles, disseminadores de informações falsas, denominadas de *fake news*. Ao todo, segundo levantamento feito pelo Intervezes (2023), especificamente de características manipulatórios, foram identificados 70 perfis produtores e difusores de desinformação.

De acordo com análise sobre política socioambiental nos planos de governo dos presidencialistas, realizada pela PlenaMata (2022) em parceria com o portal de notícias independente InfoAmazonia, a maior floresta tropical do mundo esteve na pauta de campanha dos quatro principais nomes propensos ao cargo maior do Poder Executivo Federal. Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Jair Bolsonaro (PL), Simone Tebet (MDB) e Ciro Gomes (PDT) foram os perfis avaliados tendo em vista o melhor posicionados nas pesquisas de intenção de voto no país.

Entre as propostas de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) estava o combate a crimes ambientais de milícias, grileiros e madeireiros. Jair Bolsonaro (PL) defendeu a liberdade para uso dos recursos naturais. Envolver a população da Amazônia em atividades econômicas que sejam rentáveis foi a proposta de Ciro Gomes (PDT). Enquanto para Simone Tebet (MDB) a preocupação estava na recuperação de áreas degradadas.

Nos estados da Amazônia Legal (Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso), temas socioambientais sobre a Amazônia também estiveram em destaque nas campanhas de candidatos a cargos no âmbito estadual e federal. Delegacia contra crimes ambientais, exploração de silvinita, agronegócio, construção de hidrovias, produção sustentável, mudanças climáticas e demarcação de terras indígenas foram partes das pautas defendidas ou contestadas pelos candidatos, como apontado na seção “Eleições 2022” no portal InfoAmazonia (2022).

Ocorre que, diante de um excesso de informações, existe dificuldade para distinguir com clareza o que é verdadeiro ou falso, coerente ou não aos direitos humanos. Nesse cenário, ações desinformativas intencionais ou não podem fortalecer concepções erradas sobre temas que precisam fazer parte dos debates públicos e do planejamento de políticas públicas. Intencionalmente, essa prática atende a finalidades específicas e em se tratando de Amazônia o principal interesse norteador é o de aspecto econômico. Nesse sentido, a falta de tratamento adequado de dados contribui para a desordem no processo de informação.

Esse é o contexto político eleitoral, social e comunicacional que configura a situação de infodemia socioambiental sobre a Amazônia: as eleições de 2022 (1), que abrange um período determinado de

realização, tendo em vista o período de campanha até a data do pleito eleitoral (2), quando foi desencadeado um excesso de informações, repercutidas sob diferentes perspectivas e para diferentes fins, inclusive como forma de descredibilizar causas sociais e capitalizar crises (3). A combinação desses três elementos, portanto, podem resultar em um processo de desinformação.

Com base nas proposições de Mauro Porto (2001, 2004), elencou-se no enquadramento noticioso três categorias que configuram enquadramento dominante nas publicações do portal de notícias InfoAmazonia: de interesse humano (atores sociais), em que a cobertura jornalística focaliza em indivíduos; de enquadramento episódico, quando o foco está em um evento; e de enquadramento temático, onde se articulam os assuntos enfatizados nas publicações.

Como resultado, obteve-se o seguinte panorama no mês de outubro:

**Tabela 1**

*Classificação das notícias segundo seu enquadramento dominante (de 1 a 29 de outubro – 24 matérias)*

<b>Enquadramento Noticioso Dominante</b>	<b>Total de Matérias</b>	<b>Especificações</b>
Atores sociais (personalidade)	11	Candidatos ao governo nos estados da Amazônia Legal e candidatos presidenciais.
Episódios	3	Publicações de Leis e Debate televisionado.
Temático	10	Eleições, educação, tecnologia, demarcação de terras indígenas e crimes ambientais.

Pesquisa dos Autores, 2023.

Entre as onze publicações que citam pessoas com enquadramento dominante, estão candidatos a cargos eletivos nos estados da Amazônia Legal, a cargos no Legislativo Federal e presidenciaíveis. Entre eles: Marina Silva (Rede), Jair Bolsonaro (PL), Wanderlei Barbosa (Republicanos), Carlos Brandão (PSB), Tarcísio de Freitas (Republicanos), Wilson Lima (União Brasil) e Mauro Mendes (União

“Maranhão: governador eleito cita 80 quilombos ‘regularizados’ — mas só titulou 11” (Ferreira, 2022). A título de exemplo, a publicação contradiz a declaração do governador eleito Carlos Brandão (PSB – Maranhão) durante debate local na TV Mirante, afiliada à TV Globo. Para isso, o InfoAmazonia ressalta os registros do Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Interma), em que constam a regularização de apenas 11 títulos de terras no período de 2015 a 2022, quando o candidato fez parte da gestão estadual na função de vice-governador.

No enquadramento dominante episódico três acontecimentos estão no centro das notícias: o debate realizado pelo Grupo Bandeirantes de Comunicação com os presidenciaíveis no segundo turno das eleições, a publicação do Decreto 11.226 que extingue comitês regionais na Fundação Nacional do Índio (*sic*) e a instituição de uma Lei na União Europeia (UE) que proíbe a compra de produtos originários de áreas desmatadas.

Sobre o debate da TV Band, por exemplo, a matéria do InfoAmazonia refuta as declarações do candidato Jair Bonsonano (PL) a respeito da redução de desmatamento na Amazônia Legal durante seu mandato de presidente, entre 2019 e 2022. Na disputa de narrativas entre o presidenciaível com o também candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT), foram divulgados dados falsos sobre o assunto. Para contestar as

informações, o InfoAmazonia utilizou estudos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) para retificar o que foi declarado durante o debate televisionado. Assim, noticiou: “Lula reduziu desmatamento da Amazônia em 70%; aumento em anos de Bolsonaro é de 73%” (Dantas, 2022).

O enquadramento dominante de viés temático indica dez matérias que foram centralizadas em assuntos que relacionam eleições, educação, uso de tecnologias de informação e crimes ambientais. Em sua maioria, as publicações enfatizam a questão socioambiental sobre a Amazônia. Quando trata sobre educação, a ênfase está na educação indígena; os crimes ambientais problematizam a falta de demarcação de terras, garimpo e o desmatamento na região.

O resultado da identificação do enquadramento dominante nas publicações aponta para a ocorrência de desinformações a respeito de assuntos socioambientais sobre a Amazônia Legal durante as eleições no Brasil. Por meio da prática jornalista do InfoAmazonia, que articula as declarações dos candidatos a dados estatísticos, mapas de monitoramentos ambientais, entrevista com lideranças indígenas, entre outras formas de apuração de informações, é possível notar o problema informacional que remete à situação de infodemia socioambiental no país.

A desinformação, a manipulação da informação e as restrições ao acesso à informação são questões críticas e persistentes que constituem sérias ameaças à saúde da democracia e à participação social nas sociedades contemporâneas. Esses problemas têm implicações profundas e multifacetadas, exigindo atenção e ação imediata, sob pena de comprometer a integridade dos sistemas democráticos e a capacidade das pessoas de participarem efetivamente na vida política.

Em primeiro lugar, é fundamental reconhecer que a democracia como concebe-se depende da existência de um ambiente informacional saudável. Os cidadãos precisam de informações precisas, imparciais e acessíveis para tomar decisões informadas em eleições, referendos e debates políticos. Quando a desinformação prevalece e a manipulação da informação é disseminada, os cidadãos são privados da capacidade de discernir com precisão os fatos e as consequências de suas escolhas políticas. Isso mina a essência da democracia, que se baseia na suposição de que o povo tem a capacidade de fazer escolhas racionais e informadas.

Além disso, a participação ativa dos cidadãos é um elemento central de qualquer sistema democrático saudável. Restrições ao acesso à informação ou a presença generalizada de informações falsas prejudicam a capacidade das pessoas de se envolverem de maneira significativa na vida política.

## **Conclusões**

A pesquisa em andamento sobre a infodemia socioambiental relacionada à Amazônia nas eleições do Brasil apresenta um panorama complexo e desafiador da comunicação política-eleitoral no contexto contemporâneo. À medida que avançou-se na análise desse fenômeno, fica evidente a necessidade de aprofundar nossas investigações e considerações sobre essa temática.

É importante destacar que a comunicação política-eleitoral emerge como um elemento significativo no repertório da infodemia socioambiental relacionada à Amazônia. Isso significa que, durante o período eleitoral no Brasil, a disseminação de informações, desinformações e narrativas conflitantes sobre a Amazônia desempenha um papel crítico



na formação da opinião pública e, conseqüentemente, nas escolhas dos eleitores. Essa constatação reforça a necessidade de estudar a interseção entre a política e a questão ambiental, bem como suas implicações para a tomada de decisões políticas e o futuro da região amazônica.

Nossa pesquisa demonstra a importância de identificar situações de infodemia que não se limitam exclusivamente a doenças virais, como o Covid-19 e a Sars. A infodemia socioambiental sobre a Amazônia mostra que a propagação de informações falsas, enganosas ou polarizadas pode ter impactos devastadores em questões críticas de sustentabilidade ambiental, recursos naturais e direitos humanos. Portanto, é fundamental que acadêmicos, profissionais da comunicação e tomadores de decisão estejam atentos a esses fenômenos e desenvolvam estratégias para combatê-los.

Por fim, reconhecemos a existência da infodemia socioambiental como um desafio que requer atenção e ação no campo da Comunicação. Nossos resultados, até o momento, indicam a necessidade de explorar alternativas e estratégias para enfrentar esse problema crescente. Isso pode envolver o fortalecimento da educação midiática, a promoção do pensamento crítico entre os cidadãos, a colaboração entre jornalistas, cientistas e especialistas em comunicação, além da regulamentação eficaz das mídias sociais e das plataformas de distribuição de informações.

## **Referências**

Briet, S. (2016). *O que é a documentação?* Briquet de Lemos.

Buckland, M. K. (1991). Information as thing. *Journal of the American Society for information science*, 42(5), 351-360.

- Dahlberg, I. (1978). Teoria do conceito. *Ciência Da Informação*, 7(2). <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v7i2.115>
- Dantas, C. (2022, outubro 19). Lula reduziu desmatamento da Amazônia em 70%; aumento em anos de Bolsonaro é de 73%. *InfoAmazonia*. <https://infoamazonia.org/2022/10/19/lula-reduziu-desmatamento-da-amazonia-em-70-aumento-em-anos-de-bolsonaro-e-de-73/>
- Ferreira, I. (2022, outubro 18). Maranhão: governador eleito cita 80 quilombos ‘regularizados’ — mas só titulou 11. *InfoAmazonia*. <https://infoamazonia.org/2022/10/18/maranhao-governador-quilombos/>
- Garcia, L. P., & Duarte, E. (2020). Infodemia: excesso de quantidade em detrimento da qualidade das informações sobre a COVID-19. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 29(4), e2020186. <https://dx.doi.org/10.1590/s1679-49742020000400019>
- Genro Filho, A. (1996). O segredo da pirâmide - Para uma teoria marxista do jornalismo. *Revista da Fenaj*, 1(1).
- Infoamazonia. (2022). *Seção Eleições 2022*. <https://infoamazonia.org/categoria/eleicoes-2022/>
- Intervozes. Coletivo Brasil de Comunicação Social. (2023). *Combate à desinformação sobre a Amazônia Legal e seus defensores*. Relatório publicado em 25 de abril. <https://intervozes.org.br/wp-content/uploads/2023/04/INTERRelatorioICS-2.pdf>
- Lage, N. (2005). *Teoria e Técnica do Texto Jornalístico*. Elsevier.

- Luvizotto, C. K., Napolitano, C. J., & Trindade, A. C. (2020). A informação sobre a Democratização da Comunicação no blog do Intervozes na Revista da Carta Capital. *Revista Latinoamericana de Ciencias de La Comunicación*. 19(1), 38-48. <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/637/641>
- Opas, Organização Pan-Americana da Saúde. OMS, Organização Mundial da Saúde. (2020). *Repositório Institucional para Troca de Informações – Iris*. Fichas Informativas COVID-19: entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a COVID-19 [Internet]. Organização Pan-Americana da Saúde. <https://iris.paho.org/handle/10665.2/52054?locale-attribute=pt>
- Plenamata. Newsletter PlenaMata. (2022). *Quatro planos para a Amazônia*. <https://plenamata.eco/quatro-planos-para-a-amazonia/>
- Porto, M. (2001). *Framing the 2000 US Presidential Election: The Coverage by the Brazilian Media* [Paper]. 51st Annual Conference of the International Communication Association (ICA), Washington D.C., United States.
- Porto, M. (2004). Enquadramentos da Mídia e Política. In A. Albino, & C. Rubim (Orgs.), *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. Edufba.
- Posetti, J. (2018). News industry transformation: digital technology, social platforms and the spread of misinformation. In C. Ireton & J. Posetti (Eds.), *Journalism, 'Fake News' and Disinformation*. (UNESCO) Forthcoming.
- Posetti, J., & Matthews, A. (2018). *A short guide to the history of 'fake news' and disinformation: a learning module for journalists and journalism educators*. ICFJ.

Rothkopf, D. J. (2023). When the Buzz Bites Back. *The Washington Post*.  
[https://www.washingtonpost.com/archive/opinions/2003/05/11/  
when-the-buzz-bites-back/bc8cd84f-cab6-4648-bf58-0277261af6cd/](https://www.washingtonpost.com/archive/opinions/2003/05/11/when-the-buzz-bites-back/bc8cd84f-cab6-4648-bf58-0277261af6cd/)

# A CONTRA-HEGEMONIA SEM TERRA NA DISPUTA TERRITORIAL: POLITIZAÇÃO E LUTA DISCURSIVA SOBRE A FOME NO SITE DO MST

*Wellington de Oliveira Pereira<sup>1</sup>*  
*Paulo Henrique Caetano<sup>2</sup>*  
*Deborah Luisa Vieira dos Santos<sup>3</sup>*

Central nas dinâmicas sociais, a comunicação é fundamental na produção de sentido a partir de relações, e os processos comunicativos não são atividades isoladas, mas vinculados a contextos e à constituição da realidade dos sujeitos e suas relações de poder (Borges, 2013;

- 
1. Mestrando em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista do Programa de Excelência Acadêmica/CAPES.  
[wellop16@gmail.com](mailto:wellop16@gmail.com)
  2. Professor da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Pós-Doutorado pela Universidade Federal de Ouro Preto.  
[phcaetano@ufsj.edu.br](mailto:phcaetano@ufsj.edu.br)
  3. Doutoranda e Mestra em Comunicação, Universidade Federal de Juiz de Fora. Diretora da UNIVALE Editora e professora dos cursos de Comunicação da Universidade Vale do Rio Doce.  
[deborah.santos@univale.br](mailto:deborah.santos@univale.br)

Bourdieu, 1989; Maia, 2008). Além disso, o campo é responsável por conferir visibilidade a outros campos, tornando-se agente central para o reconhecimento social e na transformação de questões sociais em demandas políticas (Maia, 2008). Cientes dessa condição, os espaços comunicacionais são disputados por agentes com diferentes interesses em processo contínuo de avanços e retrocessos nos quadros sociais, culturais e políticos. Essas disputas discursivas e por visibilidade midiática são basilares para as lutas hegemônicas, principalmente ao compreender que os territórios são constituídos pela conflitualidade em seus espaços imateriais – nos quais acontecem as lutas simbólicas – e espaços materiais (Fernandes, 2009). Assim, a territorialização está vinculada às duas dimensões, sendo construídas mutuamente e com ambas sendo estruturadas e estruturantes (Borges, 2013).

A partir da multidimensionalidade dos territórios, evidencia-se que as intencionalidades dos agentes que os disputam são construídas ideologicamente e materialmente (Fernandes, 2009). Dessa forma, a concentração fundiária brasileira pode ser entendida como consequência das relações sociais, econômicas e políticas historicamente construídas, ao mesmo tempo em que a detenção dos espaços materiais confere ainda mais poder na atuação imaterial dos agentes. Um dos resultados dessa desigualdade histórica, perpetuada pelo atual modelo político e econômico, que encontrou na gestão Bolsonaro um momento de intensificação, é a fome.

O agronegócio, agente central na disputa territorial em diversos âmbitos, ocupa posição de destaque no debate sobre a fome. O setor alcançou grande poder no atual cenário sociopolítico, atuando na construção ideológica e nas decisões políticas do país (Delgado, 2012).

Esse poder resulta em recordes de produção e exportação de grãos noticiados quase diariamente, enquanto o crescimento vertiginoso da fome, do desmatamento e da violência contra povos tradicionais, dimensões ligadas diretamente ao setor, são silenciados.

No sentido contrário, estão os movimentos sociais, destacando-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), um dos principais da América Latina e ator social fundamental na contraposição ao agronegócio nas disputas territoriais. A relevância do Movimento o torna alvo de violências físicas e simbólicas, com uma história marcada por luta e resistência aos constantes ataques sofridos. Como forma de enfrentamento à hegemonia, o MST recorre à formação política, social, educacional e cultural de seus membros, sendo característica de suas ações junto à sociedade. A comunicação e a politização são elementos fundamentais do Movimento, tornando possível uma leitura mais abrangente dos problemas sociais a que se opõe e fundamentando o projeto popular que constrói.

Pensando nas disputas discursivas entre distintas sensibilidades do mundo, optam-se por analisar as abordagens midiáticas sobre a fome no site do MST. Para isso, foi construído um corpus de análise a partir de pesquisa avançada no buscador do Google, delimitando a palavra “fome” no site do MST. O recorte escolhido foi de 01 a 30 de setembro de 2022, com o objetivo de ilustrar algumas questões discutidas nos tópicos teóricos a partir de abordagens distintas pelos portais sob a perspectiva da (des)politização (Hay, 2007). Utiliza-se a Análise Indireta de Enquadramento (Vimieiro & Maia, 2017), escolhendo matérias que trazem a fome como elemento central e analisando duas categorias chaves: as causas e soluções propostas. A Análise Crítica do

Discurso (Fairclough, 2001) é acionada com o intuito de compreender a relação do agente e veículo com os contextos econômico, político e social, expondo suas posições nas estruturas sociais e relações de poder.

A análise identifica um posicionamento de enfrentamento aos valores e leituras hegemônicas, apresentando forte caráter politizador nas matérias, com apontamento de relações mais complexas entre causas e soluções, além de expor a fome como resultante de decisões econômicas, políticas e sociais.

### **As dimensões materiais e imateriais do território**

O território é onde a história das sociedades se realiza a partir das manifestações da existência, abrangendo abranger diferentes elementos da vida social e fazendo emergir seu caráter geopolítico como “produto e produtor de dinâmicas e eventos sociais, cujo sustentáculo está nos vínculos materiais e simbólicos que o perpassam por meio das relações de poder” (Borges, 2013, p. 53). O processo de produção territorial se dá, entre outras coisas, por meio das relações sociais marcadas pela conflitualidade de classes na disputa por modelos de desenvolvimento e de sociedade, o que torna classe e território indissociáveis (Fernandes, 2009). A conflitualidade é entendida aqui como “processo de relações de enfrentamento permanente nas interpretações que objetivam as permanências e ou as superações de classes sociais, grupos sociais, instituições, espaços e territórios” (Fernandes, 2009, p. 203), com as classes e atores sociais, em suas diferentes estratégias de reprodução socioterritorial, produzindo trajetórias conflitantes. Assim, é possível entender a redução de sentido do território, feito pelos discursos midiáticos e políticos, como forma de desterritorialização. A proposição do



termo discurso será feita a partir de Fairclough (2001), compreendendo-o como uma forma de prática social e não atividade individual ou reflexo de variáveis situacionais. Dessa forma, o discurso se torna uma prática de significação e não somente de representação, sendo responsável pela constituição e construção do mundo em significado (Fairclough, 2001).

As clivagens sociais são determinantes na disputa por sentidos, bem como na produção e apresentação pública do conhecimento, com as relações de poder e acesso a espaços de decisão sendo determinantes para emancipação ou manutenção de modelos hegemônicos. Alguns grupos são beneficiados por um processo histórico de construção conceitual, vinculado a uma teologia cristã e com continuidade na filosofia e nas ciências seculares, ancorado na supressão da sensibilidade e da localização geo-histórica do corpo, buscando a construção da ideia de universalidade (Mignolo, 2017). Esse pensamento desconsidera especificidades territoriais e limita o desenvolvimento de novas formas de pensar e viver, estando impregnado de um “racismo moderno/colonial” que classifica como “inferiores e alheias ao domínio do conhecimento sistemático” produções externas ao Norte Global (Mignolo, 2017, p. 17).

Para que o enunciado seja incorporado no tecido social, ele necessita de um enunciador e uma instituição, em posições com capacidade de gerenciar o discurso (verbal ou visual), que consigam impor o “outro” no imaginário coletivo (Mignolo, 2017, p. 18). Essa criação do “outro” não diz apenas ao indivíduo, mas a seus territórios em todos os níveis, indicando a necessidade da disputa territorial se desprender da colonialidade “do saber, do poder e do ser”, com este processo não estando ligado ao nível do Estado, mas de sociedades auto-organizadas, visando à inclusão de diferentes concepções e sensibilidades de mundo,

“naturalizando” ao invés de “modernizar” (Mignolo, 2017, p. 30). Assim, a decolonialidade não se apresenta como um novo projeto universal para substituir ou melhorar a reocidentalização e a desocidentalização, mas como uma força desprendida de ambos frente suas limitações (Mignolo, 2017). No entanto, o acesso desigual a espaços de decisão, de produção de conhecimento e de circulação de informação impacta diretamente na construção do estoque social de signos (Bakhtin, 2006) acessados nas interações e atividades mentais, vulnerabilizando pessoas condicionadas a um cotidiano que reforçam crenças dominantes.

A compreensão da constituição da atividade mental do sujeito como “território social” é valiosa para pensar a conflitualidade na configuração territorial, apreendendo que “a palavra é a arena onde se confrontam os valores sociais contraditórios; os conflitos da língua refletem os conflitos de classe no interior mesmo do sistema” (Bakhtin, 2006, p. 7). Só que não são as palavras enquanto unidades da língua, sem autoria, mas em sua condição de enunciado, com autoria que revela uma posição (Bakhtin, 2006). Os enunciados, lidos como unidades reais da comunicação, carregam “ecos e lembranças de outros enunciados, com que ele conta, que ele refuta, confirma, completa, pressupõe e assim por diante”, ocupando “uma posição numa esfera de comunicação de um dado problema” (Fiorin, 2011, p. 21). A centralidade da comunicação se torna ainda mais relevante ao reconhecer que a realidade é sempre acessada por mediação da linguagem, com os objetos sempre se apresentando cobertos de discursos (Fiorin, 2011).

Nesse sentido, é importante destacar a relevância dos movimentos socioterritoriais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, por articular o desenvolvimento conceitual, comunicacional e a

ocupação espacial geográfica na disputa territorial, visando uma des-territorialização do capital e suas relações, partindo de uma perspectiva decolonial e de politização, valorizando a especificidade dos diferentes povos envolvidos e a pluralidade de identidades e culturas carregadas.

### **A comunicação na disputa territorial**

O desenvolvimento dos meios de comunicação, bem como o crescimento de sua importância, não é um acontecimento isolado da vida social, em parte pelo seu poder na organização da produção e circulação da informação e do conteúdo simbólico, como também por seu papel nas formas dos indivíduos se relacionarem (Thompson, 2018). Entende-se a relevância da atividade simbólica na sociedade, quando atores e instituições que controlam a acumulação e circulação de conteúdo simbólico detém grande poder e influência social (Thompson, 2018). É válido apontar que, embora a comunicação tenha grande relevância em diferentes momentos históricos da sociedade, existe uma demarcação no tempo e no contexto histórico social que localiza o momento em que a mídia se torna central. Para Hjarvard (2012, p. 60), esse processo é denominado midiatização e está relacionado exclusivamente “à situação histórica em que a mídia alcançou de uma vez autonomia como instituição social e está interligada de maneira crucial ao funcionamento de outras instituições”.

A socialização dos indivíduos e a formação da opinião pública está diretamente sob influência dos veículos midiáticos, com diferentes aspectos da vida humana sendo construídos e significados simbolicamente (Lima, 2006). A capacidade da mídia atuar como legitimadora do que é público, valor caro aos regimes democráticos que se baseiam

em atividades públicas e visíveis, é outro ponto levantado pelo autor para justificar a influência da mídia na formação da opinião pública. No momento em que outras instituições sociais perdem poder de influência na socialização de seus membros, a mídia vem no sentido contrário, mostrando-se cada vez mais forte no processo de internalização cultural e interiorização de normas sociais (Lima, 2004, p. 51).

Dessa forma, a disputa no campo simbólico é essencial para a transformação do território, já que o imaginário social é construído a partir dele, sendo assim uma “luta simbólica”, ou seja, “pelo poder de conservar ou transformar o mundo social, conservando ou transformando as categorias de percepção deste mundo” (Bourdieu, 1989, p. 142), e a disputa dos espaços comunicacionais é essencial para a mudança das expectativas sociais e a percepção coletiva. Assim, a visibilidade midiática é elemento central nesse processo, sendo o “espaço do visível” aquele no qual as formas simbólicas se tornam “socialmente acessíveis” (Maia, 2008), mostrando-se relevantes para que problemas existam socialmente. Além disso, ao entender a necessidade de justificação, a visibilidade midiática se torna fundamental, principalmente a longo prazo, já que a constante transformação social traz novos questionamentos e altera entendimentos prévios que perdem sua validade, demonstrando a constante necessidade de atualização das justificativas (Maia, 2008). O antagonismo da luta faz com que o processo de sistematização e naturalização das demandas dos movimentos sociais seja longo e complexo, com avanços e recuos, em uma disputa entre expansão de limites de aceitação das pautas e seu silenciamento, principalmente em um contexto de concentração midiática como ocorre no Brasil (Lerrer, 2005).

Além do latifúndio fundiário, com 77% da área de estabelecimentos agropecuários do Brasil sob domínio do agronegócio (IBGE, 2017), existe ainda o latifúndio midiático relacionado ao setor, de maneira direta ou indireta. Cinco famílias controlam cerca de 50% dos veículos de maior audiência do país, sendo alinhados a um discurso hegemônico e com relações próximas a grupos políticos e ao agronegócio. Elas se dão tanto pelo alinhamento de interesses do agronegócio e do capital, como pelo controle direto de políticos do agronegócio e da bancada ruralista, além da proximidade com as associações do agronegócio que mantém estreitas relações com megacorporações transnacionais, revelando a “linha ideológica de informações, notícias e pautas que serão veiculadas por esses meios” (Rocha & Talga, 2016, p. 771).

Assim, atores envolvidos na disputa territorial necessitam ocupar os espaços comunicacionais para fazer reivindicações existirem como demanda política, alcançando o reconhecimento social, inclusive dos grupos a que se opõe (Lerrer, 2005). A falta de visibilidade é a forma mais fácil de reprimir as lutas, impedindo-as de ganharem vida no tecido social e no imaginário popular. Nessa disputa pelo reconhecimento, os movimentos sociais são aglutinadores de forças e interesses, conforme aponta Melluci (2001), citado por Lerrer (2005, p. 129), sendo responsáveis por “provocar a visibilidade do poder, obrigando-o a tomar forma”, explicitando “conflitos e necessidades de mudança”, operando “como motores de transformação e como reveladores dos pontos mortos, das contradições, dos silêncios que os aparatos dominantes tendem a ocultar”.

Sendo a terra como determinada e determinadora de culturas e sociedades, ela concede o poder de se definir e se expressar, permitindo a existência no sentido nutricional, mas também simbólico, determinando

costumes, crenças e a sobrevivência de modos de vida, bem como a longevidade de alimentos, animais e povos. Portanto, os movimentos sociais e os povos, junto à atuação de mídias alternativas para ocupar os espaços comunicacionais, são de suma importância na disputa discursiva e de constituição social, ressignificando o espaço e reinventando a sociedade (Rocha & Talga, 2016). A disputa territorial, com destaque à reforma agrária, sob a ótica aqui apresentada, é uma ameaça ao modelo capitalista de sociedade por trazer em seu cerne outras formas de relação com a terra, com as pessoas e com o meio, colocando em jogo não apenas uma porção de terra, mas todos os elementos políticos, sociais e culturais carregados e construídos nessa mudança.

### **Concentração fundiária, agronegócio e conflitos no campo**

O cenário fundiário brasileiro é marcado historicamente pelas desigualdades, merecendo destaque a concentração fundiária, essencial para a manutenção do monocultivo latifundiarista do agronegócio. Desde sua origem, como aponta Mendonça (2018), o agronegócio está vinculado a valores e crenças reacionárias e neoliberais, sendo resultado de interesses geopolíticos expansionistas e imperialistas dos EUA, endossados pelas classes dominantes nacionais. Apesar de ser publicizada como uma ação de cooperação internacional para produção de alimentos e de guerra à fome, a base política estava vinculada a um programa para conter a influência comunista e fortalecer a posição dos EUA e seus aliados. Assim, para a autora, o modelo produtivo, assentado em uma base econômica, política e social, foi exportado para a América Latina, encontrando terreno fértil nas ditaduras. Entre os principais objetivos alcançados, que caracterizam o sucesso da expansão, está o escoamento

de excedentes dos EUA, fortalecimento de empresas privadas, desregulação dos preços de alimentos e fragilização da reforma agrária, vista enquanto um atraso já que são para agricultores considerados pobres e inaptos, voltados para a subsistência das próprias famílias e não para obtenção de lucro, por meio do comércio, como aponta Ross (2000), citado por Mendonça (2018). A visão sobre sucesso da ação reafirma a posição de Fernandes (2009), que percebe o agronegócio como um modelo de desenvolvimento que afeta a população e a soberania do país, com os territórios de países pobres sendo dependentes de tecnologias estrangeiras e subordinados às economias dos países ricos, expropriando sujeitos e relações sociais que não são absorvidos. Dessa forma, para manutenção desse sistema de acumulação, é interessante que as fronteiras agrícolas se mantenham abertas, conflitando com a “regularização das posses das populações indígenas e quilombolas, bem como das populações tradicionais que vivem nestes locais” (Lerrer, 2020, p. 5).

A hegemonia do agronegócio, em suas múltiplas facetas, dificulta o enfrentamento das desigualdades resultantes desse modelo, visto aqui não só como produtivo, mas também econômico e político. Mesmo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, o programa de Reforma Agrária, medida fundamental para redução das desigualdades de forma consistente, tem sido marginalizado em todos os governos. Ainda que o Partido dos Trabalhadores conte com apoio do MST em sua base, não foram apresentadas políticas ativas que favorecessem a redistribuição fundiária no país em seus anos de governo, além da marginalização da discussão sobre a reforma agrária e a construção de um imaginário onde seria possível a coexistência pacífica entre o agronegócio e a agricultura familiar (Lerrer, 2020).

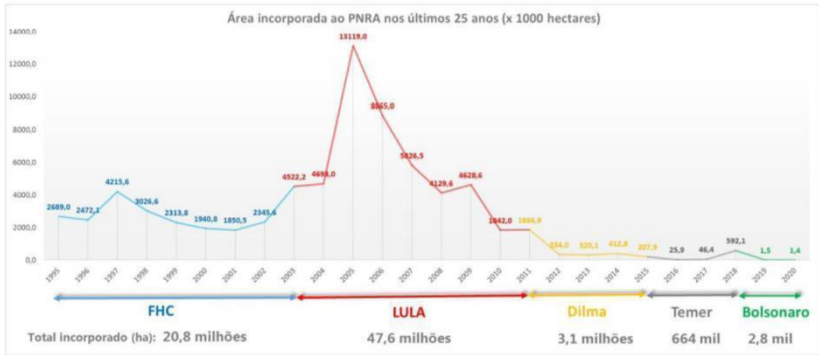
A principal figura da atuação do agronegócio dentro do primeiro governo Lula foi Roberto Rodrigues, liderança do setor e nomeado ministro da agricultura. Rodrigues trabalhou na condenação das ocupações, principal método de luta dos trabalhadores rurais, e investiu na positividade da imagem do agro como base do desenvolvimento do país, silenciando a agenda da reforma agrária e retraindo políticas públicas favoráveis a ela, como as propostas no II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) (Lerrer, 2020). Como resultado, houve a desaceleração de assentamentos e aumento de investimento público no agronegócio.

Apesar de a marginalização da Reforma Agrária passar por diferentes governos, a política de desmonte dos mecanismos que favorecem o programa e protege o campesinato e os povos tradicionais vem se intensificando desde 2016, com o governo Temer. No entanto, os piores índices foram alcançados durante o governo Bolsonaro, abertamente adepto às políticas latifundiaristas e antiambientais. Em nota técnica referente à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 769, sob “alegação de lesão a preceitos fundamentais relacionados à Reforma Agrária, praticada por órgãos federais do Estado Brasileiro”, o INCRA (2021) apresenta quadros referentes à área incorporada ao PNRA (Figura 1), aos decretos desapropriatórios (Figura 2) e o número de famílias assentadas por ano (Figura 3), todos com recorte de 25 anos, indo de 1995 a 2020. Ainda que exista a inflação dos números do governo Lula pela incorporação de dados referentes a “perímetros de reservas extrativistas, projetos ambientalmente diferenciados e assentamentos estaduais” e cortes no governo Dilma, piorados por Temer, os valores são quase zerados no governo Bolsonaro – com decretos desapropriatórios chegando a zero por dois anos seguidos.



**Figura 1**

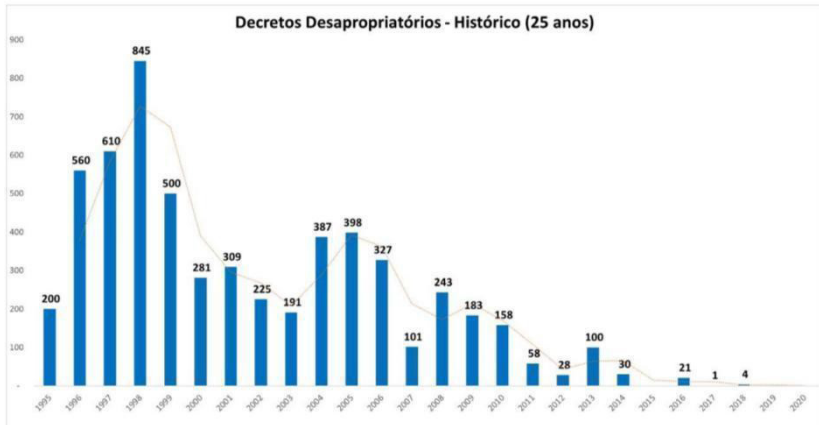
*Área incorporada ao PNRA nos últimos 5 governos*



NOTA TÉCNICA Nº 360/2021/GABT-1/GABT/GAB/P/SEDE/INCRA, 04/09/2021.

**Figura 2**

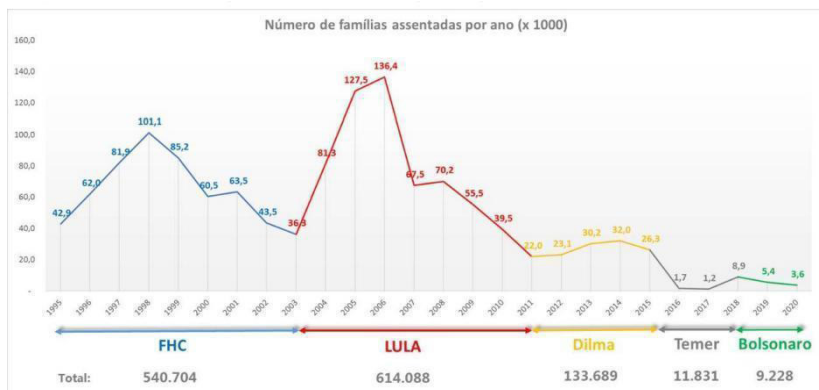
*Número de decretos de desapropriação expedidos pela Presidência da República nos últimos 25 anos*



NOTA TÉCNICA Nº 360/2021/GABT-1/GABT/GAB/P/SEDE/INCRA, 04/09/2021.

### Figura 3

*Número de famílias assentadas nos últimos 5 governos*



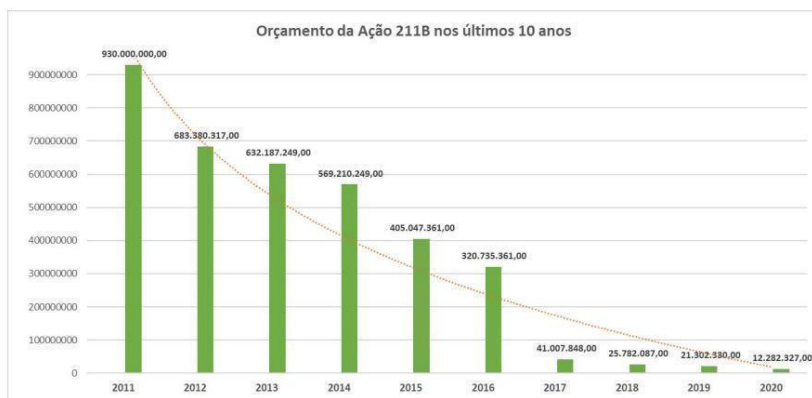
NOTA TÉCNICA Nº 360/2021/GABT-1/GABT/GAB/P/SEDE/INCRA, 04/09/2021.

No texto, o INCRA (2021) alega que, desde o governo Dilma, é crescente a preocupação em transformar a política quantitativa em qualitativa, elencando 3 matérias, mas todas referentes a Dilma: (i) “Dilma quer requalificação da reforma agrária para evitar ‘favelização rural’”, de 30/10/2011; (ii) “Favelização de assentamentos rurais muda o foco da política agrária. Planalto admite que freou o ritmo de desapropriações para estudar como viabilizar as propriedades dos antigos sem-terra. Aposta agora é na agroindustrialização”, de 10/02/2013; e (iii) “Dilma assentou menos famílias que Lula e FHC; meta é 120 mil até 2018”, de 30/03/2015. Além disso, é posta a necessidade de realocação de verbas públicas, dificultado pela pandemia de Covid-19. Dentro do próprio documento, é exposta a tabela de redução orçamentária para a aquisição de terras (Figura 4), demonstrando que os cortes antecedem a pandemia. Apesar de o INCRA justificar no documento uma

“significativa redução orçamentária” desde 2011, é possível perceber que a intensificação de cortes se deu a partir do governo Temer, com Bolsonaro dando continuidade no projeto. Em valores absolutos, os cortes de 2011-2012 foram de R\$246.619.683,00, enquanto os de 2016-2017, na transição pós-impeachment do governo Dilma para Temer, foram de R\$279.727.513,00. Mas, quando esses valores são comparados de forma percentual, a diferença aumenta de um corte em torno de 26,52% para um de 87,21%, respectivamente. Apesar dos valores pequenos apresentados desde o governo Temer, os cortes ainda continuaram acontecendo e aproximando de zerar o orçamento com Bolsonaro.

**Figura 4**

*Orçamento da Ação 211B nos últimos 10 anos*



NOTA TÉCNICA Nº 360/2021/GABT-1/GABT/GAB/P/SEDE/INCRA, 04/09/2021.

Além das mudanças orçamentárias, transferências políticas e nomeações foram desfavoráveis à Reforma Agrária. Uma das mudanças de maior impacto institucional foi a alteração dos processos de

desapropriação e regularização fundiária para o Ministério da Agricultura, comprovando o alinhamento com os ruralistas, já que o Ministério é abertamente favorável aos interesses do agronegócio.

### **Territorialização e (des)politização da fome**

Ainda que o MST dispute uma ampla variedade de temas com o agronegócio, e que impactam diretamente na percepção sobre o Movimento e no processo de territorialização, a escolha da fome para discussão se deve a três fatores principais: 1) o direito à alimentação ser o mais básico dos direitos e que garante a sobrevivência, tendo assim grande potencialidade noticiosa e de comoção pública; 2) o agronegócio ter a produção e exportação de “alimentos” como uma das principais justificativas públicas não só hoje, mas desde a criação do termo agribusiness e sua implantação no Brasil; 3) o MST, principal movimento socioterritorial latino-americano e um dos maiores antagonistas aos interesses do agronegócio, ter o combate à fome como uma de suas principais bandeiras, além de politizar o tema, vinculando-o à reforma agrária popular.

A compreensão de (des)politização aqui apresentada, baseia-se na tipologia proposta por Hay (2007). O tipo I é a politização relacionada à construção de significados dentro da perspectiva dos participantes de conflitos sociais, permitindo que exista o questionamento de situações, grupos e poderes, retirando-os do tratar como natural e imutável. A despolitização relacionada a essa tipologia está muito vinculada ao conservadorismo e a grupos autoritários na “tentativa de apagar as vozes e os discursos que contestam padrões hegemônicos”, utilizando-se da

eliminação de diferenças “a partir da projeção de uma noção homogênea e polarizada do conflito” (Maia et al., 2020, p. 117).

A politização de tipo II está vinculada ao processo de ocupação da esfera pública por questões antes tratadas como do reino privado, fazendo com que problemas que eram vistos como individuais e da esfera íntima passem a serem entendidos como de interesse coletivo. Essa concepção está atrelada ainda a uma disputa de significação sobre conflitos, fatos, valores e interesses, de forma a validar aquela demanda (Maia et al., 2020). Já o processo de despolitização associado a essa tipologia é característica de pessoas e grupos negacionistas que buscam o retrocesso de questões do reino público à esfera privada.

O tipo III de politização apontado por Hay (2007) trata da institucionalização, reforçando as responsabilidades governamentais para ampliar os direitos, redistribuir renda e desenvolver políticas públicas. O processo de despolitização do tipo III busca o enfraquecimento de grupos minorizados, desmontando políticas que tem a intenção de reduzir os níveis de desigualdade ou reduzir a vulnerabilidade desses grupos.

Partindo da compreensão das tipologias de (des)politização, é possível compreender a fome de forma mais complexa e ter seus vínculos com a questão territorial mais explícitos. A permanência de desigualdades históricas no Brasil tem como um dos grandes fatores a concentração fundiária e de renda, mantidas ou agravadas durante toda a trajetória da constituição do país pós colonização, sendo marcadas por diferentes quadros de fome. No entanto, mesmo apresentando um dos maiores índices de desigualdade do mundo, o país conseguiu sair do Mapa Mundial da Fome em 2014. Esse avanço se deve a uma construção histórica de políticas públicas e do envolvimento de diferentes

atores sociais, como pesquisadores, movimentos sociais, políticos, entre outros. Os contextos sociais e políticos se mostram determinantes no avanço ou retrocesso no combate à fome e o atual momento é um bom exemplo disso. O número de pessoas em insegurança alimentar grave – 33 milhões de pessoas – é maior que em 1993 – quando era de 32 milhões – e o Brasil voltou ao Mapa da Fome, no entanto, mesmo diante desses regressos, não existe um consenso sobre a “existência” da fome na sociedade como existia no passado, seja entre membros do governo ou sociedade civil, dificultando ações em todas as esferas. A dubitabilidade quanto à insegurança alimentar, que atinge 58,7% dos domicílios brasileiros (PENSSAN, 2022), tem forte influência nos processos de despolarização. Assim, é possível identificar uma nova característica na história das políticas de alimentação e nutrição no Brasil, já que elas são demarcadas não apenas pela implementação ou exclusão de projetos e programas, mas também por determinantes socioculturais de cada época.

A existência de antagonismo entre interesses econômicos e de saúde pública já eram apontados por Castro (1984), que enfatiza a existência de uma deformação no desenvolvimento da sociedade brasileira resultante do “latifundismo agrário-feudal”, fazendo com que as pressões modeladoras de forças econômicas e culturais se manifestem biologicamente, sendo a fome “a expressão biológica de males sociológicos”. O avanço do quadro de fome no país simultâneo a recordes na produção e exportação de grãos é indicativo dessa condição. Compreendendo o papel deliberativo da mídia, sua abordagem é central para a percepção social dessa contradição. Enquanto se exalta o desempenho econômico do agronegócio, que atende exclusivamente interesses privados,

oculta-se seu custo público ambiental, sociopolítico, cultural e econômico. Como o agravamento da fome está diretamente relacionado ao sucesso do agronegócio, recorre-se à desvinculação do agronegócio em relação ao desmonte de políticas públicas de alimentação e nutrição e evita-se a abertura de debates sobre a insegurança alimentar enquanto fenômeno sociopolítico, possibilitando assim a espetacularização da fome dentro de narrativas que ora tratam o problema como natural da paisagem brasileira, ora como resultado exclusivo da pandemia de covid-19, escondendo seu caráter estrutural e sua natureza política e econômica (Campello, 2022). Assim, grupos sociais em situação de insegurança alimentar se tornam ainda mais vulneráveis, tendo não só o direito à alimentação negado, mas também o direito à informação.

A despolitização se mostra fundamental para a não compreensão da fome como processo social e político, permitindo a manutenção do agronegócio como principal modelo produtivo de “alimentos”, mesmo diante de todos seus impactos sociais e ambientais. Problemas estruturais que são características do agronegócio, como a concentração de renda, priorização de investimento público, concentração fundiária e desmatamento, são dependentes da inércia social e do apagamento de vínculos com o setor. Não por acaso, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) foi extinto no primeiro dia de governo Bolsonaro. O órgão tinha uma dupla atuação, sendo um forte ator político, responsável pelo assessoramento imediato à presidência e, por sua composição heterogênea que incluía pesquisadores, membros de movimentos sociais, sociedade civil, era também um espaço de debate público. Dessa forma, discussões sobre reforma agrária, agricultura familiar e políticas públicas que pulverizavam o investimento, ainda que

de forma tímida, permeavam o órgão, quebrando a percepção da fome enquanto obra do acaso ou sendo casos isolados e a exclusividade do agronegócio como modelo produtivo responsável pelo combate à fome.

### **Estudo de caso: Politização e enquadramentos da fome pelo MST**

O corpus de análise foi construído a partir de pesquisa avançada no buscador do Google, delimitando a palavra “fome” no site do MST. Por se tratar de um trabalho a ser realizado em um curto período de tempo, o recorte escolhido foi de 01 a 30 de setembro de 2022. Ao mesmo tempo em que o ano de 2022 pode apresentar uma variação sobre o tema, pois se trata de um ano eleitoral, ele também se mostra interessante por ser um momento em que se espera maior discussão sobre a fome. Além disso, o mês de setembro tem maior destaque por ter sido divulgado o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil.

A escolha do site do MST foi motivada por sua relevância na luta pela reforma agrária e direito à terra, seu entendimento do papel social na produção de alimentos e dos processos produtivos. A escolha é reforçada ainda pela construção histórica negativa do MST na mídia e seu silenciamento nas discussões, poucas vezes sendo acionado como fonte ou pautando debates, mesmo sendo um dos maiores movimentos sociais da América Latina. Muito do entendimento popular sobre o Movimento vem de uma percepção moldada pela grande mídia, favorável ao discurso hegemônico e sistema socioeconômico dominante, que demoniza e enfraquece as pautas e lutas do MST. Em uma sociedade que se informa majoritariamente por veículos tradicionais, ainda que em diferentes formatos, e que carrega uma carga histórica conservadora,



maniqueísta e simplista, esse tipo de ação é favorável ao status quo e dificulta a leitura sobre as complexidades da sociedade.

A busca no site do MST foi realizada apenas com o recorte de data e palavra-chave, pois as editoriais são divididas por uma lógica diferente da adotada em veículos tradicionais. Assim, a fome perpassa diversas editoriais, dificultando uma busca mais específica, mas trazendo uma multiplicidade maior de abordagem e pontos sobre Fome. Excluíram-se matérias com abordagem regional, dando preferência às de caráter nacional. A discussão sobre a fome se mostrou uma característica forte dos materiais publicados, com o tema sendo acionado em boa parte das 54 matérias encontradas inicialmente, porém foram selecionadas 9 em que foi constatada a centralidade do tema.

Partindo de uma perspectiva de (des)politização, busca-se entender como a fome é abordada pelo MST, compreendendo sua oposição ao agronegócio na proposição territorial em suas diversas dimensões. Buscam-se analisar os conteúdos apresentados nas matérias, coletando e categorizando informações de causas e soluções, explorando ainda informações complementares na construção da matéria, tendo a análise de enquadramento (Vimieiro & Maia, 2011) como base. Articulam-se os contextos sociais, políticos e econômicos com as informações coletadas no intuito de construir sentidos, tendo em vista as posições sociais de cada grupo analisado (Fairclough, 2001).

### **Proposições e perspectivas do MST sobre a fome**

O MST vem na contramão da hegemonia do agronegócio e do discurso dominante. O Movimento, conhecido por sua atuação na luta pela reforma agrária, também tem entre suas pautas a produção

agroecológica, direitos humanos e educação libertadora, propondo a construção de um modelo alternativo de sociedade e indo no sentido oposto dos valores e ideais majoritários da agricultura capitalista. Nesse sentido, o posicionamento ideológico do MST é aberto, e sua comunicação parte da ação direta proposta pelo grupo.

O quadro 1 apresenta as matérias sobre o MST veiculadas no período da pesquisa.

### Quadro 1

#### *Matérias veiculadas no site do MST*

	<b>Matéria</b>	<b>Data</b>	<b>Causa</b>	<b>Solução</b>
<b>01</b>	MST realiza ações de combate à fome em preparação ao 28º Grito dos/as Excluídos/as	04/09	Governo Bolsonaro, políticas públicas	Políticas públicas, organização popular, agroecologia
<b>02</b>	Campo unitário lança plataforma de governo para acabar com a fome no país	13/09	Reforma trabalhista, conflitos agrários	Políticas públicas de alimentação, produção de alimento e geração de emprego, controle da inflação, regulação de preços, garantia do direito à terra e aos territórios, qualidade de vida para o povo do campo
<b>03</b>	Movimentos sociais realizam Mobilização Nacional Contra a Fome e a Sede neste sábado (3/9)	02/09	Governo Bolsonaro	Doações, visibilização da fome, políticas públicas

<b>04</b>	“A fome precisa estar no centro da política”, afirma dirigente nacional do MST	05/09	Desigualdade social, concentração fundiária e de renda, agronegócio, violência contra povos tradicionais	Organização popular, visibilização da fome, políticas públicas para agricultura familiar e camponesa
<b>05</b>	MST já doou mais de 7 mil toneladas de alimentos desde o início da pandemia	12/09	Desmonte políticas públicas de combate à fome e produção de alimentos	Organização popular
<b>06</b>	Dirigente do MST cobra aliança entre luta popular e políticas públicas efetivas	20/09	-	Políticas públicas
<b>07</b>	Entidades lançam campanha para derrubar veto de Bolsonaro contra alimentação escolar	12/09	Governo Bolsonaro	Governo Bolsonaro
<b>08</b>	Pela segunda vez, Bolsonaro negligencia alimentação escolar no orçamento federal	02/09	Governo Bolsonaro	Governo Bolsonaro
<b>09</b>	Governo Bolsonaro representa retrocesso ao cooperativismo no Brasil	13/09	Governo Bolsonaro, políticas públicas, agronegócio	Cooperativismo, políticas públicas, doações, agroecologia

Elaborado pelos autores.

Nota-se que, mesmo quando não é a questão central da matéria, a fome é muito acionada nas matérias do MST, fazendo parte de quase todas que foram excluídas do corpus, sendo tema secundário e não

apenas palavras utilizadas no corpo de texto ou em links. Os enquadramentos também apresentaram uma grande variação, mostrando grande abrangência de causas e soluções.

As matérias do MST trabalham com a fome sendo resultado de um projeto nacional que tem o agronegócio como modelo produtivo-econômico e político. A partir dessa leitura das causas, o MST parte de sua proposição de um novo projeto nacional, tendo o território como eixo estruturante de todas as relações e sendo a disputa territorial o caminho para a redução das desigualdades históricas do país. No entanto, compreendendo o caráter de longo prazo da disputa, o Movimento propõe soluções emergenciais no combate à fome, mas sem perder de vista seus valores e as entendendo como parte da construção deste projeto de sociedade. Dessa forma, podemos colocar algumas políticas públicas emergenciais, as ações de doação e formação de agentes populares de saúde, bancos populares de alimentos e hortas comunitárias como ações de curto prazo, enquanto políticas públicas de fortalecimento da agricultura, do desenvolvimento e implantação de um plano nacional popular e a reforma agrária popular como ações de longo prazo.

O processo de politização é comum às formas de atuação do MST, seja na formação, seja nas práticas, mantendo fortes vínculos com o modelo de educação do campo e com uma leitura crítica da sociedade. O entendimento do papel do governo é mais amplo, não se limitando a uma política de redistribuição de renda, e inclui o fortalecimento e retomada de políticas que já foram essenciais para o país sair do Mapa da Fome, mas também o desenvolvimento de outras, como uma política de reforma agrária real e de produção de alimentos saudáveis.

Ações que poderiam ser entendidas por um viés de caridade, toma outro tom no Movimento. As doações se distinguem das formas tradicionais por incluir um processo de conversas sobre as causas da fome, do oferecimento de alimentos saudáveis de produção própria e por ser uma ação contínua, atrelada à formação cultural, social e política. A abordagem faz com que haja um processo de politização, onde pessoas em situação de vulnerabilidade passem a questionar sua condição e comecem a articular essas questões para colocá-las em evidência no tecido social, retirando a naturalização existente da desigualdade e colocando-a como uma questão social. De forma conjunta, possibilita ainda a desmistificação da fome como algo de caráter individual, desconstruindo a percepção que culpabiliza o indivíduo, e a leva para a discussão como fenômeno do coletivo, do público, do social, permitindo o avanço de pautas que transformam a fome de uma questão social em uma demanda política.

### **Considerações finais**

É importante compreender a existência de uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, com os contextos sociopolíticos estando em transformações lentas e contínuas, possibilitando avanços ou retrocessos em disputas entre os diferentes atores sociais. E, assim, é com as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, apresentando avanços e retrocessos nos diferentes contextos sociais e quadros político institucionais. O avanço de ideias conservadoras e autoritárias permite o regresso de diferentes dimensões políticas alcançadas durante as últimas décadas e o aumento da violência contra grupos minorizados, favorecendo o avanço da fome, a desterritorialização de

trabalhadores e trabalhadoras da terra e a territorialização do capital, com o agronegócio sendo um dos principais atores a frente das ações tanto no espaço material – com grande concentração fundiária e avanço das fronteiras agrícolas – como no imaterial – com sua ocupação nos espaços midiáticos, em espaços de produção de conhecimento e de decisões governamentais.

No entanto, a internet, mesmo mantendo a hegemonia dos grandes conglomerados de mídia e as assimetrias sociais, possibilita, em um nível bastante limitado, a circulação de informações contra hegemônicas. São nestes espaços que os movimentos sociais – como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – buscam dar visibilidade às ações da organização sem a conotação negativa que tem nas mídias tradicionais. O Portal de Notícias do MST se mostra como uma extensão dos jornais característicos do Movimento, ainda que em suas diferenças e especificidades, possibilitando a criação de uma narrativa própria sobre si e a exposição de uma sensibilidade de mundo contra hegemônica. Além disso, cumpre uma função de extrema relevância social e política, típica do MST, que é a politização, possibilitando a articulação de problemas coletivos, comumente abordados por uma perspectiva neoliberal individualizante, com seus contextos a partir de uma perspectiva crítica e posicionada.

Assim, o processo de (des)politização se mostra determinante para a emancipação ou manutenção da ideologia e modelo social vigente. Ao permitir que indivíduos e grupos vulnerabilizados consigam articular suas demandas, retirando-as do reino do natural e as colocando no tecido social, inicia-se o processo de reconhecimento dessas questões. Então, quando movimentos como o MST tiram a fome de uma condição

de naturalidade e a colocam como um problema de decisões políticas, sociais e econômicas, a estrutura social se mexe. E é um primeiro passo, que pode acontecer ou não junto ao segundo, quando se leva a questão de uma esfera privada para a pública, ampliando o debate e buscando o reconhecimento de grupos externos. E, assim, disputam-se espaços para se tornar uma demanda política, forçando o desenvolvimento de políticas públicas que combatam a fome e, quanto maior for a força exercida, maior alcance terão essas políticas. Dessa forma, os movimentos sociais são essenciais para o processo de politização de problemas sociais, sendo o caminho de enfrentamento não só da fome, mas de todas as outras mazelas sociais, por uma via institucional ou não, permitindo o vislumbre de uma quebra de desigualdades históricas. Deste modo, a disputa territorial passa pela disputa da palavra e da verdade, necessitando se desprender da colonialidade dos espaços material e imaterial, centrais nas lógicas totalizantes do neoliberalismo.

## Referências

Bakhtin, M. (2006). *Marxismo e filosofia da linguagem*. HUCITEC.

Borges, R. M. R. (2013). O território geográfico como categoria metodológica dos estudos em Comunicação Social e Jornalismo. *Contemporânea*, 11(1).

Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Bertrand Brasil.

Campello, T. (2022). Apresentação. In T. Campello, & A. P. Bortoletto (Orgs.), *Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro*. Editora Elefante.

- Castro, J. (1984). *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. Edições Antares
- Delgado, G. C. (2012). *Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Editora UFRGS.
- Fairclough, N. (2001). *Discurso e mudança social*. Editora UNB.
- Fernandes, B. M. (2009). Sobre a tipologia de territórios. In M. A. Saquet, & E. Sposito (Orgs), *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. Editora Expressão Popular.
- Fiorin, J. L. (2011). *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. Ática.
- Hay, C. (2007). *Why we hate politics*. Polity Press.
- Hjarvard, S. (2012). Mídia e cultura: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. *MATRIZES*, 5(2).
- IBGE. (2017). *Censo Agropecuário 2017*. [https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo\\_agro/resultadosagro/pdf/agricultura\\_familiar.pdf](https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/agricultura_familiar.pdf)
- INCRA. (2021). *Nota técnica N° 360/2021/GABT-1/GABT/GAB/P/SEDE/INCRA*. <https://static.poder360.com.br/2021/02/incra-documento-STF-.pdf>



- Lerrer, D. F. (2005). Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum. *Revista Nera*, 8(7), 125-140
- Lerrer, D. F. (2020). *A produção da invisibilidade da questão agrária e da legitimação do agronegócio* [Trabalho apresentado]. 43º Encontro Anual da Anpocs. MR11
- Lima, V. A. (2004). Sete teses sobre mídia e política no Brasil. *Revista USP*, 61, 48-57.
- Lima, V. A. (2006). *Mídia. Crise política e poder*. Perseu Abramo.
- Maia, R. C. M. (2008). *Mídia e deliberação*. Editora FGV.
- Maia, R. C. M., Silveira, B., Orlandini, M., Hauber, G., Camelo, P., Santa Inês, L., & Choucair, T. (2020). A teoria do reconhecimento em tempos de intolerância: retrocesso cultural e politização reativa. In B. Heller, D. Cal, & A. P. Rosa (Orgs.), *Midiatização, (in)tolerância e reconhecimento* (pp. 109-130). EDUFBA.
- Mendonça, M. L. (2018). *Economia Política do Agronegócio*. PPGRI – UERJ.
- Mignolo, W. (2017). Desafios decoloniais hoje. In B. S. Santos, & M. P. Meneses (Orgs.), *Epistemologias do Sul*. Almedina; CES.
- PENSSAN. (2022). *II VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil*. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. <https://>

- Rocha, N. J. R., & Talga, D. O. (2016). Mídia e agrotóxicos no agronegócio do capital, envenenamento humano e simbólico do planeta. *Razón y palabra*, 3(94), 760-779.
- Thompson, J. B. (2018). A interação mediada na era digital. *Matrizes*, 12(3), 17-44.
- Vimieiro, A. C., & Maia, R. C. M. (2011). Análise indireta de enquadramentos da mídia: uma alternativa metodológica para a identificação de frames culturais. *Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia*, 18(1), 235-252.

# ÍNDICE REMISSIVO

## A

- ativismo 93, 94, 95, 103
- Activismo 102
- ativismos 20
- Amazônia 11, 12, 61, 232, 233, 234, 239, 240, 243, 246, 250, 251, 252, 253, 254, 389, 390, 396, 397, 403, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419
- Amazônia Real 11, 232, 233, 234, 239, 240, 243, 246, 250, 251, 252, 253, 254
- ativismo 10, 62, 140, 144, 146, 160, 161, 163, 228, 258, 259, 266, 268, 269, 275, 290, 391, 398
- Ativismo 401
- audiodescrição 11, 334, 335, 336, 338, 339, 340, 341, 343, 346, 347, 349
- Audiodescrição 340, 341, 347, 348, 349, 350
- audiovisuais 126, 132, 141, 143, 144, 145, 146, 156, 157, 159, 162, 337, 338, 341, 349
- audiovisual 10, 123, 124, 129, 130, 135, 137, 140, 143, 144, 145, 146, 149, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 161, 162, 339, 341, 366
- Audiovisual 127, 128, 129, 130, 139, 338, 349

## C

- ciudadania 9, 14, 15, 38, 39, 42, 43, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 57, 62, 105, 106, 109, 115, 119, 120, 125, 136, 137, 191, 192, 220, 221, 256, 257, 258, 264, 269, 272, 294, 295, 299, 301, 311, 337, 373, 378, 383, 391, 404
- Ciudadania 48, 58, 60, 61, 125, 275

- cinema 124, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 137, 143, 149, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 163, 165, 296, 322
- cisgênero 314, 327, 330
- ciudadania 35, 37
- ciudadanía 9, 10, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 32, 33, 34, 35, 37, 81, 82, 88, 89, 92, 93, 94, 97, 98, 99, 100, 101, 102
- Ciudadanía 18, 23, 35, 93
- colaborativismo 10, 140, 144, 146, 161
- comunicação 11, 47, 55, 57, 58, 62, 66, 69, 75, 105, 106, 107, 109, 110, 117, 118, 119, 134, 135, 136, 137, 138, 143, 145, 146, 155, 159, 162, 163, 190, 191, 192, 193, 194, 198, 212, 222, 233, 234, 243, 247, 250, 255, 256, 257, 260, 261, 262, 264, 265, 268, 269, 271, 272, 273, 274, 289, 291, 294, 296, 299, 300, 301, 302, 305, 307, 317, 320, 323, 324, 328, 331, 347, 351, 355, 356, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 369, 374, 376, 379, 380, 390, 392, 403, 404, 406, 416, 417, 421, 423, 426, 427, 442
- Comunicação 12, 38, 62, 63, 105, 106, 120, 123, 128, 252, 255, 274, 275, 276, 292, 294, 295, 296, 299, 300, 301, 305, 306, 307, 308, 310, 311, 312, 313, 336, 348, 351, 373, 374, 375, 402, 403, 407, 408, 414, 417, 418, 419, 421, 447
- comunicación 10, 22, 23, 31, 34, 37, 81, 82, 84, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 138, 165
- Comunicación 101, 102, 103, 104
- cultura 10, 24, 25, 30, 34, 35, 49, 71, 73, 79, 83, 96, 99, 111, 112, 113, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 143, 146, 147, 163, 168, 169, 176, 178, 179,

193, 209, 212, 219, 220, 225, 236, 237, 238, 280, 283, 297, 315, 320, 321, 322, 323, 325, 328, 329, 333, 337, 339, 349, 354, 357, 392, 399, 450

Cultura 58, 120, 121, 122, 125, 128, 130, 131, 137, 138, 139, 235, 292, 349, 401

culturais 44, 48, 76, 106, 110, 118, 119, 124, 131, 132, 133, 135, 136, 146, 162, 165, 174, 257, 259, 283, 315, 319, 320, 322, 323, 328, 333, 335, 337, 339, 348, 371, 376, 381, 385, 393, 422, 430, 438, 450

Culturais 320

culturales 28, 29, 33

## D

democracia 10, 14, 49, 79, 93, 96, 103, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 163, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 203, 204, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 220, 221, 223, 224, 226, 227, 228, 230, 299, 311, 382, 383, 391, 415, 416

Democracia 61, 225

diversidade 46, 53, 67, 74, 120, 124, 126, 129, 132, 133, 135, 136, 137, 142, 168, 171, 173, 256, 257, 258, 259, 262, 265, 266, 268, 269, 272, 273, 347, 364, 369, 377, 383, 385, 396, 397

## E

eleições 12, 155, 212, 220, 403, 408, 409, 410, 412, 414, 415, 416

empoderamento 39, 55, 57, 115, 171, 172, 174, 177, 179, 180, 182, 184, 325

## F

Facebook 31, 47, 58, 95, 97, 198, 307, 308, 392, 400

Fala.Br 11, 294

fome 12, 150, 249, 394, 421, 422, 423, 424, 430, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448

## G

gênero 39, 40, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 54, 74, 149, 160, 167, 169, 173, 174, 215, 218, 221, 235, 244, 256, 257, 259, 260, 267, 270, 277, 278, 282, 290, 383, 396

Greenpeace 12, 162, 375, 378, 379, 380, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 395, 396, 397, 398, 400, 401

guerra da Ucrânia 366

## I

indígena 11, 36, 71, 232, 234, 235, 236, 238, 242, 243, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 376, 410, 415

infodemia 404, 407, 408, 409, 412, 415, 416, 417, 419

Infodemia 12, 403, 418

Instagram 47, 58, 59, 324, 325, 358, 392, 400

## J

jornais 75, 191, 278, 279, 446

jornal 278, 279

jornalismo 11, 234, 250, 313, 314, 315, 325, 327, 328, 330, 332, 406, 418

Jornalismo 14, 227, 232, 243, 313, 326, 342, 403, 405, 447

jornalista 193, 240, 244, 245, 324, 326, 407

jornalistas 111, 148, 160, 187, 191, 192, 200, 241, 250, 314, 324, 325, 326, 327, 329, 330, 417

## L

LGBTfobia 258, 264, 269, 276

LGBTQIAPN+ 40, 46, 376, 397

## M

Marielle Franco 11, 276, 277, 284, 290, 292

mídias 43, 52, 53, 58, 60, 157, 162, 199, 200, 223, 234, 261, 362, 406, 417, 430, 446

Mídias 228

mediático 64, 65, 66, 69, 71, 74, 75, 228, 243, 265, 328, 361, 364, 372, 429

mediáticos 9, 14, 54, 62, 63, 65, 66, 69, 70, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 146, 187, 197, 328, 360, 361, 365, 367, 424, 427, 446

movimento ambientalista 393

movimentos sociais 39, 40, 43, 44, 47, 61, 110, 121, 159, 160, 256, 257, 259, 260, 261, 262, 264, 265, 271, 289, 319, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 385, 391, 393, 401, 402, 423, 428, 429, 430, 438, 439, 440, 446, 447

MST 12, 421, 423, 431, 436, 440, 441, 442, 443, 444, 446

## P

política 10, 22, 43, 44, 45, 49, 68, 72, 94, 102, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 119, 120, 122, 124, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 141, 147, 155, 156, 164, 167, 196, 200, 202, 205, 206, 207, 208, 212, 213, 215, 218, 219, 228, 229, 236, 251, 257, 263, 268, 269, 275, 284, 292, 311, 314, 316, 326, 331, 355, 362, 363, 365, 378, 382, 383, 397, 398, 399, 411, 415, 416, 417, 419, 423, 429, 430, 432, 434, 439, 443, 444, 445, 446, 447, 449

políticas 10, 22, 32, 48, 50, 66, 72, 74, 78, 81, 82, 94, 98, 106, 109, 112, 114, 120, 123, 124, 125, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 140, 146, 155, 160, 164, 197, 206, 209, 210, 220, 224, 258, 259, 268, 278, 282, 300, 302, 306, 312, 319, 355, 357, 363, 366, 376, 377, 381, 382, 383, 384, 385, 393, 395, 412, 416, 417, 422, 424, 431, 432, 435, 437, 438, 439, 442, 443, 444, 445, 447

população negra 9, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 77, 78, 315, 316, 328

## R

rádio 69, 143, 296, 297, 323, 324, 331, 345, 349, 357, 366, 406

redes sociais 14, 41, 42, 52, 53, 57, 58, 75, 80, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 119, 120, 146, 160, 227, 262, 269, 270, 273, 300, 308, 309, 324, 354, 356, 358, 359, 360, 362, 365, 368, 369, 371, 379, 390, 391, 392, 396, 398, 410

redes sociales 14, 24, 25, 29, 31, 33, 82, 91, 94, 96, 100, 101, 104

## S

sagrado feminino 166, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183

Sagrado Feminino 168, 184

seres media 9, 63, 64, 65, 66, 67, 70, 71, 74, 187, 189, 190, 192, 194, 195, 196, 197, 198, 204, 212, 213, 214, 216, 222, 223, 224, 225

sustenibilidad 19

## T

tecnología 28, 29, 91, 96

tecnologías 26, 27, 28, 31, 37, 93, 96, 100

Telegram 300, 303, 308, 324, 406

televisão 143, 145, 156, 296, 297, 322, 357, 366, 406

Tik Tok 47

TikTok 12, 351, 352, 357, 358, 359, 360, 363, 364, 365, 367, 371, 372, 373, 374

transgênicos 388, 390

TV 69, 127, 129, 151, 339, 414

Twitter 47, 95, 97, 270, 324, 392

## V

visita guiada 336, 341, 342, 343, 346, 347, 349

voz negra 11, 313

**W**

WhatsApp 95, 97, 346, 406

**X**

X 61

**Y**

Yanomami 11, 232, 233, 234, 235, 239, 240,  
241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248,  
249, 250, 251, 252, 253, 254

YouTube 47, 112, 392, 410



**UTPL**  
*La Universidad Católica de Loja*